

Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e Internet –

usos e representações de biblioteca pública

Tese para obtenção do grau de Doutora em Sociologia

pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto

de Ana Paula Santos Pereira Sequeiros

sob a orientação do Professor Doutor João Teixeira Lopes

Porto, 25 de Novembro de 2010



Licensed under a Creative Commons Atribuição-Usó Não-Comercial-Partilha nos termos da mesma licença 3.0 Unported License. Based on a work at eprints.rclis.org.

Créditos

Muitas das fotos aqui usadas foram cedidas pela bibliotecária da BMAG Eva Lima.

Outras ainda são do IPLB ou de fotógrafos do Flickr.

As fotos a negro no início de cada capítulo foram tratadas a partir de trabalhos de Ricardo Sequeiros Coelho.

Todas estas têm indicação da respetiva autoria.

As restantes foram feitas por mim no decurso do trabalho empírico na biblioteca.

Esta investigação foi objeto de concessão de Bolsa de Doutoramento pela

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

no âmbito do



Sumário

Resumo.....	9
Introdução.....	11
Objetivos.....	15
Descrição Detalhada.....	18
Questão de partida.....	18
Problemática e conceitos; modelo de análise.....	19
Da questão ao enquadramento teórico.....	19
Tecnologia.....	21
A Internet - breve história.....	34
Mitos da Internet e contributos das Ciências Sociais.....	41
A Internet na edição	51
Internet e Leitura.....	57
Espaço	60
As relações sociais de espaço.....	61
Espaço imaginado, espaços outros: Heterotopias, Espaços terceiros, Lugares Terceiros.....	71
O espaço feito Cidade, um espaço desigual	78
A cidade no espaço globalizado, como contexto mais vasto.....	84
Comunidade – entre a nostalgia e o pragmatismo.....	88
Indiferença ou anonimato – diferença e divisão.....	93
Internet e espaço.....	96
Internet nas bibliotecas.....	110
O espaço das bibliotecas.....	118
O espaço físico das bibliotecas: edifícios.....	119
Lugares terceiros, socialmente neutros?.....	122
Leitura pública como serviço público.....	126

Biblioteca como esfera pública.....	129
Acesso aberto, paridade participativa e igualdade social.....	134
Diversidade e proliferação de públicos múltiplos.....	137
Esferas públicas, preocupações comuns e interesses privados....	138
Públicos fortes, públicos fracos – sociedade civil e Estado.....	140
Leitura pública como bem público e terreno de disputa democrática e cidadã.....	142
Pessoas nas bibliotecas.....	144
As bibliotecas públicas na contemporaneidade.....	150
Representações de bibliotecas.....	159
Abordagem concetual.....	162
Metodologia.....	163
Produção e progressão do conhecimento científico, entendidos como processo racional.....	165
Reflexividade.....	173
Complexidade.....	176
Construção do objeto e da relação com ele na prática investigativa..	178
Interpretação.....	178
Intersubjetividade.....	180
Opções metodológicas.....	181
Estudo qualitativo.....	184
Estudo de um caso.....	186
Construção do caso.....	190
Técnicas de recolha da informação.....	192
Observação participante.....	192
Entrevistas.....	194
Desenhos.....	197
Registo fotográfico	197
Análise documental.....	198

O caso Biblioteca Almeida Garrett – lendo uma biblioteca.....	199
A cidade.....	199
O projeto.....	204
Edifício e inserção na cidade.....	208
Espaço proporcionado.....	214
Referências e conceitos.....	219
Espaço apropriado.....	222
Apreciação global.....	224
Envolvente – localização, acesso.....	227
As emoções – encontrando as palavras das coisas.....	229
Convivialidade.....	232
Personalização, privacidade, vigilância.....	237
Regulação social de condutas e regras tácitas nas salas – fazer aquilo para que isto foi feito.....	244
Criando uma atmosfera de leitura – estar em 'su sítio'.....	251
Leitura como prática integrada na esfera pública – na biblioteca me ancore.....	260
Leitores e leituras.....	263
Leitores ocupacionais – abelhas.....	266
Leitores passeantes – borboletas.....	269
Leitores recreativos – pardais.....	273
Leitores estudantes – formigas.....	277
Leitores estudiosos – mochos.....	279
Leitores informados – gatos.....	280
Um grupo especial – residentes.....	282
A Internet na BMAG – como é apropriada, para que serve.....	287
O espaço da BMAG na Internet.....	287
Internet e biblioteca: usos e representações da biblioteca.....	291
O que é uma biblioteca?.....	292

O que é um utilizador/a?.....	306
Conclusões.....	311
Propostas de intervenção.....	317
Área Multimédia.....	317
Fragilidade social, pessoas especiais.....	318
Diversidade social.....	319
Espaço virtual.....	320
Serviço com apoio e formação.....	321
Anexos.....	323
Anexo A – Grelha de observação de campo.....	323
O espaço.....	323
Anexo B – Guião das entrevistas sobre Espaço.....	325
Anexo C – Guião das entrevistas sobre Usos de Internet.....	329
Bibliografia.....	331

À minha Mãe
que me ensinou que
ser mulher é termos de nos esforçar a dobrar

Resumo

Apresenta-se investigação, teoricamente orientada e empiricamente suportada, explorando e desenvolvendo possíveis relações entre usos da biblioteca pública, nas vertentes do uso de recursos documentais, do espaço e da Internet, por um lado, e, por outro, as suas representações.

Recorrendo a uma abordagem qualitativa, aplicou-se o método de caso alargado, de Michael Burawoy, à Biblioteca Almeida Garret na cidade do Porto. As ferramentas de recolha de informação foram entrevistas semiestruturadas, em profundidade, análise de desenhos de crianças, observação, análise documental de textos oficiais e fotografia. Entrevistaram-se vários leitores e leitoras, incluindo não-utilizadores de Internet, responsáveis, técnicos e pessoal de atendimento da biblioteca, assim como o arquitecto.

Como resultados intermédios são apresentados vários perfis de utilizadores e é avançada uma explicação para a génese e funcionamento dum sistema tácito de regulação de condutas, sobretudo no que ao ruído diz respeito. Como resultado final conclui-se que não há nenhum «impacte» claramente disruptivo induzido pela Internet nas representações recolhidas e analisadas,

colocadas em relação com as alterações recentemente registadas nas práticas leiturais: algumas imagens representacionais há em que a Internet reforça a imagem tradicional de biblioteca como organização enciclopédica, como conjunto de recursos diversificados; outras há em que, se o seu uso contribuirá, por um lado, para esse reforço, por outro, atualiza e democratiza essa representação pela abertura a práticas não eruditas e pela propiciação de usos recreativos, ou ainda de usos comunicacionais e instrumentais baseados na Internet; em situações mais extremas, quando biblioteca e Internet se usam como termos sinónimos da gramática representacional, sem essa tecnologia a biblioteca não faria naturalmente sentido; mas, no extremo oposto, o seu uso vulgarizado e intensivo não é pensado como compatível com uma imagem de instituição dedicada à cultura, entenda-se neste caso cultura cultivada, sendo termos quase antonímicos. As modificações na frequência e nos usos da biblioteca pública, estão antes associadas de forma clara ao surgimento de novos tipos de leitores e leitoras que refletem as alterações na composição social urbana e nos modos de viver na cidade. Conclui-se assim que a biblioteca sem Internet não seria tão pública, ou não existiria de todo no panorama de alguns, e que aquilo que é, e poderá continuar a ser, encontra reforço precisamente na provisão pública de acessos e serviços de Internet de forma aberta e gratuita, e, se necessário, com apoio à navegação.



Introdução

Um telefone toca, ninguém atende. Levantam-se várias cabeças, há olhares reprovadores. Nas outras mesas retoma-se a leitura. O ambiente é calmo. A luz entra pelas janelas decidida mas não agressivamente. Nas mesas do fundo todos os lugares estão ocupados: ali há Internet. Gente de todas as idades, de ambos os sexos embrenha-se nos ecrãs. Há quem use o correio eletrónico, sobretudo usa-se o correio eletrónico. Não se desperdiça tempo, os períodos de conexão são contados, há gente à espera. Pelo meio das estantes, entre a Filosofia e a Literatura Estrangeira, jovens conversam

sussurrando. Uma rapariga sentou-se no chão, folheia livros à procura duma ideia, onde estará? Nas mesas da frente há várias pessoas com portáteis ligados, alguns têm auriculares nos ouvidos, estudam rodeados dos seus livros e pertences pessoais. Um rapaz, sentado na mezanine, imóvel, a cabeça apoiada num braço, olha em frente com o olhar perdido. Um homem de meia-idade olha de soslaio uma moça de roupa vistosa e invulgar que entrou e se dirigiu a um computador. Outros, afundados em poltronas, leem jornais, há quem espreite e se ponha em posição favorável, o seu jornal favorito vai ficar livre daqui a nada. Há um homem, acompanhado do filho, que dorme: quase silêncio, hora depois do almoço, a poltrona é confortável. Como se vindo muito do fundo, um ruído abafado por vezes sobrepõe-se: há crianças a rir por perto, uma mãe corre atrás duma delas, a empregada chama a atenção a um pequeno «não se pode subir para aí em cima!». Numa mesa baixinha há dois irmãos que pintam uns soldadinhos miniatura com materiais que tiraram das mochilas, enquanto a mãe os observa. Um rapazinho joga no computador, como é habitual frequentador usa um perfil pessoal criado por si. Em baixo há vários homens a ver vídeos nas TVs grandes, recostados, as pernas esticadas, os pés cruzados; o som não nos chega, só eles ouvem. Do lado de fora duma grande abertura em vidro passeia-se um pavão, ninguém repara nele. Entrou um sem-abrigo, a sua pele tisonada indicia a falta de teto, logo atrás vêm outros. Uma mulher de meia-idade observa-os atentamente: o que está a fazer ali aquela gente?

Esta cena só é ficcionada por fazer co-ocorrer os pedaços de vida assim narrados. Eles não foram levados à cena num só mas em diversos momentos. Correspondem em tudo o mais ao observado, poderia ter sido assim mesmo, num só dia e num só momento.

Uma biblioteca pública. Muita vida, muitas vidas.

O que se faz ali ao certo, o que é permitido fazer? O que os e as leva ali? O que responderiam aquelas pessoas à questão: «explica-me o que é uma biblioteca!» ou então «desenha-me uma biblioteca!» como poderia pedir o Princepezinho de Exupéry saído dum dos caixotes cheios de álbuns infantis.

As bibliotecas foram criadas como sítios de livros, sítios de ler. Agora o que são? Um sítio onde se brinca, onde se usa a Internet ainda é uma biblioteca? Concretizo: se alguém, há vários anos atrás se sentasse numa biblioteca rodeado de sobrescritos, de papel de carta, de selos e começasse a pôr a sua correspondência em dia, isso ser-lhe-ia permitido? As bibliotecas não têm programas de correio eletrónico instalados, quem vai aí, usa os Sítios de Webmail para o fazer. Essas práticas parecem ter-se insinuado onde não eram esperadas, a Internet abriu-lhes as janelas, abriu janelas nas bibliotecas.

Poder-se-á estar perante um renovado conceito para um termo velho de séculos (*bibliotheca*)? Estará esse costumeiro uso dum velho termo a

obscurecer novas realidades e eventualmente, pelo menos para algumas pessoas, novas formas de pensar uma biblioteca?

A questão então colocou-se-me: que relação entre as práticas efetivas dentro das bibliotecas públicas atuais e a Internet? Como é usada esta tecnologia, o que mudou por isso mesmo nestes ambientes de leitura pública? Como vêm essas pessoas o que é uma biblioteca?

Uma pedagogia crítica do espaço precisa de começar por encorajar os estudantes a interpretar os espaços como **textos sociais**.

Critical Pedagogy: the spaces that make the difference, de John Morgan, 2008, p. 285.

[Os jogadores de MUD] engendraram sistemas de simbolismo e significado textual que lhes permitem atingir a compreensão apesar da ausência pistas convencionais de contexto social. Com estas ferramentas os jogadores de MUD conseguem ler nas entrelinhas do texto que formam o seu mundo virtual, perícia que é ainda mais desafiante e ainda mais crucial em tal ambiente.

Cultural formations in text-based virtual realities, de Elizabeth Reid, 1994.

Exploro a ideia de como seria se a tecnologia e, em particular, um sistema de comunicação complexo como a Internet, é concetualizado como linguagem. Com isto

quero dizer que os utilizadores não serão vistos apenas como leitores, interpretando texto técnico. Serão construídos como oradores desempenhando actos discursivos nos quais se apropriam do meio técnico para atingir os seus próprios objetivos.

Internet society: the Internet in everyday life, de Maria Bakardjieva, 2005, p. 26, (realces meus).

Em investigação anterior analisei usos adolescentes da Internet em bibliotecas públicas, ficando então por responder algumas questões (Sequeiros, 2004, 133). Nomeadamente de que forma certas práticas passaram a ser aceites ou toleradas nas bibliotecas, agora com o recurso às novas tecnologias, mas que seriam impensáveis em ambiente real. E de que forma tais práticas se associam às representações do que é uma biblioteca.

É preciso *ler* estas bibliotecas e estas leituras.

Objetivos

Das conjecturas iniciais ao desenho de nova investigação. Importava agora compreender até que ponto as apropriações da Internet pelos leitores estariam e estarão a propiciar mudanças na representação das bibliotecas como espaço de cultura, aprendizagem, lazer, sociabilidade. E ainda, entender de que modo se produzem tais mudanças e em que direção vão, analisar como

as interpretam os próprios utilizadores da Internet e outros não-utilizadores, os profissionais e os responsáveis da instituição seleccionada.

Para além destes objetivos gerais, com um desenho orientado para o enquadramento do tema em análise, foram surgindo mais uns quantos, de recorte mais fino, orientados para o desvelar de significações, de contextos afetivos dessas práticas e da sua inserção nas experiências vividas dos utilizadores. Ler e compreender.

Assim, mais detalhadamente, propus-me também, como objetivos específicos: identificar as suas práticas reais, usos e apropriações na biblioteca compreender como, em que circunstâncias e para quê utilizam a Internet, que significados lhe atribuem, que sentimentos e valores lhe associam; compreender como se enquadram essas práticas no uso geral do espaço e dos serviços da biblioteca; analisar possíveis diferenças de práticas associáveis às suas características sócio-demográficas; identificar e analisar perceções e representações de profissionais e de responsáveis institucionais sobre usos e o papel da Net na biblioteca pública; identificar possíveis conflitos entre visões de profissionais, tutela e leitores assim como analisar e interpretar as soluções adotadas; explorar até que ponto práticas e representações levam a uma alteração do conceito tradicional da biblioteca e identificar a orientação e sentido duma tal mudança - a quem afeta, em que circunstâncias e como.

E ainda, por fim, e como objetivo mais pragmático propor linhas de orientação para o modo de configurar a oferta do uso da Internet em bibliotecas públicas.

Descrição Detalhada

Questão de partida

Desenhando com mais pormenor esta grelha de leitura, a essência desta investigação pode ser sintetizada na seguinte questão de partida: *há mudanças nos usos e representações da biblioteca pública que possam estar a ser propiciadas pelas apropriações que leitores e leitoras aí fazem da Internet?*



Problemática e conceitos; modelo de análise

Da questão ao enquadramento teórico

Atualmente o uso de correio eletrónico ou de chat tornou-se não só tolerado como um dos usos predominantes da Net dentro das bibliotecas públicas. As várias interfaces web para correio estão entre os Sítios mais acessados e a muita distância dos demais, segundo alguns estudos de caso divulgados – caso duma biblioteca do Canadá (Curry, 2000) de Bury, Reino Unido (Boughey, 2000) ou das do estado de Victoria, Austrália (Hardy & Johanson, 2003). Aí como em casa o correio eletrónico é uma vertente primordial da Net.

E estas novas práticas, que parecem ter-se subrepticiamente introduzido nestes espaços, levam elas também a questionar quais as finalidades das bibliotecas públicas e a sua eventual (re)adequação a sociedades em

mudança. Para que queremos hoje em dia as bibliotecas, para que servem, o que se pode legitimamente lá fazer, como as construímos nas nossas representações mentais? Este debate, a que temos assistido nos anos mais recentes, parece-me contudo escasso e reflexões de vários autores apontam nesse sentido (Levy, 2000; Coalter, 2001; Kerslake & Kinnel, 1998; Lopes, 2001; Scrogg, 2006). Mais do que a uma reflexão e questionamento sobre estas mudanças parece assistir-se antes a uma acomodação sem questionamento a estas situações e a uma grande falta de investigação no terreno que permita saber pela voz dos próprios leitores e leitoras as finalidades que os movem.

Resta contudo saber o que pensam tanto utilizadores como técnicos e responsáveis da gestão ou das políticas bibliotecárias. Será que as novas práticas correspondem novas representações? Que desajustamentos ou tensões se sentirão a tal propósito?

Numa revisão da teoria que pudesse orientar uma abordagem informada e fundamentada a este objeto de estudo, afigurou-se-me necessário atender a três grandes categorias e à maneira como essas categorias interatuam para obter uma leitura significativa e integrada das práticas em contexto: a tecnologia Internet, o espaço e as pessoas, em particular os leitores e leitoras.

Tecnologia

Há cada vez mais leitores a usar a Net nas bibliotecas. E há muitos que lá vão apenas para a usar. Esses usos correntes da Internet suscitam a hipótese muito provável de se estarem a produzir mudanças nas bibliotecas públicas propiciadas por essa tecnologia e, dada as crescentes familiaridade e popularidade, mudanças que podem estar a desencadear outras, agora já de tipo representacional. As bibliotecas assim modificadas, as leituras assim medidas, como serão pensadas?

Para um quadro de referência teórico que permita orientar a *leitura* pretendida seleccionarei alguns pontos de vista dos estudos sociais e da filosofia da tecnologia.

Analisar artefactos tecnológicos em sociedades em que a nova tecnologia está omnipresente é por si só um desafio. Proximidade e familiaridade frequentemente envolvem a realidade com o *manto diáfano* da naturalização e do inquestionamento. Para além do mais, as ciências do social estudam habitualmente pessoas, grupos, sociedades e as relações que estabelecem entre si. Os artefactos, como objetos de estudo de direito próprio, entraram em cena recentemente e partilham agora o palco com atores e atrizes já consagrados. A isto acresce ainda o facto de que se tende a caracterizar como tecnológi-

cos os artefactos novos, ou, como nota Landow, tende-se a chamar tecnologia à tecnologia que se estranha e de que se tem medo (2006, 46).

Uma ideia de sentido comum correntemente aceite é a de que os artefactos tecnológicos são produto humano e moldam as sociedades de forma indelével, a ponto de se ter denominado períodos históricos de acordo com as novas tecnologias então dominantes: temos Idades da Pedra, do Bronze, do Ferro. Mais, aprendemos nos bancos da escola como civilizações brilhantes foram subjugadas pela força de armas feitas com tecnologias que lhes eram desconhecidas, empunhadas por obscuros protagonistas: o bronze Egípcio soçobrou ao ferro Hitita, era a explicação cabal dos manuais de História de há algumas dezenas de anos.

Num tal quadro, explicações que apontassem para abordagens não deterministas viriam necessariamente à contra-corrente.

A perspectiva em que me enquadro é a da Construção Social da Tecnologia (SCOT, no acrónimo inglês), corrente teórica que interpreta um artefacto tecnológico como uma construção social (Bijker, Hughes & Pinch, 1989). As sociedades não seriam determinadas pelas opções tecnológicas mas antes dariam forma a estas opções que só se poderiam entender entendendo primeiro o contexto sócio-técnico da sua emergência. Aqui um ponto de

partida teórico fundamental foram os estudos da História da tecnologia desenvolvidos por Thomas P. Hughes.

Um conceito distintivo desta teoria é o de *flexibilidade interpretativa* na tecnologia, conceito desenhado duma perspetiva claramente anti-determinista: subjaz-lhe a ideia de que toda a tecnologia tem concretizações possíveis, não havendo nenhuma forma única ou a melhor possível, mas antes diferentes formas passíveis de serem seleccionadas por determinados grupos sociais ao definirem e solucionarem os problemas inerentes à conceção de novos artefactos.

Questionando porque, para um mesmo artefacto, certas formas alternativas vingam enquanto outras são abandonadas, Bijker, Hughes & Pinch desenvolvem o conceito de *grupo social relevante*. Na abordagem a um novo artefacto e aos seus significados, há um grupo que configura essas questões como relevantes, como um problema a requerer solução. Grupos sociais relevantes podem ser instituições ou grupos informais de pessoas que partilham um mesmo significado atribuído aos artefactos, partilhando objetivos e estratégias específicos. Assim, as escolhas tecnológicas não se explicam pela superioridade no campo da própria técnica mas antes pela preferência que lhes é atribuída por grupos de pessoas que partilham a conceptualização dum problema técnico e da sua possível solução. Temos portanto que a explicação é descentrada da esfera puramente técnica e neutra, para a esfera do social e

das suas condicionantes e determinações. As mulheres, que inicialmente, não se pensava poderem vir a ser utilizadoras de bicicletas e a forma como influenciaram o desenho desse artefacto para que se adaptasse à sua indumentária, são um bom exemplo de como um grupo social pressionou e apontou para uma solução, de entre as várias possibilidades existentes, antes que a tecnologia estivesse estabilizada.

O sistema concetual inovador da SCOT utiliza ainda outros conceitos que será interessante abordar: *fechamento*, aludindo à estabilização do desenho e ao desaparecimento do problema inicial e que podia ser *retórico* ou *por redefinição do problema*. Como exemplos típicos temos o desenvolvimento da bicicleta e o momento da estabilização do seu desenho após pressão de vários grupos sociais relevantes. O fechamento retórico fez-se então pelas declarações propagandísticas de que o dispositivo não apresentava já quaisquer problemas de segurança. Mas esta estabilização foi reequacionada pela introdução do pneumático, por influência das corridas que, funcionando como testes, provaram a sua vantagem no amortecimento das vibrações – um fechamento, então, por redefinição do problema (Bijker, Hughes & Pinch, 1989).

A teoria formulada nestes termos precisos foi criticada por Winner (*apud* Bakardjieva, 2005) por obscurecer relações de poder, não explicando como certos grupos conseguem fazer prevalecer os seus interesses e por esquecer outras formas de constrangimento da estrutura social ao centrar a

análise exclusivamente no campo da tecnologia. Críticas que Bijker integrou ao introduzir, mais tarde, o conceito de quadro tecnológico, entendido como o sistema cultural que rodeia um artefacto. Bakardjieva entende, ainda assim, que ficou por explicar como este quadro, por sua vez, se relaciona com as condições sócio-económicas e políticas dos grupos sociais relevantes. Critica ainda a perspectiva sócio-construtivista por ignorar o papel dos utilizadores comuns na configuração da tecnologia uma vez que os grupos sociais relevantes visados integram apenas profissionais da tecnologia, relegando os utilizadores a atores de baixa inclusão, como simples utilizadores, frente à obduração das tecnologias, ou como meros consumidores.

A par destas críticas algumas investigadoras feministas apontaram a falta de perspectiva de género na teoria da construção social da tecnologia, uma vez que tomaram como terreno das suas investigações laboratórios e outros espaços de que as mulheres estavam habitualmente excluídas (Bakardjieva, 2005).

Partindo precisamente dos principais pressupostos da teoria SCOT, surge uma nova disciplina, a Filosofia da Tecnologia de Andrew Feenberg (1992). Numa postura anti-essencialista Feenberg considera que não existe uma tecnologia em si, mas que apenas a podemos pensar no contexto de um qualquer tipo de aplicação (2002, 45). Com o que se reforça a capacida-

de explicativa e integradora de teorias que enfatizam a importância da fundamentação social e histórica dos processos tecnológicos.

A Filosofia da Tecnologia, na linha de Winner, aponta à SCOT limitações por não ter tido em conta as diferenças de poder, nem a explicação política, ainda que micropolítica, para uma plena compreensão destes fenómenos, reforçando a ideia de que a tecnologia não é neutra socialmente. Por explicar ficava, por exemplo, como alguns grupos detinham a hegemonia em processos de decisão no tocante a modelos que marcaram um fechamento tecnológico, em detrimento de outros grupos.

Efetivamente, se um dos pilares do pensamento de Feenberg é a SCOT, um outro, para as questões do poder, é a de Certeau (1990). Nessa linha dá-se agora realce ao modo como uma tecnologia pode ser apropriada para usos não previstos nem desejados (Bijker, Hughes & Pinch, 1989; Feenberg, 1995), podendo propiciar mudanças de práticas, de representações, de relações sociais nos espaços onde se aplica (Feenberg, 2002).

Partindo desta base teórica, a tecnologia é de seguida desmontada de forma mais radical indo ao seu próprio núcleo: embutido no coração dos artefactos está um código técnico, uma regra que não só classifica atividades como permitidas ou proibidas, como as associa a um significado ou finalidade determinados o que por sua vez explica essa mesma classificação (idem, 76).

Assim, a tecnologia não é neutra não apenas porque não se pode dissociar meios de fins mas também porque o interior da própria tecnologia encerra já, ainda que invisibilizadas, as regras que denotam os interesses de quem a desenvolve. Os códigos técnicos demarcam e orientam as práticas e as relações subsequentes, ou seja, na abordagem de Feenberg, a tecnologia não só produz como reproduz através de valores embutidos, associados a formas de hegemonia social.

E assim temos que, se os artefactos são moldados pelas sociedades humanas, eles próprios as podem moldar com base nas propiciações reveladas no seu uso. No que se assiste a uma nova posição teórica capaz de abrir linhas novas de investigação e interpretação: a acrescer ao posicionamento básico anti-determinista, a relação humanos/artefactos é agora concebida como sendo bi-direccional, ao invés da unidireccionalidade anteriormente assumida.

É a referida ambivalência produção/reprodução que explica, por outro lado, que a tecnologia se tenha tornado um campo de resistência e reivindicação democrática, ou seja, que traz também para os usos quotidianos da tecnologia uma vertente política. Ao desvelar a possibilidade de que diferentes valores possam ser associados aos códigos técnicos, de acordo com os fins da aplicação tecnológica, estes, ao invés de estarem deterministicamente formulados, estão antes suspensos entre diferentes possibilidades (ib., 15). Mas para

Feenberg, ao invés dos social-construtivistas, a flexibilidade interpretativa não está isenta de constrangimentos, pelo contrário, e o próprio código técnico, hegemónico em dado período histórico, impõe, desta perspectiva, constrangimentos.

Feenberg abre assim um outro campo de reflexão, de vertente ética, a partir do interior dos próprios artefactos e que associa intimamente à necessidade de explicitar um posicionamento de compromisso social nas abordagens analíticas a desenvolver.

Dentro desta outra visão não determinista da tecnologia, correntemente denominada construtivismo crítico, a contextualização histórica e social e a análise das relações de poder são traços fundamentais, portanto, para a compreensão das aplicações tecnológicas. Por isso uma mudança radical de sociedade requer também, deste ponto de vista, uma mudança técnica radical. A racionalidade técnica do capitalismo é assim desmontada como uma pseudo-racionalidade, tomada de empréstimo ao mundo científico, e por isso revestida da capa da eficiência, da neutralidade e da universalidade das decisões técnicas. A esta seria necessário opor uma outra racionalização que faça valer as escolhas democráticas (Feenberg, 1992).

Fundamentando-se na teoria do poder aplicada à vida quotidiana de Certeau, Feenberg sublinha a bidimensionalidade da tecnologia onde se re-

fletem *estratégias* de gestores e administradores do estado, com base institucional de poder, e *táticas* dos que, estando-lhe submetidos, contornam por vezes esses constrangimentos e desenvolvem formas de resistência.

Através do conceito de *interesses dos participantes*, a ação e a reflexão orientadas para a realização das capacidades de livre expressão e de criatividade humanas, Feenberg explica como os atores historicamente situados e inseridos em redes técnicas, se podem dar conta de que determinadas pretensões suas, determinadas *potencialidades*, não são realizadas ou são ameaçadas. Se a noção de código técnico desvela a possibilidade de diferentes soluções para problemas técnicos, as opções técnicas revelam os interesses de grupos sociais que as conformam assim como abrem campo para a leitura das apropriações feitas por utilizadores finais.

A articulação entre a manifestação dos interesses e a sua institucionalização é explicada através da metáfora da sociedade como conjunto de andaimes de três níveis: o dos interesses dos vários grupos sociais, dentro de um quadro material onde ganham forma e de uma ordem social que estabelece privilégios para a sua concretização no interior do sistema; o dos direitos expressos em pretensões éticas e codificados em leis; e, por fim, o dos códigos técnicos. Coloca assim a *relação da ética com a técnica* não só no plano discursivo e da ação como a incorpora nos próprios artefactos.

E porque hoje em dia se assiste a uma mediação técnica generalizada, a tecnologia estende-se para além da área da produção atingindo todos os aspetos da vida social nas sociedades capitalistas, estendendo-se com ela estruturas sociais hierarquizadas e centralizadas, dando uma nova e mais ampla dimensão às questões da política técnica. Um dos traços das sociedades modernas é o controle estratégico exercido sobre ela por gestores e administradores do Estado que, recorrendo àquilo que Feenberg designa autonomia operacional, tomam decisões nas organizações independentemente dos interesses dos seus subordinados e das comunidades onde se inserem. De notar que o ponto de vista estratégico, da gestão, privilegia as considerações de controle e eficiência e perspetiva o olhar sobre o mundo em termos de apropriações, no momento da *designada instrumentalização primária*. O ponto de vista de tático, dos utilizadores finais, é muito mais rico porque procede de um mundo-da-vida da sociedade atual em que os dispositivos tecnológicos formam um ambiente quase total e onde diferentes grupos de utilizadores desenvolvem diversificadas práticas tecnológicas. Embora o poder esteja apenas tangencialmente em questão na maioria das interações, situadas em enclaves da vida em sociedade, essas resistências, temporárias e de âmbito limitado, podem pesar no futuro desenho e configuração do sistema e dos seus produtos, à medida que o uso da tecnologia se massifica. Essa margem de manobra que o ator/utilizador possui, funcionando com dimensões do objeto negadas na instrumentalização primária, denomina-se *instrumentalização secundária* (ib.,

176). Esta é situada no âmbito da dialética da tecnologia: o sistema mais vasto em que as tecnologias são empregues não é absolutamente conformado pela racionalização e pela norma de eficiência, características das relações capitalistas, mas tem uma outra face: a das potencialidades para uma autonomia tática e suas concretizações.

O sistema tecnológico dominante pode reagir às racionalizações alternativas que vão surgindo nas suas margens e que o poderiam enfraquecer de várias formas, segundo a micropolítica técnica: através de controvérsias tecnológicas que indiciam violações de direitos ou perigos para a saúde, podendo levar a reconfigurações que incorporem os valores dos que se sentem atingidos; através de diálogo inovador, que junta leigos e técnicos incorporando interesses mais amplos e diversos; ou ainda através da apropriação criativa que tem lugar quando aspetos inovadores criados espontaneamente pelos utilizadores são adicionados.

Na minha interpretação faço equivaler o termo potencialidade da tecnologia ao de *propiciação* (*affordance*) e que é recorrente na sociologia da Internet, nomeadamente em Barry Wellman (Wellman, et al. 2003). A possibilidade heurística deste conceito, que retenho, é relevante pela abertura do olhar que permite, tendo em conta não só a pretensão de estudar um terreno ainda pouco explorado cientificamente como a possibilidade da sua integração em sistemas de conceitos e abordagens não deterministas aos processos de mu-

dança tecnológica, como é o caso em exposição. Mais recentemente, aliás, Feenberg incorpora este conceito plenamente no seu discurso.

Em *Critical Theory of Technology* avança com a interessante ideia de a teoria crítica, para a qual tem contribuído, ter a virtualidade de permitir a incorporação de diversos contributos, rompendo as tradicionais barreiras disciplinares, e de ter ainda um forte pendor empírico, para além do crítico, permitindo assim a criação de frutíferas sínteses.

A teoria da tecnologia de Feenberg afigurou-se-me particularmente promissora no que toca à sua aplicabilidade no contexto das bibliotecas públicas e isto por diversas ordens de razões. O conceito de *código técnico* permite ultrapassar a aparente neutralidade e o carácter asocial, natural, transcendente duma ferramenta que estaria ali apenas para ser usada de forma indiferenciada, para passar a permitir análises de relações sociais, de poder e éticas que penetrem a opacidade criada por essa naturalização.

Sendo estas bibliotecas parte do serviço público, este quadro teórico permite atender ao seu papel social e político em inserção no presente contexto histórico e social. Contexto que é de questionamento da importância, logo do financiamento, desses serviços. Permite também ter em conta não só as políticas bibliotecárias para a leitura pública através da Internet, implícitas

ou explícitas considerando aqui o termo leitura pública como incluindo os diversos usos da Net já referidos.

Finalmente esta reflexão, com origem desde a Sociologia até à Filosofia, proporciona um quadro de referência profícuo na investigação em bibliotecas, aclarando a análise das apropriações específicas pelos responsáveis dos serviços, de um lado, e as dos utilizadores, do outro, e das possíveis tensões daí decorrentes.

Reafirmo assim a importância que atribuo a uma visão panorâmica e integrada das várias práticas que têm lugar nas bibliotecas, como uma base profícuo de conhecimento e interpretação, para ler as bibliotecas e os seus leitores e leitoras nas suas várias instâncias e facetas.

Reafirmo também a necessidade de alimentar uma visão que prepare para gerir a leitura de uma outra forma: já não com base na dicotomia livro/leitor, ou objeto/sujeito mas sim num processo interativo da leitura caracterizado por momentos vários em que leitoras e leitores se envolvem cognitiva, relacional, afetivamente com os objetos das suas leituras e com os dispositivos que as medeiam, no espaço da biblioteca pública, e com os outros que habitam e conformam os mesmos espaços sociais. Uma abordagem que permita analisar grupos de pessoas agindo num espaço enquadrado por normas e regras, que não esqueça a dimensão da ética pessoal e profissional, espaço no

qual intervêm ativamente como indivíduos dotados de autonomia e características pessoais interagindo com a tecnologia de forma diversa. Abordagem também particularmente útil para estudar os usos da Internet não necessariamente associados às finalidades programáticas tradicionais ou normatizadas das bibliotecas.

E finalmente por ser uma abordagem que orienta para a intervenção social e política na escala micro do contexto profissional das bibliotecas.

A Internet - breve história

«Ciberespaço. Uma alucinação concetual experienciada por milhares de milhões de operadores legítimos, em cada nação, por crianças a quem se está a ensinar conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de cada computador no sistema humano. Complexidade impensável. Linhas de luz ordenadas no não-espaço da mente, cachos e constelações de dados. Como luzes da cidade, desvanecendo».

Neuromancer de William Gibson, 1982, pág. 51
(primeiro registo da palavra Ciberespaço).

A Web é mais uma criação social do que técnica.
Desenhei-a para um efeito social – para ajudar as pessoas a trabalharem em conjunto – e não como um

brinquedo técnico.

Weaving the Web, de Berners-Lee, 1999, p. 123.

Uma breve nota introdutória para realçar o facto de que história da Internet é, ainda agora, terreno de disputa no que concerne não só ao grupo socioprofissional considerado principal impulsionador – teriam sido os militares ou teriam sido os académicos? – mas também quanto ao seu berço – teriam sido os Estados Unidos ou teria sido a Suíça (pelo mão dum Inglês)? Sintomaticamente, a literatura norte-americana sobre o assunto ainda hoje não refere de todo os contributos europeus ou fá-lo de modo escasso.

Não é difícil de imaginar que uma inovação tecnológica desta complexidade exigiu a concorrência de diversas invenções, assim como não é difícil de imaginar que a co-ocorrência de algumas delas, ou pelo menos a antecipação dessas invenções – caso de Licklider do MIT (Leiner, et al., 2003) e do seu conceito de Rede Galáctica, datado de 62 – possa ter sido um facto.

Duas invenções primordiais remontam a algumas décadas atrás: a teoria da comutação por pacotes desenvolvida por Leonard Kleinrock do MIT em 61 e a filosofia da arquitetura aberta, i.e., a possibilidade de se interligarem dispositivos de qualquer configuração desde que o fornecedor de acesso o permitisse.

Em 1975 a rede ARPANET limitava-se a reunir centros de investigação de alta tecnologia, num total de 2000 investigadores. A ideia era que, não tendo um centro, como nas topologias tradicionais de rede, poderia sobreviver mesmo que alguns dos seus nós ficassem comprometidos, traço particularmente importante para o Pentágono. Para os académicos os traços cruciais eram o acesso livre e o facto de que cada um poder tomar a iniciativa de aí colocar informação (Briggs & Burke, 2005). Esta era contudo ainda uma rede fechada.

A tecnologia necessária para o desenvolvimento da Internet arrancou com o lançamento de novos protocolos de comunicações, de maneira mais formal, no ano de 85, nos EUA, por iniciativa do National Science Foundation que adotou o protocolo TCP/IP. Este protocolo fora desenvolvido pelos engenheiros do DARPA (Defense Advanced Research projects Agency), Robert Kahn e Vinton Cerf em 1973, ainda no rescaldo da guerra-fria e na sequência de projetos aeroespaciais. Esta nova rede tirava proveito das experiências já realizadas pelo meio militar, pelo Departamento de Defesa dos EUA, que começaram a explorar as possibilidades oferecidas pelos recentes desenvolvimentos tecnológicos tanto em equipamentos (Ethernet), como em programas de telecomunicações e em sistemas abertos (UNIX). O TCP/IP podia virtualmente ligar qualquer rede, com base em equipamento Ethernet para ligações locais e, suportado pelo sistema operativo UNIX, interligava o conjunto.

Por esta época jogavam-se lutas duras de interesses: a legislação norte-americana anti-trust foi limitando as várias tentativas de monopolizar o mercado, sobretudo controlando e obrigando a cedências tanto a AT&T como a IBM. A par disto, dada a origem académica de grande parte dos esforços da criação da Net, como ela é hoje, criações como o TCP/IP e o HTTP/MTML mantiveram-se livres de direitos autorais.

Pelo caminho foram ficando outras inovações que viriam a ser descontinuadas como o Videotex, que só teve algum sucesso em França, e, nos EUA, de serviços de mensagens baseados em X25.

A partir de 1988 a rede, inicialmente financiada por capitais públicos, começa a poder ser usada por empresas. No ano seguinte alguns sistemas existentes de correio eletrónico ligaram-se-lhe, ao mesmo tempo que surgem três fornecedores comerciais de acesso, UUNET, PSINet and CERFNET. Entretanto outras redes comerciais, como as Telenet, Tymnet e Compuserve, ligaram-se também, tal como a rede britânica universitária JANET que abandonou então o protocolo de comunicações X25.

Em 1989 Tim Berners-Lee, cientista inglês que trabalhava no CERN, Suíça, referiu-se a uma *World Wide Web* onde vários computadores se poderiam ligar para partilha de informação (Berners-Lee, 1999). Em 1991 em parceria com Robert Cailliau, também do CERN, apresenta um novo formato

de dados, o HTML. Agora a Internet deixava de ser apenas textual – esta linguagem possibilitava o uso de multimédia a partir do hipertexto, i.e., da possibilidade de ligar documentos entre si por hiperligações que são ativadas pelo utilizador.

Note-se que já em 1945 Vannevar Bush imaginara um dispositivo, o Memex, que permitira ligar e encontrar documentos microfilmados com recurso à codificação binária, a fotocélulas e à fotografia instantânea. O hipertexto fora desenvolvido já em 1968 por Ted Nelson e Andries van Dam na Brown University, isto depois de o primeiro ter escrito sobre a sua possibilidade logo em 65. Mas a ideia ficou sem concretização por falta financiamento. A propósito desta invenção surgiu o rato como dispositivo destinado a permitir navegar de forma confortável entre hiperligações. Outra invenção que terá de esperar por mais quinze anos para que o seu autor, Engelbart, a veja concretizada.

Todas estas ideias teriam saída bem mais tarde e a Berners-Lee caberia a «tarefa», num momento em que o hipertexto e a Internet já tinham amadurecido, «de os casar» (idem, 6).

Para explorar as páginas HTML aparece um primeiro programa lançado ao público em 1993, o Mosaic do National Center for Supercomputing Applications, especificamente dirigido para esse formato, o chamado navegador ou *browser*, a que se seguiriam outros análogos. Se o HTML é uma forma

de representar o hipertexto, «o URI [Uniform Resource Identifier] dum documento faz com que o browser fale em HTTP ao servidor e então cliente e servidor têm de se pôr de acordo sobre o formato de dados que querem partilhar, para que possa ele ser partido em pacotes que ambos compreenderão» (ib., 41).

Atendendo a estas várias transformações registadas ao longo do tempo, Lorcan Dempsey (apud Thomas & Wyatt, 1999) definiu quatro fases no desenvolvimento da Internet: a partir dos 70 – foi terreno de ensaio de cientistas com grandes inovações técnicas; de 70 a 87 – tornou-se uma comunidade composta por cientistas informáticos e estudantes, com fóruns de discussão como os *newsgroups* Usenet; de 87 a 93 – é recurso universitário generalizado; de 93 em diante – torna-se infraestrutura de informação comercial com o desenvolvimento da World Wide Web.

Em 94 foi criado o Consórcio WWW (W3C) fundado pelo CERN, DARPA e Comissão Europeia dirigido por Berners-Lee, que assegurou um HTML comum face às guerras entre produtores dos maiores navegadores, Microsoft e Netscape.

Segundo as palavras de Berners-Lee, «a Web surgiu como uma reposta a um desafio aberto, através dum remoinho de ideias, realizações de muitos lados, até que, pelos ofícios maravilhosos da mente humana, um novo

conceito se enformou. Foi um processo de adição, não a solução linear de um problema bem definido após um outro» (Berners-Lee, 1999, 3).

Um dos mitos da Internet é o de que a sua história estaria associada ao contexto da guerra-fria. Se a vontade de conseguir uma rede «à prova de bomba» pode ter sido um fator em jogo, esta história é na realidade muito complexa e envolveu muitos outros aspetos. A sua génese envolveu informáticos, políticos, e financiadores num processo complexo e longo que se foi moldando a par e passo (Christine Hine, 2000).

E esta história, com muitas vezes sucede, teve os seus momentos de impulso e de paragem, ou fases de *fechamento*. Para a Sociologia da Tecnologia este conceito refere a resolução de conflitos tecnológicos, um momento em que a controvérsia em torno dum artefacto termina. Mas para Thomas & Wyatt (1999) contudo, o fechamento da Internet tem sido parcial e momentâneo, e à medida que novos grupos socioprofissionais tentaram tirar partido da Internet ela foi-se reabrindo para acomodar alterações.

Mitos da Internet e contributos das Ciências Sociais

A tecnologia Internet é ainda relativamente recente. Contudo, fica-se com a sensação de que comporta já muitos mitos com muito pouca sustentação, se se atender, ainda que de forma não sistematizada, aos usos reais que dela se faz.

Parece que o mito da facilidade, da fluidez dos resultados saídos sem esforço, está imbuído de ideologia comercial, não muito diferente da que é disseminada a propósito do marketing doutros bens e serviços comercializados em grande escala. O que no passado se vira acontecer para outros dispositivos tecnológicos, tendo-se ouvido promessas semelhantes às que agora são feitas para o ciberespaço a propósito da eletricidade, do telefone, da rádio ou da TV (Mosco, 2004).

A desmontagem de alguns mitos mais correntes far-se-á a partir de frases que exprimem as ideias de sentido comum que os sustentam.

Mitos da liberdade sem limites, da abertura e democracia

Na Internet pode-se fazer de tudo, tudo lá cabe e tudo pode ser publicado.

Um dos mitos correntes sobre a Internet está associado a uma liberdade total de movimentos não existente no mundo real. Há toda uma Netopia a encobrir a realidade social da Internet.

Notícias mais recentes nos jornais têm levantado a questão de como alguns governos, em particular, têm restringido o acesso à Net aos seus cidadãos, tanto cortando acesso a Sítios específicos como vigiando quem vê o quê (Rodrigues, 2006; Yahoo executives..., 2007; Boyd, 2008).

Toda a polémica em volta do uso de filtros no acesso público à Internet em bibliotecas tem questionado o mito da abertura também (Bastian, 1997; Cavanagh, 2005; Cooke, 2006a; Cooke, 2006b; Heins, Cho & Feldman, 2006; Sequeiros, 2007b) e é bom não esquecer que mesmo na generalidade das bibliotecas universitárias portuguesas estão instalados filtros.

Mesmo que esta abertura seja dada como adquirida, outra questão, intimamente ligada, se coloca: e o que acontece à diversidade? À diversidade das ideias, dos pontos de vista, por exemplo?

Curiosamente investigação recente levanta sérias reservas, para não dizer que afirma a possibilidade de a Internet estar a levar os cientistas a estreitecer cada vez mais os seus pontos de vista e a contribuir para a redução da diversidade de pontos de vista (Tuhus-Dubrow, 2008). Concedendo que a pesquisa em cadeia, que a hiperligação facilita e estimula, pode levar a uma abertura de perspetivas investigativas e a maior serendipidade, lembra que, grandes bases de dados fazem elencos de *tops*, dos artigos, revistas e autores mais lidos, para além de privilegiarem uma apresentação cronológica inversa, expondo mais a produção mais dos anos mais recentes. A forma muito focada de fazer pesquisa em computador produz resultados mais precisos e estreitos. Isto faz com que a investigação feita nesse contexto se pareça cada vez mais com um concurso de popularidade e se baseie em modas, nas declarações dum antropólogo.

Outro lado deste mito da abertura deriva da crença no facto de que a disponibilidade da informação – tida por total e sem barreiras – levaria à eliminação das diferenças de poder. Como faz notar Fröhlich (*apud* Herb, 2008), a propósito da comunicação científica e do movimento do Acesso Aberto, grandes empresas e grupos profissionais baseiam a sua existência na detenção e monopolização da informação como recurso estratégico. Estas novas tecnologias têm potencial, aliás, para aumentar a concentração económica e a centralização do poder. Dá até como exemplo desta situação o facto de que foi

a Internet que permitiu o surgimento dum gigante como a Amazon.com no campo da venda de livros.

A Internet é efetivamente um meio tão controlado, censurado e vigiado, pelo menos, como os tradicionais meios de comunicação, se é que o não é mais ainda – a própria tecnologia facilita esses processos.

Para além dos problemas mais claramente políticos e de liberdade de expressão, a Internet sendo *cultura e artefacto cultural* – processo e produto – no dizer de Hine (2000), reflete e mimetiza as desigualdades do mundo real. Muito se tem escrito sobre as barreiras de índole económicas no acesso – a divisória digital tem sido um tópico muito desenvolvido. As causas da pobreza em informação e da divisória digital são efetivamente de ordem económica, cultural e cognitiva (Yu, 2006).

As barreiras de género foram também reconhecidas pelos estudos sociais da Internet, sendo particularmente interessante o trabalho pioneiro de Susan Herring (2004) que refere a forma como frequentemente as mulheres eram objeto de comportamentos agressivos e por vezes insultuosos por parte de utilizadores masculinos, no âmbito de listas de discussão eletrónicas. Para além de concluir pelas diferenças de estilos comunicativos na Net entre géneros, Herring conclui também que, diferentemente das mulheres, muitos homens não consideravam ofensivo mas antes natural esse comportamento, conhecido

no meio por *flaming*, e que refletia, no fundo, um transporte da *velha bagagem* para além da *fronteira eletrónica*.

Quase todos os estudos sobre usos feitos até aqui referem diferenças na distribuição dos utilizadores por géneros, com maior peso para o sexo masculino. Contudo, em 97, estudos indicavam que a presença feminina na Net era de apenas 20% da utilização total na Europa (Morahan-Martin, 1998). Segundo Resnick (apud Goulding & Spacey, 2002) as mulheres defrontam-se com maiores barreiras económicas para além dos diferenciais no tempo disponível para usar a Internet.

Por outro lado os próprios conteúdos de diversão têm uma marca de género, em alguns casos muito forte, como no caso dos jogos eletrónicos, o que pode desmotivar a participação feminina (Agosto, 2004).

E por fim apenas uma breve referência àquele que é um dos temas mais «quentes» da Internet: o dos direitos de autor. Este campo reflete também lutas de grupos de interesses diferentes, com tomadas de posição nem sempre consensuais: se há produtores que advogam que o descarregamento de obras sem pagamento de direitos está a arruinar o setor artístico, há também vários produtores que optaram pela tática, do pragmatismo talvez, de usar os descarregamentos livres de partes de obras como ferramenta promocional de vendas – é o caso sobretudo de algumas editoras discográficas e de

alguns filmes. A par disto, é na Internet que se difundem as licenças Creative Commons para autores que queiram partilhar o seu trabalho sem direitos patrimoniais mas salvaguardando direitos morais.

Mito da facilidade e da auto-aprendizagem intuitiva

Navegar é fácil, é intuitivo, aprende-se sozinho. Os jovens, esses sabem tudo, os alunos até ensinam os professores.

Num estudo recente da British Library e do JISC (Joint Information Systems Committee) concluiu-se claramente pela existência de barreiras de capital escolar e mais especificamente de literacia informacional no acesso à Internet (2008). Efetivamente, ao contrário de um outro mito, os jovens não nascem ensinados nem exibiam, à partida, nenhuma vantagem específica na facilidade em navegar eficazmente na Web. Efetivamente usam muito a Internet nos seus trabalhos escolares, usando agora menos a biblioteca, com os livros continuando a ser a principal fonte de referência dentro das bibliotecas. Mas verificou-se em simultâneo que os nascidos depois de 93 (geração Google) não avaliam ou têm dificuldade em avaliar a validade das fontes das suas pesquisas na sequência do uso dos motores de pesquisa, em determinar a relevância do que encontram, desconhecem formas eficazes de fazer interrogações – usam linguagem natural e frases completas em vez de palavras-chave ou categorias – e não revelam maior literacia informacional do que as gera-

ções surgidas até aos anos 80 (geração X) e nos 90 (geração Y). Em concreto, concluiu-se que, ao nível das TIC, usam sobretudo os processadores de texto e os programas de navegação na Net, mas que cerca de 60% apenas sabe usar uma folha de cálculo ou fazer apresentações automáticas e que só 25% sabe construir páginas Web.

Anteriormente, já Scrogam (2006, 10) corroborara Riley quando afirmava que, apesar de haver mais proficiências nas pesquisas feitas nas bibliotecas, «as únicas pessoas que fazem algum uso das opções avançadas de pesquisa são os programadores de motores de pesquisa e os bibliotecários».

Mito da alienação, da dependência e da des-sociabilidade

Metem a cabeça naquilo e não pensam em mais nada.

Parte do discurso negativo sobre os usos da Internet, sobretudo pelos mais jovens, anda associado a visões também negativas de lazer. Ana Maria Niccolaci-da-Costa (2002a; 2002b) analisa bem esta questão vincando como esses discursos podem mesmo ser interiorizados por quem usa a Net intensivamente. O início desta polémica está associado às publicações dos psicólogos norte-americanos Young & Greenfield que defenderam o surgimento dum novo comportamento compulsivo e duma *dependência da Internet*, nos anos 90, especialistas que entretanto abriram clínicas dedicadas ao seu tratamento. Seguiram-se-lhe estudos de mais dois psicólogos, Kraut e Nie que con-

cluíam pelas consequências negativas para a sociabilidade em ser um utilizador frequente da Net. Contudo estas perturbações não foram, até ao momento, listadas como doença mental pela American Psychiatric Association, dada essa posição não ser aceite de forma generalizada pelos especialistas.

Mas mais recentemente, sobretudo a partir de 2000, a investigação tem contestado estes resultados e proposto uma visão completamente diferente do problema. Tanto psicólogos, como sociólogos e especialistas da comunicação têm feito ver como, quando se está *online*, não se está «desligado» do mundo, pelo contrário, se está a maior parte do tempo a comunicar com outros através do correio eletrónico e do chat, e sobretudo a comunicar com familiares e amigos. Cristopher Weare, especialista em comunicação social criticou a forma precipitada como a imprensa deu eco a estudos mal fundamentados de Kraut e Nie (apud Niccolaci-da-Costa, 2002a). Nas pesquisas conduzidas por Niccolaci-da-Costa surgiram pessoas que reconhecem tirar prazer do facto de estarem ligadas embora se sentissem constrangidas pelos discursos e juízos da pretensa dependência e sobre a inutilidade do tempo assim despendido. Essas pessoas tinham aliás já aprendido a usar táticas para proteção da sua privacidade *online*.

O papel positivo desta atividade na criação e manutenção das relações tem sido confirmado, entre outros, pelos trabalhos de Gustavo S. Mesch e Ilan Talmud (Mesch, 2001; Mesch, 2002; Mesch & Talmud, 2006), de Janis

Wolak, Kimberley J. Mitchell e David Finkelhor (2002; 2003) e de Guadalupe Victorica et. al (2004). O estudo de larga amplitude Pew Internet & American Life Project (Lenhart, Rainie & Lewis, ca. 2001) revelou que cerca de metade dos adolescentes entrevistados sentiram que a Internet contribuíra positivamente para a relação com amigos e que a mais de um quarto tinha ajudado a alargar a rede de amizades, assim como que não afetara muito as relações familiares – a alguns ajudou mesmo a resolver problemas desse âmbito. Estudo posterior para a mesma entidade (Boase, et al., 2006) reforça esta ideia e acrescenta que, ao invés do que se poderia pensar, esta nova atividade substituiu parte do tempo consagrado a atividades relativamente sociais como dormir ou ver TV. Também Jonathan Gershuny (2003), no caso do Reino Unido, concluiu que o acesso à Net não tinha consequências negativas na sociabilidade. Em relação à Catalunha, Manuel Castells et. al. (2002) concluíram que «o uso da Internet não diminui a sociabilidade, pelo contrário. Em concordância com dados de outros países, os utilizadores da Internet têm mais amigos e mais atividade social que os não utilizadores. [...] Considerando a minoria daqueles que na amostra se sentem deprimidos ou socialmente isolados no último ano, os utilizadores da Internet experimentam menos esses sentimentos que os não utilizadores».

Um aumento do uso da Internet provou estar associado a diminuição do uso da televisão, mas ao aumento da leitura de jornais e à audição de

rádio assim como ao convívio com amigos, sem aparentar ter implicação nas atividades físicas ou na interação com familiares, segundo painel realizado em 1999 em Singapura por Lee & Kuo com 1250 estudantes do secundário (2002). Comparações entre essas atividades em dois momentos separados por um ano de distância levou os investigadores a concluir que, para além do amadurecimento e desenvolvimento próprios dessas idades que podem explicar uma progressivo interesse pelo acompanhamento de notícias, o uso da Internet estaria a incentivá-los a informar-se mais através de outras fontes. Também a sociabilidade com amigos se via reforçada pelas ferramentas tecnológicas.

Outro aspeto importante a reter nas formas de lazer atuais é a crescente importância da multitarefa. Como lembram Ross, McKechnie & Rothbauer (2006) num inquérito feito no Canadá em 1981 sobre uso do tempo grande parte deles reportaram que algumas dessas atividades se sobrepunham, podendo chegar a quatro em simultâneo. Dentro dessas atividades algumas foram consideradas primárias, outras secundárias. Enquanto a leitura de livros era mais uma atividade primária, ver televisão ou ler um jornal ou revista eram secundárias, ou seja desenvolviam-se concomitantemente com outras atividades.

Convém notar que os receios espoletados pelo aparecimento de novas tecnologias não são novos e é isso mesmo que George P. Landow salienta, lembrando que também o livro é tecnologia, naturalizada agora pela

acostumação que sentimos já, mas demonizada também em tempos idos. Frisando como a tecnologia é indissociável da sociedade que a produz, alerta para o facto de que se tende a ver como tecnologia «apenas a tecnologia de que se tem medo» (2006, 46).

Recordemos, por exemplo, a frequência com que a leitura de romances (que podem assumir o duplo sentido da palavra) era condenada por mentes puritanas como sendo funesta, especialmente para as mulheres.

Precisamente porque esta tecnologia é usada esmagadoramente para fins comunicacionais, foi cunhado o termo *tecnologia de relação* para se referir à Internet (Gil, et al., 2003).

Sobretudo quando em espaços de uso público, os navegadores não estão necessariamente solitários: em investigação anterior pude também verificar como adolescentes numa biblioteca pública usavam a Internet em diádes ou grupos de colegas ou até de forma delegada, a pedido de terceiros (Sequeiros, 2004).

A Internet na edição

O homem que usa o sapato é que sabe que aperta e onde aperta, mesmo que o especialista sapateiro seja o melhor juiz sobre como o problema será remediado. Um governo

popular criou pelo menos espírito público, mesmo que o seu sucesso em informar esse espírito não tenha sido grande.

Uma classe de peritos está inevitavelmente tão afastada dos interesses comuns que se torna uma classe com interesses privados e conhecimento privado, na qual as questões sociais não são conhecimento algum. A urna é, como muitas vezes se diz, um substituto para as balas. Mas o que é mais significativo, essa contagem de cabeças leva a um recurso anterior a métodos de discussão, consulta e persuasão, enquanto a essência do apelo à força é cortar no recurso a tais métodos. [...]

A necessidade essencial, por outras palavras, é a melhoria dos métodos e condições de debate, discussão e persuasão. Esse é o problema do público.

Public & Its Problems, John Dewey, 1954, p. 207.

Alguns apontamentos ainda sobre a questão da edição no tempo da Internet. Assiste-se neste momento a movimentos opostos que de alguma forma refletem as forças dos vários campos de poder em jogo. Muito está ainda por decidir e as opiniões de peritos contradizem-se e entrecrocavam-se.

Entretanto novas bibliotecas digitais vão sendo construídas, com os EUA habitualmente a encabeçar os projetos, por vezes de índole internacional. Ao pioneiro Projeto Gutenberg juntaram-se recentemente os projetos cole-

tivos Europeanna (<http://www.europeana.eu/portal/>) e World Digital Library (<http://www.wdl.org/pt/>).

Aplicação particularmente útil do digital é a da disponibilização de documentos raros e antigos, de imagens dos manuscritos originais, passando por cima das restrições até aqui impostas pelo conflito entre conservação e difusão. Como referia artigo recente da imprensa agora pode-se *clicar no passado* (Alter, 2009). De forma muito curiosa um monge beneditino, a percorrer o Oriente para digitalizar raridades, ao ser entrevistado nessa peça jornalística refere como a tecnologia que está a utilizar agora se alinha na continuidade do papel tradicional dos monges copistas.

Essas bibliotecas, coleções virtuais de documentos, são na realidade *construções distribuídas da mente* e já não edifícios físicos (Koehler, 2004). A par duma disseminação cada vez mais barata, as tecnologias do digital estão também a transformar o leitor/a e as pessoas intermediárias nesse processo de leitura. O que só era acessível em condições extraordinárias a especialistas privilegiados, está agora ao alcance virtual de qualquer pessoa. O que, pelo menos, dá margem para alguma especulação – um leitor daquele artigo comentava: «aposto bom dinheiro em como aprendemos que a maior parte do que conhecemos como 'história' foi fabricado ou grosseiramente distorcido».

O projeto da Google, em curso, de digitalizar livros em parceria com universidades e bibliotecas oferece *um doce* aos leitores em geral, no que se assemelha ao sonho da difusão do conhecimento das Luzes, segundo alguns (Darnton, 2009). Mas há receios fundamentados de que tal possa levar a curto prazo a um monopólio indesejável sobre um recurso de dimensão e valor incomensuráveis. De novo a tecnologia parece ajustar-se como um luva aos fins da concentração económica. E o doce pode revelar-se indigesto. Este é um caso típico dos jogos de poder a que aludi antes.

Ao nível da edição científica, pelo contrário, há um forte movimento a manifestar tendência oposta: o argumento de que se a investigação é financiada publicamente então deve ser colocada ao serviço do público, que já a pagou, tem impulsionado um número crescente de unidades de investigação e universidades a aderir ao chamado Acesso Aberto. Grandes bases de dados, geralmente de auto-arquivo, acolhem artigos, monografias e material didático que é assim disponibilizado gratuitamente em vez de ser entregue pelos autores, sem retribuição por isso, para serem editados por grandes grupos editoriais, cada vez mais concentrados. Acresce a isto que esses trabalhos estavam a ser vendidos a preços alucinantes por meio das assinaturas de periódicos científicos vendidas às bibliotecas das universidades que, na realidade, tinham sido as verdadeiras produtoras dessa informação. Para já, o efeito nesses preços fez-se sentir e pela primeira vez, nas últimas décadas, começaram a des-

cer a pique, ainda que esta descida possa ter sido maquilhada pela adesão a consórcios em lugar da aquisição por instituições isoladamente.

Que as tecnologias da edição eletrónica podem não estar a ser usadas para inovar, reproduzindo-se no digital o sistema de legitimação e credenciação existente na edição académica em papel, desde a revisão por pares até ao impacte medido através do número de citações, é a crítica que alguns autores avançam (Maron & Smith, 2008). Particularmente contundente é Agger que interpreta como uma usurpação de autoria a revisão científica feita em muitas publicações, para além de lhe atribuir um carácter eminentemente conservador (1999). Por outro lado há novas tendências da Web 2.0 a despontar, baseadas nomeadamente no sistema de comentários e fóruns como metadados da publicação. Há modelos de avaliação da produção científica novos, já implementados em algumas universidades, precisamente com base nas ferramentas que a edição especificamente eletrónica proporciona, caso da contagem do número de descarregamentos, do número e extensão dos comentários de pares, etc. (Roberts, 1999; Cormode & Krishnamurthy, 2008; Young, 2008).

Um outro tema, recorrente nos últimos tempos, tem sido o do declínio dos jornais em papel, e o crescente deslocamento dos leitores, sobretudo dos mais novos, para as versões na Web. Na falta de anunciantes e na falta dos habituais leitores, os jornais norte-americanos, em particular, têm vindo a invocar dificuldades financeiras crescentes (Alterman, 2008). O que têm vindo

a ensaiar é, frequentemente, a aproximação a blogs muito lidos, com eventuais contributos de bloggers nas suas edições.

Segundo dados do Pew Research Center for the People and the Press, neste momento há já mais leitores nos EUA a recorrerem à Internet para saber notícias nacionais e internacionais (40%) do que às edições impressas (24%), continuando a televisão a ter a liderança nesta área (70%). Mas não é assim com os jovens, menos de 30, que recorrem mais à Internet (56%) do que ao papel, tanto como aproximadamente à própria televisão (Pew Research Center, 2008).

Num momento em que as vendas de dispositivos de leitura de eBooks começa a disparar, põe-se a questão de saber como evoluirá este mercado e que consequências terá no mercado de edição tradicional. Por analogia com as transformações no mercado da música – os descarregamentos gratuitos de muitos temas levariam a que os proveitos se deslocassem da edição para a venda de actuações ao vivo e de *merchandising* – poder-se-ia esperar que o modelo de negócio se altere substancialmente como se alterem, no sentido da descida, os preços desses livros digitais (Krugman, 2008). Este formato permite ainda uma noção flexível da edição de manual escolar, com a possibilidade para os docentes de adaptarem os conteúdos a seu grado – colectâneas de excertos, material de apoio à medida, etc. (Lyman, 2010).

Internet e Leitura

Curiosas são também as conclusões do já citado estudo da British Library e do JISC (2008): os leitores, não só estudantes como professores, mudaram a forma como leem. Os primeiros, da Geração Google, afirmam gostar mais de ler no ecrã do que no papel. E tanto uns como outros esperam gratificação instantânea, procuram uma resposta imediata e não um determinado tipo de documento, usando formas avançadas de navegação e assumindo novas formas de leitura em-linha ainda difíceis de reconhecer e entender completamente. Para além disso esperam uma conectividade a tempo completo, entregam-se à multitarefa, estando em permanente contato pela Rede com os seus próximos.

Uma explicação avançada para algumas destas questões é a de que as crianças são iniciadas nos computadores através dos jogos, mantendo portanto posteriormente expectativas de entretenimento em usos diferentes (Lewis, 2002).

Por outro lado, neste tipo de leitura através de hiperligações, grande fluidez não significa grande facilidade. Efetivamente para ler hipertextualmente é necessário ter-se a capacidade de construir mapas conceituais e redes semânticas (White, 2007) o que requer amadurecimento cognitivo – as crianças poderão não o conseguir fazer.

Para além disso requer-se uma capacidade de memorizar por onde se vai navegando. Segundo teoria desenvolvida por Ong (*apud* White, 2007) este tipo de literacia requer um modo de pensar que era útil nas culturas baseadas na oralidade: a memorização e as mnemónicas eram necessárias aí, a linguagem requeria a capacidade de «reevocar, sendo contextual mais do que abstrata, agregadora mais do que analítica e próxima do sujeito mais do que distanciada dele». O hipertexto privilegia a recolha de informação em detrimento do pensamento lógico e analítico característico das culturas do impresso, naquilo que denominou uma oralidade secundária. Daí que a desorientação que o leitor do hipertexto geralmente sente, o modo como *pica* sobre pedaços de texto de modo não sequencial, andando para a frente e para trás e voltando ao mesmo ponto várias vezes, sem ter em conta as unidades textuais, possa ser uma desvantagem, sobretudo pedagogicamente falando, do hipertexto.

Os livros digitais ainda estão longe de seduzir muita gente, apesar dos esforços de marketing das principais empresas interessadas. O papel continua a parecer um bom suporte, prático, fácil de manipular e de ler em quaisquer condições – mesmo sem corrente elétrica nem ligação à Rede.

Muitos dos livros editados digitalmente acabam a ser impressos para serem lidos com mais comodidade. Aqui pode-se falar mais em distribuição digital do que em edição digital, uma vez que o papel acaba por ser o suporte em fim-de-linha.

E há até registo de casos extremos de reação dos leitores à conversão digital: notícia recente dava conta do protesto organizado por utilizadores da biblioteca da Universidade de Ohio que não querem que os livros em papel sejam abandonados em favor das edições digitais, apesar das observações feitas pelos responsáveis de que já não dispõem de mais espaço para os colocar nas estantes (Hutchins, 2009). São conhecidas as reações de estudantes portugueses perante os eBooks: a recusa na aceitação tem-se registado mesmo em alunos de cursos de novas tecnologias.

A edição digital continua a pôr problemas de conservação a prazo e sobretudo tem sempre a obsolescência tecnológica a impender sobre a sua existência, como a espada de Dâmocles. O que conseguimos ler hoje no nosso computador não será lido amanhã com novos sistemas operativos, aplicativos e formatos.

O papel tem-lhe associados portabilidade, o baixo custo e a duração no tempo. Novas formas de edição terão de superar estas vantagens com outras de forma muito clara. Para já são uma alternativa em algumas situações especiais, mas uma alternativa que se adiciona, não uma alternativa que retira o lugar a anteriores formas de suporte físico.

Espaço

«Espaço (Continuação e fim)

Gostaria que existissem lugares que fossem estáveis, imóveis, intangíveis, intocados e quase intocáveis, imutáveis, profundamente enraizados; lugares que pudessem ser pontos de referência, de partida, de origem:

O meu lugar de nascimento, o berço da minha família, a casa em que possa ter nascido, a árvore que possa ter visto crescer, (que o meu pai possa ter plantado no dia em que eu nasci), o sótão da minha infância cheio de memórias intactas...

Tais lugares não existem, e é porque não existem que o espaço se torna uma questão, deixa de ser auto-evidente, deixa de ser incorporado, deixa de ser apropriado. **O espaço é uma dúvida:** tenho de o constantemente marcar, de o designar. Não é nunca meu, nunca me é dado, tenho de o conquistar».

Species of spaces and other places, de Georges Perec, p. 91, (realce meu).

As relações sociais de espaço

Os lugares que escolhemos para ler são, em geral, espaços especiais, são lugares que criamos e recriamos para poder obter um certo recolhimento e um determinado grau de conforto para uma atividade que se exterioriza por grande imobilidade física e se interioriza numa atividade mental intensa. É certo que há quem leia até em pé, nos transportes públicos. Em sítios ruidosos, com muitas pessoas, podemos encontrar esporadicamente, gente a ler. Apesar ou precisamente por causa dessa imersão ruidosa. O certo é que os edifícios das bibliotecas são construídos expressamente para as atividades leituras e aí se espera encontrar as condições ótimas, a expressão da racionalidade técnica na produção dum bom ambiente físico.

O espaço é um conceito reconhecidamente complexo, polissémico, de contornos esbatidos. Numa primeira leitura são os aspetos formais ou estéticos os que ressaltam mais facilmente.

Mas interessa neste caso ir para além desses aspetos, que não deixarão contudo de se analisar no caso em apreço. As principais referências teóricas utilizadas para uma análise das relações sociais de espaço foram os trabalhos de Lefèbvre e de Certeau.

O grande contributo de Henri Lefèbvre para pensar o espaço consiste na centralidade atribuída às relações económico-sociais na sua formação. Por oposição ao espaço natural, «o espaço (social) não é outra coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele recobre as coisas produzidas, compreende as suas relações na sua coexistência e na sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). [...] não tem nada de ficção, de realidade ou identidade comparável à dum signo, duma representação, duma ideia, dum sonho. Efeito de ações passadas, permite ações, sugere-as ou interdita-as» (Lefèbvre, 2000, 88-89).

Assim o espaço é um produto das práticas sociais, das representações económicas, políticas e científicas – entendido como *as representações do espaço*; caso das cartas e planos, os transportes e comunicações, as informações por imagens ou signos, (idem). E o espaço são também códigos que carregam imagens, relatos míticos, o que se denomina frequentemente «modelos culturais utilizando este termo gerador de confusões: a cultura» (p. 266) e as suas expressões simbólicas – entendido agora como *o espaço das representações* (p. 90).

Ou seja, Lefèbvre propõe que se encare o espaço recorrendo a uma analogia com a análise marxista de *O Capital*: o espaço, tal como as mercadorias, é simultaneamente produto e meio de produção das relações sociais. Visto como produção, o espaço escapa ainda a análises superficiais e simples-

mente formais que opõem sujeito e objeto. «O conhecimento do espaço não se apoia no espaço como tal, não constrói modelos, tipos ou prototipos de espaços mas expõe a produção do espaço. A ciência do espaço (espacio-análise) colocará no primeiro plano o uso do espaço, as suas propriedades qualitativas. Neste conhecimento o momento crítico (crítica do saber) é essencial. O conhecimento do espaço implica a crítica do espaço» (p. 465).

E se o espaço natural tem vindo a ceder lugar ao espaço produzido, numa subordinação da natureza à apropriação pelo capitalismo, crescentemente visível, essa visibilidade não se traduz automaticamente em legibilidade. Por isso Lefèbvre insiste que, nesta leitura, se ponha de lado o caráter *fétiche* do espaço, como conceito natural e abstrato, reificado. Acede-se a essa legibilidade ao expor o processo da sua produção e reprodução e, já agora, da sua redistribuição. Análise que é complexa dado que visa, ao mesmo tempo, as *formas* (mentais) do espaço e os seus *conteúdos* práticos (sociais).

Complexidade acrescida pela proposição de que os lugares sociais, por oposição aos naturais, se «interpõem, compõem, sobrepõem e por vezes se chocam» (p.104) dada a sua importância estratégica e a relação com o tempo da sua produção histórica, assumindo tanto formas cumulativas como fraturantes.

«O espaço é significativo? Claro. De quê? Do que se deve fazer ou não fazer. O que reenvia para o poder» (p. 167). Daí que haja que ter em conta não só o espaço da propriedade como o espaço da apropriação.

O modelo de análise que propõe apoia-se em três vertentes metodológicas, tantas quantos os conceitos gerais que moldam o espaço, forma, estrutura e função, vertentes que se associam numa relação dialética; ou, dito doutra forma, a sócio-análise do espaço passa pelo espaço percebido, pelo espaço concebido e pelo espaço vivido. Esta abordagem dialética permite ir além tanto do carácter abstrato da sua aceção comum, como da tecnicidade dos saberes especializados que oculta a dominação: «O espaço não diz tudo. Diz sobretudo o interdito (inter-dito)» (idem).

Entendendo assim que «o espaço é a morfologia social», defende que se analise criticamente o espaço de forma holista, quebrando a fragmentação das análises que tem por base o tecnicismo, ou uma pura análise formal, estética, que oblitere o conteúdo. Porque «isto é contentar-se com ver um espaço sem o conceber» (p. 112). No primeiro caso teríamos uma metonimização do espaço (tomar a parte pelo todo), no segundo uma metaforização excessiva, que levaria a que «os corpos dos utilizadores» fossem «esvaziados pelos olhos», pelas imagens, signos e símbolos, numa sobreinformação que esvazia o espaço da vida e do desejo de quem o habita.

Se se atender a esta concetualização do espaço social, atenderemos ao encontro do que é produzido pela natureza e pela sociedade, seja em cooperação seja em conflito. Se esse *espaço-natureza* justapõe e dispersa, o *espaço-social* reúne em volta dum ponto, tal como a cidade reúne as multidões, os produtos, os mercados, os atos, os símbolos (p. 121). Esta visibilidade do espaço torna difícil contudo a sua legibilidade como espaço de relações.

Uma tal análise fina requer que se ultrapasse o que é aparente e se passe ao invisibilizado, às relações entre todo e partes, entre micro e macro, entre privado e do público (p. 184). Há que atender às relações do espaço em produção, para além das relações do espaço já produzido. Esta leitura, expondo os possíveis desfasamentos entre significado e significante que é preciso decodificar, é que poderá permitir para passar do espaço de representação à representação dos espaços (p. 186).

Como sintetiza Teixeira Fernandes «a construção social do espaço é assim também uma atividade simbolizante. Inscrevem-se nele os efeitos provenientes da posição e da trajetória sociais. Ritualizadas as habitualidades das práticas, convertem-se em instrumentos de comunicação. Sem simbolismos não seria possível a vida social. A sociedade, enquanto 'comunidade de existência' e, por isso, 'comunidade de consciências', tem necessidade de se exprimir em 'emblemas materiais' e em 'representações figuradas'. Vai, deste modo, reconstruindo o espaço social e reencantando o mundo» (1992).

A vertente da apropriação do espaço é central para Michel de Certeau (1990, 139-142) e permite, de par com o contributo de Lefèbvre, enriquecer o modelo de análise. Afirmar que pretende atingir um «conhecimento duma outra espacialidade, dado pela experiência ‘antropológica’, poética¹ e mítica do espaço, que seja aplicado às práticas, não orientadas pelo espaço geométrico e geográfico das construções visuais, mas sim para uma forma específica de operações (de ‘maneiras de fazer’)». Faz então apelo à cinestesia e ao sentimento para que a narrativa assuma essa outra vertente no relato do espaço. Em vez dum espaço meramente visitado temos assim um espaço feito, efetivado.

Um outro traço fundamental do seu pensamento é o que resulta da relação entre estratégia e tática nos usos quotidianos. Uso opõe-se a consumo: o segundo traduz os produtos comerciais de quem detém o poder de impor a ordem na cultura (as elites culturais); o primeiro as práticas teimosas, de artimanhas quotidianas de quem utiliza esses produtos contornando-os e resistindo-lhes, criando assim afastamento, nomeadamente através da vulgarização ou da degradação. «No caso do consumo poderíamos quase dizer que a produção fornece o capital e que os utilizadores, como locatários, adquirem o direito de fazer operações sobre este fundo sem serem proprietários» (idem, 55).

¹ no sentido de prática transformativa

Tudo isto inscrito numa rede dinâmica de relações de poder mais do que como elemento dentro dum sistema enquadrador. Interesses e desejos diferentes podem tornar insensatos os usos dum espaço predefinido; há que, para tanto, «tomar em conta a maneira como se usa e não tanto o que se usa», e recorrer à categoria «trajetória, entendida como sucessão diacrónica» e não como figura que une pontos no espaço (ib., 58).

Estratégia é o cálculo das relações de forças que se torna possível pelo isolamento concetual dum sujeito com querer e poder (instituição, cidade, empresa). O que requer um *lugar* circunscrito como *próprio* (de si-mesmo) donde opera racionalmente e donde se liga (se opõe) ao ambiente *externo* (ib., 60). *Tática* «é a ação calculada que a ausência dum próprio determina», não tendo um lugar seu, usa o do outro, «é movimento no interior do campo de visão [panótica] do inimigo, em suma uma arte do fraco» (ib., 61).

Esta é para si uma forma de escapar às leituras científicas que enfocam demasiado a homogeneização e a repressão, de forma muitas vezes obsessiva e exclusiva; tendência explicável pelo facto de a academia ser, ela própria, uma instituição inserida no sistema dos mecanismos repressivos. E porque «a paisagem imaginária dum investigação tem valor, mesmo que não tenha rigor», ao manter presente a estrutura dum imaginário social questionado pelo estudo do que se passa no interior da sociedade e ao abandonar uma perspectiva *lateral* característica do aparelho técnico (ib., 67).

Para Certeau *lugar* é «a ordem (seja qual for) segundo a qual os elementos se distribuem nas suas relações de coexistência». Se uma coisa não pode estar no lugar de outra, «a lei do próprio reina»: os elementos estão ao lado uns dos outros. «Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições». Já para o *espaço* requerem-se «vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo». «O espaço é o cruzamento de [coisas] móveis. É de alguma forma animado pelo conjunto de movimentos que aí se desenrolam. É espaço o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunscrevem, o temporizam e levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais». Não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade dum *próprio*. «Em suma o lugar é um espaço praticado» (ib., 172-3).

Segundo o mesmo autor, nos discursos sobre viagens e itinerários a descrição oscila entre os termos duma alternativa: ou *ver* (é o conhecimento duma ordem dos lugares) ou então *ir* (são ações espacializantes) mas os narradores nova-iorquinos privilegiam a segunda nas cartas de viagem que produziram. Nos relatos de apartamento ou de rua o que predomina é o percurso, as manifestações de espaço. Mas nestas narrativas, ao lado das referências à imposição duma geografia preestabelecida, anda sempre associado o fazer um espaço que apesar de tudo se consegue fabricar e produzir.

Sabendo que estabelece analogia profunda entre espaço e texto

(ambos legíveis e inscritíveis), o papel do relato é autorizar o estabelecimento, o deslocamento ou a ultrapassagem das demarcações anteriormente criadas. O relato abre, por um lado, um teatro de legitimidade às ações efetivas (ib., 183). E permite também discernir *fronteiras* e *pontes*: um espaço (legítimo) implica uma exterioridade (estranha/estrangeira); contem *regiões* com interações, constituindo os actantes «uma rede de diferenciações uma combinatória de espaços»; a fronteira é o paradoxo da proximidade e da divisão entre corpos, «é um lugar terceiro, como um vazio, símbolo narrativo de trocas e de passagens» (ib., 185-7).

Pondo de lado a morfologia, pretende privilegiar a perspectiva duma pragmática, duma sintaxe, determinando *programas* ou séries de práticas pelas quais nos apropriamos do espaço, tomando por unidade de base a *região*, entendida «como espaço criado por uma interação». [... N]um espaço há tantas 'regiões' quantas as interações ou encontros entre programas (ib., 185).

Os actantes partilham os lugares ao mesmo tempo que os predicados (bom, manhoso, ambicioso, tolo, etc.) e os movimentos (avançar, subtrair-se, exilar-se, virar-se, etc.), como jogo da contradição entre limite e movimento. Os limites traçam-se pelos pontos de encontro entre as apropriações e os deslocamentos, assiste-se a uma distribuição dinâmica de bens e de fun-

ções possíveis constituindo uma rede, progressivamente complexa, de diferenciações, uma combinatória de espaços.

A fronteira é paradoxalmente a divisão e o ponto de contacto entre dois corpos. Lugar terceiro, jogo de interações e de entre-vistos, «a fronteira é como um vazio, símbolo narrativo de trocas e de encontros» (ib., 186-7).

Esta leitura do espaço e do lugar como discurso sobre práticas e sobre negociação ou conflito entre práticas revela-se muito interessante de explorar, num momento em que os espaços são cada vez mais polivalentes e os leitores mais diversificados (emigrantes, estudantes; crianças, jovens adultos, reformados, ...), espaços com várias regiões, na leitura de Certeau. E também porque, ao assumir uma investigação com resultados orientados para a intervenção e a mudança se terá necessariamente de passar pela perspectiva dos próprios leitores e do seu protagonismo no fazer e discorrer sobre o espaço.

Por último, neste tópico, considerar-se-á a inserção da biblioteca no seu espaço urbano. Da configuração urbana, ao modo de inserção e acessibilidade do edifício e à sua integração no espaço urbano mais vasto (Tonkiss, 2005), porque interessa analisar as cambiantes que permitam melhor compreender, deste ponto de vista espacial, formas de atração sentidas pelos leitores e leitoras.

De seguida abordarei alguns tópicos frequentemente versados em análises sobre o espaço das bibliotecas em literatura recente.

Espaço imaginado, espaços outros: Heterotopias, Espaços terceiros, Lugares Terceiros

Primeiro há as heterotopias do tempo que se acumula até ao infinito, por exemplo os museus, as **bibliotecas**; museus e bibliotecas são as heterotopias em que o tempo não cessa de se acumular e de se alcandorar em cima de si mesmo, enquanto que no séc. XVII, até mesmo ao fim do XVII, os museus e as bibliotecas eram a expressão duma escolha individual. Em contrapartida, a ideia de tudo acumular, a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de encerrar num lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar de todos os tempos que seja ao mesmo fora do tempo e inacessível à sua mordedura, o projeto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e indefinida do tempo num lugar que não se mexeria, ah bem, tudo isso pertence à nossa modernidade. **O museu e a biblioteca são heterotopias que são próprias da cultura ocidental do séc. XIX.**

Des espaces autres. Michel Foucault, [1967], (realces meus).

O conceito de heterotopia de Foucault é por vezes invocado na literatura sobre bibliotecas (Lees, 1997; Rossetto, 2006; Silva, 2006), conceito delineado de forma relativamente difusa e que foi utilizado em nas suas obras *Des espaces autres* (1984), uma conferência de 67 e em *Les mots et les choses* de 66 (2008), esta uma obra mais do âmbito linguístico. Na primeira refere-se ao conceito de heterotopia nestes termos: «lugares reais, lugares efetivos [...], uma espécie de contra-sítios, espécie de utopias efetivamente realizadas nas quais as localizações reais [...] que se podem encontrar no interior da cultura [...] são simultaneamente, representadas, contestadas e invertidas», espaços que são «absolutamente outros» em relação a «todos os locais que refletem e de que falam. E, contrariamente às utopias que proporcionam consolação pelas possibilidades de sonho e desejo, «as heterotopias são perturbadoras, estilhaçam ou emaranham os nomes comuns, destroem a sintaxe que permite que coisas e nomes se mantenham juntos, dissolvem os nossos mitos», refere na segunda obra.

Enumerando os princípios das heterotopias, Foucault caracteriza-as como omnipresentes em todas as sociedades, sejam de crise - como os lugares de desvirginamento das raparigas e os da iniciação masculina, como as casernas - abundando atualmente as de desvio - como as clínicas psiquiátricas e as prisões. Historicamente as heterotopias vão mudando de significado, podendo converter-se num quase oposto, como no caso do cemitério: lugar sa-

grado segundo a visão religiosa é no entanto, na atualidade, um lugar afastado, uma outra cidade. As heterotopias fazem com que num só lugar real se juxtaponham vários lugares, como no palco de teatro, no jardim, no zoo. Estão associadas frequentemente a cortes no tempo, a heterocronias, caso típico das bibliotecas. Supõem um sistema de abertura e fechamento simultâneo: sendo isoladas são também penetráveis. Nas heterotopias entra-se mediante determinada permissão e determinados gestos, caso dos lugares de purificação, de exclusão real, não aparente, ou até mesmo camuflada como os hotéis. Em relação ao outro espaço têm uma função: uma função de ilusão (bordéis) ou de compensação (colónias religiosas). O barco, enquanto pedaço de espaço flutuante, é a heterotopia por excelência.

Reconhecidamente definido de forma pouco clara (Lees, 1997), o conceito tem aspetos apelativos, podendo ser de aplicação interessante pelas possibilidades interpretativas que permitam leituras outras.

A maioria dos textos sobre bibliotecas que o invocam não o emprega nem toda a extensão nem na sua completa aceção. Terezinha Elisabeth da Silva (2006) invoca a acumulação de memória, de sobreposição dos tempos, a dimensão heterocrónica da heterotopia, provavelmente a mais vinculada neste domínio.

Marietta Rossetto (2006) usa o conceito de heterotopia por lhe reconhecer aplicabilidade interessante no caso de ambientes multiculturais de lazer, caso duma biblioteca em Goodwood, Austrália. Aí, segundo afirma, mulheres imigrantes encontram um espaço outro estimulante na reconstrução das suas identidades de origem como Gregas ou Italianas agora em território australiano, espaço que propicia amizades e desenvolvimento do sentido de comunidade, permitindo ultrapassar os constrangimentos sentidos noutros lugares.

O conceito de espaço terceiro foi utilizado pela primeira vez por Bhabha em 1994 para fazer notar, dum ponto de vista pós-colonialista, como as condições do discurso fazem com que «os mesmos sinais possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de novo» (*apud* Moje, et al., 2004, 37). Assim através da linguagem e através da interação entre pessoas produz-se o terceiro espaço, podendo-se aí resistir culturalmente e desafiar conceitos dominantes de «unidade e fixidez».

Gutiérrez, Baquedano-López, Tejeda & Rivera em 1999 (*apud* Moje, et al., 2004) recorrem ao mesmo conceito, duma perspetiva também linguística, e agora para aplicação educacional. Encaram o terceiro espaço como um recurso cognitivo e social, dado que a diversidade e o hibridismo de expressões em presença na escola permitiria ultrapassar os limites da comunidade ou da domesticidade para atingir o nível dum discurso baseado na própria escola onde existe um lugar terceiro propiciado pela diversidade.

Contudo o autor porventura mais citado pelo uso deste termo, em trabalhos sobre bibliotecas, é provavelmente Edward W. Soja (1996). Apelando também ele à ultrapassagem dos binários/opostos conceitos de espaço social e de espaço físico, de espaço real – espaço primeiro – e espaço imaginado – espaço segundo – para atingir novas alternativas e novas definições dum espaço terceiro. Soja entende que as novas condições de vida, nomeadamente o carácter omnipresente das novas tecnologias, as lutas contra as várias formas de discriminação ou os novos conflitos e arranjos geopolíticos reforçam a ideia de que «a dimensão espacial das nossas vidas nunca teve tão grande relevância prática e política como tem hoje em dia», tornando patente que «somos, e sempre fomos, seres intrinsecamente espaciais, participantes ativos na construção social nas nossas espacialidades abrangentes» (p. 1).

É assim um autor que se insere numa corrente pós-colonialista e feminista, crítica. E assim sendo defende (op. cit.), baseando-se em Lefèbvre, que se construa uma *trialética do ser* na análise do social: espacialidade, entendida como produção de espaço; historicidade, com a dimensão tempo; e sociabilidade, entendida como ser-no-mundo. Espacialidade, da sua perspetiva, refere-se não só à produção social do espaço como à sua interpretação social. Ficam assim abertas as perspetivas para análises do espaço que integrem também as dimensões sociais de classe, género, etnia, ou das relações de poder. E terceiro espaço é também uma perspetiva que favorece posicionamen-

tos dos que se opõem às opressões e que se estruturam em torno dessas categorias assumindo assim qualidades não só discursivas como performativas (Morgan, 2008).

Soja (1996) aproxima os conceitos de heterotopia e de espaço terceiro pela capacidade que ambos têm de romper leituras tradicionais do espaço, tal como as visões disciplinares da Arquitetura e da Geografia. Na falta de definição precisa no conceito foucaultiano de heterotopia, vê Soja uma vantagem, a de permitir não só adicionar outros espaços – o espaço terceiro – a estas análises como, acima de tudo, a vantagem de permitir perturbar e romper com a mesmidade convencional e de pensar o espaço com outras formas, pensá-lo com alteridade.

Ainda para o mesmo termo *thirdspace* ou *third place*, um outro conceito usado, talvez com bem mais frequência em literatura sobre bibliotecas é o dos lugares terceiros de Oldenburg (1989)²: lugares que não são nem casa, nem trabalho, onde, como visitante habitual, se pode estar informalmente em público em amena interação, como acontece nos cafés, nos cabeleireiros, nos clubes (Harris, 1998; Harris, 2003; Lawson, 2004; Audunson, 2005). Caracterizar-se-iam por serem lugares neutros socialmente, despretensiosos, que não requerem credenciais especiais, onde qualquer um pode entrar. Harris e Law-

² De notar que, por vezes, o autor é citado erradamente como *Oldenberg*

son, estabelecem também comparação entre os centros comerciais, abertos, e uma abertura ideal proposta ou efetivamente existente nas bibliotecas.

O conceito de lugares terceiros é estendido à Net, estabelecendo-se analogias entre aqueles lugares físicos de interação relaxada e os lugares virtuais criados com essa mesma pretensão (Turkle, 1997; Wellman, 2001; Liff, Steward & Watts, 2002).

Na realidade o acesso às bibliotecas públicas, sendo universal no direito, não o é na prática quotidiana: desde o desigual acesso condicionado pela proximidade geográfica, ao fechamento a todos os que não reúnem os requisitos mínimos de literacia e até aos desiguais hábitos de frequência de lugares associados a um capital cultural relativamente alto.

Para além disso, investigação sociológica recente aponta para o facto de os próprios locais para passar os tempos livres, incluindo os ligados ao consumo – no caso de Portugal ver por exemplo em Estanque & Mendes (1998) – não serem abertos a todos nem socialmente neutros, mas de comportarem, pelo contrário, as marcas do social, do simbólico e do tempo histórico que os suporta e envolve, como referido em anterior trabalho (Sequeiros, 2007a).

Uma outra vertente desta questão prende-se com a forte pressão privatizadora e consumista exercida sobre o atual espaço urbano (Pirodi & Mattogno, 2002). O dispositivo sócio-espacial, o designado espaço público urbano, característico das cidades tradicionais, está agora conformado por novas relações de poder entre público e privado, sendo cada vez menos cívico e menos público. As próprias pessoas que usam espaços para atividades de consumo os veem como sendo públicos, de uso público, apesar de serem de propriedade privada. Neste novo tipo de espaço urbano, onde o consumo está hegemónico e exclui outras atividades, onde a dimensão económica retira espaço à dimensão política, a exclusão do consumo não só comporta a exclusão duma parte da vida e dos espaços públicos, como pode dar lugar a segregação cultural: se não se pode impedir o acesso ao espaço público urbano pode-se desvalorizá-lo e torná-lo menos «cívico» privando-o da sua dimensão política através duma cultura de uso baseada no consumo (idem, 2003).

O espaço feito Cidade, um espaço desigual

... mais do que alguma vez antes agora somos todos urbanistas.

Writing the city spatially, de Edward Soja, p.280.

Não seremos nunca capazes de explicar ou justificar a cidade. A cidade está aí. É o nosso espaço e não temos

mais nenhum. Nascemos em cidades. Crescemos em cidades. É em cidades que respiramos. Quando apanhamos o comboio é para ir de uma cidade para outra cidade. Não há nada de inumano numa cidade, a menos que seja a nossa desumanidade.

Species of spaces and other places, Georges Perec, p. 62.

Nascida como produto da industrialização, a cidade assume hoje a forma predominante de organização espacial dos assentamentos humanos. A nostalgia do rural é ainda notória em muitos relatos sobre a cidade «acusada» de ser o lugar onde se perderam sentimentos de comunidade, vizinhança, interesse pelo outro, proximidade afetiva e solidária, à medida precisamente que aumentava a proximidade física e que o encontro com o outro, mais do que uma fortuitidade, se tornava uma inevitabilidade. Com a indiferença instala-se também o medo e o entrincheiramento passa por matizes que vão da ocupação gentrificada dos possidentes até à guetização extrema dos excluídos.

Simmel afirmou em *Bridge and Door* que «o ser humano é a criação de ligações que tem sempre de separar e não pode ligar sem separar» (1997). Segundo aquele que foi um dos primeiros sociólogos da Escola de Chicago a refletir sobre a cidade, o desenhar dos limites faz a prática social objetivar-se em divisões de espaço, de tal forma que se pode mapear essas práti-

cas através dos contornos físicos, das funções económicas e de grupos culturais confinados, obtendo também um *traçado das desigualdades* (p. 31). Ao ler esses mapas lê-se o que neles se produziu e o que eles reproduzem.

O espírito urbano estaria submetido a sobrestímulos com consequências na estabilidade emocional dos seus habitantes o que os levaria a buscar defesa numa atitude de distanciamento, de reserva mental. De um lado está uma organização económica que monetariza e despersonaliza a vida urbana, nivelando quantitativamente e, por outro, estão as relações emocionais e os aspetos qualitativos da vida, assentes numa crescente individualização e liberdade pessoal. Neste turbilhão psico-económico o espírito moderno tornou-se, como resposta a estes conflitos e estímulos, calculista, racionalista, individualista e, epítome máxima, *blasé*, conclui Simmel em *A metrópole e a vida do espírito* de 1903. Mais do que indiferença pode tratar-se de aversão e estranhamento. A especialização funcional de cada um estendeu-se à especialização das próprias cidades gerando uma interdependência e instabilidade indesejáveis, com degeneração das personalidades, «uma regressão cultural dos indivíduos, por referência à espiritualidade, à delicadeza e ao idealismo» (2001, 41).

Wirth, um outro pioneiro na escrita sobre estes tópicos dum ponto de vista sociológico, fá-lo muito com uma visão imbuída nostalgia em *Urbanismo como modo de vida*, obra de 1938. Começa por estabelecer que «[u]ma ci-

dade pode ser definida como um assentamento relativamente grande, denso e permanente instituição de indivíduos socialmente heterogêneos» (Wirth, 1938, 8). Refere a tal propósito o modo pelo qual uma grande concentração numérica habitantes e uma densidade de ocupação espacial elevada acarretam a carência de relações que ordinariamente ocorrem entre habitantes na mesma vizinhança. A estas dimensões adiciona-se a heterogeneidade das ocupações e modos de vida que vai de par com uma tendência homogeneizadora dentro de cada grupo social. Condição que ele próprio designa por *segmentação das relações humanas* (p. 53). As relações urbanas são caracterizadas pela «superficialidade, o anonimato e o caráter transitório» (idem).

No confronto urbano/rural o urbanismo trouxe um aumento de relações com outros mas uma quebra da proporção de gente conhecida e um menor conhecimento de cada um, ficando a dependência dos outros confinada ao aspeto altamente fraccionado das suas atividades. O caráter fragmentário e a expressão utilitária das relações interpessoais levam frequentemente à anomia. Ganhando liberdade individual, na cidade o indivíduo perde personalidade, moral e sentido de participação, no vazio social da anomia referida por Durkheim.

Edward W. Soja tem-se vindo a bater pela importância da *viragem espacial* (*spatial turn*) nas análises sociais. Insistindo na importância da dimensão geográfica para a teoria crítica, até aí limitada ao recurso à História e à

Economia. O historicismo é criticado por ser uma obsessão herdada do séc. 19 que obscurece outras dimensões de análise igualmente importantes, nomeadamente o espaço, como se fosse fixo e imitável.

Na argumentação desta perspetiva recorre a Derek Gregory que afirmara que o espaço não é apenas a arena onde os conflitos de classe se exprimem, é antes do mais o domínio onde as relações de classe se constituem (Soja, 1989, 57).

Pelo que propõe que a Teoria Crítica, de influência Marxista, incorpore a vertente do espaço nas análises dialéticas sócio-históricas, na linha da reflexão de Mandel que caraterizara as desigualdades geográficas como uma das caraterísticas do capitalismo tardio (p. 64).

Analizada durante muitos anos como um organismo vivo, a cidade foi também encarada como um aspeto secundário, como o local duma história geral, e só agora se começou a pensar a cidade no que ela tem de específico, como o resultado dum *cinesismo*. Recorrendo a Aristóteles, Soja invoca o étimo *synoikismos*, «o processo ativo social e espacial que envolveu confederação cultural e política em torno dum centro territorial distintivo: uma ‘polis’, ou ‘metropolis’» (2003, 273). E o que a cidade tem de específico tem menos a ver com o seu impacte na vida social ou com o facto de que o desenvolvimento histórico se dá nas cidades mas muito particularmente tem a ver sim com o

facto de que «se gerou 'a partir' das cidades e, mais especificamente, a partir do estímulo da aglomeração urbana» (idem, 274).

Uma outra visão é introduzida por Jane Jacobs em *The economy of cities* (1969) segundo a qual a cidade seria uma forma de assentamento organizada economicamente em torno dos seus recursos próprios e nas poupanças associadas a esta aglomeração de atividades, sendo a densidade e a heterogeneidade cultural os seus mais salientes estímulos.

A ligação íntima entre urbanismo e classes sociais, entre a moderna cidade e a produção capitalista de mais-valias é a ênfase principal de David Harvey. O espaço natural é apropriado pelos detentores de capital como recurso no processo de produção capitalista. A organização espacial das cidades reflete assim as desigualdades do sistema: áreas amplas, com ar limpo e acesso a escolas de qualidade estão à disposição dos setores economicamente privilegiados que se deslocam facilmente entre diferentes zonas para trabalhar ou para lazer, enquanto as classes sociais com poucos recursos estão confinadas a áreas pouco cuidadas, com más condições de habitação e escolas fracas (1973).

A cidade no espaço globalizado, como contexto mais vasto

O sistema capitalista, nascido da denominada «expansão europeia», entre os sécs. 15 e 16, começou por ter uma base comercial para passar a uma base industrial ao longo dos sécs. 19 e 20, assumindo contemporaneamente um carácter predominantemente financeiro e especulativo, transnacional, mais do que internacional, com um novo arranjo de especialização produtiva tanto a nível regional como internacional.

O trabalho sofreu novas divisões internacionais, estando cada vez mais entrelaçado com a automatização, mais especializado no topo da pirâmide e mais indiferenciado numa ampla base mostrando como característica progressivamente massiva a precarização dos vínculos laborais.

As telecomunicações, juntamente com a informática, sustentam a mobilidade e a globalização do capital, sendo um dos setores produtivos dominantes nas economias mais avançadas.

A «fé na bondade do progresso», ideologia romântica de contornos teleológicos, transmutou-se na crença racionalista-tecnocrática na sua ine-

vitabilidade e acerto, contribuindo para um quadro geral de ideias segundo o qual «não há alternativa», TINA³.

Efetivamente a organização económica capitalista actual pode caracterizar-se como um sistema estruturado em em torno de três eixos: o crescimento, assumido como inevitável e bom, sendo a falta de crescimento sinónimo de crise; a exploração do trabalho, com o seu corolário de conflitos de classe; a necessidade duma dinâmica tecnológica e organizacional, associando inovação a lucro e apresentando uma tendência intrínseca e inevitável para a superacumulação (Harvey, 2000, 164-176).

Entretanto as tradicionais formas associativas do trabalho estão debilitadas, novos movimentos sociais dão os primeiros passos sem terem (ainda) atingido continuidade assegurada de ação.

As desigualdades de rendimento aumentaram inter e intra-países, o estado social, com diferentes graus de desenvolvimento e consolidação na Europa, tem vindo a ser desmantelado. Para além da pobreza, com velhas e novas formas, emergem formas de exclusão social plurifacetadas e persistentes.

A educação, tarefa modernizadora do Estado, abrange cada vez mais crianças e jovens, os sistemas educativos veem-se agora abalados pela

³ na sigla inglesa TINA, *There Is No Alternative*, satiricamente usada por movimentos alterglobalização.

mercadorização e pelo utilitarismo produtivista, a competição é matéria de aprendizagem.

As famílias assumem contornos de maior flexibilidade e menores dimensões, com frequentes recomposições; a natalidade desce e adia-se nos países mais ricos, tal como aumenta a longevidade e aumenta a proporção de idosos; as mulheres ganharam visibilidade no espaço público e político, uma tendência convergente de remunerações é desequilibrada pelas restantes e persistentes desigualdades de género: o cuidado de filhos, lares e familiares continua a ser-lhes atribuído em distribuição desigual e o reconhecimento desse seu papel tornado opaco por ser trabalho à margem do mercado.

Conflitos internacionais por recursos são cada vez mais conflitos globalizados por combustíveis e reservas naturais estratégicas, a descolonização deu lugar à miscigenação dos capitais estrangeiros e a formas indiretas e financiarizadas de domínio.

As democracias representativas tornam-se formas organizativas políticas progressivamente distantes dos seus eleitores. O estado-nação debilita-se menos pelos conflitos internos, étnicos ou de classe, do que pela perda de controle e sustentação económica mas sobretudo financeira: há multinacionais cuja dimensão e poder excede em muito o de grandes estados e que atu-

am com uma autonomia crescente: ao trabalho flexível e precário opõe-se um capital desmaterializado e sem rosto, cor ou bandeira.

O desgoverno ambiental permite prenúncios de tempo difícil e favorece um clima também em mudança, mudança que é também perda de ritmo, previsão e calendário.

Sociedades de risco, sociedades em crise, capitalismo tardio são expressões para sintetizar constatações de esgotamento de modelos e sentimentos de «fim-de-linha» sem direção à vista.

Neste âmbito assiste-se tanto a uma progressiva regionalização como a uma crescente e generalizada privatização do espaço (Pirodi & Mattogno, 2002; Godoy, 2004) e ao desengajamento, sobretudo de grupos sociais privilegiados economicamente, ao relação ao espaço público e a serviços públicos (Burrows & Ellison, 2004), pelo ímpeto do capitalismo flexível em explorar as vantagens de zonas e interstícios regionais, postos ao seu alcance pela dissolução das fronteiras (vertente globalizante do capital) e pela galopante apropriação de bens públicos (bens do espaço público) que a vaga privatizante arrasta (vertente produtivista e de acumulação).

Comunidade – entre a nostalgia e o pragmatismo

Curiosamente a nostalgia do rural é ainda notória em muitos relatos sobre a cidade, concetualizada negativamente como o lugar onde se perderam sentimentos de comunidade, vizinhança, interesse pelo outro, proximidade afetiva e solidária, à medida precisamente que aumentava a proximidade física e que o encontro com o outro, mais do que fortuitidade, se tornava uma inevitabilidade. Com a indiferença instala-se também o medo e o entrincheiramento passa por cambiantes que vão desde a ocupação gentrificada dos possidentes até à guetização extrema dos excluídos.

Louis Wirth, um dos primeiros a refletir sobre a cidade dum ponto de vista sociológico, fá-lo muito com uma visão de nostalgia em *Urbanismo como forma de vida*. Refere a tal propósito Weber, segundo o qual um «grande número de habitantes e densidade de ocupação significam que o conhecimento mútuo pessoal entre os habitantes que ordinariamente se inserem numa vizinhança falta» (1938, 11). E também Simmel fala numa *redução a átomos* dos habitantes da cidade e da queda numa *impensável condição mental*. Condição que ele próprio designa por *segmentação das relações humanas*.

No confronto urbano/rural, o viver na cidade trouxe um aumento de relações com outros mas uma quebra da proporção de gente conhecida e

um menor conhecimento de cada um, com a dependência dos outros como seres «confinados ao aspeto altamente fraccionado das suas atividades». «O carácter fragmentário e a expressão utilitária das relações interpessoais» levam frequentemente à anomia (idem, 13). A especialização funcional de cada um estende-se à especialização das próprias cidades gerando uma «interdependência e instabilidade» indesejáveis (ib., 14).

Esta noção de *falta*, falta de proximidade, falta afetiva e relacional, está na base das reflexões sobre a solidão na cidade. Em diversa literatura e em contraponto, sentir a pertença a uma comunidade surge como interpretação de vestígio da antiga organização social rural no meio da urbanidade atual, ou como a herança de quem saiu de outro tempo e outro espaço, caso dos imigrantes dos EUA. É o que faz Wirth em *O Gueto* (1928) ao referir a organização dos judeus como mistamente defensiva contra o preconceito e assertiva duma identidade própria; é também o caso mais recente de Putnam com o seu *Bowling alone* onde se lamenta o desaparecimento das relações de vizinhança e amizade tradicionais⁴ na América (2000).

Noutra linha está Robert Park que assume, no dizer de Fran Tonkiss, a *cidade segregada*, enfatizando a diversidade e a variabilidade da experiência de identidade. Para ele a noção de diferença é espacial, sendo que

⁴ este trabalho tem recebido duras críticas de autores que entendem que essa comunidade nostálgica realmente nunca existiu

o que caracteriza uma comunidade não é apenas «uma coleção de pessoas ocupando uma área mais ou menos claramente definida» mas as «instituições», sociais, culturais, políticas e económicas que organizam essas pessoas (2005, 15).

De noção pré-moderna de comunidade (cidade), baseada em laços históricos profundos, passa-se, nos textos de Park e de Gans (apud op. cit.), a uma ideia, de modernidade tardia, de comunidade imaginada. Para eles as cidades eram compostas de diversas povoações (*villages*) com características próprias, numa rede urbana tecida de acordo com códigos de distinção espacial e social (idem, 18).

Por esta época, em Inglaterra, Young e Willmott (apud Tonkiss, 2005) em *Family and Kinship in East London*, associam classe e laços familiares a espacialidade ao discutirem a constituição da Londres oriental. Enfatizam o contraste entre a permanência dos laços sociais e os arranjos espaciais em mutação e destacam a importância das famílias (trabalhadoras, brancas) na estruturação desses laços, dando especial relevo ao papel das mulheres, sobretudo a nível doméstico e emocional. Estes laços aparecem como resistindo à desintegração provocada pelo desenvolvimento urbano e pela suburbanização e essas comunidades aparecem como localizadas em lugares não categorizados como vestígios mas como criações próprias, i.e., como uma espacialidade feita pelas novas cidades.

Jane Jacobs segue uma linha diferente, não usando o discurso da comunidade mas antes o dos *fluxos* que ligam a trama do desenho urbano à tecitura das relações sociais: «o ballet dos passeios das ruas da cidade anima a rua e liga-a aos circuitos mais vastos da vida urbana» (1964, 60). Em vez de vincar a estranheza e dificuldade em vencer os limites dos enclaves sociais urbanos (como Wirth, a propósito do franquear do gueto) sublinha a mobilidade e fluidez de uso como característica do espaço urbano. Aqui há sempre alguém com os olhos na rua, dada a diversidade social e de usos que a cidade contém. A mistura social requer um espaço também misto. A segregação espacial e social dos projetos de alojamento massivo serve, no seu dizer, para des-diversificar (*undiversify*) a cidade. Destaca assim os contactos fortuitos e ocasionais que requerem um nível baixo de confiança, sem compromisso, nas trocas inter-pessoais características do que faz funcionar as ruas das cidades.

As vantagens dessa diversificação e o modo como o conceito de comunidade pode realmente esconder valores segregacionistas, para além de ser um mito sem validação empírica credível, são expostas por vários autores. Sennett, em *The fall of public man* (1977), posiciona-se também contra a referida visão nostálgica. Afirmar ainda, a propósito da evitação do contacto com outros (diferentes, opostos), que valorizar a ideia de interioridade e privacidade, de viver em comunidade entre gente semelhante, é no fundo uma forma de evitar o risco de interação com estranhos, naquilo que apelidou *celebração do*

gueto. A este propósito afirma: uma «cidade é um lugar onde as pessoas podem aprender a viver com desconhecidos, a partilhar experiências e centros de interesse não familiares. A uniformidade embrutece ao passo que a diversidade estimula o espírito» (2001).

Para Iris Marion Young a defesa da comunidade é uma negação da cidade como lugar de/para a diferença (ver adiante). O discurso sobre o valor da comunidade pode portanto, segundo este ponto de vista, estar a reforçar a distância social e afetiva, a sustentar um discurso de exclusão. Note-se que, por isto mesmo, alguns condomínios fechados nos EUA são vendidos com o rótulo comercial de *communities*.

Nesta mesma linha, Maria Bakardjieva (2004) diz, a propósito do uso quotidiano da Net, preferir o termo *união (togetherness)*⁵ *virtual* a comunidade – termo polémico – virtual para referir esses laços sociais criados tanto dentro como fora da rede.

5 - preferi esta tradução do termo *togetherness*, embora outras fossem possíveis: companheirismo, sentido de grupo, estar em companhia, intimidade, proximidade afetiva

Indiferença ou anonimato – diferença e divisão

A diversidade urbana pode ainda engendrar outras realidades. Wirth alude à indiferença entre cidadãos como o produto da mescla duma proximidade física – por vezes perturbadora – com distância social; «a justaposição de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um sentido de tolerância das diferenças que pode ser olhado como pré-requisito para a racionalidade e que conduz à secularização da vida» (1938, 16).

Esta forma de anonimato, de dissimulação na multidão diversa, comporta também vantagens para alguns grupos sociais. Os cidadãos, em particular as mulheres, fazem toda uma arte do evitar a intimidade eventualmente decorrente do entrecruzar dos corpos e do contacto físico ocasional, do olhar através dos rostos sem os ver, num misto de acostumação e de aceitação da diferença. A necessidade de invisibilidade no anonimato é um traço particular da vivência das mulheres no espaço público, mas também de homens marcados por estigmas sexuais, étnicos ou sociais. Tonkiss refere-se-lhe como uma *liberdade precária* baseada mais no *apagamento* da identidade do que no seu reconhecimento, citando Elizabeth Wilson. Esta reivindicação de anonimato, do direito a passar despercebida – se o reconhecimento pressuporia o ser gregá-

rio, uma sociabilidade e uma presença visível – é proporcionada pela *ética da indiferença* a que alude, uma troca tácita entre estranhos «do dom de estar só e da privacidade» (Tonkiss, 2003, 299).

Intimamente associado às ideias de invisibilidade e de espaço público surge o tema do medo na cidade. Duma perspectiva feminista, deve-se notar que esta indiferença é sentida de forma distinta conforme se é seu objeto ou seu sujeito e o que o direito a passar despercebida(o), sendo um direito mínimo, com falhas, é uma garantia reivindicada no atual estado de coisas (confronto entre discussão dos direitos no plano ético e no plano da política da vida quotidiana) (Tonkiss, 2005).

Iris Marion Young vem contrapondo à defesa da comunidade a defesa da diferença. Aquilo a que chama *a particularidade no lado-a-lado* requer essa convivência com o estranho e pressupõe «diferença social sem exclusão». Se no senso comum comunidade se opõe a individualismo, Young é fortemente crítica do uso deste conceito porque, do seu ponto de vista, exige ausência de diferença entre e dentro das pessoas, em primeiro lugar; e em segundo porque requer um face-a-face que rejeita a distância espacial e temporal (1986, 5). A diversidade existente nas cidades, para além de proporcionar anonimato e liberdade, proporciona também pela diversidade dos espaços uma *capacidade de inexaustão estética* que nos prepara para ir além dos próprios limites. Se a comunidade assenta na mesmidade e na facilidade de auto-reco-

nhecimento – eu e outros da comunidade somos o mesmo, mas os de fora são o Outro – criando bases para o racismo, a xenofobia e a exclusão social, a experiência da urbanidade não opressiva e aberta propicia a diferença e faz-se de diversidade. A compreensão dos outros baseia-se então no reconhecimento duma diversidade que une, experimenta-se a diversidade das culturas como diferentes mas não como exteriores. Sintezando, afirma em trabalho posterior: os «apelos à comunidade são geralmente anti-urbanos» (1990, 239). O que decorre duma leitura de espaço urbano que não o reduz nem a vazio nem a alienação, nem apenas a reivindicações de território.

A cidade pode encorajar uma indiferença em relação à diferença que proporcione certas proteções e permita certas liberdades. A política das diferenças, importantes porque são mundanas, exige que as diferenças passem despercebidas, que a alteridade seja comum, que uma lógica de anonimato ocupe o lugar da lógica da visibilidade. A política da diferença daria assim lugar a uma *ética da indiferença*. Este é o posicionamento de Fran Tonkiss (2003), espelhando, também ela, o forte contributo das teorias feministas no pensamento sobre o espaço urbano. Efetivamente estudos de género (cf. Fraser, adiante) apontam para que pode ser importante fazer reivindicações desta liberdade negativa, por muito que ela seja apenas e frequentemente o resultado de não-reflexão e de inadvertência.

Esta argumentação requer que se ultrapasse a noção de indiferença como um mero laço ético mas que se passe sim a enfocar a questão dos direitos que proporcionam a consecução dessas diferenças, através das *propriedades imaginativas* que permitem a identificação com quem não estamos familiarizados numa relação de *estranhamento mútuo*, usando a expressão de Simmel (Tonkiss, 2001). A questão passa a ser a da ética da indiferença, como reivindicação de anonimato. O reconhecimento pressupõe o ser gregário, uma sociabilidade e uma presença visível; a ética da indiferença seria uma troca táctica do dom de estar só e da privacidade (*O direito a estar só* de Riley). Em suma, se o equilíbrio entre diferença e indiferença é precário, não nos devemos acantonar, na análise da cidade, em categorias exclusivistas como comunidade, identidade, anonimato ou indiferença. «Uma coisa que as pessoas podem querer das cidades é, afinal, o ir para longe da multidão» (Tonkiss, 2005, 29).

Internet e espaço

Não havia um computador central a «controlar» a Web, nenhuma rede única onde estes protocolos funcionassem, nem sequer uma organização algures que «executasse» a Web. A Web não era uma coisa física que existisse em certo «lugar». Era um «espaço» no qual a informação

podia existir.

Weaving the Web, de Tim Berners-Lee, 1999, p. 36

Já que a Internet é nesta investigação um terreno de particular atenção vale a pena fazer algumas considerações sobre a abertura do denominado ciberespaço.

Como pensamos o ciberespaço

O espaço virtual, imaterial por definição, é recorrentemente pensado e verbalizado através de metáforas e imagens espaciais.

Analisando utilizadores académicos da Internet nas suas pesquisas de informação, chegou-se a três tipos de categorias para organizar as metáforas invocadas por eles: as que apontam para estruturas, para aspetos de informação ou para organismos vivos, com predomínio das metáforas com referências espaciais (Bruce, 1999).

Apoiando-se na teoria de Lakoff & Johnson sobre o uso das metáforas, explicado pela necessidade humana de entender o imaginado através do físico, do corpóreo, da experiência vivida, associando nas metáforas o físico e o mental, Høyland desenvolveu investigação tendente à identificação das metáforas mais frequentes associadas à Internet, recorrendo à linguística cognitiva. Concluiu que a metáfora de lugar é de longe a mais frequente nas pesquisas feitas em 1994 (75%) e 2000 (48%) a partir de artigos da revista

Newsweek (2001). Na data mais recente, tendo a Internet passado a ser uma realidade mais quotidiana e generalizada, as metáforas assumiram contornos mais complexos estendendo-se, por exemplo, à guerra, em geral, e à guerra biológica (ataque por vírus), em particular. A metáfora da Autoestrada da Informação, muito utilizada nos discursos da administração norte-americana, viu o seu uso decair muito nesta última data. Os navegadores da Web são pensados como Agentes que se deslocam nesse espaço em busca de informação. Contudo, embora a Internet seja uma rede, tecnicamente falando, o uso dessa metáfora é pouco frequente (idem). Recorrendo ao conceito de Mark Johnson de *esquema de imagens*, «um padrão recorrente, dinâmico das nossas interações percetivas e programas motores que dá coerência e estrutura à nossa experiência», afirma que o esquema subjacente à metáfora da Internet como Lugar é o esquema da Localização (ou Contentor) (p. 40). Em suma, a metáfora mais frequente é a da Internet como Espaço sendo, a um nível geral, pensada com um Mundo. Os outros esquemas detetados nos discursos apontavam sobretudo para concepções de Caminho e Força.

Em estudo mais recente o espaço da Internet aparece associado a uma biblioteca, a uma estrada de informação, a sítios onde todo o tipo de serviços está disponível. Para além disto, ressaltam expressões como visitar um Sítio ou referências a Sítios frequentemente acedidos como marcos territoriais, sendo a experiência desses diferentes acessos e dessa orientação

sentida como movimentação e manobra entre espaços (Savolainen & Kari, 2004).

Em investigação posterior, para além analogia espacial subjacente a estas metáforas, o que se sublinha nas conclusões é que a maioria dos artefatos digitais são desenhados em volta de metáforas que focam a agência do movimento (Klainbaum, 2006). Toda uma série de termos técnicos utilizados na Net têm precisamente essa conotação - Sítio, sala de chat, correio - termos que sustentam metáforas que perfazem uma ligação ao mundo físico, ao anteriormente conhecido e familiar, emprestando-lhes sentido. É aliás a estas metáforas que o próprio software de interface com o utilizador frequentemente apela na busca dessa familiaridade. Klainbaum situa uma primeira associação entre espaço e Internet precisamente nas salas de chat, precursoras na criação dum espaço social, e situa associações mais recentes na criação de ambientes virtuais tais como o *Second Life*. Em sua opinião a navegação enciclopédica e a interação social fornecem os elementos nucleares do espaço na Internet.

Allison Cavanagh (2007) recorda o poder que as metáforas transportam em si em termos de ideologia, pelo que entende que se devem evitar as pré-noções e tratar estes usos metafóricos com algum cuidado.

Destaca entre essas pré-noções a de *sociedade em rede* e

enfoca o modo como este termo tem sido usado para justificar e promover mudanças sociais sem ser questionado. Cita Terranova quando esta aponta para o facto de que a rede tem perdido poder descritivo dum sistema específico e multidimensional sendo cada vez mais uma palavra sonante, uma figura geral para os processos que impulsionam a globalização da cultura e da comunicação no seu conjunto, sendo portanto uma pré-noção do domínio político que se sobrepõe ao discurso científico e que está plena de conotações comerciais. Cavanagh defende ainda que a metáfora espacial estaria atualmente a cair em desuso dada a massiva mercadorização da Net e que agora o mais frequente é uso de metáforas baseadas em redes, ligações. A metáfora das redes tem o grande inconveniente de estar, segundo ela, embebida da ideologia da *sociedade em rede*, sendo portanto apresentada como uma rede inclusiva, homogénea, libertária, participativa.

Uma referência adicional ainda quanto à forma como correntemente pensamos a Internet e o espaço para abrir uma referência à analogia com o espaço urbano dado que as cidades se fazem hoje tanto de tijolo e cimento como de informação e que cada prática urbana se está a tornar cada vez mais mediada por código (Burrows & Ellison, 2004, 40).

Embora não apresente conclusões ou propostas alternativas muitas claras, subentende-se que Cavanagh critica as metáforas da Internet como rede, como meio de comunicação social e como espaço social por serem

demasiado fechadas, redutoras. Em relação à metáfora do meio de comunicação social (em cujo uso avulta o nome de MacLuhan), aponta-lhe a falha de eludir as relações de poder, nomeadamente o peso das empresas e dos direitos de autor. A propriedade autoral seria uma forma de controle destinada a criar escassez dum bem cujo uso não implica o desgaste, a informação, de privilegiar as questões do acesso em detrimento das do uso e finalmente de ser determinista, com os meios tecnológicos a determinar os modos de vida. Quanto à metáfora do espaço social, em cujo uso avultam as teorias em torno da identidade na Rede e das comunidades virtuais, as críticas são sobretudo orientadas por um peso excessivo numa visão individualista que oblitera os condicionamentos sociais e em que o social aparece reduzido às orientações subjetivas dos autores (p. 119). Já a Sociologia da Tecnologia, em particular o construtivismo, teria o mérito de se opor ao determinismo tecnológico e de abrir assim pistas novas de investigação em que o social e o poder estão claramente presentes.

Sendo a Internet um espaço tecnologicamente suportado, não físico mas imaginado, resulta interessante também perceber como se organiza esse espaço.

O ordenamento do ciberespaço

Um caminho usado para estudar a organização da Web é a deteção de hiperligações entre páginas, um forte indicador de relevância

natural, por oposição à informação sobre texto contido nas páginas usada por alguns algoritmos, artificial (Flake, et al., 2002). A análise das hiperligações (*links*) configura-se então como uma ferramenta confiável para detetar a proximidade temática entre conjuntos de páginas, ou comunidades Web, caracterizadas por cada página membro ter mais hiperligações, em qualquer direção, para dentro do que para fora de si.

A evidência aponta assim para uma rede altamente desorganizada, aparentemente caótica. Adicionalmente sabemos que o máximo que um motor de pesquisa consegue recuperar é cerca de 30% da totalidade das páginas indexadas, podendo contudo ficar muito aquém deste número, com apenas 3% no mínimo; as pesquisas combinadas através de metamotores podem aumentar esta recuperação até 3,5 vezes mas há sempre uma grande proporção de sobreposições nos resultados (Lawrence & Giles, *apud* Cavanagh, 2007).

Essa ideia duma Web desorganizada é suportada ainda pela investigação também divulgada por Barabasi, que refere o recurso a programação avançada, um *bot*, para perscrutar a Internet e traçar uma topografia da rede com base na análise de ligações e na teoria dos grafos (*apud* Cavanagh, 2007). Ao invés da ideia feita, ou pré-noção, duma rede desorganizada em que os motores de pesquisa criam ordem, o resultado foi um mapa tal que refletia não só desordem, como desigualdade, invisibilidade,

como ainda o peso do setor comercial. Este mapa congregava-se em torno de quatro grandes continentes informacionais: o núcleo é o continente comercial com as suas várias partes consistentemente interligadas, feito de grandes conglomerados empresariais; de seguida revelaram-se um continente de entrada e um continente de saída, designações baseadas na teoria dos grafos e nos termos graus de saída e graus de entrada. O facto de existir uma hiperligação de um nó para outros nós na rede (saída) não implica que desses nós haja uma hiperligação de volta (entrada) ao primeiro nó, não existe portanto simetria de hiperligação dado serem relações direccionadas, i.e., de um ponto para outro. Um outro continente ainda apareceu como formado por ilhas, páginas isoladas ligadas entre si mas não a qualquer outro continente. Segundo alguns peritos estas ilhas atingem já perto de 25% do volume da rede e tendem a crescer pelo peso das redes privadas e das redes protegidas por palavras-passe, onde as empresas estão em grande peso.

A Internet é assim duma natureza fragmentária, desorganizada, heterogénea e sem mapa eficaz, por definição. Daí a importância dos protocolos que se impõem para evitar a incompatibilidade.

Um ciberespaço habitado

«A minha visão original duma Rede [Web] era um apoio para amadores para ajudar as pessoas fazer coisas na rede da vida real. Seria um espelho que refletisse relatos ou conversas ou arte e que mapeasse as interações sociais. Mas cada vez mais o modelo do espelho está errado porque a interação está a ter lugar primariamente na Rede. As pessoas estão a usar a Rede para construir coisas que não haviam construído, nem escrito, nem desenhado nem comunicado em qualquer outro sítio».

Weaving the Web, de Tim Berners-Lee, 1999, p. 165.

Tal como os cibernautas em geral, os cientistas do social moveram-se também de armas e bagagens para o ciberespaço. À sociologia tem cabido, como noutros terrenos físicos, o estudo dos modos de vida, de relacionamento, as relações e os conflitos existentes neste novo domínio de investigação.

Um tópico que dominou alguma discussão nesta área foi o da existência (ou não) de comunidades no espaço da Internet, do tipo e das qualidades das relações sociais aí desenvolvidas.

Uma visão postula que o ciberespaço é um território sem lugar

nem espaço que permite a criação de comunidades libertas desses mesmos constrangimentos, baseadas na escolha, tendo proposto mesmo a criação duma comunidade virtual onde se poderia recuperar esse sentido de comunidade perdido. Aqui, nas comunidades virtuais, as pessoas fazem mais ou menos, ou mesmo tudo, o que as pessoas fazem na vida real, apenas deixam os corpos para trás (Rheingold, 1993) .

Que existe assim um prolongamento e não uma oposição entre mundos, real e virtual, é asserção que tem reunido consensos recentemente. Pesquisa em torno das comunidades e da criação de mapas para organização categorial de conteúdos na Net feita por Wellman & Gulia (1999) produziu conclusões que sublinham, de modo fundamentado, as similitudes entre o espaço real e o virtual, assim como enfocam o facto de que as redes relacionais virtuais não só permitem a (re)organização do mundo real como permitem a criação e reforço de laços em movimentos associativos, de resistência política, sendo também úteis no desenvolvimento performativo de identidade. Baseando-se Goffman, e partindo deste último tópico e estudando o caso dum café virtual café para lésbicas, Correll e Bell & Valentine, citados por Kitchin & Dodge (2002) caraterizam o mundo virtual como um espaço corporizado, no qual se entra com *personae* construídas no mundo físico, afirmando a poderosa qualidade mimética do ciberespaço (p. 345).

Em investigação mais recente Barry Wellman (2001) faz uma resenha da evolução do conceito de comunidade na literatura sociológica para concluir que se assistiu recentemente a uma transição do conceito de comunidade enquanto grupo, de vizinhança, de proximidade geográfica, para o de comunidade enquanto rede, ou, por outras palavras, deixou de haver uma base apenas territorial para haver como base possível uma opção. E avança também com um novo conceito, o do *individualismo em rede*, para designar esta nova forma de estar conetado a essas redes (Wellman, et al. 2003). Assim assistir-se-ia a uma sobreposição da tendência para cada um/a se recentrar no seu lar em desfavor do espaço público, com a tendência para desenvolver uma crescente interação nestas redes eletrónicas em formas progressivamente *glocalizadas*. A seu ver, contudo, não era ainda claro se as malhas dessas redes eram soltas ou apertadas.

Outros posicionamentos questionam a ideologia utópica de alguma das proposições anteriores. Partindo do falhanço na criação de comunidades virtuais duráveis, a forma como se transpôs para o virtual o desejo de encontrar uma comunidade supostamente perdida noutros lugares físicos, é uma das perspetivas críticas avançada (Jones, 2005).

Outra crítica dirige-se à forma como o conceito de ciberespaço foi apresentado, sobretudo por ter subjacente a promessa de ultrapassar as imperfeições quer do corpo quer dos lugares ou da sociedade que ele

encerrava. Reforça assim a ideia de que o virtual tem lugar dentro do real, de que nasceu, e não é um seu oposto (Robins, 1995).

A investigação conduzida por mulheres, e por feministas em particular, foi particularmente crítica em relação ao carácter igualitário ou libertário da mundo virtual, assumindo também posturas teóricas de oposição às dicotomias tradicionais real/virtual.

Assim Nancy Baym (1998) enfatizou o facto de que os grupos *online* groups são frequentemente entretidos na tela da vida *off-line* mais do que colocados em oposição a ela. Na linha de Baym, as questões de género são suscitadas, concluindo-se que, longe de ser descorporalizado, esse espaço tem as mesmas marcas de fronteiras de género que o mundo *a sério* donde saiu. Por isso ficou célebre o trabalho de Susan Herring (2004) em que as mulheres reportavam sentir-se agredidas por comportamentos sexistas vindos de utilizadores masculinos, o que ficou conhecido na gíria da Internet como *flaming*.

A abordagem à Internet como tecnologia transcendente destinada a ultrapassar os dualismos eu/outro, real/virtual, ou natureza/cultura, foi também desmontada de forma crítica (Hine, 2000).

Maria Bakardjieva, numa perspectiva pragmatista, contesta a utilidade da discussão sobre comunidade real ou genuína (2004, p. 124) e

propõe recentrar o debate em torno do conceito de união (*togetherness*) virtual, i.e., de diversas formas de envolvimento *online* com outras pessoas (p. 122) por oposição a cibernatutas isolados na sua interação com dispositivos e serviços. Em *Internet Society* (Bakardjieva, 2005) vai mais longe e caracteriza melhor o seu posicionamento: para uma correta análise é preciso descartar a dicotomia comunidade virtual versus comunidade real, e ter em conta, sim, as situações concretas e precisas em que os membros das comunidades virtuais se inserem; pelo contrário, isolar e desinserir o virtual do real é limitador e empobrecedor. Para tanto recorre a Wellman & Gulia que apontavam já para o facto de que as comunidades reais, estudadas através da análise de redes, ou dos estudos históricos, eram grandemente comunidades mediadas e imaginadas, portanto de certa forma também elas próprias virtuais.

Um traço distintivo deste posicionamento é o da adoção duma perspetiva que realça os usos participativos em oposição ao modelo de análise, empobrecedor, baseado no consumo. Diferentemente das situações de consumo, Bakardjieva faz notar que esta união evidencia que todos produzem algo para os outros, seja conteúdo, espaço, relação e/ou cultura. Das suas casas privadas, os utilizadores da Internet vão para foros públicos inicialmente apenas como consumidores/leitores, depois viram-se para outros indivíduos privados, através de conteúdos privados ou públicos. A *socialização imóvel* - conceito baseado no de Raymond Williams de *privatização móvel* -

permite nestas práticas um amplo leque de formas de interação pessoal, de vida coletiva e de participação pública, pondo-se assim em causa a dicotomia público/privado em que se baseia a discussão sobre a utopia/distopia virtual. Dado que a ausência de contacto cara-a-cara não é suficiente para minorizar as comunidades virtuais face às reais e dado ainda que o debate em torno das comunidades está impregnado de carga normativa, propõe-se o uso alternativo do termo *união virtual*. De maneira muito reveladora critica-se o centramento da polémica na capacidade das comunidades virtuais sustentarem vida comunitária por ter desviado as atenções e ocultado o facto de que a Internet permite formas outras de estar e atuar conjuntamente. Para Bakardjieva o oposto de união virtual não é comunidade real ou genuína mas sim o consumo isolado de objetos e serviços digitais dentro do reino da vida privada alienada.

Na sua pesquisa construiu ainda dois modelos predominantes de uso da Net: um modelo informacional, utilitário, de consumo e um modelo de comunidade, entendida como compromisso, orientado para procura de sociabilidade, solidariedade, apoio mútuo e aprendizagem dentro do grupo. Entre os dois modelos há variações de intimidade, sem divisões claramente construídas por quem navega entre o público e o privado, mas mais na linha do *contínuo de níveis de anonimidade* de Schutz & Luckman.

Internet nas bibliotecas

Socialmente conformado pelas opções de quem providencia e pelas vivências de quem o habita, o espaço das bibliotecas foi recentemente expandido e virtualizado pela Internet.

Expansão que origina receios de perda de controlo sobre opções individuais de leitura, para um meio institucionalmente fornecido, e origina também incertezas pela emergência de serviços idênticos noutras entidades (escolas, pontos Internet municipais, cibercentros) o que reenvia, por sua vez, para o questionamento sobre as finalidades da biblioteca pública: complemento ou concorrência a estes serviços?

A leitura na Internet será entendida muito como complemento e extensão de outras práticas leiturais, efetivadas nos meios impressos, deixando assim de lado uma suposta oposição entre o real e o virtual, sem contudo obliterar o que ela possa ter de particular. Esta ideia reforça-se pela análise do carácter cumulativo das práticas leiturais dos navegadores da Internet (Moura, 2001; Sequeiros, 2004) e por abundante literatura sobre a falsa dicotomia real-virtual, a que me referi anteriormente.

Um primeiro tópico em torno do qual se produziu alguma investigação é precisamente o da complementaridade ou concorrência da Internet em

relação à leitura pública. Conclusões apontando no sentido da complementaridade são avançadas por d'Elia, et al. (2002), a partir de estudo intensivo desenvolvido nos EUA. Efetivamente os serviços prestados por bibliotecas públicas e pela Internet pareciam ser mais complementares que concorrenciais, com 75% dos que usam a Internet a usar também bibliotecas e 60% dos que usam bibliotecas a recorrer à Internet também, numa amostra de cerca de 3100 utilizadores. O uso da Net também não aparentou ter impacte nos motivos para o uso da biblioteca ou para a frequência das suas visitas. Em termos comparativos a biblioteca era vista como um recurso bem melhor do que a Internet no que toca a custos, disponibilidade de cópias em papel e ao apoio que se pode obter nas pesquisas; e um pouco melhor no que toca à exatidão da informação e à privacidade. Por outro lado a Internet era considerada mais acessível e cómoda (horários de abertura, distâncias, tempo gasto). As consultas à biblioteca eram muito mais frequentes se o tema era história local (duas vezes mais) ou se se pretendia escolher um bom sítio para ir ou um bom sítio para estar com as crianças (quatro vezes mais). Quem não usava Internet afirmou que as suas razões tinham a ver com falta de privacidade ou dificuldades com a tecnologia, quem não usava bibliotecas invocou as referidas limitações de comodidade ou desadequação dos fundos em relação às suas necessidades. Curiosamente, entre as sugestões feitas para melhorar comparativamente os serviços das bibliotecas apontaram o reforço da formação e o apoio aos leitores.

Uma outra equipa de investigadores encabeçada também por d'Elia publicou mais tarde novos resultados de 2003 sobre relações entre uso da Internet e uso das bibliotecas entre adolescentes do 5º ao 12º ano. Concluíram que, entre os mais de 4000 inquiridos, todos tinham acesso à Rede a partir de um ou mais pontos, com 25% a usar o acesso da biblioteca que era no entanto o ponto menos usado para tal fim. Quem tinha acesso em casa era quem menos ia à biblioteca pública por causa da Net sendo o inverso também verdade. Se bem que ter acesso noutros pontos não fizesse com que os estudantes deixassem de usar as bibliotecas públicas, usavam-nas com menos frequência e mais para realizar aí os trabalhos escolares e para fins recreativos (d'Elia et. al, 2007).

Um segundo tópico é o do ciberespaço como território a agregar para as atividades bibliotecárias. Alguns autores referem-se-lhe como terreno a ser ativamente apropriado, e não apenas passivamente anexado, e a requerer a mediação profissional nas explorações e usos de leitura. Tirando partido do capital de proximidade, apreço e confiança detido pelas bibliotecas, essa mediação iria desde a eliminação das barreiras de acesso, à criação de competências, até à promoção da leitura nesse e para esse novo meio. A isto acresce a ênfase no impacto social das bibliotecas pelo reforço das ligações comunitárias, assim como pela diminuição da barreira digital (Aabø, 2005). Ou

ainda a ênfase na criação dum espaço de interação, de encontro multicultural num contexto digital, cumprindo um papel social relevante ao prover à necessidade contemporânea de espaços de «baixa-intensividade» relacional e em que se é exposto aos valores e interesses de outros, reforçando a tolerância e a comunidade (Audunson, 2005). Note-se ainda que algumas críticas têm sido dirigidas à forma como esta apropriação se fez, demasiado em continuidade com velhos modelos e normas de bibliotecas, sem repensar as questões da usabilidade que não a partir dos antigos catálogos «herdados», sem aproveitar a oportunidade para, por exemplo, utilizar técnicas participativas no desenho dos portais (Leckie, Given & Campbell, 2008).

Como se transforma fisicamente os espaços das bibliotecas, com o crescente uso da Internet é um outro tema com relevo. Lembrando que as bibliotecas públicas atuais derivam dum projeto do séc. 18, sendo «construídas não tanto para promover o conhecimento como para glorificar», Hart, Bains & Jones entendem que é a essa luz que se deve discutir o seu papel atual e não como se fossem «armazéns de conhecimento» (1996, 24). Entendem que, dada a deslocalização das consultas permitida pela Internet, o edifício da biblioteca perderá a sua centralidade, e que esta deverá passar a ser um portal de acesso à informação mais do que o local da sua guarda, sem esquecer as disparidades entre info-ricos e info-pobres. A isto acrescem observações de que, perdendo as bibliotecas digitais uma determinada forma de importância

espacial, deixando de ser armazéns físicos de documentos, reforçam outras dimensões do espaço, não físico mas intelectual, do espaço usado por leitores, individual colaborativo, de convivialidade (Pomerantz, Marchionini, 2007).

Por fim, os referidos usos massivos da Internet para correio eletrónico e chat, (Curry, 2000; Boughey, 2000; Hardy & Johanson, 2003) fazem questionar em muito as finalidades das bibliotecas. É legítimo usá-las para este fim? Poucos são os trabalhos que aludem ao tema claramente, contudo um ou outro, já com alguns anos, ainda referem este uso como pouco aceite e a «tirar tempo» a utilizações mais adequadas (Gomez, Ambikar & Coward, 2009).

A entrada da Internet nas bibliotecas suscitou ainda problemas numa área para alguns imprevisível: as formas mais ou menos patentes de censura nos conteúdos, ainda que sob a forma «ténue» da omissão, os filtros na Internet adicionaram novas omissões ou cortes, renovando o debate sobre esta dimensão ética do serviço das bibliotecas.

Por fim, registre-se que a documentação sobre decisão de instalação da Internet nas bibliotecas portuguesas, a nível central ou local não elabora muito sobre as suas justificações. A referência a uma Sociedade da Informação que inevitavelmente, parece, se instalará é o mote enquadrador dessa decisão. O Relatório de 1996 refere as tendências na edição eletrónica, do abai-

xamento de custos e da melhoria de velocidade da Internet, para de seguida afirmar: «As missões tradicionais de promoção da leitura e do acesso à informação, alargada às suas novas formas e suportes, continuarão a ser fundamentais no novo ambiente». Considera ainda que os documentos eletrónicos «aumentarão o poder e a liberdade de escolha dos utilizadores» e espera que vão «alargar com rapidez o espectro que caracteriza os potenciais utilizadores das bibliotecas públicas.» (Moura, 1996, 4-5 e 14). E recomenda, na linha da UNESCO, que estes novos meios devem ser incorporados nas bibliotecas públicas. Quanto à forma como essa nova prestação se deve fazer diz que «Um modelo de algum modo semelhante ao dos cibercafés e ciberlivrarias é perfeitamente adaptável às bibliotecas» (idem, 10). Reforça ainda que «praticar tarifas privilegiadas para as ciberbibliotecas deveria obrigatoriamente enquadrar-se na política da PT.» (ib., 11). Note-se que se propõe um financiamento a 100% das ligações à Internet durante dois anos, assim como a «[c]riação na Internet de páginas das bibliotecas apoiadas, com vista à futura ligação dos respectivos catálogos a essas homepages - permitindo as mesmas funções que a qualquer utilizador que se sirva localmente do sistema - que venham a ser criadas pelas bibliotecas», para o caso de candidaturas a ciberbibliotecas, a criar em pólos geograficamente separados (ib., 16).

Talvez que a proposta dum modelo de gestão próximo dos cibercafés ou das ciberlivrarias tenha como pressuposto uma utilização descontrá-

da da Internet no seio duma biblioteca. Contudo não deixa de me levantar questões o facto de se propor que um modelo desenvolvido em âmbito comercial seja transposto para um outro de serviço público. Precisamente vindo daqueles setores que frequentemente literatura estrangeira vê como grande concorrente às bibliotecas públicas. Ou será precisamente por isso? O que consta sim é referência à ação concertada comunitária PÚBLICA, relativa às telemática nas bibliotecas, no sentido de na biblioteca se «ter acesso à Internet e utilizar todo o seu potencial de informação e de comunicação, nomeadamente comunicar com outros utilizadores, debater assuntos de interesse comum, através de correio electrónico, grupos de discussão especializados, e acesso a bases de dados multimédia» (ib., 14-5).

Em 2007 o Ministério da Cultura redige um Programa de apoio às bibliotecas municipais onde se afirma que «[c]ada pólo ou serviço de leitura, fixo ou itinerante, deve possibilitar o acesso ao catálogo colectivo da rede concelhia e o acesso à Internet (Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, 2007, 17). A referência aqui mais interessante é a de que «o projecto da biblioteca deve englobar também um projecto específico de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação que suporte a organização e gestão da biblioteca, a prestação de serviços e a participação em redes electrónicas a todos os níveis, desde o local até ao internacional.» (idem, 14).

Nenhum destes documentos faz referência clara a um papel social na propiciação do acesso nas bibliotecas, mesmo em momentos em que poucos lares tinham já esse acesso assegurado. Tão só se diz que «transformar a biblioteca pública na porta de acesso à informação electrónica na era digital constitui uma prioridade» (idem, 14).

O espaço das bibliotecas

Leitores estudiosos leem nas bibliotecas. Professores dão as suas lições. Estudantes tomam notas. Contabilistas alinham colunas de números. Pasteleiros aprendizes recheiam com creme filas de puffs de creme. Pianistas tocam a suas escalas. Sentados embrenhados em pensamento às suas mesas, escritores formam linhas de palavras. Um espaço idealizado. Espaço como tranquilização. *Species of spaces and other places*, de Georges Perec, p. 14.

Poucos são os trabalhos dedicados à análise desta reflexão, sobretudo se se pensar o espaço em termos não apenas físicos mas sociais. Uma das excepções é a coletânea de Buschman & Leckie (2007) que começa por fazer uma boa síntese das abordagens sociais aos conceitos de espaço e lugar.

Regra geral, a literatura sobre o uso do espaço das bibliotecas aborda, simplificadamente, alguns tópicos que enumerarei de seguida a par de algumas das perspetivas autorais que seleccionarei por serem mais interessantes ou polémicas.

O tópico do ciberespaço como território a agregar para as

atividades bibliotecárias foi já abordado na secção anterior.

O espaço físico das bibliotecas: edifícios

Os edifícios das bibliotecas municipais espelham mais a glorificação das noções ocidentais de superioridade e universalidade do que a promoção do conhecimento, é a tese de Hart, Bains & Jones (1996). As quatro mais comuns categorias de edifícios são *templos*, *catedrais*, *blocos de escritórios* e *casas de vidro*. Os pilares altos simbolizariam a sabedoria judicial do livro, a planta circular é uma metáfora do conhecimento universal. Os elementos arquiteturais veiculam poder e controle, estão ali para incutir reverência. Mas, dada a generalização do acesso à Internet que disponibiliza informação, sem uma localização geográfica específica, concluem que as bibliotecas viram o seu papel modificado pelo que devem agora repensar se precisam ainda desse tipo de edifícios enquanto armazéns de conhecimento. E concluem que o que se precisam são edifícios de qualquer forma, que sirvam de portais de acesso à informação para os pobres. Se este modelo de análise parece partir de uma interessante perspetiva, associar poder a formas arquitetónicas, contudo a solução proposta desenquadra-se desta mesma perspetiva pois não é explicado como estas formas futuras se podem libertar do poder para poderem assumir uma qualquer forma. Além de ser altamente redutor considerar o papel das bibliotecas como sendo ultrapassado em grande parte pela Internet.

A potencialidade dessas construções serem usadas como exibição pública de poder é também explorada por Shoham & Yablonka que se inclinam para afirmar que é essa a razão porque edifícios monumentais são construídos ainda na era da Internet (2008).

Fayet refere a monumentalidade ou pelo menos alguma espetacularidade associada a estes edifícios e propõe uma outra tipologia para França: em *coroa*, à volta dum átrio; em *torre*; em *corredor*; *junção de dois corpos* de edifícios diferentes; *planos compactos e reunidos* (1996). Faz ainda algumas considerações sobre o facto de alguns dessas planos serem muito estruturados deixando pouca margem para adaptação por parte dos leitores.

Já o trabalho de Kenney (2005) sobre a biblioteca de Seattle refere precisamente essa monumentalidade institucional como o ponto de partida para a desconstrução da biblioteca tradicional operada por Rem Koolhaas naquilo que se tornou um edifício atrativo de leitores e de visitantes que pretendem apenas apreciar a peça arquitetónica. Com uma grande Sala de Estar dedicada ao convívio informal, grande quantidade de computadores para o público, sistemas automáticos de auto-empréstimo e de reordenamento dos livros nas estantes, peca, em sua opinião, por não enquadrar e destacar devidamente algumas áreas de apoio ao público, sobretudo no que toca ao balcão de aconselhamento de leituras. Considera, contudo que neste um edifício se criou a biblioteca do séc. 21.

As bibliotecas como metáfora da memória é a proposta de leitura que Terezinha Elisabeth Silva faz para os seus edifícios que exprimem um desejo de eternidade, de «captura do tempo» para o que convoca o conceito de heterotopia de Foucault. Fazendo um percurso histórico pelas bibliotecas medievais, impregnadas de religiosidade, até às modernas e barrocas já laicizadas e privadas, refletindo o poder dos seus proprietários, até à contemporaneidade onde grandes bibliotecas continuam, muitas vezes numa feição panótica, a proporcionar ambientes de carácter sagrado e não perdem imponência, podendo assumir formas de cenários teatrais para o espetáculo em que o leitor atua, como o da Biblioteca François-Mitterrand (2006).

O panotismo é também invocado por Black como característico das bibliotecas – apesar da má-consciência a esse propósito dos seus profissionais - pela necessidade burocrática de controlar leitores e evitar danos, preocupação que se prolonga nos estrados elevados dos postos de atendimento, no uso de painéis de vidro, na forma de alinhamento das estantes, na evitação de espaços recônditos (2001).

De forma paradoxal os espaços físicos das bibliotecas, como cenários de interação social, têm vindo a ganhar peso e a serem mais valorizados à medida que aumentam a digitalização, a globalização e a compressão do tempo. As bibliotecas têm de se distinguir dos espaços com fins comerciais, e proporcionarem amenas interações é uma missão atualmente fulcral. Dar a in-

formação que cada um/a precisa é o objetivo da «participação informacional» o que exige edifícios que corporizem esse conceito, ou seja que sejam abertos a todos, onde todas as pessoas se sintam atraídas a entrar, onde se consigam orientar e onde se possam mover livremente (Eigenbrodt, 2008).

Lugares terceiros, socialmente neutros?

Em determinado momento ganhou alguma projeção no meio profissional bibliotecário o conceito de *lugar terceiro* desenvolvido por Oldenburg (1989) que define esses lugares, nem casa nem trabalho, como sem grandes divisões sociais, que ajudam a passar o dia, com alguns frequentadores habituais e outros ocasionais, possibilitando a interação sem a requerer obrigatoriamente. Seria o caso de cafés, cabeleireiros, bares. Saber se as bibliotecas, como locais de lazer, são uma forma desses espaços, abertos a todos ou não, com neutralidade social, divide opiniões e estrutura um segundo tópico.

De um lado alinham-se posições que invocam Oldenburg e conceito de lugares terceiros, como sendo socialmente neutros, para afirmar a sua aplicabilidade nas bibliotecas públicas e sustentar a possibilidade da abertura a todos (Lawson, 2004).

De outro lado colocam-se os que asseguram a impossibilidade duma abertura plena a todos pelas grandes clivagens sociais existentes na so-

cidade em geral e que aí não podem deixar de se transpor, como o demonstram as estatísticas de frequência, facto reforçado pelo subfinanciamento das bibliotecas localizadas em zonas onde residem membros das classes laboriosas (Pateman, 2000). A cultura institucional da biblioteca, muito colada a uma imagem de «classe média» foi invocada por não-utilizadores no Reino Unido para justificar a sua ausência destes espaços, desde adolescentes, a minorias étnicas até pessoas das classes laboriosas (Muddiman, 2000). A síntese das conclusões da investigação para o Observatório das Actividades Culturais, a propósito das bibliotecas e hábitos de leitura, no que concerne a este tópico, confirma a associação positiva entre gosto e a intensidade da prática leitural e o capital escolar de origem – este por sua vez intimamente associado a posições mais altas na escala classista – sem contudo cair em qualquer determinismo: um significativo número de inquiridos não manifesta apetência pela leitura apesar de deter esse capital (João Teixeira Lopes & Lina Antunes (2000). Investigação na biblioteca de Loures revelou o que parece ser um padrão frequente: dum ponto de vista de classe, embora se assista a alguma diversidade, há uma predominância de empregados do sector terciário, das profissões técnicas e de enquadramento, para além dos estudantes, particularmente de nível universitário (Freitas, 2008).

A propósito da hiperligação global/local e da questão da divisória digital, Sonia Liff, Fred Steward & Peter Watts recorrendo também a Oldenburg

afirmam que «em geral os nossos resultados contestam a natureza polarizada de muitos dos debates correntes sobre a importância da Internet para a inclusão social e mostram uma muito maior interdependência do real e do virtual do que se pensa comumente existir» (2002, 78-99). Revelam assim que registaram, no que toca a acesso à Internet, acentuadas diferenças sociais associadas a rendimento, género, etnicidade, idade e urbanidade/ruralidade, tanto no caso dos EUA como da União Europeia. Reconhecendo as potencialidades de espaços institucionais (da Administração, bibliotecas, universidades) para fornecer acesso à Internet, consideram que novas instituições sociais como os *e-gateways* estariam em melhor posição para criar redes comunitárias com objetivos democráticos e de integração (idem, 82) pela sua assunção de que estes espaços, e não os outros, oferecem terreno socialmente neutro.

Um questionamento, mais do que uma posição, é assumida por Kevin Harris (2003). Sublinhando que a característica essencial das bibliotecas reside em serem *públicas*, e não tanto sítios *locais* que funcionam como conexão local, interroga-se sobre a possibilidade de criar terceiros lugares que se adequem a essas necessidades locais. Considera as bibliotecas importantes porque providenciam hiperligação ao resto do mundo, a partir do local, mas pergunta-se se, num momento em que o domínio público oscila e em que há preocupação sobre a representatividade democrática, os leitores sentirão esse objetivo como justo e valorado e se irão para ele contribuir.

Note-se entretanto que resultados vários de investigação sociológica apontam para o facto de, mesmo os locais de tempos livres, incluindo os ligados ao consumo, não serem abertos a todos nem socialmente neutros, mas de comportarem também eles as marcas do social, do simbólico e do tempo histórico que as suporta e enforma (ver, por exemplo, para o caso dos centros comerciais Estanque & Mendes, 1998, 197-203; 162; ou ainda Virgílio Borges Pereira, 2005, para o caso dos cafés no Porto).

Leitura pública como serviço público

Outro tópico ainda tem a ver com a natureza do espaço bibliotecário enquanto espaço público, espaço de provisão e de fruição de serviço público.

O papel histórico de promoção de cidadania e democracia das bibliotecas encontra-se hoje em confronto com a crescente mercadorização da informação numa sociedade em que ela deveria estar aberta a todos (Kerslake & Kinnel, 1998; Scroggum, 2006), o que ameaça as bibliotecas públicas é a mercadorização e os interesses privados, não as TIC, estas podem até aumentar a sua frequência como mais um recurso disponível (Leckie, G.J. & Hopkins, J., 2002).

Naomi Klein (2003) dirigindo-se a bibliotecários norte-americanos e a propósito da globalização, lembra-lhes que o que caracteriza o espaço das bibliotecas são três parâmetros: conhecimento (em oposição a mera coleta de informação), espaço público (em oposição a espaço privado ou comercial) e partilha (em oposição a compra e venda). Todos esses valores, que fazem parte dos bens comuns, estão hoje ameaçados pelo lucro e pela competição, privatização e pelas formas de globalização existentes. O que as bibliotecas deveriam exigir é uma outra globalização: a da *abertura desafiante*, da *conexão*

descarada. Defende que num mundo em crescente privatização o sentimento de partilha coletiva, de contar com bens comuns é a melhor garantia de resistência das bibliotecas que deverão manter-se *radicalmente públicas*.

Para Teixeira Lopes o espaço público deve ser criado e qualificado, como medida de política cultural democrática, de forma a garantir a abertura à «diversidade, à estranheza e à diferença» (2007). Desta perspetiva, as bibliotecas teriam não só um papel cultural como acentuadamente político, de promoção da cidadania.

Um estudo qualitativo levado a cabo em bibliotecas da Austrália sobre usos da Internet adiciona outras questões particulares para explicar a atração por este serviço público: constatou-se que estas instituições são muito solicitadas pelas pessoas com menos recursos, sendo a gratuidade do acesso e o apoio do pessoal fundamentais na avaliação dos leitores (Hardy & Johanson, 2003). Curiosamente, notícias recentes das bibliotecas dos EUA (Brustein, 2009; Laidler, 2008; Lizdas, 2009) referem acréscimos nas visitas de 20% a 30%, ou mais, dado que, com a crise económica instalada, as pessoas cada vez recorrem ao que é gratuito, procurando ligação à Internet sem encargos, salas iluminadas e aquecidas, etc.

Um sintético artigo de jornal (Nilsson, 2009) enumera as tendências atuais das bibliotecas dos EUA na sua tentativa de ir além do livro:

a digital, privilegiando o acesso a recursos descarregáveis; a empresarial, fornecendo toda a informação necessária ao lançamento e gestão de negócios; a do modelo loja, assemelhando-se, fisicamente mesmo, a livrarias; a do apoio à busca de emprego e desenvolvimento de carreiras; a das novas aprendizagens associadas a eventos, desde o tricô à leitura e aos encontros *online*; e ainda a dos jogos; aqui acrescente-se que muitas dessas bibliotecas investem em tecnologias muito recentes e caras para atrair adolescentes e crianças, como é o caso dos jogos Wii (Badkhen, 2007).

Entendo efetivamente que nunca é demais evidenciar esta dimensão do caráter público das bibliotecas: não só fazem parte de todo um conjunto de serviços que o estado-social deve proporcionar aos cidadãos e cidadãs como prefiguram uma forma de utilização coletiva de recursos que otimiza e racionaliza a sua exploração.

Biblioteca como esfera pública

Nas sociedades modernas Habermas (1989) distinguiu as instituições do *sistema* (estrutura tecnoeconómica e administração) das do *mundo da vida* (família, esfera pública de formação de opinião, debate e participação); as primeiras dedicam-se à reprodução material e às trocas entre humanos e meio ambiente ou outros sistemas sociais, sendo a integração das ações funcional, dirigida à estabilidade e autorregulação; as segundas à reprodução simbólica, normas, interpretação e identidade social, com integração das ações por normas, valores e relações comunicativas.

Nancy Fraser, numa abordagem pragmatista, distancia-se contudo dum modelo de análise que tenda a encarar estes âmbitos como substancialmente dissociados, dado que a distinção entre o simbólico e material é sobretudo contextual, não estrutural, é relativa e dependente das finalidades, resultando da interligação entre as várias práticas: todas as instituições «têm ao mesmo tempo dimensões estruturais e interpretativas e todas elas se devem estudar ao mesmo tempo de forma estrutural e hermenêutica» (Fraser, 1985, 106). Critica também a configuração da colonização do mundo da vida de Habermas por poder ocultar formas de hegemonia capitalista ou ainda a dominação masculina. Para ela, mais do que dois âmbitos distintos dever-se-ia adotar duas perspetivas de análise, necessariamente complementares: a do siste-

ma (internalista e objetivadora) e a do mundo da vida (externalista e hermenêutica) dado que uma mesma prática pode assumir diferentes significados, mudando o contexto (Castillo, 2005). Também assim o público e o privado podem existir tanto na esfera do sistema como na do mundo da vida.

Da análise do espaço público, Habermas partiu para o conceito de *esfera pública* entendida como área de comunicação e debate, baseada nesse espaço, onde se forma e se contesta a opinião pública em várias versões.

A relação entre espaço público e esfera pública, no sentido Habermasiano, tem sido explorada mas nem sempre essa relação se tornou clara segundo Tonkiss (2005). Do seu ponto de vista, o espaço público entendido como *estar com outros em público*, pode assumir 3 tipos, simplificadamente: a *praça*, como representação da pertença coletiva; o *café*, para as trocas sociais; a *rua*, para o encontro informal. Com conotações ligeiramente diferentes, o conceito de espaço público assume assim os seguintes sentidos: associado aos espaços que o Estado providencia e protege, com livre acesso, em princípio, para todos; espaços de sociabilidade, troca e encontro com outros, podendo ser de propriedade privada, com a posse ou o consumo a escaparem a uma total privatização, a sua publicidade devendo-se ao sentido de vida pública que engendram: espaços mais mundanos de uso comunal, vividos como paisagens de encontros *marginais*. Tonkiss (idem) faz ainda notar que as interpretações

atuais associam mais esfera pública a discurso do que a lugar, embora a ideia de lugar ainda lhe esteja associada (p. 67).

Para além das críticas de que o conceito de esfera pública tem sido alvo por ocultar as dimensões dos interesses conflitantes de grupos sociais ou a dimensão do género, outra perspetiva crítica é avançada alertando para o facto de a esfera pública estar cada vez mais contaminada pelos interesses comerciais que se opõem aos seus objetivos de uso público (Buschman & Leckie, 2007) .

Um posicionamento particularmente interessante é o de Nancy Fraser, no qual me deterei com algum detalhe. Esta refere-se ao conceito Habermasiano como sendo «um teatro nas sociedades modernas no qual a participação política é desempenhada por meio da conversa [, ...] uma arena institucionalizada de interação discursiva [...] conceitualmente distinta do Estado», onde este pode até ser contestado e criticado mas também «distinto da economia oficial. Não é uma arena de relações de mercado mas antes uma de relações discursivas, um teatro para debater e deliberar mais do que para comprar ou vender» (1992, 110). Por isso, propondo a revisão desse conceito por razões explanadas adiante, defende que o seu uso é fulcral porque «permite manter em vista as distinções entre aparelhos do estado, mercados económicos e associações democráticas, distinções essenciais para a teoria democrática. E que permite ainda projetar modelos alternativos de democracia». E lem-

bra que o próprio Habermas (1989), embora não avançasse em propostas de modelos pós-burgueses, se lhe referiu como sendo «um modelo liberal da esfera pública burguesa» (id. 111).

Para Fraser, o conceito tem de ser lido de forma historicamente situada no período em que floriam as sociedades filantrópicas e artístico-culturais (a *era das sociedades*), momento da formação e da afirmação duma classe de homens burgueses, que se via si própria como classe universal. A produção duma cultura distintiva de sociedade civil e duma esfera pública a ela associada estiveram histórica e politicamente intrincadas no processo da ascensão e hegemonia da classe burguesa (p. 114). As novas práticas desenvolvidas e o processo de identidade associado careciam de legitimação, face a uma aristocracia vencida e às classes trabalhadoras dominadas, através de marcadores de ‘distinção’ no sentido Bourdiano. A principal crítica de Fraser a Habermas prende-se com a obliteração de que a par desta esfera pública burguesa masculina, *oficial*, se formaram outras, nomeadamente as de mulheres burguesas (associações femininas, que reivindicaram e criaram em espaços exclusivos de afirmação embora muitas vezes orientados para intervenção política em áreas tradicionalmente consideradas domésticas e não públicas/políticas). Se efetivamente se formaram *contrapúblicos*, públicos outros excluídos da esfera hegemónica, há muito e não apenas nos séc. 18 e 19, com base em formas associativas alternativas (nacionalistas, camponeses, elites femininas, trabalhadores)

eles têm sido ignorados por razões ideológicas. Ou seja «a visão de que as mulheres estavam excluídas da esfera pública é afinal de contas ideológica» (p. 116) porque contém vieses de classe e de género sobre o que é 'o' público. No que se socorre da historiografia recente (Geoff Eley, p. ex^o), que assinala que sempre houve conflitos entre estas esferas e a esfera burguesa e que desmonta o objetivo de *contenção popular* por trás dessa visão, num momento em que se faziam reivindicações em relação aos limites da democracia realmente existente.

Curiosamente percorri há pouco algumas notícias da imprensa local de Penafiel do séc. 19, princípios do 20, e retive a impressão de várias referências a estas mulheres de elite com papel notório na organização de eventos tanto culturais como filantrópicos que pontuavam a vida pública na cidade, muitas vezes na linha do Higienismo, e da prescrição de novas práticas no cuidado das casa e das crianças e doentes. Intervenções políticas portanto, na *polis* e de âmbito público, embora fora do âmbito tradicional do político.

Fraser entende que este conceito de esfera pública habermasiano não é nem hegemónico nem utópico, *tout court*, mas que é necessário questionar as quatro suposições da aceção burguesa masculina, tal como Habermas a descreve: acesso aberto, paridade participativa e igualdade social, sendo esta condição necessária; diversidade e proliferação de públicos múltiplos, em vez duma esfera pública única; discurso restrito às preocupações comuns e ao

bem comum, deixando de lado interesses privados; separação nítida entre a sociedade civil e o Estado.

Acesso aberto, paridade participativa e igualdade social

Acesso aberto é noção fulcral para a norma da *publicidade* - aqui no sentido exposição pública por oposição a privacidade. E na realidade é noção que mascara a dominação sob a aparência de deliberação, quando é sabido que tanto as mulheres como as classes populares têm sido excluídas ou pelo menos silenciadas, mas nunca estiveram realmente ausentes, reafirma Fraser. E a paridade não se atinge nestes contextos, a não ser que se assuma que a esfera pública é um *espaço com grau zero de cultura*, neutro, com igual facilidade de expressão para qualquer *ethos* cultural, quando a investigação sobre estes temas tem revelado o contrário. Não só os valores culturais têm diferentes valorações, sofrendo pressões informais, culturais, várias, como a economia política da esfera pública amplifica estas desigualdades de participação (nomeadamente pela propriedade privada dos media, grande suporte material à difusão de ideias).

É conceito característico da ideologia liberal a autonomia do político em relação ao económico, pelo que não basta pôr entre parênteses as desi-

gualdades sociais como se não existissem no processo comunicativo e deliberativo da esfera pública, é necessário eliminá-las realmente.

É também característica desta ideologia o caráter independente dos agentes culturais; donde a sua relutância em assumir a influência e pressão política a que estão sujeitos no trabalho quotidiano, como se as instituições onde se inserem fossem também espaços com grau zero de cultura ou de relações de poder, nomeadamente político. É o caso de Ventura, que afirma: «também as bibliotecas públicas, enquanto lugares de comunicação e discursividade dialógica, não sujeitas a manipulações quer do Estado quer da economia e, ainda, graças às suas características de acessibilidade, inclusividade, pluralismo e diversidade, constituem palcos de enorme afluência pública, logo de uma esfera pública contemporânea geradora de formação de opiniões e, por isso, capaz de influenciar indiretamente o sistema» (2002, 21).

Grande parte do debate em torno das bibliotecas na Europa tem-se concentrado nos aspetos do acesso (formalmente) aberto e pouco no da livre expressão da opinião aí coleccionada, desde a ausência de desmontagem da problemática dos filtros na Internet até à seleção das obras (censura por omissão) e à exclusão de certas peças informativas (censura ativa); como se a aceitação da seletividade paternalista dum Estado providenciador de leitura legitimasse uma oferta «naturalmente» truncada e podada pela tesoura duma democracia as mais das vezes formal e conservadora e não participativa. Daí

entender que o discurso, por vezes exaltado, sobre as virtudes democráticas das bibliotecas públicas precisa, em meu entender, de ser matizado pela análise crítica de quem e do quê está ausente desses espaços; i.e., pela reivindicação dum acesso aberto generalizado, efetivado, aos vários grupos sociais e à livre expressão das ideias.

A questão da genderização dos espaços das bibliotecas é tema bastante ausente nestas análises.

A realidade dos movimentos sociais provou, aliás, que grupos dominados (mulheres, minorias étnicas, LGBT) extraem vantagens da organização em esferas separadas. A formação de esferas paralelas discursivas de *contrapúblicos subalternos* é importante para a criação dos termos, do discurso e de interpretações oposicionistas por parte de grupos sociais dominados e subalternizados que não eliminam mas reduzem essas desvantagens (idem, 123). Caso particular e curioso dessa organização separada é o das salas ou «gabinetes de leitura» feminina, como ao que existiu na cidade do Porto, criado a pedido dum grupo de mulheres cultas de classe média que reivindicavam um espaço próprio onde pudessem ler sem ser confrontadas com o estranhamento da sua presença em espaço público. Situações análogas registaram-se em bibliotecas doutros pontos do mundo. Nas primeiras bibliotecas públicas fundadas por beneméritos, associações profissionais ou outras, nos EUA do séc. 19,

as mulheres não só não entravam sozinhas, apenas acompanhadas por homens, como se lhes destinavam espaços segregados (Arenson, 2007).

Já quanto ao uso feito por gays e lésbicas no uso do espaço público de bibliotecas, foi notada não só tensão pela necessidade que estes e estas têm de conquistar o direito a esse espaço, por um lado, como pela sobreexposição aos olhos dos demais pelo facto de usarem a secção de livros LGBT (Rothbauer, 2007).

Diversidade e proliferação de públicos múltiplos

Admitindo que nem todos os contrapúblicos são *virtuosos*, Fraser argumenta que de forma geral contribuem para o *alargamento da contestação discursiva* ao tornar públicas essas questões. Podendo partir de espaço de enclave, para onde foram relegados, esses grupos trazem agora a polémica para o espaço público, embora se possam constituir em espaços separados. Dado que estas esferas são não só discursivas como *performativas*, de desempenho de identidades sociais distintas, há que prever a sua coexistência numa sociedade multicultural e igualitária. Sem pôr de lado a eventualidade de poderem, em questões que possam afetar a grande generalidade das pessoas, funcionar numa só esfera, mais abrangente, desde que não se elidam as diferenças; assim como se coloca sempre a possibilidade de uma pessoa poder participar em

mais de uma esfera, com pertenças parcialmente sobreponíveis (1992, 126-7).
Donde se passa para a questão de interação contestatária de diferentes públicos e da identificação dos mecanismos de subordinação de uns em relação a outros.

Esferas públicas, preocupações comuns e interesses privados

Habermas configurou a esfera pública como o espaço onde as pessoas privadas discutiam assuntos públicos. Que sentidos pode ter assunto público, que âmbito para a *privacidade* e a *publicidade*?

Público pode ser entendido como: relacionado com o Estado; acessível a todos; de interesse para todos; pertencente a um bem público, a um interesse partilhado. E por oposição se chega a outros tantos sentido de Privado, e ainda aos seguintes: de propriedade privada em economia de mercado; da vida íntima doméstica ou pessoal.

Sobre ser «para todos» já se falou, sobre o que é o interesse de todos não faz sentido discorrer: só os próprios participantes o podem determinar. Interessa portanto a aceção *pertencente a um bem público*, como ligado à arena cívico-republicana por oposição à liberal-individualista. E a visão cívico-republicana defende que os interesses são definidos *discursivamente* em de-

bate, tendo os termos público e privado de ser usados enquanto etiquetas carregadas de sentido político e cultural. Etiquetas que servem muitas vezes para legitimar uns discursos e deslegitimar outros. Tendo em conta, também, que consensos sobre interesses comuns devem ser olhados com desconfiança, sabendo-se o caráter de desigualdade com que funcionam as arenas de debate.

A retórica da domesticidade deve também ser analisada com cuidado – exemplo da violência doméstica que deixou de ser considerado assunto de domínio privado e saltou para o público. Tal como a do economicismo, que rodeia o que é economia privada, que pretende relegar para esferas fechadas, especializadas, pretextando ser técnico ou gestor o que é na realidade público. Essas retóricas reforçam as desvantagens de classe, género e etnicidade, não sendo portanto suficiente garantir o acesso se o âmbito do debate se mantém assim limitado.

Públicos fortes, públicos fracos – sociedade civil e Estado

A separação do Estado da sociedade civil é muitas vezes colocada como condição para o bom funcionamento duma sociedade democrática, mas pelo contrário o que se requer é uma imbricação das duas, *a contrario* da visão liberal. A esfera pública não é o Estado, é um corpo informalmente mobilizado de opinião discursiva não-governamental, mas essa independência, sendo importante, não permite por si tomada de decisão, apenas formação de opinião, gerando portanto públicos fracos. Os parlamentos soberanos são pelo contrário públicos fortes. Se houve um avanço pela separação destas esferas, coloca-se agora o problema da relação entre públicos fracos e fortes sob a forma da responsabilização (*accountability*) destes. Pelo que se requer uma noção pós-burguesa desta relação para encontrar respostas para uma questão que ainda está em aberto.

A teoria de Fraser parece-me de bastante interesse dado terem as bibliotecas várias vertentes de publicidade: fornecem um bem público - a leitura; dependem do Estado - quase sempre; ocupam edifícios públicos - espaço físico público do ponto de vista legal ainda que o espaço de leitura, mental, crie lugares de fechamento e uso claramente individuais próximos da domesticidade; são, formalmente, abertas a todos; são de interesse geral - embora o tipo

de frequência indicie possível desinteresse ou distanciamento de grupos sociais e indivíduos por algo que não usufruem correntemente e que não está enraizado nos seus hábitos culturais.

Tinha no entanto muitas dúvidas que pudessem ser consideradas em toda a extensão, sem reticências, como elemento da esfera pública, como o faz Ventura (2002). Sendo de carácter inegável e pluri-facetadamente público, não são propriamente áreas de debate público, são mais áreas que contribuem para a formação da opinião mas rara e marginalmente para a sua expressão (públicos fracos?). São antes, creio, mananciais, áreas de recursos para a formação de opinião e para o exercício da cidadania e como tal intimamente ligadas à ideia de sociedade democrática. E onde a vida democrática (ou sua ausência) se reflete também em várias vertentes: a censura ou falta de diversidade nos conteúdos; aspetos concetuais da arquitetura e da inserção na cidade; normas e códigos que regulam permissão/restricção de formas e práticas leitu-rais ou de estar (Lees, 1997). Daí que, no desenho desta investigação este tópico tenha sido adicionado às questões do espaço a pesquisar empiricamente.

Leitura pública como bem público e terreno de disputa democrática e cidadã

Uma nota final para chamar a atenção de que espaço público é hoje cada vez mais espaço ameaçado e em retração, a carecer de defesa e reivindicação de uso, e por isso também de uma leitura política (Taipale, 2006). Tanto a provisão de bens públicos como da comunicação pública estão sob ataque ao mesmo tempo no tempo presente. A par da privatização dos média, dos direitos de propriedade intelectual, de desafios problemáticos colocados pelas tecnologias das comunicações há vários ataques aos bens públicos; e a sua defesa não tem só a ver com o Estado mas com a auto-organização da sociedade civil: é portanto uma questão de democracia mas também de cidadania (Calhoun, 2005).

Mas mais do que enfatizar no discurso a existência duma «entidade comum única», deve-se enfatizar sim a ideia de participação «numa vida pública comum que faça ponte entre linhas de diferença». Até aqui nem todas as pessoas tiveram direito a serem consideradas pessoas públicas, caso das mulheres, das minorias étnicas. «A democracia, contudo, não depende só da inclusão, mas das ligações». Para o que é preciso poder comunicar, receber educação e ter espaços públicos físicos. Os públicos ligam pessoas diversas,

que não são as mesmas. «A vida urbana é pública, assim, numa forma que a vida na aldeia não o era» (idem, 3-5).

Assim também nas bibliotecas é preciso questionar a exposição à diversidade e à alteridade, como: oportunidade para pensar alternativas ao sistema e ao mundo da vida, contrapondo-se à ideia de que não há alternativa; possibilidade de encontros com outros, diversos, num ambiente de fruição cultural e lazer, união (*togetherness*) – urbana e cosmopolita; possibilidade de participar ativamente na construção duma riqueza de opções de leituras (conteúdos) e de modos de ler próprios, como tal, necessariamente plurais; defesa da leitura pública como bem público que como tal deve poder ser fruído por todas e todos.

E é preciso questionar ainda as práticas leiturais no que toca a: acesso sem restrições aos conteúdos de escolha de cada leitor/a; defesa da leitura como prática valorizante e de desenvolvimento pessoal, desde as formas mais recreativas (não produtivas) até às mais orientadas para fins utilitários, de informação ou aprendizagem (eventualmente produtivas); afirmação das vertentes de sociabilidade e de comunicação das várias práticas, incluindo as desenvolvidas com a Internet, como peças integrantes dum quotidiano urbano democrático.

Pessoas nas bibliotecas

O objeto inicial desta investigação eram as apropriações adolescentes da Internet nas bibliotecas públicas. Acontece porém que, volvidos alguns anos sobre a primeira investigação sobre tema próximo (Sequeiros, 2004), os leitores da Internet se diversificaram muito, a ponto de ter deixado de fazer sentido tomá-los apenas a eles como foco de análise. Hoje em dia, e na Biblioteca Almeida Garrett, isso é patente, vendo-se os postos de Internet ocupados por pessoas de idades muito variadas. Alguns leitores de mais idade têm inclusive aproveitado a oportunidade para fazer formação sobre a exploração do ciberespaço na própria biblioteca, no que são acompanhados por outros adultos que não tiveram essa aprendizagem em contexto escolar.

Em 1987 iniciou-se a criação duma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNB) no Continente, em 2002 estendeu-se até às ilhas e em 2008 havia 186 bibliotecas já inauguradas no país, num total de 261 municípios que foram ou estavam a ser apoiados pelo governo central em parcerias financeiras (Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, 2008). Em 2007 mais de metade da população do Continente dispõe de biblioteca da RNB no seu concelho (Rodrigues, 2007).

A afluência de leitores às bibliotecas não é muito expressiva no conjunto da população, 15% apenas da população as frequenta, reportando-nos a dados de 1999. Em termos comparativos o teatro atraía 10% dos habitantes e a dança 7%. Estas saídas culturais foram, mesmo assim, as que registaram uma subida entre maior entre 1991 e 2000 (Maria de Lourdes Lima dos Santos, 2002, 62).

Quanto à origem social dos leitores e leitoras de bibliotecas públicas, em nove cidades de média dimensão, não há uma origem social homogênea nem nenhum grupo profissional que claramente domine nas visitas tendo em conta a profissão dos pais dos estudantes frequentadores, esse grupo sim claramente maioritário. Na maioria das bibliotecas, entre os inquiridos predominam filhas e filhos de trabalhadores dos serviços [PBE, ou PBTEI], de pequenos proprietários ou de trabalhadores intelectuais – aí englobados numa *pequena burguesia* – os filhos de trabalhadores manuais (indústria e agricultura) têm representações relativamente baixas, com exceção de Évora onde é contudo minoritária. De tais dados não é possível portanto extrair conclusões claras neste campo (Lopes, João Teixeira & Antunes, Lina. 2000).

O que resulta claro é que estes atuais leitores e leitoras provêm de famílias com capitais escolares mais reduzidos do que os seus, em geral.

Mais claramente surgiu uma associação positiva entre o facto dos atuais leitores terem tido, enquanto crianças, pais e outros familiares que frequentemente liam para eles e o seu atual gosto pela leitura. Familiares esses que se caracterizavam por deter escolaridade superior e profissões intelectuais. Mas de entre meios sociais semelhantes também saíram muitos leitores atuais que não cultivam esse gosto, tendo a leitura para eles e elas conotações mais de obrigação e aprendizagem. O que leva aqueles autores do relatório síntese do Observatório «Sobre a leitura» a afirmar que será eventualmente a leitura um desse fenómenos em que «para além de uma maior dispersão das pertencas sociais por conjuntos relativamente vastos de atitudes e representações, o carácter transversal de certas orientações [...] se espalha, embora de maneira desigual, por toda a estrutura social».

Dum ponto de vista dos géneros, o Observatório conclui pela predominância do feminino, em certos casos de forma bem nítida. Como hipótese explicativa forte avançam a relação com o facto da população feminina portuguesa ter vindo a apostar muito na escolarização, estando a leitura a favorecer «a aquisição complementar de capital escolar», em linha com estratégias de mobilidade sociais compensatórios da desvantagens de género. No tocante aos tipo de leitura mais praticados encontraram diferenciações claras: a cada género suas preferências de género (literário). Romance, artes, poesia, teatro e música a par de livros de conselhos práticos, do lado feminino; do masculino

as preferências pelo erotismo, banda-desenhada, ficção científica mas também política e história ou ainda livros técnicos. O que ligam estreitamente à socialização de género dominante. Aqui seria interessante desconstruir este tipo de categorização por géneros: se um livro ou revista de informática é claramente classificado como técnico, porque não classificar igualmente publicações sobre moda, culinária ou arranjos florais? Da mesma forma a literatura feminista contesta a distinção entre géneros ligeiros e sérios, usada pelo menos tacitamente de forma corrente: as revistas femininas seriam ligeiras, mas os jornais desportivos, tipicamente masculinos na sua configuração atual, já não o seriam quando são relativamente equivalentes no preenchimento dos tempos livres de homens e mulheres.

Atentemos ainda em alguns dados a partir do inquérito «A Leitura em Portugal» de 2007 (Neves & Lima, 2008). O estudo abarcou residentes no continente com mais de 15 anos sabendo ler e compara esses dados com os do «Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa» publicado em 97. Em primeiro lugar os não-leitores atingem os 5%, recuando dos 12% anteriormente registados. Este crescimento verifica-se, como é sabido, ao arrefecer de outros países, não deixando no entanto o país e de apresentar valores mais baixos que eles. Cresceu sobretudo o número dos leitores de jornais, sendo agora 4 em cada 5. A isto acresce que 70% estão inseridos na categoria dos pequenos leitores, com 1 a 5 livros lidos por ano. O sócio-perfil destas pessoas

assemelha-se também ao dos seu congéneres estrangeiros: livros e revistas são mais lidos pelo sexo feminino, jornais pelo sexo masculino; livros e revistas de novo são mais lidos por pessoas mais jovens e mais qualificadas. Em geral, quem mais lê enquadra-se profissionalmente entre os Empregados de Execução e os Profissionais Técnicos de Enquadramento.

Lê-se livros sobretudo por lazer, em cerca de metade dos casos, e apreciam-se antes do mais os do género amoroso e de autores contemporâneos. Nos contextos do lazer, ver televisão é a atividade mais comum seguida da audição de música. Comparativamente, ocupam-se mais de uma hora por dia com a leitura, 12%, com a navegação na Internet, 21%, contra 86% com a televisão e 46% com a música. Destaco, de entre a muita informação publicada por estes investigador e investigadora o facto de que na categoria dos Navegadores (os que para além da Internet, ouvem música, vêem televisão e leem) 60% são de tipo cumulativo no que se refere a suportes e 26,8% são grandes leitores (mais de 20 livros por ano), 55% são do sexo masculino, 46% detêm qualificações do nível secundário, são mais jovens, são estudantes ou, se ativos, sobretudo Empregados Executantes e Profissionais Técnicos de Enquadramento. A isto acresce que a leitura de jornais nacionais em-linha é praticada por apenas cerca de 10% dos leitores (idem).

Em termos gerais tudo parece apontar para que o público habitual utilizador da leitura pública se caracterize por ser sobretudo jovem, com escola-

ridade elevada, predominantemente estudantil mas também das profissões técnicas e de enquadramento e ainda do setor terciário, com alguma vantagem em termos de representação do sexo feminino. Não há contudo lugar para afirmar uma homogeneidade social de leitoras e leitores, sendo possível notar, como no estudo de caso da biblioteca de Loures, a existência de um *duplo padrão de recrutamento social*: se à biblioteca recorrem os que têm disposições suficientes de capital cultural e social, também se registou uma frequência motivada pela disponibilidade de recursos documentais para alguns que possuem, individualmente, menos recursos económicos (Rodrigues, 2007, 22-23).

Como nota sintomática deste último aspeto vários artigos de imprensa têm feito referência, no caso dos Estados Unidos, ao facto da frequência das bibliotecas ter subido bastante desde que se começaram a sentir os efeitos da atual crise económica nas famílias - ver por exemplo Laidler (2008), Oblinder (2008) ou Lizdas (2009), todos referindo aumentos entre os 20 e os 36%.

De realçar que, com a recente abertura e consolidação de várias bibliotecas escolares, o predomínio dos estudantes nestes espaços deixou de ser tão nítido, segundo conversas com bibliotecárias de várias localidades. Não havendo dados estatísticos recentes e fiáveis sobre estas frequências, ficamos por estas observações impressionistas, que parecem ser no entanto bastante generalizadas.

As bibliotecas públicas na contemporaneidade

O que é uma biblioteca? O que deveria ser? Possíveis respostas emergem na atualidade de panoramas distintos. As novas tecnologias entraram pela porta principal e, é caso para dizer, em muitos casos rasgaram janelas nessas instituições do séc. 19. De início usadas apenas para tarefas administrativas ou técnicas, nos bastidores ou por trás dos balcões, saltaram para área do público, para o lado de cá do balcão, mais recentemente.

Em uma extensa pesquisa feita em bibliotecas de três cidades norte-americanas concluiu-se que o papel atribuído mais frequentemente por cada leitor à sua visita foi o da procura de «materiais populares», leia-se recreativos (69 a 73,4%), seguidos à distância dos serviços de referência, do uso dum lugar tranquilo ou da aprendizagem formal e ainda da informal pessoal e de referência profissional, com variações na ordem de citação segundo as localidades e acima de tudo com grandes variações entre as diversas pessoas (por ex^o entre 5,2 e 55,9% numa das cidades para os materiais populares). Questionados ainda sobre a importância atribuída a cada um desses papéis, independente dos usos pessoais que cada um/a dava, e em meia cada pessoa seleccionou 3,2 papéis – que incluíam ainda ser uma forma de iniciação para as crianças ou um centro de informação comunitária – a maioria já não indica a recreação (27,5%) como papel mais importante, surgindo à sua frente a referência, pessoal somada à profissional, em primeiro lugar (31,6%) e a educação

(30,7%) se adicionados os papéis da aprendizagem formal, informal e das crianças, em segundo. Quando foi pedido que indicassem um único papel como o mais importante, apenas 27,5 utilizadores duma dessas bibliotecas indicaram o papel recreacional. A partir de sondagem nacional feita posteriormente, os mesmos autores concluem que os papéis mais importante atribuídos pelos e pelas Norte-Americanas inquiridas são os da educação formal (88,1%), informal (84,6%), ficando a procura de materiais populares (51,4%) atrás de local para trabalho (52,4%) e à frente do último votado (41,3%) atividades comunitárias (1994). A esta contradição entre o uso efetivo e o valor atribuído a cada papel, entendo que não é dada resposta satisfatória. Considera-se natural que possa haver essa incongruência. Parece-me contudo que o tipo de abordagem feita, estudo quantitativo com sondagem telefónica, não será a melhor forma de interpretar com profundidade respostas que estão já muito na ordem do representacional e que, muito provavelmente, como se tem constatado em investigações análogas, são influenciadas pelas noções que se formam sobre legitimidade dessas práticas, como atrás se referiu (d'Elia et. al., 2002).

Porque, como afirmam com ironia Ross, McKechnie & Rothbauer (2006), a investigação empírica que ocasionalmente se faz acaba a comprovar que, atribuindo-se-lhe um fim primordialmente educativo ao nível das declarações institucionais, o facto é que a biblioteca está realmente «no negócio do entretenimento» (p.13). O Inquérito sobre a Biblioteca Pública, de meados do

séc. 20, indicava que 60 a 65% das leituras eram de ficção e que apenas 50% dos leitores lia livros, com 85 a 90% das pessoas a indicar que liam jornais e revistas, num panorama em que 25% dos adultos eram leitores registados e com cartão (idem, 13).

Recente investigação em bibliotecas do sudoeste de Inglaterra, feita como fim de testar um modelo de avaliação do valor dos serviços prestados face a objetivos de aprendizagem, concluiu que 55% dos leitores e leitoras as usavam para lazer (Bawden, et. al, 2009).

Por outro lado há mudanças na sociedade que inevitavelmente se refletem na quantidade e na forma de ocupação dos tempos livres, nas formas de estudo e como tal, é de esperar, na leitura pública: entrada tardia dos jovens no mercado laboral, precariedade dos postos de trabalho, longevidade acrescida das populações, crescente qualificação e escolarização sobretudo dos mais novos.

Para além dos usos internos das novas tecnologias, sobretudo ao nível da produção dos catálogos e dos ficheiros de empréstimo, o fornecimento de acesso à Internet, que recentemente se generalizou, seja em postos de trabalho da instituição seja na disponibilidade de redes sem fios, proporcionou outro tipo de alterações do panorama das bibliotecas públicas.

Há práticas hoje correntemente aí aceites que seriam impensáveis fora do contexto da Internet. A forma como esta questão se me concretizou no início desta investigação foi a seguinte: e se, há alguns anos atrás, leitores e leitoras se apresentassem numa biblioteca com papel e sobrescritos, selos, pastas de arquivo, e se começassem a pôr a sua correspondência em dia? Isso ser-lhes-ia permitido? Mesmo alguns utilizadores habituais da Net persistem em afirmar, como se verá adiante, que as bibliotecas são mesmo *é* sítios para ler livros. Outros pelo contrário afirmam que se fossem privados do acesso à Internet não iriam à biblioteca. O que é um facto, quer os responsáveis das bibliotecas tenham consciência disso ou não, é que o correio eletrónico é a atividade principal, em termos pelo menos do tempo consumido, entre os cibernautas (Curry, 2000; Boughey, 2000; Hardy & Johanson, 2003) no tempo que passam nas bibliotecas, embora se encontrem registos de como era uma atividade desencorajada em algumas bibliotecas, em passado recente (Hédon, 1997).

Mas também será bom recordar, e esse é um dado fundamental, que esta funcionalidade existe apesar da vontade inicial dos informáticos, para não referir outros grupos profissionais. Nenhuma biblioteca disponibiliza programas específicos para correio eletrónico ou para chat. Eles usam-se, contudo, porque os leitores lhes acedem por interfaces Web de forma simplesmente não controlável pelos gestores das redes. Estas práticas são na realidade fruto

de atividades que contornam as configurações e as expectativas dos decisores dessas instituições, acabando por ser toleradas, até um ponto em que hoje, em dia, já nem se interrogam sobre elas.

Entretanto é este tipo de questões, e outras análogas, que leva os profissionais de bibliotecas a questionar-se sobre o futuro da sua profissão e sobre qual o cenário em que as bibliotecas passarão a atuar. Muito concretamente a pergunta que se coloca tem a ver com a finalidade duma biblioteca pública na atualidade (Kerslake & Kinnel, 1998; Levy, 2000; Coalter, 2001; Lopes, 2001; Klein, 2003; Scroggins, 2006). Mais do que um problema de simples adequação de espaços a funções, o que está em causa é um problema de políticas bibliotecárias e de legitimação de práticas.

No dizer de Levy (2000), a biblioteca do séc. 19 atribuía-se uma finalidade de educação popular, a par de se constituir como sinal da prosperidade e liberalidade duma burguesia em expansão. Praticava-se aquilo que chama «*teoria da elevação do gosto*»: se um leitor pedia um jornal, o bibliotecário tentaria encaminhá-lo para leituras mais nobres. Finalidade importante também era o seu intuito moralizante ao pretender retirar os trabalhadores das tabernas e do crime a que se poderiam entregar se não tivessem o seu tempo ocupado (Kerslake & Kinnel, 1998). Estava-se claramente na época daquilo a que Teixeira Lopes denominou a *democratização cultural de primeira geração*, caracterizada como conceção descendente, paternalista e fortemente hierarqui-

zada de cultura, negadora de diversidade, com postura essencialista em relação às audiências – o *povo*, a *nação* – e de liquidação do indivíduo (2007, 80-81). Atente-se que este discurso está ainda muito presente na formação e no discurso dos e das profissionais de bibliotecas com que contacto habitualmente.

Só bem mais tarde, no caso dos EUA, é que esta conceção começou, depois do final da Segunda Guerra, a englobar finalidades mais consentâneas com o lazer e um passar o tempo de forma despreocupada. Aí surgem as noções de biblioteca como centro cívico, centro de informação ou local de defesa da liberdade de expressão.

As bibliotecas são uma forma de propriedade pública que garante que se faz uma livre troca de ideias, precisando assim de garantir também a liberdade de expressão, elas têm acima de tudo uma finalidade de fórum público (Gathegi *apud* Buschman & Leckie, 2007).

Scrogam (2006) refere o papel da biblioteca pública nos EUA como instituição dedicada à diversidade, que os seus fundos devem refletir, e à educação, diversão e edificação pessoal. Atividades estas que contam com o apoio de especialistas. E por fim refere o seu papel na constituição dum sentimento de comunidade entre «os que vivem e leem juntos». Do seu ponto de vista a fragilização da biblioteca não se deve a alterações nas suas finalidades,

nomeadamente com a introdução da Internet, mas sim à incursão do modelo de mercado capitalista e à desprofissionalização a que se está a assistir, com redução de horários e eliminação de postos de trabalho qualificados. Preocupação semelhante demonstram Kerslake & Kinnel (1998) ao alertarem para a forma como a finalidade da biblioteca pública se enfrenta hoje com a crescente mercadorização da informação.

Mesmo uma biblioteca digital, tendo finalidades a requererem reflexão e questionamento, as grandes questões não parecem modificar-se: continua a debater-se com as questões de acesso, de coleção de informação e a ter por finalidade a educação, a democracia e o avanço científico e tecnológico a par dum contributo para uma «*vida boa*» (Levy, 2000).

Particularmente em instituições e em países em que se tem sentido algum refluxo na afluência de público, tem havido lugar a algum experimentalismo por parte dos profissionais. As bibliotecas dos EUA, com políticas que poderíamos designar como de proximidade, têm experiências recentes de grande criatividade no que toca a atividades que passaram a integrar o seu quotidiano, sobretudo no que toca à programação dedicada a jovens e crianças. Existem efetivamente muitos relatos de experiências bem sucedidas que, pelo impacte que demonstram, chegam até aos jornais locais. Um caso exemplificativo é o da introdução dos jogos Wii na panóplia de serviços disponibilizados, acompanhados eventualmente por concursos entre leitores. Em San Die-

go, na nova biblioteca de Encinitas, para além desses jogos eletrónicos, disponibiliza-se sofás em zonas de relaxe para convívio, um terraço para ler ao sol, espaços com vista para o mar, uma livraria de livros antigos e usados, carrinhos para serviço de café, empréstimo interbibliotecas, para além de cursos de literacia básica ou de inglês para estrangeiros, num ambiente em que algum ruído está sempre presente e é sentido como natural – em 2007 as bibliotecas da cidade no seu conjunto atraíram 6 milhões de visitantes (Finlayson, 2008).

Outro exemplo tem a ver com assumir um papel de dinamização de debate em torno de temas polémicos: *requisita uma pessoa* é uma nova atividade que permite que os leitores requisitem por algum tempo representantes de grupos sociais sobre os quais têm curiosidade, tendo aí a oportunidade de os questionar face-a-face e eventualmente pôr um fim a ideias preconceituosas (Baker, 2008). Esta ideia que teve origem na Suécia tem sido também desenvolvida nos EUA e aplicada à questão LGBT ou aos preconceitos em torno dos emigrantes, por exemplo (Baker, 2008).

Documento recente da ALA (2010), associação de bibliotecários norte-americana, vinca bem o papel das bibliotecas desse país como lugares muito procurados para apoio à busca de emprego, para ajuda na redação de currículos para candidaturas a postos de trabalho e no fornecimento gratuito de serviços, especialmente apreciado em tempos de crise.

Fica por enquanto em aberto a definição de limites para as atividades bibliotecárias, parecendo haver uma tendência para reinventar esses papéis. De típica instituição das elites intelectuais do séc. 19 a biblioteca pública tem assumido na atualidade contornos diferentes ou mesmo completamente distintos, de acordo com experiências diversificadas tanto dentro como fora do país. Dos Estados-Unidos e do Reino Unido, países de grandes tradições e com um elevado número de equipamentos de leitura pública, chegam interessantes relatos de experiências em novas áreas. Agregando funcionalidades que vão desde o puro lazer, sobretudo para os setores infanto-juvenis, à informação corrente, à disponibilização de equipamento informático e acessos à Internet e a serviços de apoio às comunidades - desde os clubes dos trabalhos de casa, às sessões coletivas de jogos eletrónicos, aos apoios informativos para desempregados – as bibliotecas começaram a mudar de perfil e de utilizadores.

Representações de bibliotecas

Para entender como leitores e profissionais pensam uma biblioteca, recorrerei ao conceito de representações sociais, tal como desenvolvido por Moscovici (Jodelet, 1984). As representações sociais são aqui entendidas como imagens mentais que exprimem de forma condensada os significados atribuídos a determinado objeto. Cognitivamente têm um aspeto funcional, o de permitir dar sentido a algo de novo, integrando-o num sistema de conhecimento pré-existente. Servem como categorias que encerram circunstâncias, eventos, pessoas com quem lidamos. E são ainda formas de conhecimento prático que orientam, dão sentido e estrutura à realidade e às ações sobre ela.

O qualificativo social é determinante no conceito dado referir-se a imagens construídas a partir das vivências e experiências em sociedade, da cultura, valores, ideologias e tradições de cada grupo, assim como da comunicação social, que servem para comunicar com os outros e influenciar, tendo sempre contudo traços de individualidade e singularidade. É um conceito, assim, partilhado pelos campos semânticos e gnoseológicos da psicologia e da sociologia.

Sublinhando não só esta raiz social mas também a forma como o social e o representacional interatuam e se modificam reciprocamente, avançam-se os conceitos de ancoragem – de representações e de objetos – em re-

alidades sociais partilhadas. O conceito de objetivação apoia a explicação de como se concretizam as imagens mentais: «objetivar é reabsorver um excesso de significação materializando-as» (Moscovici, *apud op. cit.*). São as operações de objetivação que explicam como as representações sociais apresentam formas de inércia ao longo do tempo, caso das representações populares que vão permanecendo mesmo em pessoas detentoras de conhecimento científico com o qual são dissonantes. Contudo estas cristalizações são apenas uma das suas características, apresentando, num mesmo sistema de pensamento, aspectos paradoxais de rigidez e inovação, dinamismo e permanência.

Na análise de representações sociais é importante ainda ter presente a faceta de individualidade que também encerram. Como defende Jorge Vala, se se entender as relações sociais como desempenhadas por sujeitos agentes-actores – na sua metáfora como instrumentistas numa orquestra de jazz – então o conhecimento de cada um/a é produto de negociação inter-individual, de comparação com outros ou com um grupo de referência, num paradigma ternário de relações sujeito (individual ou grupal) / objeto / referência (individual ou grupal) (Vala, 1993).

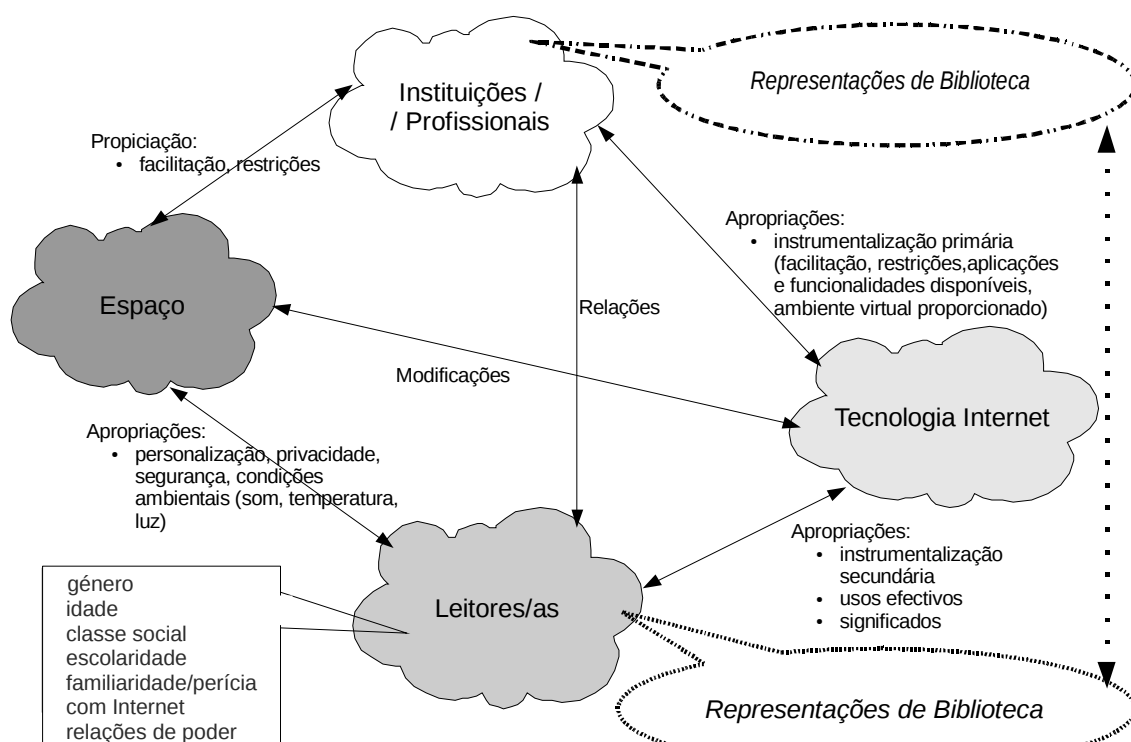
Ao nível operativo será assim interessante ter presente o relevo do conceito de representações sociais na relação entre cognição e ação: «[e]nquanto teorias, são organizações de crenças, atitudes e explicações; enquanto teorias práticas, são organizadores da acção; enquanto teorias sociais,

são produzidas no quadro das comunicações quotidianas suscitadas pelas identidades sociais» (idem, 913).

São difíceis de localizar trabalhos empíricos sobre representações de bibliotecas. Um dos poucos a que consegui aceder faz referência a representações infantis duma biblioteca pública e da sua importância como instituição de apoio à aprendizagem nos primeiros anos da vida. Para estas crianças de Medellín as vertentes de serviço público e de bem coletivo onde todos podem entrar, a gratuitidade, a qualidade das instalações, o ser um lugar de encontros e até o impacto socialmente positivo da sua construção em bairros socialmente deprimidos foram realçadas (Giraldo; Betancur & Posada, 2009).

Abordagem concetual

Os conceitos focais das problemáticas atrás expostas e a forma como se inter cruzam, definidos a partir de extensa revisão de literatura, foram sistematizados e operacionalizados no mapa concetual seguinte para uma orientação teoricamente informada ao tema da investigação.





Metodologia

A questão de partida e a finalidade deste estudo, consubstanciadas nos objetivos avançados, faziam antever um horizonte investigativo lato e áreas de pesquisa que, ao cruzar-se, poderiam fornecer informação muito rica. Contudo a teoria que poderia informar uma abordagem ao objeto assim construído parece ser ainda incipiente – para o que contribui a recência da análise social da tecnologia Internet – sobretudo se convocada a necessidade do cruzamento referido.

Assim afigurou-se metodologicamente adequada uma abordagem que permita compreender essa realidade «sem impor expetativas preexistentes no fenómeno ou situação» e que permita, na situação do terreno escolhido, o deparar-se com informação não prevista ou com relações imprevistas entre dados, associando teoria e prática investigativa. Se por um lado, as situações e

processos concretos devem ser abordados sem interferência direta da investigadora, isto é, de modo *naturalista* (Patton, 1990), a verdade é que a influência da teoria precedentemente produzida é inescapável. A própria formulação das hipóteses acaba sempre por ser teoricamente conduzida. Não seria legítimo permitir que construções teóricas se interponham e obstaculizem uma abordagem sempre questionadora à realidade social, ou, nos termos de Evers & Wu (2006), deixar-se arrastar por vieses de confirmação. Mas inevitavelmente, e a cada momento da investigação, são as explicações e construções prévias que auxiliam o despertar de questões, ainda que por antagonismo, ou que apontam interpretações plausíveis para novos factos por analogia entre situações distintas.

Se é certo que a abordagem ao terreno se fez muito orientada pelas teorias produzidas já, por exemplo, a propósito da Internet enquanto tecnologia socialmente construída ou do espaço enquanto fenómeno social, outras situações houve em que esta postura teoricamente deduzida não teve lugar. Por exemplo, e como adiante se detalhará, a análise sobre o modo de produção da regulação tácita do silêncio dentro da biblioteca ou, mais claramente, a interpretação avançada sobre preferência por determinadas zonas para sentar por parte dos leitores *residentes*, relevam mais do âmbito da abdução.

A inferência abductiva parte da observação empírica fornecendo uma hipótese explicativa considerada *a melhor explicação possível*. Orienta-se

para a descoberta de causas, enquanto que a indução se orienta para a descoberta de leis. O uso da abdução, ainda de alguma forma controverso, é fundamentado pelas seguintes questões: no quadro da nossa vida quotidiana as inferências abduativas são bastante confiáveis. O uso da abdução na produção de conhecimento científico foi desenvolvido pelo filósofo da ciência Peirce na obra *Deduction, Induction, and Hypothesis* de 1878. Segundo ele «todo o conhecimento humano, até aos mais altos voos em ciência, é apenas o desenvolvimento dos nossos instintos animais inatos» (apud Niiniluoto, 1999, S448). Para além deste argumento evolucionista, um segundo aponta para uma base realista para o trabalho científico, dado o sucesso empírico tanto de teorias científicas como das hipóteses explicativas, entendidas como sendo, pelo menos, próximas da verdade ou descrições aproximadas da verdade.

Produção e progressão do conhecimento científico, entendidos como processo racional

A filosofia da ciência tem vindo a refletir sobre o modo de produção do conhecimento científico e da sua progressão. Segue-se uma pequena síntese de alguns dos seus momentos mais significativos, como introdução às opções metodológicas feitas.

A capacidade explicativa da ciência pode ser enriquecida pela formulação de questões, pelo questionamento, os quais desempenham um papel

na construção da ciência tanto ou mais profícuo do que o de encontrar respostas.

No sistema de pensamento de Popper, desenvolvido em *Conjeturas e refutações*, a dúvida e o questionamento, o teste, assumem papel preponderante, num processo em que o criticismo opera em sucessivas cadeias de tentativa-erro: as hipóteses que questionam as observações da realidade são determinantes na obtenção dos resultados, não é a observação em si que detém aqui a primazia, a teoria precede a observação (2003). Entendia Popper que os processos de indução não são científicos, por muito grande que seja o número de observações feitas: o método científico opera sim com base em *conjeturas* que vão sendo testadas por sucessivas experiências ou observações entendidas como «tentativas de refutação». A «indução dá origem a teorias apenas prováveis e não certas» (2003, 71). Uma teoria científica só o é se for *falsificável*. Esta era uma posição claramente racionalista e em oposição ao empiricismo que advogava que o conhecimento decorre da observação e experimentação. Este carácter basilarmente falsificacionista do processo de conhecimento científico opunha-o ao verificacionismo: a ciência pretende falsificar e não verificar teorias.

Kuhn (1996) criticou estas afirmações com base no argumento de que Popper estaria a pensar na ciência extraordinária, ou revoluções científicas, e não na ciência normal feita no quadro de determinado edifício teórico e

enquadramento científico, tal como surge plasmada nos manuais escolares. Este último seria um tipo de ciência em que o cientista se limita a resolver quebra-cabeças à luz das teorias existentes, sem as questionar, no quadro dos *paradigmas* dominantes (Lakatos & Musgrave, 1970, 27). Em *A estrutura das revoluções científicas*, adotou um quadro epistemológico diferente, salientando a existência de períodos extraordinários, em que verdades comumente aceites em ciência são questionadas através de revoluções científicas, surgindo em seu lugar novas formas de organização do pensamento, ou seja, novos *paradigmas*. Estes seriam «as constelações inteiras de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma dada comunidade», capazes de serem uma solução concreta para um quebra-cabeças (1996, 175).

Tal como Popper, entende que o conhecimento científico não é definitivo nem imutável, mas que não é tão pouco o resultado dum processo de acumulação progressiva e linear, ordeira, desse conhecimento. A anomalia, o que não se pode «alinhar com a expectativa profissional» (idem, 5), é sim o motor das mudanças de paradigma por processos de rutura profundos com o conservadorismo e a rotina, com modelos e escolas de pensamentos estabelecidos. Se em momentos de crise se nota que se requerem novos utensílios, se o paradigma estabelecido é questionado, segue-se um período em quem que se desenham diversas hipóteses de resposta. Mas apenas não pode haver consenso entre a comunidade científica, não há nenhum conjunto de regras uni-

versalmente aceite para que um novo paradigma possa emergir. A adesão a um novo paradigma assemelhar-se-ia a um processo de conversão, dado rodar em torno da substituição duma crença por uma outra – um paradigma, para além duma vertente cognitiva, tem uma outra de carácter normativo. No que se afasta do racionalismo de Popper, adotando antes um modelo psicologista ou relativista, dado que entendia que só dentro dum dado paradigma é que a falsidade ou a verdade poderiam ganhar sentido. Assim pretendeu explicar a forma como há lugar à progressão no conhecimento científico através de mudanças de paradigma que se operam em momentos de revoluções no conhecimento.

Diferentemente de Popper, a sua linha de pensamento tem um carácter claramente historicista, vincando que as escolhas em torno das respostas mais corretas não se explicam por processos de pura racionalidade científica mas antes por questões para além dessa racionalidade, questões de carácter social e histórico, de relações de poder dentro de cada disciplina e questões culturais e políticas.

Kuhn chamou também a atenção para a forma como a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade ocasionais podem contribuir para a mudança de paradigma e originar as revoluções científicas.

Imre Lakatos distanciou-se de Popper no papel atribuído ao falsificacionismo: uma teoria não é abandonada de imediato por qualquer facto que

a refute, mas apenas quando uma outra, competitiva, surge com um maior poder explicativo. Segundo o ponto de vista explanado em *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica* a refutação de teorias anteriores faz-se partindo de bases teóricas e não diretamente da realidade observada pela via dos sentidos (1999). O choque existente entre teoria e proposições factuais resulta da eventual existência de inconsistências e não portanto de falsificações. Entende Lakatos também que o que normalmente se avalia como científico ou não «é uma sucessão de teorias e não uma dada teoria», teorias essas que compartilhariam um núcleo duro. Essas sucessões de teorias organizam-se em torno de *programas de investigação*, o que sustenta a sua continuidade junto das comunidades científicas.

O psicologismo do conhecimento, o falsificacionismo naturalista, é criticado pelo facto de que «não há sensações, derivadas da observação que não estejam impregnadas de expectativa e por isso, não há demarcação natural (psicológica) entre proposições observacionais e teóricas» (idem, 18). As proposições factuais não podem ser comprovadas pelas experiências, não derivam dos factos mas de outras proposições. Assim as teorias não seriam falsificáveis, sendo todas igualmente impossíveis de comprovar, seriam antes falíveis. Ao falsificacionismo opõe portanto o *falibilismo*. O que opõe proposições factuais a teorias seriam inconsistências e não falsificações. Um outro tipo de falsificacionismo, metodológico, como o de Popper, advoga que a teoria se for-

ma por consenso entre as comunidades científicas, não por comprovação dos factos naturais. Na luta entre teorias rivais sobreviveriam as mais aptas, segundo os falsificacionistas metodológicos. Ao invés dos falsificacionistas naturalistas, contudo, entendem que uma teoria pode ser refutada mas não rejeitada, defendendo que uma teoria é científica se tiver uma base empírica. Acontece que neste quadro não é fornecida uma base racional para o avanço da ciência nem para a rejeição de teorias precedentes.

Essa progressão do conhecimento científico vai explicá-la Lakatos através de processos que denominou programas de investigação. Cada programa incorpora uma heurística positiva – o que fazer – e uma heurística negativa – o que evitar. A heurística negativa impede que o núcleo duro desse programa seja questionado, tornando-o irrefutável e criando uma cintura protetora à sua volta através de hipóteses alternativas como resposta ao surgimento de anomalias. E de cada vez que isso acontece e novas hipóteses auxiliares são desenvolvidas, há um acréscimo de conteúdo, ou seja o programa de investigação torna-se progressivo. Um programa degenerativo, pelo contrário, não tem a capacidade de gerar factos novos, de criar essa cintura protetora de hipóteses auxiliares. Os vários programas de investigação vão competindo entre si e, havendo momentos de crise, como referia Kuhn, o programa que apresentar maior poder heurístico acabará por superar e afastar os demais, dadas as falhas geradas no seio desse «labirinto de teorias» que se tornou inconsisten-

te, ao final de algum tempo, vencidas as resistências dos seus oponentes (ib., 52).

Lakatos afirma ainda uma posição de vincado racionalismo, criticando Kuhn pelo seu conceito de crise, um conceito psicológico, em seu entender, dado que «não pode existir uma lógica da descoberta mas apenas uma psicologia» nessa visão adotada para o funcionamento das comunidades científicas (ib., 104). O surgimento das crises não é explicado de forma lógica por Kuhn, referindo apenas o abandono duma situação de «pânico contagioso» e passagem dum velho para um novo paradigma, por refutação completa e total do precedente.

Esta outra linha de pensamento, que Lakatos adota, é por si designada falsificacionismo sofisticado.

Percorrendo caminho análogo, Bachelard entende que «produz-se conhecimento *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal feitos» negando a ciência feita a partir de tábua rasa (2004, 16), mas antes como produto de «erros retificados» (id., 13). E se a ciência se opõe totalmente à opinião, saber colocar um problema, ter «o sentido do problema» é que caracteriza o espírito científico (ib., 17). Daí a importância da dúvida na construção de novos saberes e na destruição dos conhecimentos «mal feitos» (Fernandes, 1994).

Burawoy dá um contributo particular à falibilização da teoria inscrevendo-a nos próprios objetivos de investigação: começando por tomar «as falhas da teoria existente como pontos de partida» pretende-se atingir a «reconstrução da teoria existente» (1991, 6-7). Desta forma opõe-se à Teoria Fundamentada como sendo basicamente positivista para afirmar que a situação social observada não faz emanar teoria, esta produz-se no confronto com outras teorias. A situação social então deve ser tratada não como uma confirmação de teorias existentes mas antes como deficiências duma teoria, procurando cientistas as anomalias, as contradições internas, as falhas teóricas ou os silêncios. As perguntas de investigação podem assim começar por conjecturas próprias ou por sair diretamente de leituras da literatura existente, mas num qualquer passo o recurso à teoria existente acaba por se impor e o objetivo é então melhorá-la.

Reflexividade

Michael Burawoy propõe em *The extended case method* um modelo da ciência reflexivo, baseado na racionalidade da teoria e aí residindo, na linha do pensamento de Lakatos (1998). O modelo reflexivo proposto fundamenta-se numa conjugação útil entre teoria e prática investigativa, em que a primeira não só orienta a formulação de problemas como questiona opções processuais e a interpretação de resultados, numa postura vigilante contra o fechamento apriorístico e a favor do questionamento e da reformulação.

A perspetiva feminista da produção de conhecimento científico tem sido particularmente enriquecedora neste debate.

Uma tentativa de sumariar o que se entende por metodologia feminista, pode ser a seguinte: processo aberto e cumulativo, em torno dos seguintes eixos: colocação da tónica em revelar *loci* e perspetivas das mulheres, descentrando a narrativa das práticas masculinas; a produção dum conhecimento mais completo da sociedade pela inclusão das mulheres; uma preocupação com a minimização de danos e com o controlo no processo de investigação em relação às mulheres; o compromisso com uma investigação que leve à mudança social e a benefícios para as mulheres. Assim ênfases recentes destas metodologias passam a incluir a subjetividade nas formas e no processo de investigar, e advogam a eliminação da barreira da *objetividade* entre investiga-

dores/as e investigados (Devault, 1996). De forma curiosa, Devault afirma que se as feministas estão em luta com a Sociologia essa é uma luta de participantes comprometidas com a disciplina (idem).

Indo até às questões mais profundas da epistemologia, a perspectiva feminista foi fundamental na introdução de conceitos que rejeitam epistemologias tradicionais pelo seu empiricismo e racionalismo e por estarem muito associadas às Luzes e ao positivismo, onde as experiências masculinas são a norma, as femininas sendo tratadas como desvios dessa norma (Aitchison, 2003). O que se propõe desta perspectiva é antes trabalhar «a partir da experiência da opressão específica das mulheres» que funda «o pessoal, o social e o biológico» (Hillary Rose, *apud* Harding, 1986).

Para tanto dever-se-ia, segundo Morris, Woodward e Peters (*apud* Aitchison, 2003) seguir três princípios base: investigadoras e investigadores devem preferir participantes da investigação a objetos de investigação, defendendo uma relação não hierárquica com os processos investigados, tornando as pessoas em colaboradores e parceiros; a investigação deve ser comprometida com a sua finalidade – para as mulheres e não só sobre as mulheres; e por fim a defesa da reflexividade, baseada na abertura e na honestidade intelectual.

Efetivamente os contributos da epistemologia feminista não se limitaram a reivindicar a inclusão da perspectiva de género na análise do social. Outro aspecto fundamental do seu questionamento tem sido dirigido aos modelos tradicionais da ciência, ao recurso generalizado a dicotomias de pendor positivista, à naturalização e à a-historicidade tanto do «homem» sujeito conhecedor como do «homem» objeto do conhecimento, abrindo caminho não só para perspectivas de e sobre mulheres – nomeadamente da valorização do íntimo, do privado/doméstico, da experiência da vida quotidiana – como para a passagem do conceito de diferença de género para o de diferença na igualdade. Isto é, contribuiu para elevar a um novo patamar ético as discussões sobre construção do conhecimento.

A epistemologia feminista, entendo-a assim, aqui, como uma forma de aprofundar a reflexividade dum modelo investigativo.

Igualmente se assume que, sendo o conhecimento científico uma construção histórica e socialmente situada, está esse conhecimento exposto aos mesmos processos de reflexão crítica que os seus próprios objetos, ou seja, não deverá haver lugar para o dualismo metodológico que Alvin Gouldner criticou e que faria com que os cientistas sociais se colocassem a coberto da influência das teorias produzidas sobre terceiros (apud Burawoy, 1998).

Complexidade

É discutível se a complexidade na ciência atual é ou não uma particularidade das ciências sociais. Mas as aplicações da teoria social e as finalidades invocadas na pesquisa são certamente aqui mais complexas, dadas não só as diferenças a ter em conta nas diacronias (História), como nas sincronias e nos espaços (Cultura) como ainda as diferenças a ter em conta entre indivíduos que compõem os grupos sociais, eles próprios diversos, e dado ainda que tanto os primeiros como os últimos se constituem como objeto de estudo (Donmoyer, et al., 2000). Pelo que a epistemologia contemporânea na área do social e do humano tem vindo a desenvolver um paradigma alternativo com enfoque na complexidade e uma desvalorização do tradicional e homogéneo quadro de referência da ciência em que esta se vê como um conjunto de generalizações do tipo causa-efeito. Os factos sociais são um produto da nossa visão do mundo e «esta conceção a priori não é determinada pelos factos mas antes determina o que os factos são» (p. 52).

Arriscado Nunes, referindo uma recente inflexão no debate epistemológico, faz notar que o termo complexidade pode abarcar não só a transversalidade de tópicos entre disciplinas como o uso transdisciplinar de abordagens e aparelhos concetuais, reflexo de «orientações epistemológicas inspira-

das no pragmatismo e na conceção do conhecimento como resultado de processos locais, situados e heterogéneos de construção» (2001, 63).

Aqui, de novo, entendo que a epistemologia feminista tem contributos assinaláveis sobretudo pela insistência no carácter fundamental das análises de género e na evitação de perspetivas monolíticas, patriarcais, simplificadoras e redutoras. Mas também pela inclusão de novos campos de investigação nomeadamente pela valorização do íntimo, do privado/doméstico, da experiência da vida quotidiana.

O que, na linha do exposto, acrescenta outras perspetivas, outros modelos e outros objetos, isto é, adiciona complexidade.

Construção do objeto e da relação com ele na prática investigativa

Interpretação

De resto, estes contributos vêm numa das linhas decorrentes do papel atribuído à interpretação na construção do conhecimento científico.

Max Weber é considerado o criador duma corrente interpretativa das ciências sociais, aliando ciência e interpretação como compreensão dos significados da ação humana. Referindo-se à sociologia afirma que «opera a sua própria diferenciação fundando-se nas relações significativas típicas (sobretudo de ordem externa) da atividade e é por esta razão que [...] a 'racionalidade por finalidade' lhe serve de tipo ideal para poder avaliar o alcance do que é 'irracional por finalidade' a uma «sociologia compreensiva» (1965, 331). A sua teoria da ação pretendia compreender esses significados como motivação da ação. Esta compreensão racional (*verstehen*) era mais do que a simples empatia, de base emocional, pretendia sim aliar causa e significado na elaboração da própria explicação.

Os significados que as coisas têm para as pessoas moldam a sua ação e portanto na interação social se deve procurar o modo como esses signi-

ficados e as razões dos seus atos se constroem e não na influência de causas externas (Blumer, *apud* Donmoyer, 2000, 49). Assim à sociologia (e à psicologia) competiria não uma busca das relações causa-efeito mas antes compreender os atos humanos através duma análise centrada nos processos que os conformam e os constroem tanto a nível individual, como grupal e nos significados que lhes conferem sentido.

Geertz afirma: «Crendo, com Max Weber, que o homem é um animal inserido em tramas de significado que ele próprio teceu, considero que a cultura é essa tecitura e que a análise da cultura tem de ser portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significações. O que procuro é a explicação, interpretando expressões sociais que são enigmáticas na sua superfície» (1973, 5).

Os fenómenos sociais não estão «ali» para serem interpretados nem determinam por si sós qualquer tipo de explicação. É antes o labor científico que, construindo esses fenómenos como objetos de conhecimento, os analisa e interpreta.

Intersubjetividade

Sobre a questão da relação analista-analisados, o feminismo *standpoint* de Haraway (1988) leva esta questão mais longe do que a discussão sobre relações de hierarquia/colaboração ao afirmar não só a validade como as vantagens dum posicionamento comprometido, devendo a investigadora assumir, como outros agentes sociais, os interesses por trás das suas próprias posições. Alertando, contudo, para a necessidade de evitar uma visão romanceada dos subjugados, isenta de espírito crítico, Haraway afirma que, partir desse ponto de vista, é preferir uma perspetiva de quem conhece a repressão, a obliteração, o apagamento, é adotar também uma perspetiva menos sujeita a negar o carácter crítico e interpretativo de todo o conhecimento (idem, 54). Propõe assim uma visão comprometida, corporalizada, situada e responsabilizada da investigadora que seja suscetível de dividir-se pela multidimensionalidade das subjetividades, de dividir-se para ver com os outros sem ter que ser cada uma desses outros, em oposição a uma visão única, simplificadora, patriarcal e dominadora. A relação de conhecimento então construída não tem a ver com o poder do conhecedor sobre o objeto de conhecimento mas com uma relação com objetos de conhecimento que são eles próprios agentes e atores, que não estão à espera de ser descobertos mas de ser ouvidos no decurso da conversação que a relação de investigação deve propiciar.

Opções metodológicas

Entendo úteis os *caveats* que a Teoria Fundamentada propõe na abordagem ao terreno, na relação com o objeto de estudo – impor explicações ou inter-relações entre factos e processos pode empobrecer uma análise ao privar a investigadora duma visão *fresca*, não dogmaticamente orientada. Mas não posso aderir à declaração de que à investigadora compete partir para o terreno sem visões preconcebidas e esperar que *imerja* aquilo que em cada área é relevante.

Partilho da visão de que a perceção do mundo, mesmo que para um nível de reflexão pouco elaborado, é sempre informada por assunções *a priori* sobre o que esse mundo é e sobre como deveria ser, operando cortes sobre a realidade e na construção daquilo a que chamamos os «factos». Estes, longe de serem entidades preexistentes que se oferecem a qualquer análise que sobre eles recaia, são antes construções de grupos sociais, de pessoas. Por isso diferentes visões sobre uma realidade recaem sobre factos diferentes, pelos diferentes cortes que operam sobre essa realidade, podendo aquilo que são factos relevantes para uns não ser sequer apercebido por outros. O que não contradiz uma posição de realismo científico, mas antes introduz a importância da perspetiva nesses cortes na formulação das questões, no encontrar de respostas. Perspetiva essa que é ela própria um produto social.

No lugar do afastamento proposto pela Teoria Fundamentada, entre observador e objetos observados, será mais profícuo e transparente assumir que tanto os objetos como a relação gnoseológica são eles mesmos construídos. Assim, conhecimento e sistemas de valores, ao conformarem essa inteligibilidade, não são impedimento, podendo suscitar a produção de novas interrogações, a busca de novas explicações e a produção de mais teoria.

Proponho-me assim, na linha do exposto, assumir uma metodologia de investigação de base reflexiva, que atenda à complexidade do social e comprometida com o objeto de estudo, adotando o método de caso alargado proposto por Burawoy (1998). Assim, entendendo que a nova teoria se reconstrói parcialmente a partir da teoria preexistente, na linha do falibilismo de Lakatos, requerendo, de um lado, uma reflexividade e uma intersubjetividade que estabeleça diálogo entre sujeito e objeto de conhecimento entendidos como observadora e participantes, requerendo, por outro, uma postura que releve a teoria dos próprios no campo, as suas práticas, discursos e produções de par com os seus valores e significados na situação da sua ocorrência.

O ponto de vista e interesse na investigação pessoalmente assumidos têm a ver com a importância atribuída ao uso e gestão democráticos do serviço público que é a leitura proporcionada em bibliotecas públicas, onde se insere a leitura pública na Internet. Há que ter em conta o contexto histórico em que tal investigação se faz, o duma retração do investimento no espaço público

e duma degradação dos serviços públicos prestados que vão, contudo, de par com o discurso oficial modernizante em torno do acesso às novas tecnologias.

Parece-me ser aqui também o momento para discorrer sobre o papel das e dos autores de ciência como os criadores das interpretações apresentadas e dos pontos de vista próprios ou atribuídos às pessoas que estudam. Sobre o papel da interpretação e dos significados atribuídos por cada pessoa aos seus atos, às relações e aos objetos utilizados nas suas atividades quotidianas, seguirei a teoria que sustenta que esses significados, distintos, mutáveis, são negociados e construídos no decurso da interação social. Da mesma forma o trabalho de reflexão científica em análise requer um papel interpretativo, ativo e comprometido, o que leva a que investigadores se devam assumir como autoras e autores. O uso da primeira pessoa refletirá precisamente o assumir dessa autoria e com ela dessa responsabilidade. O género feminino será usado para exprimir não só esse posicionamento pessoal como a evitação do masculino universal que, como a epistemologia feminista tem vindo a sublinhar, encobre desigualdades e diferenças de perspetiva cujo desvelamento é tarefa também das ciências do social.

Estudo qualitativo

Uma abordagem qualitativa, com uma base etnográfica sólida, afigura-se-me como adequada à pretensão de analisar práticas de leitores, de compreender os significados e valores construídos pelos próprios de forma singular e grupal e ainda de o fazer no contexto específico da sua produção e reprodução. Esta abordagem permite que as interrogações inicialmente construídas vão sendo apreciadas e buriladas no terreno, deixando margem para que novos dados e pistas possam ser lidos, ainda que *a contrario* do desenho investigativo então planeado (Becker, 1996, 4). Também adequada me pareceu esta opção por permitir o recurso a métodos que propiciam densidade e profundidade de análise, dada a finalidade da compreensão já invocada, da necessidade de analisar comportamentos e seus significados na perspetiva dos próprios atores e no contexto da sua ocorrência (Taylor & Bodgan, 1984).

Mais detalhadamente a investigação qualitativa é particularmente indicada dado que pretendo encontrar respostas para a pergunta de partida enunciada, partindo de alguns conceitos iniciais mas deixando margem para um desenho flexível, que se vá concretizando no próprio terreno em função dos avanços e dos primeiros resultados obtidos e que proporcione uma visão de conjunto para os problemas investigativos.

Com um enfoque qualitativo, intensivo, através de recolha de informação exhaustiva que proporcione amplitude (*breath* de Becker, 1996), espessura (*descrição densa* de Geertz), ou seja contexto, à análise do objeto de estudo, o investigador/a pode «procurar descobrir algo sobre todos os tópicos, em diversos contextos, com que se depara, mesmo que tangencialmente» (Mendes, 2003, 8). Como no conhecido exemplo de Geertz, a descrição de atos culturais deve ser feita de forma tal que se possa entender a diferença entre uma piscadela de olho com um determinado significado (cumplicidade, por exemplo) duma piscadela não intencional derivada dum tique, atendendo a que «a cultura é um contexto dentro do qual se podem descrever todos esses fenómenos de maneira inteligível, quer dizer, densa» (Geertz, 1973, 24) .

Assim, de um ponto de vista pragmático, estas opções foram muito orientadas pela previsível adequação da metodologia proposta às finalidades do estudo.

Estudo de um caso

A opção por um estado de caso deve-se ao facto de considerar que, um estudo aprofundado, intensivo dum caso singular, inserido na análise mais ampla das questões envolventes fundamentais para a sua compreensão, é capaz de produzir conhecimento científico de aplicação a situações ou casos análogos.

O conhecimento científico pode também ser alimentado por processos que têm paralelo com os da forma como os indivíduos acumulam conhecimento ao enriquecerem o seu *repertório de construções sociais*, se não na obtenção de soluções pelo menos na formulação de novas questões. Aliás uma abordagem quantitativa, que parta de grandes amostragens para inferir regularidades e probabilidades, pode até dar lugar a estereótipos e a profecias auto-cumpridas (Donmoyer, 2000).

Se a opção pela abordagem qualitativa já apontava para uma orientação distante das abordagens estatísticas, quantificadoras, esta outra opção vinca o ponto de vista de que não só de procedimentos estatísticos se pode obter conhecimento suficientemente teorizado a ponto de ser aplicável noutros casos.

O que aqui adotarei, é antes o abandono do conceito tradicional de *generabilidade* (*generalizability*) pelo de *transferibilidade* (*idem*).

A propósito desta mudança de paradigma, é sabido que todos os resultados em ciências sociais são hipóteses de trabalho, estando sujeitos a serem contraditados. Contudo a similitude de contextos pode originar uma transferência de conhecimento que tenha por base a *adequação* (*fittingness*), i.e., a congruência entre contextos (Lincoln & Guba, *apud* Donmoyer, 2000, capº 2).

Um mesmo conhecimento, produzido a partir de contextos muito diferentes, pode ser transferível. Daí que a transferibilidade seja pensada em termos do conceito de conhecimento experiencial, na linha do conhecimento pessoal de Michael Polanyi e das formas de aprendizagem vicariais, as aprendizagens baseadas em narrativas de terceiros (Donmoyer, 2000).

Esta é aliás uma das vantagens dos estudos de caso: pode-se conseguir construir generalizações a partir dum acumular de experiências vividas em contextos diferentes ou relatadas e, com base nessas generalizações, ficar-se mais preparada para agir e ganhar capacidade de antecipação. Esta forma de conhecimento tem vários pontos de contacto com o conceito referido de transferibilidade. Recorrendo à teoria dos esquemas de Piaget, segundo a qual o mundo empírico é lido através de estruturas cognitivas, num processo

de assimilação, compreende-se que estas estruturas podem ser reconfiguradas complementarmente através dum processo de acomodação destinado a incorporar novos aspetos relacionados com situações anteriormente vividas; então pode-se chegar a uma fase onde haja mais integração, pela incorporação de mais diversidade, e mais diferenciação, dado que uma estrutura pode passar a estar subdividida em subestruturas. Como se depreenderá a diversidade de casos contribui para um conhecimento mais rico, porque mais diferenciado, e portanto com mais capacidade operacional. O mesmo se passaria com as experiências vicariais vividas através da narrativa, na produção duma «realidade virtual».

Os estudos de caso, enquanto experiências vicariais, apresentam ainda várias vantagens em relação a estas. Em primeiro lugar, tornam acessíveis casos concretos que não estariam facilmente ao nosso alcance, dado que essas experiências nos transportam a lugares onde provavelmente nunca poderíamos ir pessoalmente. E, em segundo lugar, ainda que a interpretação proposta pelos autores possa não ser aceite por nós, aqueles casos podem ser incluídos no nosso repertório, reinterpretados por nós mesmos; revelam dados e situações aos menos experientes, acrescentam detalhe e riqueza às teorias que utilizamos, tornando-as menos estereotípicas e lhanas; e os relatos pessoais, os pedaços de *realidade* transcritos nestes casos são oferecidos para uma reinterpretação e possível contestação de quem lê. Em terceiro lugar, por se-

rem vicariais, estas experiências têm probabilidade de serem apreciadas com menos resistência à aceitação e com menos defesas: uma experiência vicarial difícil pode ser abordada mais facilmente do que uma experiência própria análoga (idem).

Na metodologia proposta por Burawoy, foram tomados em conta os seus *princípios de regulação* (Mendes, 2003).

Em primeiro lugar o princípio da *intervenção*: tal como já referido, defende-se uma postura interventiva da investigadora, que usa a intersubjetividade entre si e os sujeitos em estudo. Em segundo, o princípio do *processo*: tem-se em conta não só a dimensão discursiva das vidas mas também a que se pode analisar através da participação, atendendo a formas de conhecimento tácito, não verbalizadas, pela entrada no mundo vivido das pessoas a estudar. Partindo da teoria preexistente reelabora-se e agrega-se a informação recolhida em processos sociais segundo os princípios da *estruturação* – deve ter-se em conta a relação dos processos locais com as forças externas, e de processos seguir para o patamar da estruturação das forças sociais, passando pelo desvelamento das relações de poder que aí se fazem sentir. A par disto, e seguindo ainda o princípio da *reconstrução*, deve dar-se prioridade ao enfoque de situações sociais sobre o de casos individuais. Partindo das teorias que infor-

maram o arranque da pesquisa, busca-se a sua refutação – não a confirmação – no sentido de a aprofundar; o objetivo é reconstruir teoria já existente, atendendo à ligação entre teoria e ideologia.

Foi tido em conta que o grande obstáculo aos preceitos do método qualitativo são as assimetrias de poder que perpassam todo este processo de relacionamento entre analista e sujeitos em estudo.

Construção do caso

A opção pela Biblioteca Almeida Garrett (BMAG) decorreu de seleção duma biblioteca de entre os vários casos previamente assinalados a partir de consulta feita ao então Instituto Português do Livro e da Leitura e de consulta a algumas profissionais da área das bibliotecas públicas. Foi pedido então que se enumerassem casos significativos e relevantes no que tocava à intensidade e história de uso da Internet nessas bibliotecas. Após diálogo com profissionais da BMAG e de entre as várias opções, esta ressaltou como um caso de grande afluência de público, muito heterogéneo, e com um forte uso tanto da Internet como de outros suportes.

Recorri por isso ao caso da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, Porto por nela se observarem utilizadores e usos da Internet bastante frequentes e diversificados.

Após alguns dias de observação construí uma primeira amostra teórica, suficientemente diversificada para refletir a diversidade (género, idade, origens sociais, deficiência locomotora ou de visão, familiaridade com a tecnologia, tipo de usos) empiricamente constatada e de novo com base na informação do pessoal que tem contacto direto com os leitores. A dimensão da amostra foi tentativamente aferida, deixando de fazer mais entrevistas ou observações quando a informação obtida apresentou uma razoável saturação e redundância.

Estas situações foram analisadas intensiva e integradamente, de forma a contribuir para uma construção densa do objeto.

Técnicas de recolha da informação

Utilizei diversas técnicas em relação às quais passo a detalhar condições e formas de aplicação, assim como a respetiva sustentação teórica.

Observação participante

A observação participante de práticas e condutas *in situ* foi utilizada à entrada no terreno de investigação, para uma avaliação prévia sumária e em todas as demais situações, de forma generalizada, para caracterização dos contextos e cruzamento de informação originada por outros instrumentos de recolha.

«Assume-se que as vantagens da observação participante residem não apenas na observação direta de como as pessoas agem mas também como compreendem e experimentam esses atos. Permite-nos justapor o que as pessoas dizem que se preparam para fazer em comparação com o que realmente fazem» (Burawoy, 1991, 2).

A observação abre caminhos para a compreensão da realidade em questão, desde que, numa postura anti-positivista o ou a investigadora se envolvam com as situações e as pessoas, pondo de parte a tradicional oposi-

ção observação aberta/encoberta, e ultrapassando a realidade micro da singularidade de cada caso observado para chegar às forças sociais macro que o enformam.

Mais ainda, esta postura de participação e envolvimento estende-se à relação com a comunidade de investigadores e investigadoras: ao tomar falhas ou faltas na teoria como ponto de partida, estabelece-se um diálogo também com essa comunidade que nos permite um melhor conhecimento de nós próprios através dum diálogo que visa a reconstrução (Burawoy, 1991).

Note-se que a observação foi fundamental na análise das relações sociais de espaço construídas nesta biblioteca e nas formas de apropriação desse espaço pelos vários leitores. O quadro de análise utilizado neste caso, que previa algumas linhas gerais de tópicos a observar, poderá ser consultado no Anexo A.

Parte da própria recolha de informação, reflexão e escrita desta investigação foi feita no interior dessa biblioteca, tendo assumido a posição duma leitora, naturalizada, com outras que aí trabalham com frequência.

Os momentos de observação foram também diversificados para tentar cobrir situações e frequências de público diversificadas. O diário de investigação foi registando momentos e contextos de investigação.

Foram tidas em consideração as sugestões do pessoal de atendimento, considerados os responsáveis no acesso (Seale, 2004) sobre momentos e pessoas a observar dado o seu conhecimento do terreno. Informação sobre os vários passos da pesquisa foi-lhes sendo fornecida por forma a minimizar eventuais resistências à minha presença. Diga-se desde já que o trabalho no terreno foi sempre facilitado por todas as pessoas na biblioteca e que foram fornecidas boas condições de investigação.

A observação foi feita ao longo dum ano, entre 2008 e 2009, em períodos intermitentes.

Entrevistas

Uma das técnicas de recolha utilizadas foi o das entrevistas em profundidade, semiestruturadas, individuais, a utilizadores mediante amostra de conveniência para informar sobre práticas, valores, significados e relação com vidas quotidianas, caracterização sócio-demográfica, possíveis conflitos com outros atores (Kvale, Steinar, 1996).

O que pretendi foi conseguir pôr os leitores e leitoras a falar com alguma liberdade de orientação e de duração sobre tópicos e a interligá-los da forma mais natural possível, dando sempre possibilidade a que os entrevistados pudessem saltar para outras questões entendidas como pertinentes

(Seale, 2004). As questões envolveram tópicos mais objetivos e outros mais do âmbito emocional pelo que as conversas se iniciaram por perguntas mais simples, deixando as de maior envolvimento pessoal para o fim. As entrevistas tiveram lugar dentro da biblioteca, num lugar calmo e com alguma privacidade.

A mesma técnica foi aplicada a alguns profissionais (bibliotecários, técnicos de apoio a leitores, responsável de informática, responsável da manutenção do edifício), para conhecer as suas visões sobre usos e importância da Net nas bibliotecas e naquela em particular e a sua perceção de conflitos e reações/resoluções adotadas.

No caso da investigação sobre o tópico das relações sociais de espaço e da sua apropriação, os leitores entrevistados fizeram um percurso pela biblioteca, pelas zonas habitualmente frequentadas acompanhados por mim, e foram sendo inquiridos sobre tópicos vários, nomeadamente sobre a valoração atribuída a questões percetivas e de conforto nos próprios locais em apreço. O arquiteto autor do edifício e o responsável da manutenção foram também entrevistados.

No caso espacial das entrevistas a crianças foram adotadas algumas das táticas particulares (Eder & Fingerson, 2002). O momento escolhido para entrevistar pequenas e pequenos leitores foi o que precedeu e sucedeu a uma Hora do Conto, em que essas crianças se encontravam num grupo nume-

roso, acompanhadas pelos seus pares, aproveitando portanto esse contexto natural para minimizar o efeito de poder exercido por uma entrevistadora adulta. Optei também por um estilo de conversação mais informal, dando espaço para que ritmos e temas fossem, sempre que possível, marcados pelos próprios. A título de exemplo destaco o caso duma menina de quatro anos que só começou a responder a algumas perguntas e a fazer o seu desenho depois de me ter feito entender que, naquele dia e antes de sair para a rua, tinha posto um *soutien*...

A postura foi sempre a mais próxima possível da deles, assistindo à Hora do conto sentada no chão com as demais crianças, e mantendo esse tipo de postura relaxada durante as entrevistas. A pedido duma das crianças mais pequenas, fui eu própria desenhando à medida que ela o fazia também.

Os guiões das entrevistas foram testados com quatro leitores antes de serem usados uniformemente com os demais. Estes guiões encontram-se transcritos nos Anexos B (espaço) e C (Internet). No total entrevistei 38 leitores e leitoras, o arquiteto, 2 responsáveis pela gestão, o técnico de manutenção, 3 técnicos no atendimento e mantive conversas informais com quase todos os que mantinham contacto com o público. As entrevistas decorreram, fundamentalmente, entre Março e Junho de 2008 e completaram-se em Maio de 2009.

Desenhos

Dado que estava a lidar com algumas crianças de idades muito baixas, com competências linguísticas ainda não completamente desenvolvidas (Eder & Fingerson, 2002), e dado que pretendia entender também como sentiam aquele espaço, uma das técnicas a que deitei mão foi a de lhes pedir que desenhassem uma biblioteca, o que acabou por se revelar como produtor de informação adicional interessante.

Registo fotográfico

Como forma de trabalhar com mais detenção sobre alguns aspetos comportamentais, de postura corporal, de expressão dos rostos de alguns no caso mais particulares, utilizei também a fotografia.

A utilização desta panóplia diversificada de ferramentas destinou-se a facilitar a apreensão e interpretação do conjunto de tópicos a investigar de maneira intensiva e a permitir a triangulação dos dados recolhidos.

Análise documental

Analisámos documentação técnica de arquitetura, de regulamentações e da história da instituição e documentos do Instituto do Livro, sob as várias designações que teve nos últimos anos. A escassez destes documentos reforçou o recurso a outras fontes informativas.

Apesar de insistências várias, não consegui localizar textos oficiais do governo central ou local, de responsáveis da rede de bibliotecas públicas ou de responsáveis locais sobre uma efetiva fundamentação das decisões de instalação da Internet em bibliotecas públicas, como adiante detalharei, mas apenas documentos que referem aspetos financeiros e de carácter tecnológico.



O caso Biblioteca Almeida Garrett – lendo uma biblioteca

A cidade

Para entender e caraterizar o espaço envolvente selecionei algumas notas sobre a cidade do Porto a partir do trabalho de Virgílio Borges Pereira *Classes e cultura de classes: classes sociais e modalidades de "estilização da vida" na cidade do Porto* (2005). A obra recorre aos dados estatísticos disponíveis então mais recentes, do Censo de 91.

Demograficamente o Porto carateriza-se hoje por ser uma cidade com crescimento natural negativo, onde predominam as famílias reduzidas (67%) e onde existe ainda um número de isolados (18%) muito superior ao dos

concelhos adjacentes. Tanto umas como outros cresceram significativamente nos anos 90. Nos mesmos termos de comparação, casais com filhos são também menos numerosos nesta cidade e mais frequentes são os casos de monoparentalidade. São precisamente os concelhos mais próximos os beneficiários das transferências de habitantes resultantes de fluxos migratórios que contribuem para um crescimento negativo da população, situação que se regista desde 1960. E são sobretudo os mais jovens que partem. O centro histórico, em particular, tem vindo a ser abandonado e está progressivamente envelhecido. No seu conjunto, aliás, o Porto tem uma população um pouco mais envelhecida do que a média nacional, ultrapassando também, neste aspeto, os valores do resto da área metropolitana. Tudo isto, recorde-se, com base nos censos de 91 (Pereira, 2005). O mesmo para os números seguintes.

Outra dimensão com valores distintivos para o Porto é a da escolaridade, sendo as suas gentes detentoras de mais credenciais escolares do que o país no seu conjunto e do que as zonas urbanas confinantes. Contudo estas credenciais estão desigualmente distribuídas de forma muito notória: particularmente no caso das formações superiores, duas freguesias (Cedofeita e Nevogilde) apresentam valores altos (mais de 20 e quase 30% respetivamente) - para uma média urbana de 14,8, de 5,1 para a zona Norte e de 8,6 para a área metropolitana – mas precisamente o inverso se verifica nas freguesias do centro histórico com valores entre os 3 e os 5% aproximadamente. Na realida-

de, nestas áreas, a escolaridade primária é atributo de cerca de metade dos habitantes. No que toca ao analfabetismo com uma taxa nacional de 8,6%, a cidade apresenta um valor de 4,3, mais baixo do que os concelhos vizinhos da AMP (Área Metropolitana do Porto). De novo o centro histórico (com a Sé à cabeça) e Campanhã têm números entre os 6 e os 7,8%. Note-se que entre as mulheres com vida económica ativa fora do lar, 21% são detentoras de certificação escolar superior.

A vida económica no Porto apresenta também grandes diferenciações internas e uma particular distinção frente ao resto do país: o terciário ocupa cerca de 70,4% dos habitantes ativos, contra 40% da zona Norte; um processo de desindustrialização tem-na marcado desde há algumas décadas. Virgílio Borges Pereira faz notar como a pequena burguesia portuense tem tido um peso relativo considerável na cidade desde há várias décadas: em 81 a pequena burguesia empresarial atinge os 42,6, a pequena burguesia intelectual e científica os 13,2 o operariado industrial 27, passando em 91 respetivamente a 35,6 (Pequena Burguesia de Execução), 14,2 (Pequena Burguesia Intelectual e Científica) e 19,9 (Operariado Industrial).

O número de desempregados no Porto (6,9%), era também mais alto do que na AMP (6%) e mais alto ainda na cidade velha e Campanhã (entre 8 e 10% aproximadamente). E dentro dos ativos 15% são precários. Note-se que no último trimestre de 2009 a região Norte conta 11,9 de desempregados,

valro mais alto do que os 10,1 do continente, segundo dados do INE (<http://www.ine.pt>).

Cidade eminentemente pequeno-burguesa mas também de operariado industrial, a distribuição das atividades profissionais com mais qualificação faz-se de modo muito desigual pelo espaço das suas freguesias. Virgílio Borges Pereira destaca a situação social dos bairros de habitação social como particularmente marcante no panorama da cidade e como explicação para o movimento centrífugo de muitos habitantes das classes mais baixas para essas zonas quase sempre periféricas.

Sinteticamente, deparamo-nos no centro histórico e Campanhã com uma «cidade envelhecida, excluída social e escolarmente – com elevado desemprego, muito débil presença de profissionais qualificados, analfabetismo muito acentuado e muito poucas pessoas detentoras de ensino médio ou superior –, marcada por densidades populacionais elevadas e por comportamento políticos muito sensíveis às fracas 'performances' da direita (CDS/PP) e a resultados mais fortes do PCP/PEV» e em Nevogilde com uma outra cidade «das baixas densidades populacionais, do analfabetismo muito reduzido e da formação escolar superior, do baixo desemprego e dos profissionais muito qualificados que votam mias frequentemente à direita e muito pouco à esquerda. As restantes nove freguesias mostram neste retrato uma terceira cidade com alguns traços das outras duas, mais próximos da segunda, onde para além de

mais qualificação escolar há menos desemprego e analfabetismo, «com alguma sensibilidade à juventude», voto ao centro, «mas mais orientado à direita». Outro tipo de lógica de ocupação do espaço, menos social e mais territorial revela dois tipos de imagens: por um lado uma cidade dos bairros sociais, mais jovem, mais ligada ao trabalho na indústria, votando ao centro, sobretudo PS, por outro a cidade marcada pelos serviços, mais velha e orientada politicamente à direita e particularmente PSD.

No campo religioso mais de 80% declara-se católico. Contudo, entre os que tem credo religioso, um grande número, 29%, não se entrega a rituais institucionais e cerca de um terço pratica-os raramente. Já nas práticas individuais, 34% das pessoas refere rezar diariamente e 11% várias vezes por semana.

Como indicador do capital cultural dos portuenses analisa-se o número de livros existentes em casa, para concluir que cerca de 40% das famílias possui menos de 10 a 30 livros – coincidindo numericamente com as famílias economicamente mais frágeis), 10% não possuem qualquer livro, caracterizando-se «um patamar intermédio» de 28% pela posse de 31 a 100. 30% da pequena burguesia intelectual e científica possui mais de 500.

O projeto

A Biblioteca Almeida Garrett foi inaugurada em 2001 para responder à necessidade de criar na cidade do Porto um espaço amplo para a leitura pública de acesso livre. A biblioteca pública existente até aí, num outro edifício e noutra zona da cidade, não tinha ainda até esse momento nenhuma área para tal fim nem contemplava áreas de uso infantil.

Comecemos por conhecer o projeto da BMAG, ou seja, por saber como surgiu o espaço que foi depois proporcionado para a leitura.

Na cafetaria tinha hora marcada com o arquiteto. Conversei com o autor do projeto para entender que programa construtivo, objetivos, conceitos conformaram a obra, enquanto requisitos ou como critérios próprios, que referências reconhecia; bem como para conhecer as suas representações de leitura, de bibliotecas, a sua experiência pessoal como leitor. Interessou-nos também entender como construía a sua narrativa, reflexiva, sentimental, a tal propósito. O seu modo coloquial de falar, a sua expressividade, sustentaram um diálogo que compreendemos ser produto de reflexão de alguns anos já. Se a biblioteca é frequentemente mostrada a visitantes estrangeiros por si, naquele dia de Março guiou-me para a ouvir e sentir.

José Manuel Soares formou-se no Porto, durante um período, revolução de 1974, em que os estudos tinham «pouca relação com a leitura», mas antes com «estar nas coisas de intervenção» – recorda os inquéritos que

fez com colegas seus sobre as «ilhas» da cidade – e quando a escola de arquitetura estava muito «orientada para o exterior». O que, contudo, considera não ter influenciado deterministicamente as formações da sua época. A propósito de leituras na universidade opina que «é a prática que conforma a necessidade de pesquisar, [...] de documentação, [...] não o contrário». A formação do seu tempo comenta-a da seguinte forma. «Nós tínhamos uma coisa fundamental: era uma capacidade humanista, uma capacidade de generalização e de integrar, coisas que hoje em dia!... as preocupações sociais, políticas, misturadas com as éticas e as estéticas, da prática! As coisas hoje em dia setORIZARAM-SE, cada um sabe mais do que os outros, mas sabe só da sua área. A nossa Escola era o contrário disto».

Quando menino «não era do tipo de passar todo dia a ler», hoje em dia, em casa, lê «o básico, o normal». No atelier precisa de ler profissionalmente, valoriza um modo de vida que lhe permita fazer arquitetura e ensiná-la ao mesmo tempo. Mas não crê que as suas experiências se reflitam diretamente na sua maneira de fazer uma biblioteca, «no projeto tento projetar-me em pessoas que não têm muito que ver comigo».

José Manuel Soares começou por enfatizar que o processo construtivo demorara quatro ou cinco anos, o que tinha permitido uma maturação de ideias e soluções bem como o envolvimento de autoridades nacionais, locais, e profissionais das diferentes áreas numa «síntese» de interesses e finali-

dades. «[O projeto] demorou quatro, cinco anos. Demora sempre anos, e é bom que seja assim, o projeto é pensado, anda para trás e anda para a frente. O próprio programa é re-discutido. Uma pessoa vai ao IBL, cruzam-se várias opiniões...».

Albergando uma área de biblioteca que se estende por dois andares – uma galeria de exposições, no terceiro andar, e um auditório, ao nível do solo – pretendeu fazer uma distribuição funcional por andares que não consagrasses hierarquias ou divisões habitualmente associadas à altura – «ninguém queria ficar abaixo!».

Referindo-se ao orçamento, congratula-se por ter podido incluir materiais de alta qualidade num edifício público, como o mármore branco e o vidro com proteção ultravioleta e assegurar a qualidade da execução. E também por ter podido experimentar soluções inovadoras com pesquisadores de materiais, caso do alçado principal.

Focou um dos aspetos do concurso mais complicado: fornecer tanto acessos técnicos – a uma grande zona técnica de garagem, depósitos de documentos, controle de ar, etc. – como acessos para pessoal, ambos controlados, e um enorme livre-acesso, público.

Curiosa esta ideia de permitir que se passe despercebido, fazendo o que se quer fazer, como um dos traços característicos da vida urbana atu-

al, do *espírito urbano* de Wirth. O que explica melhor a ideia do *contínuo urbano* referida. O que evoca também a *mobilidade e fluidez de uso* como característica do espaço urbano (Jane Jacobs, 1964, 126), e particularmente para uma mulher a possibilidade de gozar uma *liberdade ambígua* (Elizabeth Wilson *apud* Tonkiss, 2005, 102), ou de fruir o «do dom de estar só e da privacidade» (Tonkiss, 2003, 299).

O mais importante, em sua opinião, foi «definir o tipo de biblioteca, o ser de leitura de livre-acesso e definir muito bem o tipo de utente», mais do que os padrões biblioteconómicos que lhe foram transmitidos. Pediram-lhe «uma biblioteca para quem não tem livros, para quem vai começar a ter contacto», para fornecer espaço de leitura tanto a universitários, conhecida a falta de residências adequadas, como para tão só ler um jornal, livremente, sem ter de prestar contas sobre seus propósitos, «como se fosse um supermercado, onde se entra por um lado e se sai pelo outro, completamente aberta», «com continuidade pública». E já que não se pôde construir uma entrada diretamente desde a rua, por não derrubar umas árvores classificadas que aí se perfilam, a entrada fez-se pelos portões principais, cruzando as veredas do jardim.

Para a galeria foi avançado um conceito semelhante: «Isto não é Serralves é uma galeria municipal. Lembro-me da Manuela de Melo dizer 'vê se consegues fazer uma coisa que dê desde para expor coisas de museus até

uma exposição de borboletas'. Foi isso que me deu força para não ser um espaço totalmente fechado como normalmente são os museus».

José Manuel Soares sublinhou ainda a maneira como cooperaram desde o início os vários responsáveis de departamentos, e em particular o papel da vereadora da Cultura e da bibliotecária, no delinear dos conceitos base, a par do acompanhamento pelo Instituto do Livro.

Edifício e inserção na cidade

Construiu-se na zona ocidental da cidade, a quinze minutos a pé do seu segundo centro, de faculdades, de estabelecimentos comerciais, do maior museu municipal, sendo bem servida por transportes públicos. O centro histórico fica a uma distância semelhante.

A BMAG foi implantada no mais extenso jardim público da cidade, um parque do séc. 19, com substantiva alteração construtiva datada de meados do séc. 20 e uma recente recuperação a partir do desenho original romântico de Émile David.

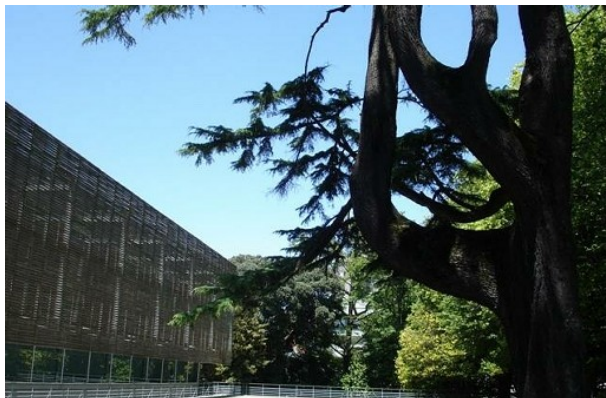
Em projeto há quase uma década, acabou por se fazer beneficiando de subvenções do estado central e comunitárias, integrado numa intervenção urbana mais ampla a propósito da programação do Porto 2001, Capital Europeia da Cultura.

Se a relação com a cidade tão só «se sabe de cor», exceto do lado Norte onde se vê desde uma ou outra janela, o percurso desde a rua fica bem gravado, uma pessoa não se desorienta, «ao contrário dos *shopings*». Diferentemente das bibliotecas universitárias, nas públicas as pessoas «precisam espaços pequenos, mais do que grandes», «para não se dispersar», entende. «Isto é que forma a qualidade do espaço, não é só estética, é... como é que hei-de dizer? é espacial! é mesmo das qualidades físicas do espaço que podem ser apropriadas pelas pessoas. O que é um bom café? Não é onde está tudo...! é onde se pode ter os nossos cantinhos! Gosta-se desse cantinho! E porquê? Ah, não sei! Não tem a ver com o desenho, tem a ver com a qualidade ambiental daquele espaço! de coisas que até às vezes são um bocado fúteis...».

O que está na linha das recomendações sobre a importância de garantir «comunicação, acesso, orientação e liberdade de movimentos» como requisitos especiais do espaço ao «desenhar equipamentos de bibliotecas para todos» (Eigenbrodt, 2008).

«Está-se isolado mas vê-se a cidade e por outro lado olha-se para um jardim mesmo ali, com uma árvore louca!, a árvore mais bonita daqui, com a raiz quase ao nível dos olhos e mesmo ao lado as casas ficam abaixo, o que é uma coisa única.

E depois há bocadinhos com computadores, uma pequena sala, esta variedade dentro de uma grande unidade. Qualidade e identidade! Não são coisas virtuais, são coisas físicas que se sentem, de grande particularidade nos espaços». «Isto é que forma a qualidade do espaço, não é só estética, é... como é que hei-de dizer? é espacial! é mesmo das qualidades físicas do espaço que podem ser apropriadas pelas pessoas».



Fachada principal, foto de Eva Lima

Com uma área de 900 m², o edifício conseguiu alojar-se discretamente no jardim. Em vez duma fachada principal, uma «cortina» de troncos precede a parede de vidro,

evita a sobre-exposição ao sol e oculta-o à vista a partir do jardim, mantendo «transparência» com ele.



True knowledge, por bricolage.108, Flickr

«Soube dum casal de engenheiros que estava a fazer há vários anos um doutoramento sobre madeiras portuguesas na Faculdade de Engenharia e falei com os dois e eles é que me convenceram. Eu gostava de fazer uma cortina que não fosse totalmente fechada, opaca, que deixasse ver qualquer coisa e que do exterior se visse uma coisa muito homogénea, em madeira.

Eles falaram-me nuns postes que se usam nas estradas, terminados em cunha, que se espetam no solo e se agarram nas vedações, «dá-se-lhes um tratamento e daí 50 anos ainda lá estão!». Em pinho nosso, com ar rugoso,

brutalista. Usaram-se uns parafusos especiais que deixam que os toros empenem conforme muda o tempo ao longo do ano». «Tive muitas noites que não dormi bem a pensar ‘aquilo vai ser uma tragédia! «Estou aqui armado em carapau de corrida, em experimentalista barato, fiz ali uma coisa que ainda se estraga toda’. Vivi dois ou três ou quatro anos a pensar assim».



Fachada posterior, foto de Eva Lima

A necessidade de controlar a luz enfrentou-se com a sua vontade de não ocultar a relação «com o que passa ao redor e com a especificidade do lugar». E, com um andar enterrado, fez-se «ladeira abaixo» no alçado posterior até encontrar a rua.

No plano construtivo a ideia principal era ter um edifício não intrusivo para o jardim mas que não o subtraísse, que permitisse «trazer» um jardim para o interior de um edifício sem ‘levar’ um edifício para dentro dum jardim». «Foi das coisas mais importantes, aliás foi talvez a coisa que fez ganhar a nossa proposta foi a relação com o jardim, a preocupação estética na relação com o jardim». Pretendeu fazer uma arquitetura para «o caso concreto» que respeitasse um compromisso entre um grande número de

requisitos.



Fachada posterior

«A arquitetura senão é feita caso a caso, não sei o que é a arquitetura, é um princípio básico! Tudo foi pensado para este sítio. Das questões formais, volumétricas, espaciais, até às questões mais de pele... revestimentos e decisões de aberturas. A arquitetura faz-se no binómio entre as coisas mais fechadas e o que fica em aberto, qual é a comunicação de espaços ou qual é a divisão, a separação de espaços».

A localização deste equipamento, contudo, permanece oculta para muitos e a sinalética urbana não aponta para ela «Muita gente que quando digo que vou todas as manhãs para Biblioteca Almeida Garrett ainda não sabe que existe uma biblioteca no Palácio de Cristal, um edifício muito bonito, ainda há défice de conhecimento da localização da Biblioteca, devia ser mais bem focalizada, mas isso até na biblioteca Municipal acontece isso, raramente na cidade vejo um letreiro Biblioteca» (leitor reformado, 71 anos). «Eu vou-lhe dizer uma coisa: eu nem sabia que havia aqui uma biblioteca. Eu ouvia falar, o meu primo era utilizador, vai lá à biblioteca e tal... eu depois comecei a fre-

quentar aqui era a antiga feira popular... eu como portuense não conhecia isto e quando comecei até fiquei admirado» (leitor na casa dos 50 anos).

Mesmo assim esta biblioteca exerce uma forte atração: grande parte dos entrevistados não reside na cidade.

Espaço proporcionado

«Anaximandro de Mileto

Tens um mapa habitado que é a tua casa da tua casa para dentro. E tens um mapa desabitado, com riscos, cores e superfícies; e essa é a tua casa para fora, é a cidade. Contemplo os fragmentos, e vejo-os não como um coxo que não tem tudo, mas como um coxo que, para além de tudo, tem o breve defeito, esse distinto coxear.

O fragmento é um lugar pequeno onde o espanto tem espaço. A totalidade é um lugar grande, onde o espanto não entra porque já lá está, subterrado por mais assuntos que uma administração aborrecida. A totalidade é burocrática e monótona, e só o corte provoca alegria entre o sítio da ferida e o sítio onde algo novo recomeça».

Biblioteca, de Gonçalo M. Tavares, 2004.

Entra-se no jardim público do Palácio de Cristal cruzando grandes portões de ferro forjado, caminhando por caminhos curvilíneos por uns dois ou três minutos, seguindo as pequenas setas contorna-se o lago, longos canteiros com araucárias, ginkgos e magnólias monumentais, até chegar à grande e pesada porta de vidro emoldurado do edifício. Este mal se divisa, encoberto por linhas de troncos transversais apostas ao alçado principal.



Átrios de entrada, foto de Eva Lima

A entrada pública divide-se por dois pisos, um e zero, uma escada de mármore branco dirige para a entrada inferior, à esquerda vai-se para o auditório, em frente para a

cafetaria e para os lavabos, à direita para a biblioteca.



Escultura de Alberto Carneiro, foto de Eva Lima

À galeria acede-se, subindo, a partir da primeira entrada. Um elevador serve todos os andares, um segundo, monta-cargas, destina-se a servir a zona técnica e a ser usado por leitores com carrinhos de bebé ou portadores de deficiência. Descendo contornamos uma escultura, como uma árvore que nascesse lá dentro, sem copa, e que

orienta o olhar surpreendido de cima para abaixo, ao mesmo tempo perfurando e unindo os andares.

Da receção, no andar de abaixo, acede-se às áreas de leitura por um longo corredor; a meio do percurso desce-se por uma rampa até à área infantil, prossegue-se, sempre ombreando o alçado principal, para as dos adultos; no meio está grande um vazio, quadrado, um poço, cujas bordas interiores se convertem em mezanine donde se avista outra área de leitura no andar inferior. A madeira clara predomina no solo, nas mesas, cadeiras e estantes, a (pouca) parede é quase toda branca, o resto, em vidro, afixa as cores e movimentos procedentes do jardim. O teto tem um desenho ondulado para melhorar as condições acústicas.



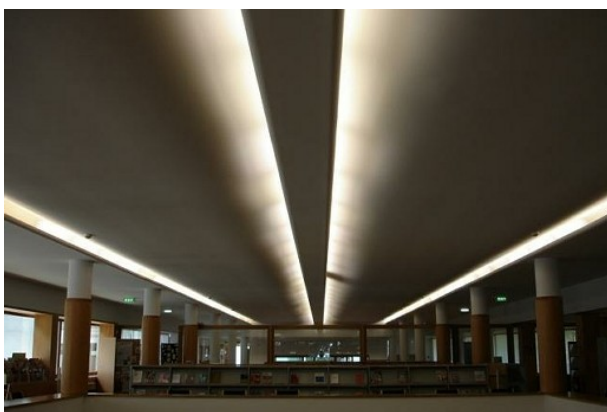
Área de multimédia com o retrato de Almeida Garrett, foto de Eva Lima

De frente para quem entra, num dos lados do «poço», está pendurado um retrato, os dois andares unem-se por essa extensa superfí-

cie pintada com o rosto do escritor Almeida Garrett. Apesar da sua dimensão afigurou-se-nos, pelas suas cores, traço impreciso, tratamento mais fantasmático que realista, uma imagem humanizada sem imposição de monumentalidade ou de autoridade. Soube depois tratar-se dum aproveitamento que o pessoal

decidiu fazer dum cenário teatral numa peça que aí ocorrera anos antes. Nos andares inferiores, -1 e -2, estão as zonas de uso interno da biblioteca, não públicas: serviços técnicos e garagem, depósitos e arquivo, respetivamente.

Quanto à estrutura do edifício o arquiteto afirma ter desenhado três zonas de leitura que pretendeu não isolar: uma generalista – livros, séries, Internet – e duas para leituras particulares – infantil, zona rebaixada, com uma área aberta e uma sala, no primeiro andar, e multimédia (3), no andar inferior. As duas primeiras compartilham um corredor de acesso, da segunda desce-se por uma ampla escada para a terceira que se pode observar também desde aí, através do oco central contornado pela mezanine. A zona técnica fica isolada do público na área restante do terceiro andar.



Vista geral do piso principal, foto de Eva Lima

No andar principal da biblioteca, concebido como um contínuo, o teto sobre um pé direito muito alto recebeu um relevo ondulado para diluir o som. A pedido das bibliotecárias, o arquiteto adicionou mais tarde um painel de vidro, sem o tocar, para conter o som procedente da área infantil, que estando tão-somente rebaixada não o evitava. Em cada piso a visibilidade da superfície total está quase sem-

pre assegurada.



Acesso à área infantil num nível inferior

Estantaria em madeira, móvel, a meia altura de uma pessoa adulta, foi implantada para, através da espessura dos seus livros, melhorar a acústica, separar e criar

um interior e um exterior, dissimular o ar condicionado, tudo sem limitar a visão para a totalidade do piso. Por razão idêntica, a partir da cafetaria pode-se olhar para a sala do conto - enquanto aí estão os adultos podem acompanhar o que se passa com os seus meninos. A sala, compartimentada com vidro, destinou-se a albergar práticas com níveis de ruído superiores: o pessoal da biblioteca lê em voz alta, representa, os meninos e meninas aplaudem, gritam, riem.

Reconhece ainda que a renovação do ar não se faz em condições perfeitas. Tentou utilizar «a hierarquia [dos espaços ...] dum ponto de vista estratégico» criando zonas com níveis decrescentes de ruído e crescente intimidade, à medida que se progride no percurso, adequando assim divisão a funcionalidade, com uma «relação entre espaços de percurso e [...] espaços parados», sem esquecer questões de segurança, permitindo sempre uma visualização global.

Referências e conceitos

Questionado sobre referências que tenha utilizado lembra-se de uma casa de aspeto muito confortável no Japão onde estantes muito profundas com livros preenchiam a distância entre o aro da janela da sala e o exterior – daí sua ideia para a estante móvel. Referências de bibliotecas ocorrem-lhe muitas, por exemplo as dos grandes programas de bibliotecas, da época das Luzes, as das grandes capitais europeias, «todas mais bonitas do que esta!», afirma, rindo-se. Para si «uma biblioteca pública é um espaço coletivo, de comunicação coletiva, mas que possa ter fortes individualidades. É um lugar que se sabe que é público, mas pode ter o seu recolhimento controlado [...] ou não! Uma pessoa pode estar a ler jornais e ter gente à volta!». Por isso a associação mais significativa que fez foi a seguinte: «Eu vou-lhe dizer: a ideia básica aqui [...] é a de uma igreja jesuíta: uma grande nave e as capelas laterais. Em que sentido? Nave como espaço coletivo, de cobertura comum. As capelas laterais de individualidade, de acalmia, espaços mais cómodos. A marcação desta estrutura pode ajudar a criar pequenos módulos espaciais, a razão de ser desta configuração para os miúdos, aquela, aquela, que é o grande truque duma biblioteca. Uma biblioteca universitária não é tanto assim: também precisam de calma, de interioridade, de estarem sozinhos».

«Numa coisa pública as pessoas é mais fácil dispersarem-se, é mais importante ter pequenos espaços do que ter grandes espaços. Isso é muito forte nos espaços dos Jesuítas, com uma formação muito clara da grande nave e ao mesmo tempo as capelinhas laterais com particularidades muito fortes dentro desta grande nave. E há relações transversais entre elas e relações longitudinais. Foi uma referência que ajudou aqui, uma pessoa estando aqui não vê mais nada e se for para ali já vê. Há uma mistura entre grandes espaços e pequenos espaços particulares e as estantes a formarem esta dupla qualidade do espaço».



Decoração do teto da sala do conto

«E aquela pequena sala ali [do conto] para uma apresentação dum livro, umas palmas e assim. Há miúdos mais pequenos, e mais pequenos e mais pequenos [apontando para as áreas que se sucedem de Sul para Norte, até à sala do conto]. Mas muito diferentemente do espaço religioso «isolado, direccionado» – uma catedral é «centrípeta» – «este é claramente um *espaço discutível*».

Concluiu defendendo a ideia de que entendeu ser necessário fazer um espaço apto a ser usado de diferentes maneiras e que ao longo do tempo. «Acho que estes espaços têm de ser relativamente neutros, não se podem

impor mais, para se irem adaptando a diferentes filosofias que se vão mudando até com o tempo. Isto é uma velha discussão... Dizem que as pessoas estragam... Tenho a ideia que não se deve impor demais. Porquê? O arquiteto não é o iluminado, pelo contrário, deve fazer um espaço apto a ser usado de diferentes maneiras, consoante a época, e depois se possa adaptar passando aquela coisa. É uma discussão interminável! Fazer bem para uma determinada época, moda, filosofia ou projeto, e depois mudar-se [ou se é preferível] estar sempre a funcionar menos bem mas estar mais neutro».

Quis saber se esta ideia de flexibilidade constava do programa construtivo: «Indiretamente! O espaço e a estabilidade é uma coisa fundamental num espaço destes. Há sempre pessoas a passar por espaços que não se quer que passem. Uma coisa fundamental é a relação entre espaços de percursos e espaços mais estáveis, espaços parados. Já para não falar dos percursos de segurança, fugas, saídas de emergência, etc. Há uma intimidade crescente quando se está aqui. Quando se chega lá ao fundo há uma espécie de pequenos núcleos que quase já não se vê».

Espaço apropriado

A visibilidade enfoca um espaço-natureza, inquestionado, liso, com duas dimensões físicas, não permite a legibilidade de corpos que constroem espaços sociais complexos, multidimensionais. Uma análise imagética, estética, acaba por fragmentar e naturalizar – muitas vezes por metonímias e metáforas – o que para ser significativo e compreensível deve ser total e concreto, espaço como lugar praticado. Uma análise da vivência do espaço pode fazer emergir diversidade, conflito, um espaço-sociedade pluridimensional. A este espaço físico concreto há ainda que adicionar ou sobrepor outras formas de espaço criadas pelas formas e modos de leitura disponíveis e praticados. Foi essa a forma de análise que busquei.

A leitura como atividade individual, interpretativa e introspetiva, se bem que em espaço público, acrescenta outra dimensão ao conceito de espaço: quando lemos, apartamo-nos da parte certa de um lugar, criamos um espaço mental único, singular e individual, sem perder contudo consciência da localização física. A leitura é um exercício *de ubiquidade*, uma *impertinência ausente* (Rosolato, *apud* Certeau, 1990, 250).

Leitura como transgressão, como evasão dum espaço controlado para um espaço criado pelo próprio é uma interpretação avançada por Michèle

Petit: «a leitura, e mais precisamente a leitura literária, introduzem-nos num tempo próprio, acoberto da agitação quotidiana na qual a fantasia tem livre curso e permite imaginar outras possibilidades. Ora bem, não esqueçamos que sem sonho, sem fantasia, não há pensamento, não há criatividade (2001, 51).

Como dizia um dos seus entrevistados, estudante dum bairro marginalizado, a propósito da biblioteca que frequentava «entramos aí por outra questão mas as coisas vão-nos levando e logo já estamos a divagar. Uma biblioteca é um lugar onde se deve poder ficar sem problemas. É um lugar de perdição, embora geralmente a biblioteca seja considerada acima de tudo como um lugar de eficiência» (idem, p. 52).

A infeliz homilia produzida pelo Cardeal J. Francis Stafford em Abril de 2006 ressuscita esses temores de conduta imprópria por parte de quem deixa assim o mundo físico em favor dum espaço não controlável por terceiros, seja pela leitura *excessiva* de jornais e revistas, seja por se gastar demasiado tempo na Internet (2006).

Tecnologias mais recentes estão também a expandir este espaço: da Internet ao áudio móvel, o espaço não é apenas o proporcionado pelo edifício.

Das entrevistas com leitoras e leitores e com pessoal da biblioteca (responsável local, pessoal de atendimento e responsável da manutenção),

da observação feita ao longo de alguns meses fui recolhendo opiniões, práticas, sensações e sentimentos que as práticas de leitura proporcionaram na interação com o modo como este espaço vai sendo apropriado. Inicialmente uma apreciação geral das condições encontradas, do que foram modificando, do que gostariam que existisse. Depois, uma caracterização dos modos de leitura, apresentada sob a forma de perfis de uso.

Apreciação global

«Embora não possa ter muita luz, tanto a biblioteca como a galeria. Essa foi a dificuldade conseguir a relação com o que se passa à volta e a especificidade do sítio. São coisas que as pessoas não reparam mas é o que dá carácter». Esta foi a opinião do arquiteto José Manuel Soares. De seguida referirei como se exprimiram os próprios leitores a tal propósito.

De uma maneira geral notei alguma dificuldade na reflexão sobre como valorizavam o espaço disponível para seu uso. Além da dificuldade de referir-se a algo que é ao mesmo tempo abstrato e concreto (Lefèbvre, 2000) de forma muito curiosa registei também a maneira como as qualidades das vivências e experiências se transmutam na qualificação do mesmo espaço vivido e experimentado em significativas hipálages⁶. «Arquitetura bem conseguida»,

⁶A hipálage é uma figura de linguagem que se caracteriza pelo desajustamento entre a função gramatical e a função lógica das palavras, quanto à semântica, de forma a criar uma transposição de sentidos. Uma das formas mais frequentes consiste na atribuição, a um

«amplo» «com muita luz», «pode-se andar à vontade sem [...] obstáculos», «tudo muito agradável», «acolhedor», «moderno, claro, transparente», «das melhores coisas que o Porto tem», são frases que apoiam um claro e geral agrado, não fraseado espontaneamente, mas assim expresso sob insistência e após reflexão. As referências à *luz* interior, à *transparência*, são frequentes.

E falo de hipálages porque estou persuadida de que o que se está a avaliar é mais o ambiente, a *atmosfera de leitura*, como adiante definirei, vivida dentro deste edifício, do que concretamente e tão só o edifício ou a sua iluminação.

Luminosidade e transparência entendo-as como sinónimas da sensação de abertura e tranquilidade sentidas. Como Lefèbvre fez notar, o espaço, sendo algo de abstrato, é muitas vezes representado nos discursos por figuras linguísticas (metáforas, metonímias) que refletem «a predominância da visão, do visível, do legível», escondendo as relações sociais e a ligação ao poder latentes sob essas imagens (2000, 152). Estes traços são afinal os conceitos de acesso livre e irrestrito, inerentes à encomenda da biblioteca, traduzidos na linguagem arquitetónica do autor do edifício.

substantivo, de uma qualidade (adjetivo) que, em termos lógicos, pertence a outro. É um dos recursos estilísticos mais frequentes na obra de Eça de Queirós (como em "Fumar um pensativo cigarro." - claro que quem está pensativo é o fumante, subentendido na frase). É frequente, nesta figura de estilo, que os adjetivos não se apresentem associados aos nomes a que estão ligados gramaticalmente, mas a outros, subentendidos conforme o contexto. Esta figura está intimamente ligada à alusão, à metonímia e à sinestesia [...]. In Wikipedia [consult. 2008-11-09] <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hip%C3%A1lage&oldid=12631258>>

Registei uma opinião negativa apenas – «atmosfera demasiado [...] estandardizada, uma verdadeira rigidez, [...] o edifício condiciona, [...] fui eu a que tive que me adaptar». Interpreto-a pelo constrangimento sentido pela leitora para quem estar em público com outros representa um esforço pessoal no decurso de terapia psiquiátrica a que se tem vindo a submeter. Outras declarações desta leitora poder-se-ão ler mais adiante.

Contudo nenhuma das vertentes inquiridas relativas à qualidade física do espaço - luz, som, temperatura, mobiliário - foi assinalada negativamente, pelo contrário. Fiquei aliás persuadida, pelas apreciações gerais feitas, que estes aspetos, para além da efetiva qualidade conseguida – apenas a ventilação foi assinalada como tendo problema de difícil solução pelo arquiteto e pelo responsável da manutenção – são desvalorizados por leitores e leitoras. O que notei com clareza em muitos discursos foi uma espécie de negociação: reconhecendo a boa qualidade dos serviços prestados e face a uma consciência da sua escassez e recência, mais clara entre os mais velhos, e finalmente face à sua importância social, a grande maioria sente-se com isso agradável e suficientemente servida, desvalorizando os referidos aspetos negativos de conforto como sendo de menor importância.

O caso concreto do ruído, tema e sobretudo *cliché* frequente a propósito de bibliotecas será analisado mais à frente na secção «Criando uma atmosfera de leitura».

Uma nota também para destacar a forma como os mais desfavorecidos pareceram ser os que tinham mais para contar sobre o espaço e, contando-o, demonstraram perícia, a partir do seu posicionamento, em discorrer, expor sentimentos e refletir sobre as realidades complexas das suas experiências. Veremos adiante os casos dos jovens pais a viver num só quarto com os dois filhos; do sem-abrigo; da reformada *residente* evocando os benefícios dum serviço público, fazendo sugestões de novos serviços.

Envolvente – localização, acesso

«Muito bem localizada, é uma maravilha», «integra-se na natureza». A maioria exprime-se muito favoravelmente sobre a existência de um jardim lá fora, embora sejam poucos os adultos e jovens que o usam frequentemente: «vou ao jardim quando saio daqui e está bom tempo vou dar uma volta e usufruir do espaço. A grande vantagem desta biblioteca é a envolvente, poder ir lá fora espairecer um bocadinho» – leitora desempregada, 28 anos.



Pátio interior entre a cafetaria e a sala do Conto

Parecem desfrutar o jardim sobretudo como uma envolvente agradável e tranquilizadora. Os miúdos, os seus pais e mães, esses sim, são passeantes habituais. Há quem se levante para fumar no jardim, para ir à cafetaria, aos lavabos. Os seus olhares abstraem-se, às vezes, para um exterior que não parecem ver.

Dois pavões do jardim passearam calmamente sobre o parapeito das janelas, mesmo ao nosso lado durante uma entrevista, ninguém pareceu vê-los.



Fachada posterior, a cidade ali ao lado

A partir da área urbana circundante, a partir do jardim entra a luz, cria-se a transparência tão apreciada. Lendo, parecem tecer casulos que, ainda mais etéreos do que os leves muros de vidro, os encapsulam nas suas atividades.

A quase totalidade dos entrevistados desloca-se em transporte

público, alguns, residindo ou estudando nas proximidades, fazem-no a pé. Para alguns, mais idosos, sair de casa e ir a pé até à biblioteca faz parte dum programa pessoal de manutenção física e bem-estar.

De notar que a biblioteca atrai muitos leitores de fora da cidade, inclusive de onde há bibliotecas que igualmente frequentam mas que não recebem a sua preferência.

As emoções – encontrando as palavras das coisas

O que os leitores fazem e onde o fazem assume traços diferentes que parecem unir-se sob a influência de um clima *coletivamente* urdido, feito de tranquilidade, organização, concentração, labor intelectual, um estar-a-fazer agregador. Estas foram as palavras mais recorrentes nos seus discursos sobre o que sentiam naquele espaço.

O que biblioteca proporciona não se consegue sozinho em casa.

«O que está em jogo a partir da leitura é a conquista ou a reconquista de uma posição de sujeito. Na leitura há outra coisa para além do prazer que é da ordem de um *trabalho psíquico*, no mesmo sentido que falamos de trabalho de luto, trabalho de sonho ou trabalho da escrita. Um trabalho psíquico que nos permite voltar a

encontrar um vínculo com aquilo que nos constitui, que nos dá lugar, que nos dá vida».

Lecturas: del espacio íntimo al espacio público, Michele Petit, 2001, p. 70.

Na sua singularidade, este depoimento de uma leitora ocupacional é muito significativo: «preciso do meu espaço doméstico e vivo no meio de muita gente [comunidade terapêutica] o que é difícil porque eu sou muito exigente, nem todas pessoas têm a mesma educação e geram-se conflitos».

Na Almeida Garrett sente que ler «é inesgotável, é estar totalmente absorvida, é encontrar as palavras das coisas, descansar e refletir [...] um instrumento e uma dedicação que me dá muito prazer. Todo esforço que eu fiz [em casa]! e aqui a leitura é leve. [...] Os mais jovens são pressionados para ir à biblioteca, são os professores que o exigem [...] eu passo bastante tempo só, faço companhia a mim mesma e os livros nisso ajudam-me bastante. Se eu deixasse de fazer a vida que estou acostumada a fazer em espaços públicos ia certamente perder um verdadeiro prazer e uma verdadeira harmonia que eu procuro» (leitora, 40 anos).

Para uma leitora o fato de poder ler e fazê-lo frequentemente está associado ao orgulho que sente por deter o necessário capital escolar, sendo filha de uma família de trabalhadores manuais. Ler é para si hoje em dia um

esforço redobrado: o impresso a tinta passou a ficar-lhe fora do alcance, hoje lê em Braille no posto para cegos e amblíopes.

«Trabalha-se para uma firma, é um trabalho escravo, muito sacrifício e pouco rendimento que uma pessoa tem. Andei assim, calava a boca porque precisava, ao fim e ao cabo a gente era a vítima da nossa própria situação, a nossa situação originava que os outros gozassem com a nossa cara, e eu passei assim», diz uma leitora Cabo-Verdiana, com uma filha a cargo, a concluir o 6º ano. Encontra aqui o equipamento informático que não pode comprar e de que precisa para praticar o que estuda. Vai à biblioteca, sempre que tem um tempo livre ou quando está entre empregos temporários. «Sim, [...] não baixei os braços! Seja lá em que circunstâncias que as pessoas vivem, nunca devem baixar os braços e pensar que não têm oportunidade, ora portanto isso é um orgulho para a pessoa». Parafraseando Sennett, trabalhos *sem qualidades* e que *corroem o carácter* (2001) degradam o modo como se vê, o seu labor na biblioteca, pelo contrário, é motivo de orgulho como gosta de comentar com o pessoal de atendimento, naturalmente procurando reconhecimento desse esforço. Aqui sente-se «muito contente, muito contente!».

O leitor de idade, aposentado e estudante da Universidade Sénior, regozija-se por encontrar tantos jovens a estudar. Aqui a perspetiva de geração resulta importante: a posição de leitor cultivado vive-se como um ganho pessoal, sobretudo entre os leitores com mais anos, para quem vem de um

passado em que tal era um privilégio de classe; alguns jovens adultos congratulam-se pelo que é propiciado para a leitura infantil, inabitual no seu tempo.

Ir à biblioteca e ocupar-se ativamente ajuda a estruturar e a dar significado aos dias: entre os aposentados – quase todos homens – estas saídas são agendadas com esse fim também.

Convivialidade

«A leitura está feita de fragmentos e alguns deles funcionam como feixes de luz sobre uma parte de nós, escura até agora. Feixes de luz que vêm desencadear todo um trabalho psíquico, por vezes muito depois de ter lido aqueles fragmentos».

Lecturas: del espacio íntimo al espacio público, Michèle Petit, p. 114.



Jovens conversam entre estantes

A necessidade de conviver com outros é distintamente sentida. Para muitos parece importante uma *proximidade sem propinquidade*, a reserva característica de atividades

leituras, individuais e introspetivas, adiciona-se à reserva de privacidade característica das vidas urbanas, segundo a expressão de Park.



Crianças acompanhadas

Note-se que a ida à biblioteca não é necessariamente um ato individual: se os leitores infantis estão quase sempre acompanhados por familiares ou em visitas das escolas, al-

guns adultos entram em pares de namorados, de casais; os adolescentes vão frequentemente em grupos de colegas de turma: «dá-nos jeito vir aqui e assim ao menos vemos pessoas e não estamos enfiados em casa a época toda a estudar» – afirmaram uma e um estudantes, numa escola superior próxima, 26 e 27 anos.



Grupo de adolescentes, colegas de turma

Leitores habituais conversam às vezes entre si ou com o pessoal, podendo envolver-se esporadicamente em cavaqueiras sobre temas de atualidade – num dia determinado

debatiam os aumentos de preço do pão, notícia marcante na imprensa diária.

A co-presença é valorizada, se não se abordam outros rostos familiares, registam-se e acompanham-se discretamente as suas atividades,

pode ser que tal se converta numa oportunidade para quebrar o isolamento de vidas domésticas solitárias. «São estes encontros que a gente faz com pessoas que gostam das mesmas coisas e a gente a partir duma certa idade acaba a ter mais tempo», leitora, 62 anos, reformada.

Questionado sobre a importância duma biblioteca sobre a sua vida como cidadão, um leitor aposentado de 71 anos comentou: «Acho que sim, enriquece, o facto de conhecer outras pessoas, mesmo não falando com elas, conhecê-las exteriormente, os seus tiques, as suas maneiras de se... observar, observo, olho muito e gosto de ver que tipo de leitura é que as pessoas consomem e é com muita satisfação que vejo muitos jovens a estudar – eu já escrevi sobre isso – e contrariando o aforismo de que o jovem não estuda, não, ainda há jovens a estudar e fico satisfeito por isso».

E as bibliotecas registam um número visível de pessoas solitárias, celibatários, idosos que valorizam esta forma de convivialidade: «Até as próprias pessoas, estar cada uma no seu trabalho é importante, que nós reparamos neles e eles reparam em nós, a olhar para si duma maneira agradável...» – leitor reformado.

Às vezes este leitor aproveita para trocar opiniões com outros que vai conhecendo de vista: «até um conjunto de amigos que já somos conhecidos e até trocamos umas impressões, inclusive até se falou sobre o aumento

do pão... anda toda a gente indignada... é um sinal muito mau quando o pão que é um bem essencial começa a ser aumentado desta maneira... 50%, é inaceitável, eu protesto não me calo, agora também sei elogiar quando as coisas estão bem...».

A convivialidade é frequentemente facilitada entre pessoas que partilham práticas culturais, como afirmou Teixeira Lopes, citando Paul DiMaggio, pode-se «analisar o mundo da cultura como um sistema relacional de comunicação interativa e de mobilização coletiva, isto é, como um conjunto de 'formas através das quais as pessoas utilizam a cultura para estabelecerem contactos entre si'» (1998).

Leitor sem-abrigo, ex-gráfico num jornal diário, 34 anos: «Perdi a minha mãe há 7 anos e vivo uma situação de rua. Já não me basta a noite, e tiro a tarde para desanuviar algumas ideias e aqui é a minha casa, vá... [...] Gosto muito de vir aqui sobretudo quando ando mais em baixo, chego aqui e parece que ganho vida outra vez! Entrando ali naquela porta, é como se fosse minha casa, como se fosse família minha. Sinto-me otimamente bem!».

Forma particular desta convivialidade, ou mais precisamente, uma outra forma de estar neste grande grupo tem a ver a já referida necessidade de união (*togetherness*) que leitores estudantes e estudiosos valorizam na produção duma atmosfera de ordem e de incitamento ao trabalho e à concentração –

para se estar com os seus próprios pensamentos às vezes precisa-se dos outros:

«Até acho que ajuda, como em tudo há momentos de vida, mesmo até quando se está a trabalhar ou a estudar, em que se gosta mais de umas coisas do que doutras e principalmente quando tenho de estar a fazer alguma tarefa que não me agrada tanto, o facto de ter pessoas e ver que também estão a estudar ou a trabalhar ou seja lá o que for, independentemente de eu saber que também lhes está a dar prazer, a mim sabe-me bem poder olhar e dizer, 'olha, as outras pessoas também estão a fazer o mesmo que eu, portanto até, para atenuar um pouco [rindo] se for uma coisa que eu não gosto de fazer é isso que eu tento... pensar» (estudante, masculino, 34 anos).

«O ambiente aqui é o que eu procuro, nas bibliotecas em geral não sinto mau ambiente, sinto que as pessoas estão todas a fazer a mesma coisa, estão todas a ler ou a escrever, a usar o computador... Há comportamentos que são mais ou menos previsíveis e há uma certa ordem intrínseca que é intrínseca aos comportamentos do público, e vai funcionando ...» (leitora, estudante, 40 anos).

Em síntese, e mesmo negando, confirma-se a vertente convivial: «isto é um espaço mais, que as pessoas às vezes procuram não estar sozi-

nhas... eu estou sozinho, venho para aqui sozinho mas no fundo estou acompanhado, mas eu realmente não é para isso...», leitor na casa dos 50 anos.

Personalização, privacidade, vigilância

O espaço pessoal, privado, criado pela leitura é como uma bolha, ténue mas protetora. Ao saber ler associa-se saber as regras de uma co-leitura: aqui não se espera ser perturbado.

A invasão de espaço que mais parece incomodar resulta dos toques de telemóveis, para isso às vezes pede-se a intervenção do pessoal, como adiante se referirá.

O áudio móvel ajuda a construir bolhas pessoais de leitura mais protetoras ainda, como analisarei mais à frente,. Muitos dos leitores que trazem computadores portáteis trazem também leitores de MP3 ou usam os leitores de CD's daqueles dispositivos.

A mudança de sítio das cadeiras não constitui problema: «vejo que há pessoas que põem aí uma cadeira onde está. Dantes quando aqui estudava não era permitido, agora vejo que já deixam fazer, não é uma coisa que atrapalhe muito...» – afirmou uma leitora.



Lendo na borda da mezanine

Situação interessante foi a modificação provocada pelos próprios leitores nos bordos da mezanine, segundo relata a responsável da BMAG, a

bibliotecária Maria João Sampaio: «concebeu-se aquele espaço como espaço de estantes, mas logo na altura achamos que era pouco razoável porque as estantes eram muito baixas, os livros não se viam.

Mas rapidamente os leitores resolveram o problema porque como as estantes eram móveis retiraram as prateleiras e encostaram-se ali e tivemos que readaptar aquele espaço com um rebordo para os livros não caírem lá para baixo. É dos espaços mais procurados na biblioteca, não sei porquê [...]».

A personalização do espaço pela criação de lugares próprios é assim uma prática aceite. Ao fazê-lo os leitores criam, na definição de Certeau, «configurações instantâneas de posições, implicando uma indicação de estabilidade, [...] uma ordem de acordo com a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência». O lugar, ao invés do espaço, «não tem nem a univocidade nem a estabilidade dum 'próprio'», o espaço praticado pela leitura e apropriado de forma pessoal torna-se lugar (1990).

E esta apropriação concretiza-se através de diferentes estratégias

passíveis de ser registadas e associadas aos diferentes perfis de leitores e leitoras.

Tanto estudantes, como estudiosos e ocupacionais – os que ocupam ativamente o seu tempo de forma utilitária na biblioteca, quer trabalhem por salário ou não – usam acima de tudo as mesas, em grupos de duas a duas ou em filas, e os postos Internet. Recorrem por vezes a truques (Certeau, 1990) para criar espaço adicional, de reserva, espalhando pertences pessoais e livros pelas superfícies próprias e pelas dos lugares vizinhos, usando esses objetos como marcadores de limites (Goffman, 1971, 42). Nesta competição silenciosa pelo espaço, as assunções do que possam ser usos e os utilizadores legítimos, por oposição a práticas marcadamente de lazer, muito provavelmente serão a base racionalizada de tais práticas.

Os residentes procuram sobretudo a mezanine donde conseguem um controle visual sobre totalidade do espaço. Falo dos leitores habituais da bibliotecas, das e dos que que lá vão quase todos os dias e que como tal são reconhecidos pelo pessoal, com que frequentemente interagem, e que assim os denomina entre si (ver secção sobre este grupo: *Um grupo especial – residentes*). O caso singular do leitor idoso que pretendia colocar o cadeirão próprio, trazido de casa, no lugar habitualmente ocupado, embora com traços anedóticos, não deixando de ser um caso extremo, é assim mesmo sintomático, da vontade de apropriação e de criação dum lugar pessoal.

Existem cacifos na entrada que poucos leitores utilizam. Os pertences são colocados nas cadeiras e mesas. Na receção aconselham contudo que se coloque cadeado de segurança nos computadores portáteis, dado que em determinada fase se registaram alguns roubos, situação agora resolvida.

Às crianças é permitido trazer livros e jogos de casa, assim como materiais de desenho e pintura.

Referida foi já a forma como alguns leitores criam um espaço extra, de reserva, para conseguirem mais alguma privacidade. Mas a necessidade de privacidade, ou melhor, o que esta significa para cada um, parece variar com hábitos de vivência doméstica, laboral, em última análise com a condição social ou de género: uma jovem adulta está consciente de ser observada ocasionalmente por homens de uma maneira *desagradável*; ao sem-abrigo não lhe parece mal que espreitem por onde navega na Internet, «é humano», «à vontade! a mim não vão comer-me nenhum bocado!», ele, pelo seu lado, faz o mesmo; a simples pergunta sobre eventual falta de privacidade provocou o riso do casal que vive com os seus dois filhos num quarto de um apartamento partilhado por doze pessoas, aí sim, afirmam, não tem qualquer privacidade.

Quase todos se referiram à co-presença de outros como um trato: estar num lugar público, com todas as vantagens que aí encontram pressupõe uma cessão de reserva de espaço, personalizável, que assim se compensa:

«privacidade, eu consigo alhear-me de tudo, tem uma mesa... ao fim e ao cabo é um local público, não é!...» (leitora, cerca de 50 anos).

A atividade dos vigilantes e a implantação de câmaras – que ninguém tinha detetado espontaneamente – é sentida como protetora. A biblioteca sente-se como um espaço seguro, apesar de uma história que circula entre leitores residentes sobre uso de arma num confronto entre leitores e que o responsável da segurança nega – uma lenda urbana, como outras, explicável por sentimentos de insegurança subjetiva associados a uma crença na perigosidade do espaço urbano atual (Fernandes, 2003). Note-se ainda que o posicionamento dos dois pontos onde está o pessoal de atendimento não permite uma visibilidade para a totalidade do espaço, apenas para algumas áreas. Ao invés da localização panótica tradicional em antigas bibliotecas, aqui quem lê não sente em cima de si olhares de controle. Só na área infantil haverá uma visibilidade para a quase totalidade do espaço. Sente-se em geral que não existe tão pouco uma atitude de controle por parte dessas profissionais, como a referida por Black (2001).

O jardim envolvente, não parece suscitar receios, à exceção de uma leitora cega para quem atravessar os seus caminhos irregulares resulta, ocasionalmente, num obstáculo individualmente insuperável; um leitor idoso e com limitações motoras faz esse caminho com atenção à vigilância que se possa estar a exercer aí ou não. O leitor sem-abrigo diz: «Eu gosto mais de recin-

tos fechados e onde haja tranquilidade». As câmaras de vigilância fazem-no sentir «mais seguro ainda». Os leitores socialmente mais frágeis são os que manifestam mais apreço pelas medidas de segurança.

O responsável da segurança declarou que «as câmaras podiam ser em número superior», mas optaram pela atual instalação «para respeitar a privacidade dos utentes».

O edifício em si não apresenta problemas de acessibilidade segundo as narrativas dos leitores entrevistados com deficiência visual ou de mobilidade. O casal com os carrinhos de bebé emitiu também avaliação positiva, tendo sido alertado para a existência de elevador no momento em que entrou pela primeira vez na biblioteca.

«Neste momento ainda se consegue contar pelos dedos algumas intervenções que houve aí... Nós temos pessoal de Leste e vai para o multimédia e usam os sofás para verem filmes e vão para lá dormir... São as situações mais chatas que temos... Tínhamos quatro televisões e diminuámos para dois, para tentar diminuir a entrada de utentes... não lhes podemos negar a entrada que somos um serviço público mas temos que os evitar... só que cria alguns problemas com outras pessoas que querem usar os mesmos equipamentos o que tem alguma lógica.

Houve também um problema com uns miúdos que nos roubaram as bolas todas dos ratos da secção infantil, foi uma tropelia, foi mais para chamar a atenção. Tirando os indivíduos de Leste e alguns com problemas de alcoolismo que vêm para aí... e continuam a vir. Não podemos intervir, não podemos pôr pessoas lá fora por essa razão. Marcamos presença com um vigilante, eles acordam, reclamam, às vezes temos reclamações por escrito dos utentes, não podemos fazer mais nada.

Uma das características deste espaço é ser público, é ser aberto a todo o género de público, não podemos discriminar nem tomar qualquer tipo de atitude que possam acusar de ser discriminatória, temos de conviver com isso, temos de ter muito cuidado...». Assim resumiu o responsável da segurança os problemas que se lhe deparam e a forma como os têm resolvido.

E continuou declarando que, de forma geral, as pessoas dispõem de liberdade de movimentos, de manipulação de obras, o que se prova na afluência: «o nosso único senão é do termos excesso de pessoas, se há excesso é de facto porque a oferta é boa. Este equipamento quando foi previsto nunca se pensou que tivesse tanta frequência e fosse tão bem aceite».

Regulação social de condutas e regras tácitas nas salas – *fazer aquilo para que isto foi feito*

«Os livros são como os estrangeiros, estão em templos longínquos, onde muitos nunca se atreveriam a ir, porque sabem que não vão estar no seu lugar e que não saberão como fazer». Mas «as coisas podem mudar a partir de um encontro».

Lecturas: del espacio íntimo al espacio público, Michèle Petit, p. 25.

Pelo acesso à atenção usual do pessoal, pelos lugares escolhidos, os residentes, a par de outros leitores frequentes, parecem ter um papel marcante na produção de regras tácitas de conduta.

Atualmente aguarda-se a aprovação superior de um novo regulamento de utilização da biblioteca, o existente não se aplica há já muitos anos, usam-se apenas umas listagens de regras, concisas, específicas, para o empréstimo domiciliário e para o uso de postos com Internet.

A ausência de regulamento poderia levar-nos a crer, à primeira vista, que se assim se favorecia um uso mais informal. Na realidade, e segundo a observação feita, alguns leitores comportam-se e esperam de outros comportamentos com base em *práticas legítimas imaginadas* (Bourdieu & Darbel, 1966, 60); ou seja, referem-se, ainda que não conscientemente, a noções do

que é correto, adequado, fazer ou não fazer em tal lugar, com as correlativas associações de estatuto social das classes aí presentes: face a uma frequência de pessoas onde raramente se encontram trabalhadores manuais – a classificação de profissões usada para a inscrição de leitores nem a prevê – ou classes altas, a mediania parece prefigurar-se em estudantes e trabalhadores de profissões intelectuais e mais qualificadas academicamente, semelhantemente ao encontrado em investigações noutras bibliotecas (Freitas, Casanova & Alves, 1997; Fortuna, et al., 1999).

Alguns leitores exercem eles mesmos, por vezes, uma função de controle sobre os restantes, sobretudo requerendo silêncio. Situação semelhante é reportada por McKechnie et al. (2006) em duas bibliotecas públicas do Ontário com leitores, e não empregados, a exigirem silêncio a outros leitores.

Uma leitora residente explicou a sua preferência pela Almeida Garrett, frente a outra biblioteca numa cidade adjacente de Porto, onde vive, afirmando que «aqui as pessoas [...] são civilizadas, lá não...». As próprias empregadas não se comportam aí dignamente, segundo os seus padrões, telefonando para casa em público, aqui as empregadas exigem silêncio, ou então algum leitor lembra-lhes que o devem de fazer.

Esta é uma «biblioteca de categoria», a outra «é uma peixeirada, eu não me meto nesses conflitos que sou uma pessoa educada». «Aquilo lá é

típico, é um ambiente pequenino, telefonam, vão para lá namorar, namoram ao fundo da sala, vão lá fazer tudo menos o efeito para que foi feito, eu já escrevi isto ao presidente».

E embora afirme que lhe agrada encontrar um ambiente multicultural, como sentiu existir em bibliotecas do Reino Unido, «que aqui há de tudo, de Leste e tudo», não lhe agrada a presença de «exceções», «umas pessoas, uns drogados, uns sem-abrigo, que se vão ali [andar inferior de multimédia] e fazem um alvoroço quando termina [o tempo de utilização disponível por pessoa], porque vêm dormir, e até se metem com as pessoas».



Leitor adormecido na zona dos periódicos

Pude comprovar que há outros leitores que às vezes cochilam: um pai acompanhado de seu filho fá-lo regularmente, depois do almoço, numa poltrona do andar zero; o pessoal, mais do que advertir, acorda-os com pequenas artimanhas, deixando cair livros ao chão, outros leitores não parecem perturbados com isso. McKechnie et al. (2006) referem também esta quebra das regras esperadas de conduta como sendo relativamente frequente entre os adultos frequentadores nas bibliotecas onde fizeram observação de comportamentos .

Contam-nos, do pessoal de atendimento, que, no passado, entravam grupos de sem-abrigo, às vezes usando os lavatórios para fazer a sua higiene, às vezes alcoolizados, assim como alguns imigrantes de Leste, o que requeria, segundo eles, a intervenção de vigilantes.



Zona de multimédia

Ou que alguns leitores, em posturas muito descontraídas, na área de multimédia, às vezes se descalçavam o que originou a sua própria intervenção. Nesta zona, efetivamente, é possível vermos com frequência leitores assumindo essas posturas, os próprios sofás propiciam essa possibilidade convidando ao relaxe.

O que pareceu e parece continuar a perturbar ainda alguns leitores e membros do pessoal é a entrada de pessoas de grupos sociais inabituais em espaços públicos de leitura: a legitimação das presenças baseia-se em juízos de classe. Já que temem que façam, tal como outras pessoas sem o capital cultural considerado adequado, «tudo menos a finalidade para o que [o espaço] foi feito».

Recentemente a decisão de suprimir duas das quatro televisões destinadas a ver DVDs, como forma de minorar usos por sem-abrigo, resultou

efetivamente na diminuição da sua afluência e tornou o equipamento sub ou não utilizado.

Igualmente estimo que esta medida reforçou uma categorização de leitura «pouco séria» a meios e suportes que requerem capitais escolares menos exigentes e com isso reforçou o caráter «pouco sério» da própria zona de leitura.

Assim isso mesmo interpreto a opção do motorista por uma área onde práticas mais descontraídas são efetivamente mais facilmente aceites: ele sabe escolher o seu lugar – social, numa sociedade de classes – com base em pistas corporizadas mais ou menos aparentes, ainda que não conscientemente decifradas, com base na *hexis corporal* (Bourdieu, 1977, 87) dominante em cada zona – demarcada por posturas, atitudes, maneiras de estar – que contrastam com seu próprio *habitus* e as suas práticas. A demarcação do lugar é aqui claramente uma demarcação social.

A tranquilidade, tão frequentemente referida como traço muito valorizado, às vezes rompe-se pela competição por recursos entre leitores. É o caso dos postos de Internet, quase sempre cheios, e sobretudo da leitura dos jornais diários, escassos face à procura. O pessoal de apoio regozija-se pelo facto de, por sua intervenção, alguns leitores mais impacientes se terem acostumado a esperar pela sua vez.

De qualquer forma há a cada passo olhares vigilantes, posicionamentos táticos e corridas, mal os jornais mais apetecidos são devolvidos aos seus lugares. O acesso à Internet sem-fios parece ter aliviado alguma da pressão anteriormente sentida.

Mas ninguém parece, em realidade, esquecer-se que está em público, mesmo quando se descalça; há, sim, diferentes noções do que é adequado ao lugar: há atividades, como aceder a Sítios eróticos, que se dá por suposto não fazer na biblioteca, talvez sim em casa; não parece assim confirmar-se a hipótese de algumas das bibliotecárias de que tal seria um excesso de domesticidade, de alguma maneira induzido por si mesmas ao criar um meio acolhedor: «dizemos-lhes tantas vezes que se sintam em sua casa que acabam por comportar-se como se estivessem realmente em sua casa».

Contudo os leitores evitam certas atividades, supostamente desadequadas neste contexto. O que ocorre é que, num espaço público como este, os contrastes em *hexeis* corporais diferentes se tornam visíveis, os limites privado/público se esbatem o que, ocasionalmente, gera conflitos.

De forma curiosa uma investigação anterior reporta, a partir de observação das condutas dos leitores, que ao entrar na biblioteca estes assumem «uma cara de biblioteca» (Jordan, 1974, 12), um ar adequado ao local, ou seja, mudando de contexto, muda-se a máscara que intermediará nas inte-

rações neste novo sítio (Goffman, 1999). Ou como se exprimiu um leitor: «as pessoas que entram aqui descem as escadas e vêm uma certa educação e não estão a fazer barulho. O ambiente é de educação, o pessoal e assim...». Sente-se quem que «o ambiente é distinto», «notam o ambiente e têm de entrar noutro mundo, não é aquele mundo [do café], babababaaa. Na minha maneira de ver é assim, obriga a pessoa ficar assim mais suave...» (78 anos, ex-vendedor de material elétrico).

De forma mais radical, podemos ainda considerar que estamos perante realidades que nos fazem questionar, indo à base base do conceito *aquilo para que isto é feito*, os fundamentos da categorização de comportamentos indevidos nestes espaços.

As atividades de lazer são efetivamente muitas vezes depreciadas por serem improdutivas. Mesmo entre profissionais de bibliotecas é frequente, como é frequente nos órgãos de tutela, ouvir expresso o desejo de que as leituras *leves* possam ser uma plataforma de elevação a níveis superiores de gosto, a leituras *mais sérias*. Estou aliás persuadida de que a própria entrada da Internet nas bibliotecas nunca foi posta em causa, por suposta desadequação às suas finalidades, pela capa de deslumbramento tecnológico que a recobre. Efetivamente o uso que lhe é dado de forma predominante, o do correio eletrónico, não se enquadra nessa visão tão estranhamente próxima do filantropismo do séc. 19. Note-se que os profissionais mais qualificados e que

estão em contacto com o público não manifestaram essa forma de pensar, pelo contrário; tal opinião apenas foi assinalada num vigilante a trabalhar na área técnica, a propósito dos leitores muito frequentes: «é que não fazem mais nada!».

Criando uma atmosfera de leitura – *estar em 'su sítio'*

Um dos aspetos mais interessantes e reveladores desta investigação desprende-se da análise de fatores sensoriais/ambientais.

Em primeiro lugar pode-se afirmar que, para a quase totalidade das e dos entrevistados, não se colocam questões de conforto, nem relacionados com níveis de iluminação, nem de temperatura, nem de adequação do mobiliário.

Como referi anteriormente interpreto essas declarações como refletindo, para além da efetiva qualidade do espaço, uma negociação que leva à desvalorização de aspetos negativos de conforto face ao agrado geral pelo uso da biblioteca.

Por outro lado, pesquisando um tema clássico em bibliotecas, sobre níveis e tipos de ruído, vários trabalhos (Bertrand, 1994; Mattern, 2007; Mi-

ribel, 2007; Finlayson, 2008) referem aquilo que é provavelmente o maior *cliché* sobre ambientes de bibliotecas como sendo também objeto de narrativas várias, muitas vezes de recorte anedótico, apontando em simultâneo para a falta de investigação empírica sobre este tópico.

No caso da Almeida Garrett concluí que as queixas registadas, antes do mais, se referem a questões de estatuto e não tanto a problemas de som. Nem leitores ocupacionais, nem estudantes, nem estudiosos – aqueles que poderíamos imaginar como mais zelosos do silêncio – se mostraram demasiado preocupados com os níveis de ruído existentes. Recorde-se a referida preferência de alguns estudantes por um meio onde exista alguma forma de murmúrio.

Segundo relato duma assistente das áreas de leitura esse bulício é apreciado e provavelmente mesmo procurado por alguns leitores: «Pois e talvez por ser um espaço vivo e com algum barulho quebre o isolamento das pessoas. Porque é engraçado nós temos um posto para invisuais, o + Acesso, e está ali logo muito próximo da secção infantil. E nós ponderámos muito sobre a localização daquele espaço, num local mais recatado, menos barulhento, mas achamos que, por razões de mobilidade, ali era o melhor sítio. Mas quando as pessoas começaram a utilizá-lo, um dos aspetos positivos que referiam era estar ali no meio de toda a gente! Portanto não terem um local só para eles, estar nalguma confusão agrada às pessoas».

Mas quem muitas vezes parece zelar mais por uma atmosfera silenciosa são alguns leitores, eles mesmos, e não tanto o pessoal da biblioteca. Olhares reprovadores ou interjeições pedindo silêncio («chhh») sentem-se por vezes, sem que as bibliotecárias intervenham, segundo observei. O mesmo registaram McKechnie, et al. (2005), como referi, em duas bibliotecas do Canadá.

Na investigação conduzida por Given & Leckie (2003) as autoras fazem questão de sublinhar que conversar era a terceira atividade que mais ocupava os leitores, logo depois da leitura, quase tão frequentemente como a escrita mas acima do uso de computadores, o que as leva a concluir que, ao invés da visão de sentido comum, as bibliotecas são lugares de interação e não lugares de silêncio. Há até quem considere que nas bibliotecas atuais, ao invés do que acontecia antigamente, as conversas são tão frequentes que não interagir, respondendo, pode ser considerado sinal de má educação (Finlayson, 2008).



Usando auriculares

Alguns de entre os leitores, sobretudo estudantes, recorrem a auriculares para ouvir música enquanto aí permanecem, moldando espaços mais individuais em ambientes públicos através da sua *bolha privada* (Bull, 2003, 277), suportada pelas tecnologias de áudio portátil, dentro daquela que pretensamente deveria existir e que, segundo a tradição mais recente, seria feita de silêncio.

A música portátil é também aqui utilizada como estratégia de controle, talvez em parte por necessidade de estetização, de isolamento, para moldar estados de humor e de energia intelectual, ou em parte para controlar interações indesejadas com outros (Bull, 2006, 134-135). Transgredindo fronteiras – sempre mais claras nas categorias teóricas do que na realidade – os leitores produzem espaços próprios, de privacidade pública, a partir de um espaço público e como tal necessariamente compartilhado, criando paisagens de sons personalizadas – *soundscapes* na designação de Bull – ampliando assim atividades aurais domésticas ou íntimas e criando situações paradoxais de sociabilidade e de isolamento.

Recorde-se a referida preferência de alguns estudantes por um meio onde exista alguma forma de murmúrio: «não gosto de estudar com silên-

cio absoluto e não consigo concentrar se há muitas pessoas a falar; este som assim, conversas ocasionais, é muito homogéneo, isto não me atrapalha... atrapalha-me é quando está toda a gente calada e ouve-se assim chhh, chhhh, chhh... e isso atrapalha muito» (estudante, 27 anos).

Os toques de telemóveis parecem ser o que mais importuna grande número de leitores, como referi, motivando queixas ao pessoal que costuma usar alguma tolerância se as pessoas os silenciam depois de um primeiro toque. Pode acontecer que saltos altos nuns apressados passos produzam um efeito semelhante e olhares de desaprovação poderão ser dirigidos a quem o origina.

Os ruídos infantis, motivo de queixas pontuais também, tendem a ser mais desvalorizados do que outros face à declarada importância que jovens e adultos encontram na sua presença. Como se estes sons fossem alfinetes para as tais bolhas de leitura laboriosamente construídas.

Certamente não por acaso, leitores sem casa ou com habitação deficiente mostraram-se muito menos exigentes a tal propósito, o padrão de referência de classe reflete-se nas suas apreciações.

«... É o melhor ambiente que há, embora às vezes haja aí pessoas que não sabem estar, também já sabemos que é em todo o lado assim, mas também se perdoam, também se aceitam, também têm direito a estar...

- Já precisou de chamar a atenção a alguém?
- Já, mas isso ficou resolvido e quando é assim esquece-se [com uma conversa].
- O pessoal intervém?
- Sim, intervém e tem educação tem princípios, tem... eles também exigem, nota-se que estão em 'su sítio' como dizem os espanhóis...» (entrevista a leitor reformado, ex-bancário, 72 anos, *residente*).

Recorde-se que só recentemente na história a leitura passou a ser atividade silenciosa. Mesmo quando se lia apenas para si, o habitual era ler murmurando, a leitura silenciosa só se começa a generalizar em séculos recentes.

Curiosamente, as queixas mais amargas contra o ruído de outros surgiram claramente associadas a práticas consideradas deslocadas e rotuladas como de gente que *não sabe estar* em bibliotecas: o que se reclama é acima de tudo uma uniformização de atitudes segundo a bitola do leitor erudito, *habitué*, que conhece e respeita as regras tácitas socialmente legitimadas. *Fazer barulho* deverá assim ser entendido, não tanto associado a dimensões física, auditivas, mas antes a aspetos comportamentais reputados como desadequados, como *estar deslocado*, fora do seu meio.

Indo mais longe, pode-se notar uma associação entre níveis de

ruído e o papel esperado para uma biblioteca. A par das medidas arquitetónicas e de regulamentação, o controle social é certamente a maneira mais eficaz de controlar o ruído numa biblioteca. Nas secções populares das bibliotecas tradicionais, separadas das eruditas, aquelas são mais ruidosas que estas (Anne-Marie Bertrand, 1994). Desta forma defender-se bibliotecas com espaço-aberto, não compartimentadas, leva a que se recentre o debate em torno de modelos possíveis de bibliotecas e das suas finalidades que podem realmente ser opostos.

Na mesma linha de análise se afirma «'o som não desejado' ... tem sido frequentemente associado a uma aterrorizadora disrupção duma ordem social específica, enquanto que sons rítmicos e ou/altos positivamente avaliados têm sido associados a força, poder, significado, masculinidade, progresso, prosperidade e, por fim mas não menos importante, com controle» (Karin Bijsterveld, *apud* Mattern, 2007, 5).

Shannon Mattern afirma que «tanto o silêncio como a ausência de ruído impostos representam formas de poder», o que associa intimamente ao conceito de *habitus* de Bourdieu's, pela compreensão que proporciona das predisposições socialmente aprendidas, mais corporizadas do que reflexos automáticos e instintivos, e que condicionam as respostas à arquitetura e aos media, permitindo ainda assim variação individual e escolhas pessoais.

Efetivamente, fazer ruído deve ser compreendido desta forma, mais do que numa simples associação a dimensões físicas, aurais, mas antes intimamente ligado a formas de comportamento classificadas como inadequadas, próprias de alguém que *não sabe estar*, que está fora do *seu sítio social*.

Como refere Goffman, o que suscita a reação dos demais não é o ruído em si, mas antes um envolvimento excessivo numa atividade que não a que reúne, agrega e identifica os restantes presentes numa atividade social; daí que outros comportamentos muito distintos ou mesmo opostos – como o silêncio total num contexto em que todos os circunstantes estivessem ativamente envolvidos em tarefas determinadas – pudessem desencadear idênticas respostas (1967, 213-214).

Importante é também entender que o próprio conceito de biblioteca como sítio de silêncio está a ser subvertido pelo crescente número de práticas culturais e de convivialidade que as bibliotecas albergam e que vão para além da leitura, pelo menos na aceção mais tradicional do termo.

Daí que, para refletir sobre as questões sensoriais, com as correlativas vertentes emocionais e comportamentais, entendi ser conveniente utilizar um termo que refletisse esta puridimensionalidade sentida e transmitida pelos entrevistados, esta realidade difícil de pôr em palavras.

Atmosfera de leitura, foi portanto a designação que escolhi para esse conceito compósito, de contornos incertos. É a este conceito que recorreram muitos dos leitores entrevistados quando se referiram ao ambiente de leitura criado nesta biblioteca. Alguns deles não conseguiram desdobrá-lo ou elaborar algo de mais específico. O que me sugeriu a busca de um termo que tomasse em conta as perspetivas das e dos próprios atores sociais (Haraway, 1988) e que simultaneamente não fizesse perder significado numa tradução para o discurso académico (Taylor & Bogdan, 1984). O termo, além do mais, permite cobrir de forma cómoda todo o espectro de espacialidade física, interação social, desequilíbrios de poder, sentimentos, negociação de condutas, de consideração de status de leitor/a e de apreciação sensorial, amálgama resultante desta espacialidade vivida.

A produção social de uma atmosfera de leitura baseia-se num código tácito de conduta, classistamente enquadrado, que tem em alguns leitores residentes defensores influentes: a regulamentação aparenta construir-se mais por imposição sua do que por regras institucionais, que sabemos já são aqui mínimas. Por outro lado, o que é tácito era seguramente o pretendido institucionalmente e tornou-se prática corrente – uma convergência de interesses parece ter-se conseguido a tal propósito. O facto, portanto, de a biblioteca não ter regulamentação formal em vigor não significa pois que o controle social esteja ausente, mas apenas que este se faz exercer por outros processos.

Esta mesma questão é abordado por Loretta Lees (1997) na sua observação da biblioteca de Vancouver, onde, apesar de não haver regras expressas para a exclusão de pessoas de classes baixas, a atmosfera criada no seu interior as faz sentir fora do seu sítio, assim dissuadindo a sua frequência.

A separação de zonas de leitura por tipos de suporte, com a frequência da de multimédia, fisicamente num andar inferior, constituída pelos menos qualificados, acabou por refletir uma segregação espacial que, não sendo acentuada, é perceptível com toda a certeza aos próprios leitores como destinada a separa leituras ou leitores *inferiorizados*, como um relato individual já referido verbalizava. Ao multimédia não está associado o estatuto alto do livro, estas leituras, mais claramente de lazer, não gozam da mesma credenciação que as demais. A segregação espacial que o arquiteto não quis adotar acabou por se concretizar por outros processos que não os estritamente espaciais.

Leitura como prática integrada na esfera pública – *na biblioteca me ancoro*

Apenas registei três referências concretas a possíveis formas de criação duma esfera pública de debate no âmbito da leitura na Almeida Garrett, dado que muito poucos foram os que declararam que os temas de leitura são simultaneamente tema de debate com terceiros, dentro ou fora da biblioteca.

Se é certo que não é exagerado ver as leituras na biblioteca que aí se fazem como meios para a formação da opinião pessoal, não pareceu haver uma ligação entre o que aí se faz e a interação com terceiros.

Um dos casos, já referido, prendeu-se com a discussão em torno do aumento repetido e acentuado do preço do pão. Foi pretexto para que leitores residentes tivessem entabulado conversa, após leitura dos jornais do dia.

Outra situação, narrada por uma leitora também residente: «agora é que eu vou fazer a pesquisa por causa da polémica do mercado do Bolhão. Com os livros que há aqui ficamos a saber que houve obras que nunca se chegaram a fazer no Bolhão. É um monumento em ferro forjado e vidro, é o terceiro da Europa [...] Eu ando nisto há semanas, são horas..., vou apontando e fico com isto para mim. Podia imprimir, mas para mim é caro, para os estudantes também, faço à mão. [...] Eu estive lá [no mercado] há dias até assinei o papelinho [da petição contra a demolição] e depois estive naquela mesa a conversar com eles [jovens] e até lhes expliquei que tinha vindo da biblioteca e que tinha visto a data em que foi construído que eles não sabiam. Os jovens hoje até nem se interessam muito mas aqueles interessaram [...] não sei se é por ter uma certa ideologia política ou assim».

Mas houve ainda um leitor que afirmou de forma mais genérica: «Ajuda sempre, quando estamos rodeados duma panóplia de informação como

estamos rodeados, ajuda sempre. Se temos no nosso quotidiano uma dúvida que nos atormente, esclarecemos essa dúvida, o facto de entrarmos numa biblioteca, independentemente de estarmos vocacionados para ler ou não, se tivermos uma dúvida é na biblioteca que podemos recorrer... e mesmo na questão da cidadania vê-se também no comportamento das pessoas e no estilo de leitura que elas procuram, compreende, e eu sou muito atento, muito crítico ao fator político e sempre que tenho qualquer dúvida quero ser esclarecido, é na biblioteca que eu me ancoo e vejo e tiro as minhas dúvidas».

Um outro caso, este já com outras características de empenhamento ativo, foi o do leitor que usa a Internet da biblioteca para editar um blog com temática religiosa e proselitista, como adiante detalharei.

Por tudo isto, e porque mesmo junto de leitores *informados*, não me foi possível encontrar comportamentos claramente associados ao debate de ideias, me parece que não se pode aqui falar de criação duma esfera pública em todas as suas vertentes.

É sabido que não há nenhuma ligação automática, nenhum mecanismo que leve a que ter informação *determine* ter opinião e muito menos que *determine* a procura da sua formação em debate com terceiros. A formação de opinião requer processos cognitivos, afetivos, comunicacionais e sociais que

vão para além da simples leitura. Quando muito deveríamos então falar aqui de públicos fracos, na citada aceção de Nancy Fraser.

Leitores e leituras

No momento de classificar utilizadores nas bibliotecas confrontei-me com a necessidade de tomar como critério discriminante principal os usos e as finalidades, dado o objetivo: analisar relações sociais num espaço público determinado. As restantes dimensões, sócio-demográficas e outras, foram consideradas de seguida. A vertente espacial foi também incluída registando lugares preferidos, formas de apropriação e de reprodução.

Partindo das finalidades das suas idas à biblioteca, das relações com recursos documentais e espaciais, agregaram-se os e as leitoras em sub-grupos, desenhando perfis de uso: ocupacionais, passeantes, recreativos, estudantes, estudiosos. Note-se que, numa amostra de vinte e sete utilizadores entrevistados individualmente, nove eram meninos e meninas; a distribuição por sexos estava equilibrada; excluindo as crianças, entre as profissões, atuais ou antes da aposentação, predominavam os serviços de baixa qualificação, com um industrial e dois trabalhadores manuais; aproximadamente metade estavam desempregados, um quarto eram estudantes, um era aposentado e uma aposentada encontrava-se ainda parcialmente ocupada.

A investigação conduzida por Eduardo Alexandre Rodrigues levou ao desenho de modos de utilização, a partir da tipologia de Firmino da Costa - *instrumental, cultivado, autodidata, lúdico e convivial* - que se aproximam bastante dos que desenhei a partir da investigação empírica na BMAG e que descreverei em seguida (2007).

Tendo em conta que estas atividades de leitura, de convivialidade, etc., se inseriam num parque com um amplo jardim, algumas metáforas, numa paleta de cambiantes entre uma azáfama ou um lazer prazeroso, acabaram por se formar na minha mente. O conselho de Donna Haraway (1988) que alude ao poder evocativo e explicativo das metáforas acabou por me ajudar a decidir pelo seu uso, no momento de agregar e classificar as diferenciadas práticas leiturais.

[...] franqueadas as portas que separam o jardim da cidade [mergulha-se], de facto, numa realidade aparentemente distinta da própria urbe que a rodeia, num recolhimento espesso e verde; quando ouvimos o trinar das aves empoleiradas nas árvores da Avenida das Tílias, o grasnar dos gansos pedinchando migalhas à beira do lago, e quando ao nosso caminho saltam gordos coelhos pretos, vivendo em liberdade; quando, enfim, se torna óbvio que a cidade em que estamos - e o seu ruído de buzinas - ficou lá fora, ainda que a sua brutalidade de cimento a espaços nos venha incomodar o isolamento. Arrisquemos, pois, a metáfora fora de moda: os jardins

do Palácio de Cristal são uma entidade que vive com a cidade, mas que dela se retira pacatamente, como se de uma jangada se tratasse; ou uma ilha; ou a própria arca de Noé, tal a quantidade e variedade de espécies animais e vegetais que vai carregando no dorso. São, por isso, um verdadeiro éden portuense [...].

Palácio de Cristal Jardim-Paraíso, de Jorge Manuel de Marmelo, 2000, p. 11.

A continuidade dos espaços jardim/biblioteca concretizou-se claramente nestas metáforas que se me impuseram como se, de tão naturais, fossem inevitáveis: leitores e leitoras *abelhas, borboletas, pardais, formigas, mochos e gatos*.

Leitores ocupacionais – *abelhas*

Ocupar o seu tempo de forma útil, ativa, trabalhar na biblioteca, com ou sem vínculo salarial atual, tal é a finalidade de sete leitores. As idades vão de 33 a 84 anos, quatro mulheres e três homens, dos quais um licenciado e três licenciadas, os outros têm estudos secundários; três residem em Porto, três em cidades da área metropolitana, um é um moçambicano a viver no Porto sazonalmente. Pode ser que fiquem todo o dia, vários dias por semana: «saio quando as luzes se apagam, [ri-se] sou obrigado!... Agora terminou o meu dia, posso dedicar-me a outra coisa» (leitor de 34 anos, desempregado, vai em breve recomeçar a trabalhar).

Uma leitora, de tão assídua, pertence ao grupo dos *residentes*, denominação cunhada pelas bibliotecárias, entre o carinhoso e o jocoso; um outro é frequentador regular tal como o moçambicano, quando está no Porto. Dois dos residentes na cidade deslocam-se a pé, os demais usam transporte público.

«O dia passa mais rápido, é bem mais produtivo» (leitora de 28 anos, desempregada): as motivações mais fortes dos *ocupacionais* vão desde a busca de um ambiente propiciador para trabalhar até à conveniência em recursos gratuitos.

O seu traço comum: ocupar-se ativamente em tarefas de interesse pessoal, organizadas e planeadas desde os temas até aos períodos horários. Pesquisam e escrevem em áreas de sua formação escolar ou da sua curiosidade, preparam-se para concursos para postos de trabalho. Estas idas à biblioteca podem contribuir para estruturar o tempo e dar sentido aos seus dias. Desempregado ou inclusive aposentado são palavras evitadas nas suas narrativas, certamente pela estigmatização; mas disposições e uma ética do trabalho adaptada à sua posição atual parecem conformar suas práticas, que assumida e visivelmente não são de lazer, ainda menos antonímicas de trabalho.

Estivessem em escritórios ou na universidade não duvidaríamos em dizer que estão a *trabalhar*.

Três são jovens adultos licenciados: uma desempregada, um outro entre empregos, uma terceira ainda estuda. Explicam o que os leva à biblioteca: estando desempregada quer «sair de casa, ver gente» e crê trabalhar melhor aí do que em sua casa ao fazer-lhe «esquecer um pouquinho o fato de não ter ocupação», mas sobretudo por ter conexão sem fios à Internet; ele procura uma atmosfera grupal, de união na qual se integrar para se disciplinar a fazer o seu trabalho, «porque me distraio muito menos do que se estivesse em casa» face à necessidade de «respeitar as outras pessoas» que aí trabalham também; a terceira porque «ler é o que mais me agrada fazer» mas «comprar livros nem pensar», não pode; ao «querer ocupar o tempo de forma útil e pro-

ductiva, a única hipótese que vi foi agarrar-me aos livros». «Tinha uma dívida de muitos anos por ir à universidade [...] e nem pegava num livro, ou chumbava ou tirava notas baixas; recebi apoio psicológico e consegui terminar o curso». O leitor de 84 anos, errante desde há muito entre Porto, Lisboa, Suíça, África do Sul e «sobretudo Maputo», usa-a para poder ter acesso à Internet e assim editar o seu Sítio pessoal.

Usar a Internet foi a atividade principal declarada por três leitores, em sete, dois deles trouxeram os seus computadores portáteis enquanto, com auriculares, ouvem música em dispositivos de áudio móvel, gravada em MP3, num caso, gravada no disco duro e no leitor do portátil com CD's da biblioteca, noutro.

Dois mais navegam na Net como atividade secundária. Outras atividades principais são bem diversas: um senhor idoso lê periódicos (e além disso escreve sobre história da cidade); uma senhora, leitora múltipla, usa quase todos os recursos; dos dois jovens adultos um estuda e faz os seus trabalhos, uma requisita livros em empréstimo domiciliário (além de aproveitar para aprender a usar o computador, treinar os seus conhecimentos de línguas estrangeiras e ler revistas de moda).

As suas atividades de leitura ficam ancoradas às mesas, exteriorizando-se mais enquanto escrevem, mudam objetos de lugar, ligam à corrente – livros, computadores, blocos de notas, utensílios de escrita, de música.

Ocupam as mesmas zonas que estudantes e estudiosos que descreveremos de seguida.

Leitores passeantes – *borboletas*

Ao invés dos ocupacionais, não têm uma atividade ou interesse como motivação, apenas o desejo de passar o seu tempo de maneira agradável, de se distraírem, acompanhados por gente com quem em general não interagem ativamente (Galluzzi, 2009).

De novo sobressai este conceito do direito a passar despercebido/a. Jane Jacobs destaca os contactos fortuitos e ocasionais que requerem um nível baixo de confiança, sem compromisso pessoal, nas trocas interpessoais que são características do que faz funcionar as ruas das cidades, no fundo do que é ser-se urbano. E acrescenta, naquilo que parece ser uma oposição à nostalgia da comunidade, que a partilha de espaço com estranhos que nos são ao mesmo tempo familiares requer uma diversidade que é não só social como espacial (1964).

Orientam-se para recursos múltiplos: passeando entre leituras, deitam os olhos a jornais, discos de música, páginas de Internet, livros. Detêm menos competências escolares (secundárias ou menos), são trabalhadores manuais, aposentados, desempregados, com idades diversas. Usam mais a área multimédia, os sofás, as zonas de circulação.

Comportam-se de maneira semelhante aos que se passeiam na rua, detendo-se às vezes para conversar, entretendo sentidos e mente com o que lhes possa atrair a atenção.

Entre os passeantes, um homem de 34 anos vem uma ou duas horas por dia: «Quando estou mais em baixo, chego aqui e parece que ganho vida outra vez! Cruzando aquela porta, é como se fosse a minha casa, como se fosse a minha família». Ex-gráfico num jornal da cidade, desempregado e sem-abrigo, diz procurar tranquilidade.

A diversidade de idades, o ver rostos novos cada dia, fá-lo sentir-se melhor. Um dia, ao vê-lo triste, outros sem-abrigo recomendaram-lhe a biblioteca: «vês um filme, relaxas, quando saís já te sentes outra pessoa». Acostumou-se já a entrar só, às vezes os «colegas» da rua ainda o acompanham.

Vê filmes de todo tipo de géneros, inclusive desenhos animados – «somos sempre crianças» – talvez aproveite para seguir o que outros antes es-

tão já vendo; e sobretudo agrada-lhe ler os desportivos ou seu matutino favorito, «já se vê», aquele onde trabalhou.

Outro passeante de 50 anos, aposentado ex-mecânico automóvel, não admite como móbil próprio procurar a companhia de outros – «sou só, venho aqui só, mas no fundo estou acompanhado» – mas, sim, admite que se trata de um espaço que outros procuram «para não estar sós».

Acostumado anteriormente a ler muito, por longos anos – «talvez fosse um refúgio» – pelo grande prazer que em isso tinha, considera-se um autodidata. Agora vê mal, lê menos, interessa-lhe a Internet acima de tudo, mas não tem acesso em casa.

Uma garota de 9 anos vem os sábados com os seus dois irmãos, ele um pouco maior entretém-se mais ativamente, ela adulta procura e requisita livros para os seus estudos. Passeia «por aí», lê livros, enquanto os aguarda. Lamenta não poder assistir à hora do conto – a irmã tem de regressar para fazer a comida. Lê em casa, mas não muito.

O seu irmão de 12, diz também: «vejo livros por aí»; habitualmente, quando se vai embora, escolhe um filme para ver em casa; à noite lê um livro completo antes de dormir, se o tiver à mão.

«O íntimo, a interioridade, a preocupação por si mesmo, tudo isso não era para eles [pobres], era património da gente com recursos. [...] A ausência de intimidade é quiçá o melhor indicador da pobreza, mais ainda do que os rendimentos. Quanto mais pobre é alguém menos intimidade tem. No mais baixo da escala social, quando não se tem teto, numa rua, Até o mínimo gesto está exposto ao olhar público».

Lecturas: del espacio íntimo al espacio público, Michèle Petit, 2001, p. 118.

Um casal de jovens, ambos de 22 anos, entra com dois carrinhos de bebé – a mãe vêm inscrever-se como leitora, ele, leitor experimentado desde há 5 anos na Almeida Garrett e enquanto estudante no Reino Unido, ensina-lhe como fazê-lo, além de ensinar os lugares de cada coisa. Ambos têm menos do que a escolaridade obrigatória, ele cresceu e educou-se em Inglaterra, vivem numa família com outros membros desempregados ou em trabalhos desqualificados, os quatro num só quarto – são doze num único apartamento.

Ela, bastante reservada, evita falar, não se crendo apta nas matérias frente ao seu companheiro, experiente. Os dois desempregados, ele mais recentemente, projetam usar os recursos da biblioteca a quatro sobretudo a Internet, ao sábado.

Ele ouve música – «tudo menos fado e jazz», vê filmes.

Ela, em casa, jogava jogos na Internet. Agora não podem pagar o acesso. Referem como antes exploravam Sítios e serviços de informação comercial sobre cuidados para bebés – «dão mais informação além da do médico» – Sítios de jogos para crianças e para envio de SMS. Lê pouco exceto quando o faz em voz alta para os meninos. Apreciam mais que tudo o espaço por ser amplo, «aqui estamos mais à vontade do que em nossa casa» e afirmam perentoriamente, entre risos e surpresa pela pergunta onde sugiro a comparação, ter mais privacidade que no seu apartamento abarrotado.

Preferem a biblioteca aos cibercafés por ser mais calma.

Ela toma pela primeira vez a iniciativa de responder de forma valorativa: a biblioteca parece-lhe «limpa», «bem arrumada» e o espaço «bem dividido». Apreciações muito feitas do ponto de vista duma perspetiva de domesticidade do espaço, o facto de estar acompanhada pelos filhos teve peso certamente neste juízo.

Leitores recreativos – *pardais*

Outro grupo de leitores ocupa-se ativamente de maneira recreacional. A biblioteca é para eles, acima de tudo, um local de recreação e contacto.

Todos são leitores múltiplos, às vezes trazem os seus brinquedos de casa, assistem a eventos, a leituras coletivas em voz alta como «a hora do conto».

Pode acontecer que se encontrem ocasionalmente ou se incluam em jogos com os demais ou ainda que vão visitar a biblioteca em grupos com a escola. Usam as áreas infantis ou de multimédia.

«Leio livros dos grandes sobre camiões, na escola só leio livros de ensinar, [e costumo] pedir livros, jogar no computador» para o que criou um perfil pessoal que usa regularmente (menino de 8 anos, vem de cidade adjacente com os pais).

«Em cima está mais para leitura, em baixo [para onde vai] está mais para lazer, para estar mais descontraídos» (motorista, cerca de 40 anos, emigrante de etnia africana). Motorista de camiões de transportes internacionais, adicionou o cartão de leitor da BMAG a outros de bibliotecas de diferentes cidades europeias, onde esteve a viver; o que procura aqui é antes do mais usar o correio eletrónico para contactar amigos e colegas de trabalho dispersos pelo mundo, bem como familiares em África e passar o tempo a ler e ouvir independentemente do suporte (CDs, DVDs e Youtube, revistas, livros requisitados para casa).

É o único adulto englobado neste grupo, tem também uma faceta de leitor informado.

Os demais são meninos e meninas de infantários ou escolas primárias que vão à área infantil acompanhados pelos seus familiares ou professoras.

Conversei com meninos de 4 a 8 anos, usei os seus desenhos para entender o que lhes agrada mais fazer aí, o que é uma biblioteca. Desenhavam, fazem jogos em computador, leem livros ou ouvem quem os conta. Quase todos têm livros em casa.

Sentam-se em cadeiras, almofadas ou no chão. Sabem que não podem subir às mesas, nem escrever nos livros, primeiro «há que crescer!».

Estão ocupados com jogos físicos ou virtuais, com livros ou materiais de desenho, riem, movem-se à vontade, as vezes correm. Uns poucos são repreendidos por subir a partir da rampa de acesso para o topo das estantes.



tes.

Nesta e seguinte: crianças durante uma Hora do Conto

Na «hora do conto» a sala faz-se pequena para recebê-los com as

suas mães, avós, irmãs e uns poucos pais. Enquanto esperavam entretinham-se com o que iam encontrando. Um grupo de miúdas dum bairro popular próximo, quatro ou cinco, vieram sozinhas e mantêm-se isoladas; às vezes uma briga com uma outra, a empregada ralha à primeira.



A temperatura e as vozes sobem na sala com o entusiasmo pela teatralização participada da história do dia e com a concentração de gente; próximo do final, antes das palmas, folhas e livros tornaram-se leques.

Terminou o conto, mantém-se a vivacidade, inclusive em pequenos rostos menos abertos. Uma menina prefere jogar no jardim a ler, a maioria diz preferir os computadores.

Um menino, leitor múltiplo, exprime-se através dum muito colorido desenho – «os livros são multicolores», há quadrículas preenchidas com o alfabeto, semelhantes às do jogo de computador que usou antes, que se ordenam sob a palavra *biblioteca*; ao lado, um leitor frente a um computador está encimado pela palavra *leio*. Lá fora um sol sorridente, umas estrelas brilhantes e o símbolo de seu clube de futebol, copiado a partir do boné que traz na cabeça, pairando no ar.

Quase todos os meninos dizem que passeiam habitualmente pelo jardim, onde há um parque infantil, durante as suas visitas.

Leitores estudantes – *formigas*

Vêm à biblioteca fundamentalmente para estudar, às vezes em grupos; grande parte está a fazer as suas licenciaturas, uma leitora é estudante de mestrado, uns poucos terminaram os estudos e, não estando empregados, continuam a estudar temas da sua especialidade.

As motivações vão desde a convivialidade até ao companheirismo. Um ambiente descontraído, mas onde encontram outros similarmente ocupados, propicia a sua atividade.

A escolha da Almeida Garrett é igualmente instrumental: compara-se a espaços análogos nas universidades a propósito do tipo de atmosfera ou da companhia que pretendem obter – o trabalho em grupo é raramente propiciado em bibliotecas universitárias.

Mais frequentemente fazem-no de tarde, trazendo muitas vezes consigo livros de estudo, às vezes computadores, alguns recorrem ao áudio móvel. Para Michael Bull (2006, 133) as pessoas recorrem a dispositivos de música móvel para neutralizarem aspetos que lhes são desagradáveis na vida

urbana, como uma certa sobrecarga sensorial, criando assim através dessa tecnologia um espaço privatizado, uma *bolha aural* que podem controlar a gosto.

Uma leitora confirmou, numa conversa informal, que, tal como refere Bull em casos estudados por si, escolhe as músicas em função da atividade, ali usa música que se adequa ao estudo.

As suas idades vão de 24 a 40 e picos anos. As leituras são muito instrumentais e associadas aos cursos, outros recursos bibliográficos usam pouco.

Usam mais as mesas individuais, os computadores de acesso à Internet do piso zero ou inferior, finalmente as mesas mais ao fundo que possam estar livres quando chegam.

Às vezes usam artimanhas para criar reservas de espaço: casacos, malas, livros, dispersam-se ocupando mais de um lugar individual, mostrando aos demais que não pretendem compartilhar as mesas acopladas; afirmam-se olhares de incómodo para assinalar que conversas alheias como perturbam o seu afazer laborioso.

Disputam o espaço silenciosa mas ativamente, as assunções sobre usos adequados parecem proteger a sua presença, mais do que a qualquer outro grupo: o seu labor é credencial «natural» e suficiente.

Alguns exprimem satisfação por um meio onde não há silêncio absoluto, que esse sim, os perturba, um ligeiro zunzum resulta-lhes agradável – «não gosto de estudar com silêncio absoluto e não consigo concentrar se há muitas pessoas a falar; este som assim, conversas ocasionais, é muito homogéneo, isto não me atrapalha... atrapalha-me é quando está toda a gente calada e ouve-se assim chhh, chhhh, chhh... e isso atrapalha muito» (rapariga estudante de 26 anos).

Leitores estudiosos – *mochos*

Na Almeida Garrett há uns quantos leitores estudiosos que querem aprofundar temas de sua opção ou completar a aprendizagem de maneira não formal. Estudam ao seu próprio ritmo e autonomamente, apreciam a convivialidade. Não se apressam. Leitores experimentados, conhecem cada canto, são discretos.

Habitualmente tomam notas das leituras, escrevem os seus ensaios. Interessam-se bastante por temas de história local. São objeto de consi-

deração tanto por outros leitores como pelo pessoal. São com toda probabilidade *de residentes*.

Um estudioso, 71 anos, refere como lhe agrada encontrar na leitura respostas a dúvidas «que nos atormentam». E também a alegria por ver jovens a estudar, o que no seu tempo não era frequente.

Leitores informados – *gatos*

Vêm à biblioteca sobretudo para se manter a par das notícias, lendo jornais e revistas. Neste grupo, constituído quase exclusivamente por homens, predominam os leitores mais idosos. Praticamente não recorrem a outras publicações e apenas uns quantos usam a Internet para se manterem informados. As suas leituras são instrumentais, embora conhecer algumas delas em detalhe possa proporcionar surpresa.

Coincidentemente ou não, vários mostraram-se furtivos a dar a conhecer o que fazem e pensam na biblioteca, vários recusaram ser entrevistados. Não observei interação social significativa da sua parte com outros leitores, parecem ser, portanto, mais reservados que os dos outros grupos.

Quanto a lugares mais frequentados, ocupam, como seria de esperar, o canto reservado aos periódicos com os seus sofás. As suas atitudes

não parecem, contudo, tão relaxadas como as dos leitores de multimédia e tendem a permanecer bem discretos. Esses lugares sentados mantêm-se ocupados ao longo do dia com grande rotação, por vezes há quem aguarde pela sua vez para ler os seus títulos favoritos.

Um desses leitores mais idosos confidenciou que, para ele, ler é uma parte do seu exercício diário para se manter em forma, dado que se apercebe de que, embora goste de ler, tem por vezes dificuldade em recordar-se do que acabou de ler há alguns minutos atrás. Ler «só faz uma pessoa crescer, o conhecimento, isso já não é para mim. Se se passarem umas semanas não me recordo, na minha idade já não me apetece estar a cansar a cabeça». Como parte desse exercício diário de boa saúde repete para si próprio «tu chamas-te [...], moras na rua [...]» para que a memória não se desvaneça.

Um homem na casa dos 30 usa o seu tempo na biblioteca para navegar na Internet. Tem para ele um grande valor o facto de o acesso ser gratuito. Aí procura emprego, lê vários jornais, em especial os desportivos, compara as notícias e usa o correio eletrónico.

Um grupo especial – *residentes*

Há leitores que passam muitos dos seus dias nesta biblioteca. Daí o nome com que as bibliotecárias os designam entre si: *residentes*. Este tipo de frequentadores deverá equivaler ao dos «incondicionais», referido por Rodrigues (2007). Comportam-se como *habitués*, concentrando-se sobretudo ao redor da mezanine: é um lugar privilegiado para exercer controle visual sobre a quase totalidade do espaço. As mesas daí, lateralmente adossadas, oferecem mais reserva; eventualmente deixam as mesas, acopladas quatro a quatro ao lado do alçado principal, ou alinhadas em filas ao fundo, para leitores mais competitivos ou mais precisados de espaço.

É um grupo formado fundamentalmente por leitores aposentados, na casa dos 70 anos, uma mulher é um pouco mais jovem, 62, mas aposentada também.

Alguns residentes homens fruem da amizade e atendimento, pessoal, de uma bibliotecária muito atenciosa e cuidadora: as suas ausências podem denotar doença, um conhecimento de longos dias motiva que ela se interesse e às vezes os visite quando hospitalizados – «esta é sua segunda casa», «nós acostumamos a eles e eles a nós». E eles mostram abertamente a carência dessa atenção, podendo ir ao ponto de competir por ela.

Portanto precisam de multiplicar as possibilidades de mediação, as ocasiões de produzir tais encontros. É verdadeiro que a falta de pessoal que se nota na biblioteca poderá não facilitar uma proximidade ainda maior, o tempo gere-se sobretudo em função de tarefas de manutenção e de dinamização; as últimas ganharam já um estatuto de rotina inscrita na cultura organizacional e no reconhecimento público; as bibliotecárias referem frequentemente como lhes agradaria dispor de mais tempo para a interação pessoal com os leitores.

Mas, de qualquer modo, a proximidade, a frequência e duração – manhãs ou tardes completas, todo o dia – dessas visitas, o tempo disponível, facilitam a sua constituição como grupo de pressão face a determinados requisitos.

Notei que usam o sistema de reclamações escritas que quase todos outros leitores ignoram existir. Um caso extremo poderá elucidar, apesar ou precisamente pelo seu carácter inusitado, a maneira como se sentem intitulado a um atendimento especial, a uma apropriação privilegiada: um leitor idoso apresentou-se, um dia, à entrada do pessoal carregando um cadeirão e pedindo que o instalassem em seu lugar de leitura habitual – a frequência de suas visitas não lhe pareceu deixar margem a que lhe negassem uma medida de conforto personalizado, frequência e direito à privatização pareciam-lhe ir de par.

De assinalar, por fim, que este é um grupo marcadamente masculino: há apenas uma mulher aqui. Mulher essa que teve um percurso profissional e pessoal particular: viveu e trabalhou em Inglaterra vários anos e mantém agora, vivendo como celibatária reformada, os hábitos de frequência de bibliotecas adquiridos nessa época.

Curiosamente, esta análise fi-la já tardiamente no processo desta investigação – que o lazer extra-doméstico é atividade fortemente masculina é algo de profundamente enraizado culturalmente, muito particularmente para esta faixa etária, o que propicia a invisibilização desta questão.

Estes leitores são fundamentalmente estudiosos e informados. caracteriza-os não terem uma atividade *séria* que os leve a essas visitas frequentes. São antes pessoas que se ocupam ativamente de forma não produtiva, tendo em conta o que por isso se entende habitualmente. Nisso se distinguem de outros leitores assíduos como os estudantes. Como se distinguem pelo granjear dessa atenção especial a que se sentem intitulados como *habitués* que são.

Mais algumas notas ainda sobre as e os leitores desta biblioteca, de forma geral: apesar da leitura ser um ato por definição individual, introspeti-

vo, não significa que seja um ato que acarrete corte com os demais – vai-se à biblioteca frequentemente em grupo ou vai-se aí para encontrar alguém.

Outra nota curiosa é que não pude presenciar, nem me foi confirmado pelo pessoal de atendimento, predomínio do género feminino entre os leitores senão de forma ligeira e pouco perceptível, ao contrário do que vem sendo referido como panorama habitual em grande número de casos (Lopes; Antunes, 2000).

Quanto a classes sociais ou grupos sócio-profissionais, não se puderam detetar coincidências dos perfis leiturais com qualquer grupo à exceção dos estudantes. O mesmo para níveis de escolaridade. Detetei sim menos qualificações nos leitores que mais, ou quase só, recorrem aos documentos multimédia. Entre os leitores informados, como referi, encontrei apenas homens.

Por fim ainda algumas notas: a de que estes leitores refletem com alguma fidelidade, traços particulares da população desta cidade onde a biblioteca se insere e das mudanças a que tem assistido: a presença de vários solitários, de sem-abrigo; a existência de alguma diversidade social de género e de classe, excetuando dois grupos notadamente quase ausentes, as mulheres idosas e os trabalhadores da indústria; novos tipos de leitores que agora a frequentam (desempregados, sem-abrigo, idosos escolarizados); e ainda as mar-

cas da religiosidade nas práticas quotidianas que se estendem aqui aos usos da Internet.

A propósito de modificações sociais e do modo como as bibliotecas se podem adaptar, atente-se neste caso, embora sem paralelo provável no nosso país, num continente onde as bibliotecas públicas têm desde há muito uma grande ligação aos quotidianos e à informalidade do uso. Em Vancouver, um espaço livre da Câmara foi ocupado pela biblioteca em 1929 e adaptado às novas necessidades, na sequência da guerra: quase todo o espaço foi convertido em sala de leitura de jornais, tornando-se um refúgio para desempregados de todas as idades e para pessoas que se viam sem família. Perto duma estação comboios, o espaço recebia diariamente cerca de oitocentos leitores que, para além das notícias, jogavam xadrez, damas ou dormitavam (Curry, 2007).

A Internet na BMAG – como é apropriada, para que serve

O espaço da BMAG na Internet

[E]sta mais recente mutação no espaço – o hiperespaço posmoderno – conseguiu finalmente transcender as capacidades do corpo humano individual para se localizar, para organizar percetualmente os seus arredores imediatos e para mapear cognitivamente a sua posição num mundo externo mapeável. [... E]ste ponto de disjunção alarmante entre o corpo e o seu ambiente construído... pode erigir-se como um símbolo e análogo daquele dilema ainda mais agudo que é a incapacidade das nossas mentes, pelo menos no presente, em mapear a grande multinacional global e a rede comunicacional descentrada em que nos apanhamos presos como sujeitos individuais.

Understanding hypertext cognition: Developing mental models to aid users' comprehension, de Andy White, 2007.

Pode-se aceder à Internet em 40 postos de trabalho da biblioteca, distribuídos pela zonas de leitura geral, secção multimédia e área de computadores e ainda pela área infantil. Mas através do Wi-Fi, instalado pela biblioteca em 2007, e em 2008, em segunda rede com sinal para o jardim pela Porto Digital, qualquer portátil pode ganhar acesso e o pessoal presta apoio na configu-

ração se necessário. Nos postos internos a utilização dos computadores está condicionada a períodos de uma hora; contudo, não havendo leitores em espera, é possível prolongar por mais uma outra fração desse tempo.

Os utilizadores não têm possibilidade de ter páginas personalizadas na Net, criando perfis de leitores. E, acima de tudo, as bibliotecárias lamentam que ainda não tenha sido feito o investimento necessário para criar um Sítio Web próprio.

A única excepção que notei a esta impossibilidade de apropriar o espaço eletrónico reside na área infantil. Uma criança que entrevistei tinha criado um perfil para jogos e reutilizava-o quando voltava à biblioteca. Mas esta funcionalidade era inerente ao próprio jogo.

Note-se ainda, a propósito das restrições do uso do espaço da Net, que a BMAG tem filtros instalados para controle de acesso a Sítios onde possam surgir determinadas palavras. Instalados como um pacote informático na aplicação que faz o controle de tempos de uso através dos cartões, tem, logo à partida, um aspeto altamente questionável que decorre do facto de os leitores não serem prevenidos dessas restrições. E, de facto, nenhum dos entrevistados referiu saber da sua existência. Se é certo que a escolha de livros ou revistas também poderá envolver alguma forma de controle de conteúdos,

pelo que vimos nas prateleiras, esta biblioteca tem efetivamente alguns títulos que poderiam ser considerados polémicos. Esta mesma política deveria ser seguida no acesso à Internet, até porque, está suficientemente provado que a filtragem por palavras-chave (*sexo, drogas, aborto*) é ineficaz e até contraproducente podendo impedir o acesso a informação de grande utilidade (sobre contraceção, por exemplo) que se poderia aí procurar com discrição e privacidade (Sequeiros, 2007b).

Quanto às utilizações da Internet o que se observa é que elas são tão diversificadas como diversificadas são as existências dos que a usam. Desde o generalizado e frequente uso de correio eletrónico e por vezes do chat, à consulta jornais e de jornais estrangeiros em particular, à informação médica, sobre cuidados com crianças, procura de emprego, trabalhos escolares, à exploração de atividades e viagens para as férias, como forma de praticar a informática ensinada na escola, para aceder a Sítios de encontros em-linha, até ao acesso a conteúdos religiosos.

Há uns quantos leitores que são também escritores do ciberespaço: um deles, de mais de 70 anos, é na biblioteca que edita o seu Sítio pessoal, quando permanece na cidade do Porto. Vive em Moçambique onde é arquivista, passa grande parte do tempo a viajar pelo mundo entre a África do Sul, os Alpes Suíços, o vale do Tejo e do Douro. Um outro, de meia-idade, explicava-me o tema do seu blog que edita na biblioteca: «Identificamo-nos mais

com umas coisa do que com outras, eu escrevo mais para Deus. [...] É para ajudar as pessoas a entender que Deus existe, que existe mesmo!».

São pouco frequentes os leitores e leitoras que só vão à biblioteca para usar esse recurso, alguns deles não têm Internet em casa, têm limites de tempo de navegação e, quando esgotados, a BMAG é a alternativa. Surgiram narrativas de pessoas desempregadas que deixaram de ter acesso doméstico como forma de poupança, um leitor contou que anulou o contrato porque assim quebra o seu isolamento em casa. Mas se deixassem de poder ter esse acesso gratuito, alguns afirmaram que não iriam mais à biblioteca ou passariam a visitá-la menos.

Certos grupos, particularmente os que têm recursos financeiros e instrução, conseguem adaptar-se muito mais rapidamente a uma mudança no sistema urbano e estas capacidades diferenciadas de resposta à mudança são uma importante fonte de geração de desigualdades. Qualquer sistema urbano está em estado de permanente desequilíbrio diferenciado (com o que quero dizer que diferentes partes dele se aproximam do equilíbrio por valores diferentes).

Social justice and the city, de David Harvey, 1973.

Em termos espaciais ainda, não ter acesso à Internet é de alguma forma suportar um outro custo de falta de proximidade, tal como se refere habitualmente para a disponibilidade ou não de transporte público. Também no ciberespaço há grandes áreas de espaço que deixam de poder ser exploradas, de que se fica excluído. E se nada do que é humano nos deveria ser estranho, uma biblioteca pública joga aqui um papel importante na abertura de caminhos para esse espaço. Mais, como frequentemente nos fizeram questão de sublinhar, há vários utentes deste espaço que têm em grande apreço a ajuda e formação recebida do pessoal de atendimento pelo que, esporadicamente, se realizam na biblioteca ações de formação sobre o uso da Internet.

Internet e biblioteca: usos e representações da biblioteca

Entre as pessoas entrevistadas há poucas a não usar a Internet. Ouçamos como se exprimem alguns não-utilizadores, coincidentemente ou não, pessoas de idade mais avançada:

«Não gosto de fazer pesquisas na Internet, primeiro faço nos livros que é antigo, é fiável, na Internet os próprios funcionários daqui confirmam que não é muito fiável, qualquer pessoa pode lá ir e mudar aquilo... só no fim é que vou à Internet e vejo muitas coisas que não estão bem. Foi o caso da exposição do Leonardo da Vinci, na Internet não estava tudo como diziam na exposição [...] a Internet é assim... mais resumida» (leitora residente, 62 anos).

«Uso o computador só para fazer os textos, mas nem aqui nem em casa não uso a Internet. Não quero por dois motivos: tenho medo de me prender demasiado à Internet e também quero escrever cem por cento original, o que escrevo é cem por cento imaginado por mim, não venho colher nada à Internet». (leitor aposentado, 71 anos).

Entender como vêm a Internet estes utilizadores, através das suas declarações ou representações gráficas, e já não através das práticas, é a questão de que trato de seguida.

O que é uma biblioteca?

Nem todos conseguiram exprimir por palavras a sua noção de biblioteca. E dos seus usos e práticas efetivos não se poderia deduzir mecanicamente quais pudessem ser, é sabido que entre práticas e representações há frequentemente afastamentos substanciais.

A questão sobre este tópico foi deixada para o final da entrevista, fui esperando que espontaneamente pudesse ser suscitada. Recorri também a comparações com outros lugares familiares – a casa, a escola, o café – para perceber se essas analogias funcionavam para os próprios. Em alguns casos,

poucos, assim aconteceu. Noutros casos ainda, pedi que definissem biblioteca através de palavras-chave. A algumas crianças pedi que me fizessem um desenho dum biblioteca.

De todas as respostas que se seguem ressalta, curiosamente, não haver associação, de forma generalizada, entre representações e perfis de uso, classe social, género ou níveis de escolaridade. Apenas pude descortinar alguma associação, de forma mais clara, no caso dos estudantes com caraterísticas sócio-demográficas, como detalharei.

As representações assim levantadas foram arrumadas em categorias para mais fácil manipulação. Como sempre a realidade é mais complexa do que qualquer sistema categorial, alguns leitores tiveram de ser «etiquetados» com mais de uma dessas categorias.

Biblioteca são recursos – *podemos encontrar!*

A maioria dos entrevistados tece as suas representações em torno da disponibilidade de recursos, falando da sua abundância e diversidade, da gratuidade no acesso. São leitores que têm todos em comum o uso da Internet, a este recurso se referem também.

Admito que inicialmente, ao ouvir os seus relatos, me pareceu estar mais perante descrições algo tautológicas e desprovidas de significado pro-

fundo: «um espaço com livros, onde há outros documentos também...». Analisando com mais cuidado e comparando essas declarações com outros momentos das entrevistas, apercebi-me que me estavam a dizer bastante mais e que essas palavras não eram certamente escolhidas ao acaso nem decorriam dum qualquer estereótipo.

«Podemos encontrar!» foi a forma sintética como um deles se exprimiu. Entusiasmada com a sua recente descoberta dos serviços gratuitos que uma biblioteca pública proporciona, uma leitora imigrante a cursar as Novas Oportunidades, diz: «É uma coisa muito importante porque as pessoas podem ir a esse tal local escolher um livro e sentar a ler sem pagar. Tem acesso ao computador, fazer os seus trabalhos sem pagar. Eu acho que é uma coisa muito importante porque a senhora se informa sem ter de pagar, se a senhora quiser, não é?». Poderia parecer-se com uma livraria. Mas, ao invés da livraria, aqui, um leitor e esta mesma leitora esclarecem prontamente, ninguém se sente obrigado a comprar nem tem limites de tempo «aqui pode permanecer um dia inteiro ou uma manhã».

Curiosamente as representações, gráficas neste caso, de crianças utilizadoras têm todas em comum a identificação deste lugar como tendo computadores, mesmo que não tenham representado ou referido oralmente outros recursos.

Nesta categoria estão leitores e leitoras que dão da biblioteca uma imagem associada a usos coletivos a que assistem, não necessariamente ao seu uso pessoal. Muitos recursos são apropriados de muitas maneiras diferentes, frequentemente em usos cumulativos.

Biblioteca são recursos, resposta mais frequente e categoria em que todos os respondentes são utilizadores da Internet, parece ter aí projetada a ideia de que a Internet é recurso que se adicionou aos demais já tradicionais. Assim sendo, a Internet não é vista como algo disruptivo ou revolucionário, bem pelo contrário, é antes uma ferramenta que reforça uma imagem em linha com o papel tradicional da biblioteca, com um enciclopedismo ampliado.

Aqui ocorre pensar que as metáforas da Internet como espaço, como contentor e como biblioteca, anteriormente referidas, parecem estar em uníssono com esta categoria representacional. E se a isto adicionarmos a vertente de interação social também presente nessas metáforas (Klainbaum, 2006) encontramos uma curiosa similaridade entre as características destes espaços físicos e do ciberespaço.

Biblioteca é entretenimento - *tem tudo o que é preciso para estar entretido*

Que a biblioteca é entretenimento reúne opiniões também numerosas. É «só para me entreter com uma coisa útil que me agrada e pronto mais

nada...», afirma um leitor de 70 anos. É um sítio onde gosta mais de ir do que de passear, e mais se for com a família do que com a turma, afirma um rapazinho de 7 anos.

Um local ensolarado onde um pequeno leitor está e mostra o orgulho de saber ler, num balão do tipo banda-desenhada está inscrito «leio», é o que ressalta do desenho dum menino de sete anos que comenta, enquanto o colore com entusiasmo, usando todos os lápis de cor disponíveis encerrados em simultâneo numa mão, para surpresa da mãe: «os livros são multicolores».

É também local que serve para ultrapassar solidões, estados de espírito desagradáveis, a convivialidade é frequentemente valorizada por estes leitores.

«A mim faz-me lembrar uma sala de cinema das que eu já frequentei há anos atrás, onde passava assim alguns bocados de tempo...a gente antes de entrar ainda passava assim um bocado... [...] assim nos intervalos, tal e qual salas de cinema», afirma um leitor sem-abrigo que por vezes também lê livros, usa os computadores e procura os jornais, mas sobretudo vê filmes.

Biblioteca é entretenimento é categoria que reúne leitores com diversos perfis. Aqui parece fazer sentido afirmar que há vários modos de entre-

tenimento possíveis para quem assim pensa, desde a leitura quase exclusiva de revistas, à leitura de crianças e às atividades infantis, ao visionamento de filmes. Curiosamente há apenas um leitor da Internet, vários outros não a usarão por serem ainda crianças pequenas.

Aqui se reflete a tal ideia de que as bibliotecas se enquadram na realidade no setor do entretenimento.

Aqui de novo, conhecidos os usos mais frequentes da Internet em bibliotecas – os comunicacionais – não é difícil de imaginar que a convivialidade em-linha possa reforçar esta imagem da biblioteca enquanto entretenimento. E, ao fazê-lo, estará a reforçar um conceito mais hodierno e mais popular, na linha do que se vem fazendo há muito em bibliotecas doutros países, conforme exemplos vários a que me referi.

Biblioteca é para trabalho – sítio para trabalhar, sítio simpático

Desta forma representa a biblioteca um outro grupo, reunindo respostas praticamente como o mesmo peso das do anterior, quase todos os que o compõem são estudantes ou leitores ocupacionais.

A organização dos recursos e o estado de concentração que outros exibem funcionam como estímulos assinaláveis para o trabalho próprio. Portanto este sítio é «uma boa alternativa» à casa própria, é um simultâneo

«um espaço de interação» e de algum à-vontade, espaço que se apropria com alguma plasticidade – conversa-se baixinho, vêm-se pessoas, pode-se ouvir música enquanto se aí se permanece. É um lugar que se caracteriza como proporcionando «bem-estar», «organização» e «concentração».

Vários destes leitores e leitoras usam a Internet, através do Wi-Fi nomeadamente. De acordo com dados de observação, há um grande número de estudantes na BMAG com portáteis a fazer uso desta forma de acesso.

Biblioteca é para trabalho é representação partilhada por detentores do perfil leitoral Estudante ou Ocupacional. Aqui sim, uma associação, não surpreendente, entre modos de ler e de apropriar o espaço e representações e, em grande parte, com uma condição sócio-profissional. Ao invés das anteriores, esta é representação muito auto-centrada no grupo social que a suporta, claramente ancorada na sua vivência pessoal. Como se esses leitores/as tivessem *uma* biblioteca específica que é só deles. O que transportam para dentro deste edifício é sem dúvida o mesmo que fariam dentro duma biblioteca escolar ou universitária.

As características nomeadas para este espaço (bem-estar, concentração, organização) servem também de distinção e de razão da preferência pela biblioteca face a um centro comercial ou a um café.

Atendendo às referidas características poder-se-á colocar a hipótese provável de que a tecnologia Internet esteja a propiciar novas formas de estudar e trabalhar, desde a multi-tarefa, ao estado «sempre conectado», à necessidade de retroalimentação instantânea nas pesquisas, a situações de réplica pouco crítica de opiniões encontradas neste meio, dizem uns (Evans, 2008). Ou, dizem outros, a ser confrontado com muitas mais fontes e de ter de fazer escolhas. Estudo comparando estudantes de cursos *online* com estudantes tradicionais concluiu que não havia diferenças significativas entre os resultados obtidos, mas que os primeiros mostravam mais contentamento: se a presença física do professor não tinha a importância esperada, o novo modo de aprender, mais autónomo e responsável, com o professor a comportar-se mais como um treinador e orientador induziu estas respostas, mas não qualquer fator derivado do uso da tecnologia em si (Garton, 1999). Aliás o acesso a bases de dados científicas é frequente nas bibliotecas públicas dos EUA, por exemplo, não sendo exclusivo portanto das universitárias. O que parece inquestionável é que estudar, hoje em dia, sem Internet é cada vez mais difícil de conceber, tão grande é o número destes utentes que aí a usa a todo o momento.

Como instrumentais são os usos que este tipo de leitores e leitoras fazem da biblioteca, instrumental parece ser acima de tudo a associação desta representação à Internet: um recurso informacional, um

espaço a explorar que se pode imaginar como de importância progressiva.

Biblioteca é cultura – espaço de cultura

Dois leitores usaram metáforas da cultura para a sua noção de biblioteca. Ambos reformados, uma vê-a como centro cultural, pelo menos era isso que gostaria que esta mesma fosse: «A localização da biblioteca não podia ser melhor, por estes motivos, a biblioteca podia ser melhor aproveitada à semelhança do que se faz lá fora em Inglaterra, eles fazem passagens de modelos duas vezes por ano, em bibliotecas muito mais pequenas. Eu estive em Sutton, que é um centro cultural, e isto dava para fazer um centro cultural, acrescentar valências, aproveitar os estilistas aqui do Norte que há tantos, [...] aproveitar aquele piso de cima [galeria]. Para ginástica, danças de salão, para concertos que havia ao princípio segundo me disseram» (leitora residente, 62 anos). Um outro vê-a como «uma catedral da cultura para toda a gente».

Um terceiro afirma: «É um espaço cultural, que dá acesso às pessoas, para aprofundar os seus conhecimentos, [...] de bem-estar, [...] podem fazer uma investigação, podem usar livros, podem ir para o computador, trazer o computador, é um espaço onde há um conjunto de recursos para estudar e trabalhar». Esta forma de representação é realmente mista, na sua referência simultânea aos recursos. É dum desempregado muito qualificado, tem 43 anos, é ex-emigrante no Canadá.

Se o conceito de cultura é invocado por vários, há gradientes individuais, desde a erudição até a um uso corrente.

A primeira, leitora múltipla, usa a Internet também. O terceiro vem à biblioteca sobretudo pela Internet, que usa desde 79, consulta ainda revistas de divulgação científica. Ambos os leitores que a pensam como lugar de cultura, apenas, são idosos.

Contudo note-se que tanto a primeira leitora como o terceiro afirmaram a sua preferência pelos meios impressos em detrimento da Internet, uma por ser esta «mais resumida», menos fiável, outro por receio de perder originalidade na escrita ou de ficar dependente. Aqui sou levada a pensar que a sua representação de biblioteca não se coaduna totalmente com o uso que dela fazem, recorde-se que essa mesma leitora a havia consultado para saber mais sobre a história do Bolhão, por exemplo. A noção – questionável, claro – de ser de produção mais popular e ser um meio de grande disseminação parecem estar na base desta dissociação feita por alguns desses leitores em relação a uma imagem da biblioteca como coisa de cultura.

Biblioteca é conexão - *Biblioteca é Internet*

Tão simplesmente, «biblioteca é a **Internet**», para as duas irmãs adolescentes a estudar, para quem o acesso gratuito garante as consultas quando o limite de tempo doméstico foi excedido. A principal questão aqui é a

forte possibilidade que esta categoria tem de vir a enquadrar um grupo crescente de utilizadores que já não se relacionem com a biblioteca pela vertente da leitura pública mas só, ou principalmente, pela do serviço de acesso livre à Internet, «como um posto de correios», expressão que ouvi recentemente a uma bibliotecária.

Recorde-se que os desenhos infantis todos representavam computadores na biblioteca, mas mais raramente livros. Desenhos esses feitos em grupo, dos 4 aos 8 anos, notei alguma expectativa dos mais pequeninos em relação ao que os mais velhos iam desenhando. É provável que algum efeito de cópia aqui se tenha feito sentir, depois que uma primeira representação gráfica evidenciou um computador. Os comentários, elucidavam um pouco mais sobre o que é uma biblioteca: «tem livros, jogos, computador e uma sala». O que pareceu claro é que não imaginam uma biblioteca que não tenha computadores.

Aqui a associação com a Internet é de coincidência total, o que levanta imediatamente a questão de que sem esse recurso este tipo de utilizadoras não frequentaria a biblioteca. Opinião aliás expressa por outros não incluídos nesta categoria. Donde se pode concluir que para este tipo de usos e de representações a Internet é essencial como forma de atração. Melhor, é condição de presença para esta outra tipologia de leitores.

Em outras duas declarações há utilizadores que a prefiguram como espaço de descoberta: «é um embrulho com um lacinho e aquele momento de abrir os livros é abrir o presente» - estudante de 40 anos; sendo sítio de recursos, «também pode ser uma surpresa» - estudante de 22 . Ambos usam a Internet. Ou ainda poderá ser sítio de «aprendizagem», de «evolução» para uma estudante de 37 anos.

Nas associações a outros sítios, a biblioteca apareceu como invocando uma casa para quem não tem uma com as melhores condições, de novo sem relação aparente com categorias de uso ou sociais: a estudante que vive numa comunidade terapêutica entende que aqui é que consegue alguma privacidade. O sem-abrigo diz sentir-se em casa mal entra na biblioteca. Mas o jovem casal com dois filhos a viver num só quarto dum apartamento partilhado pela família, acha que não tem nada a ver com casa precisamente porque aí eles não gozam da privacidade que sentem na biblioteca.

Como nota final sobre estes dados é de referir que apenas dois leitores associariam a biblioteca a um café, invocando contudo representações distintas de biblioteca, como conjunto de recursos e como espaço de cultura.

Mas o mais frequente foi a biblioteca não ser associada a nenhum outro espaço, realçando expressamente vários leitores essa singularidade.

Representações dos profissionais

Uma das responsáveis desta biblioteca afirma: «Eu encaro a biblioteca como um serviço público, portanto, preferencialmente gratuito, um serviço de porta aberta a toda a gente, toda a gente é bem-vinda, e que proporciona o acesso aos livros, à informação, aos filmes, que proporciona uma série de serviços de informação e de cultura».

Uma outra responsável exprime-se assim: «eu ao querer desenvolver os meus serviços, OK, o acesso à Internet etc., mas se eu não tiver outra forma de captar aqueles utilizadores, é óbvio que eu estou a fazer exatamente o mesmo papel que está a fazer o café que tem Internet! [...] Não, acho é que nós não podemos ficar por aí! Temos de facilitar o acesso à Internet mas a seguir temos de tentar ver se ele atrás disso também se torna um leitor que leva livros para casa, ou que frequenta a nossa comunidade de leitores, ou que frequente as nossas atividades, isso é que acho que é o importante. [...] Porque acho que isso é um perigo! A certa altura poderei encher aqui a casa só de utilizadores Internet e no resto leem o jornal, vêm aqui para o Messenger, para o chat [riso], e de facto a certa altura eu pergunto-me o que tem isso a ver com melhorar os seus conhecimentos, [...] se não está ali a estudar sequer, não está ali a consultar nada, não está a fazer um trabalho, não está ali a pesquisar para seu conhecimento, não, está ali meramente a mandar eMails, a trocar eMails, horas e horas e portanto aí hamm, enfim, tenho algumas reticências».

De entre o pessoal de atendimento e técnico recolhi ainda as três seguintes declarações: «Poderá ser ponto de informação, de saber, lúdico, recreativo, é um local onde vamos buscar esse documento escrito»; «É um lugar, para além de haver vários tipos de pessoas, não é, algumas pessoas vêm buscar informação e outras vêm buscar um bocadinho de lazer. [...] mas a biblioteca mudou também um bocadinho o sentido de apenas dar informação às pessoas mas também dar um bocadinho de lazer, [para] passar um aqui um bom bocado»; e ainda: «É um espaço de encontros físicos como de informação. A ideia de biblioteca está a alargar-se ... [...]. Mas sobretudo acho que é ... várias bibliotecas, [...] pode-se fazer muitas coisas, dá para cada um, as coisas de que cada um gosta». Estas visões, note-se, não me parecem ser frequentes entre profissionais de bibliotecas. O discurso sobre o papel duma biblioteca como sendo o de «elevar a cultura das pessoas» é, estou profundamente convicta pelos contactos pessoais que tenho feito, ainda muito frequente. Aqui estamos assim perante uma cultura organizacional assumida de forma bastante alargada.

Assim, de um lado, temos uma representação que refere *serviços de informação e de cultura*, de carácter *público* e uma chamada de atenção para um conceito em evolução, de usos plurifacetados, com uma dimensão forte de recreação. De outro, uma outra forma de o pensar, entendendo que legítimo é apenas um uso para *melhorar os conhecimentos*.

Note-se que nesta última declaração está subjacente um estatuto mais alto atribuído às práticas culturais do que às de entretenimento ou comunicacionais. Mais exatamente, as segundas seriam apenas legítimas como trampolim para as primeiras.

Para o arquiteto deste edifício «uma biblioteca pública é um espaço coletivo, de comunicação coletiva, mas que possa ter fortes individualidades. É um lugar que se sabe que é público, mas pode ter o seu recolhimento controlado [...] ou não! Uma pessoa pode estar a ler jornais e ter gente à volta!». Nesta representação, profissionalmente centrada nas questões espaciais, podem encontrar-se pontos de contacto com a dos e das leitoras que a pensam como um conjunto de recursos: também aqui há referência à pluralidade de usos dum recurso comum.

O que é um utilizador/a?

Duma forma geral as pessoas que aqui recorrem à leitura pública veem-se como *utentes*. Confrontados com várias opções – leitores, clientes, utentes – essa foi a resposta dada por quase todos os que foram inquiridas a tal respeito. Um deles explica, tentando persuadir a companheira que respondera *cliente*: «Utentes! porque temos até cartão». «É utentes porque tu aqui

não pagas nada para utilizar, um cliente paga para usar, é como no centro de saúde [...] tu numa livraria tens de pagar [ri]...».

Apenas dois utilizadores responderam que se vêem como *leitores*; uma apenas em segundo lugar como *cliente*, em primeiro *utente*, se bem que atribuindo ao termo uma significação própria, antonímica: «cliente também porque não disponho da possibilidade de comprar todos os livros que gostaria».

A reforçar esta representação de si predominantemente como utentes dum serviço público, surgiram as frequentes referências à gratuitidade, à abertura a todo o público, ou aos receios de que tal serviço pudesse vir a ser alvo de cerceamento, refletindo as preocupações vividas pela inflexão na provisão destes serviços por parte do Estado.

Em anos recentes, tem-se discutido, o que é visível sobretudo em literatura Norte-Americana, se o título correcto e o perfil dos leitores não será antes o de clientes. Sente-se aqui uma discussão contaminada pela retórica do Marketing mas também pela da Gestão da Qualidade, provavelmente alguma intenção de elevar o estatuto dos serviços prestados, comparando-os a serviços de carácter comercial, com fim lucrativo. Mas nesta biblioteca não parece haver dúvidas sobre o que está em causa ser a prestação dum serviço público.

Abordo agora a questão das representações como formas de conhecimento que orientam para a ação, que prescrevem e legitimam práticas. No fundo do que podemos estar a falar é da mobilização destas representações no campo da política cultural/lazer e da dimensão ética que lhe subjaz.

A representação da *Biblioteca como recursos* parece evidenciar uma grande abertura na indefinição que faz para os usos: nem prescrição, nem exclusão.

Biblioteca como entretenimento é ideia que raramente é alvo de defesa – ou de *advocacy* na terminologia norte-americana – demonstrando os profissionais de bibliotecas portuguesas alguma timidez nessa defesa ou simplesmente que não consideram essa vertente como socialmente importante, o que deveria, creio, ser objeto de debate nesse grupo profissional.

Em nenhum momento das declarações dos entrevistados que caíram na categoria *Biblioteca é lugar para trabalhar* ou na observação das suas condutas este grupo referiu qualquer forma de superioridade no tipo de uso que faz da biblioteca. Contudo, o que se presencia, sobretudo quando responsáveis das bibliotecas pretendem legitimar ou justificar financeiramente o investimento que uma biblioteca representa, é que esta imagem é invocada, ainda que com as melhores intenções, como refletindo um uso não só legítimo como superior, desqualificando ao mesmo tempo, e ainda que involuntariamente,

te, os demais.

Biblioteca é cultura é a imagem representacional que me suscita mais questões. Em primeiro lugar as imagens dos profissionais tendem, no geral, a privilegiar a biblioteca como espaço de cultura, no que se distanciam das dos próprios leitores e leitoras, no caso desta pesquisa. Mas a principal questão a levantar é que esta imagem de cultura é a que mais carece de fundamento ético: num espaço de cultura entra quem a possui e com as devidas credenciais, da «cultura correta», imagem que exclui formas de cultura popular, de recreação, quando muito abrindo espaço para práticas ligadas ao «elevamento» proporcionado pelo estudo académico. Não surpreendentemente uma leitora que partilha dessa imagem referia-se ao incómodo gerado pelas «exceções» sociais de sem-abrigo e da gente sem-maneiras. Da mesma forma uma profissional refere o seu receio de que usos intensivos da Internet colidam com o carácter cultural da biblioteca.

Em síntese, a utilização da Internet não parece ter modificado, de forma generalizada, o modo como estas pessoas pensam a biblioteca pública com imagens completamente inovadoras ou opostas às tradicionais. O que não deixa de ser curioso no confronto com o discurso sobre a *Sociedade da Informação* ou da *Revolução tecnológica*. E o que aliás, admito, vai em sentido contrário às minhas próprias expectativas. Recordando, aliás, alguns usos da Internet nestes espaços, o que ressalta, para além do peso do correio

eletrónico, é a forma como esses usos se alinham e integram frequentemente nas realidades da vida quotidiana dessas pessoas, desde a procura de emprego, ao culto religioso, à informação sobre saúde e aos cuidados com a primeira infância. O que está em linha com estudos anteriores sobre usos da Internet, como referi. Recorde-se ainda que os utilizadores da Internet, de quem se esperaria em primeiro lugar alguma diferenciação ao nível destas representações, são frequentemente utilizadores cumulativos. Onde efetivamente sobressaiu a mudança foi no afluxo de novos tipos de leitores, desde os sem-abrigo, aos desempregados com escolaridade avançada, jovens ou de meia-idade, aos leitores que vivem isolados, às visitas frequentes feitas por aposentados e aposentadas, grupo agora possuidor de qualificações suficientes para o tornar, pelo menos, utilizador de forte potencialidade. O que está em direta relação com as alterações recentes nos modos de vida.

Pelo que me parece sensato concluir, ao invés de algumas noções de sentido comum, que a Internet não está a modificar, no presente e de forma alargada, as representações de biblioteca, pelo menos de forma disruptiva, podendo em certos casos até estar a reforçar representações tradicionais, seja na vertente enciclopédica, seja na recreativa ou na instrumental. O que parece, sim, estar a trazer modificações notórias à frequência e aos usos, são os novos tipos de leitores e leitoras, reflexo das alterações na composição social urbana e dos modos de viver na cidade.



Conclusões

Na Almeida Garrett pode-se observar uma grande variedade de leitores: desde estudantes-formigas, aos estudiosos-mocho, aos leitores informados-gatos, aos brincantes-pardais, até aos passeantes-borboletas e aos ocupacionais-abelhas. Movendo-se por finalidades diferentes, corporizam diferentes ritmos e posturas, ocupam regiões preferenciais do seu espaço. Alguns rostos são facilmente identificáveis pelo pessoal pela frequência das suas visitas, os *residentes* têm atenções especiais e de forma mais clara parecem contribuir, do lado dos utentes, para a produção de regras tácitas de conduta.

A atmosfera de leitura configura-se como uma teia coletivamente tecida por diferentes criaturas, em malhas de formas variantes, unindo-se e estruturando-se sobre a urdidura proporcionada pelo espaço físico, social, representacional desta biblioteca. Atmosfera que é valorizada emocional, individualmente, por favorecer o contacto com outros, desconhecidos mas semelhantes nos gostos e atividades, pela tranquilidade e organização, por fomentar ambientes de concentração e labor, pelo bem-estar e o à-vontade que a «transparência» e a «abertura» do edifício ajudam a sustentar. As visitas podem dar lugar a orgulho e realização pessoal, se a leitura é produto de esforço e empenhamento ativo, quando a privação da vista ou do capital escolar foram barreiras a ultrapassar.

Faz-se lugar próprio lendo livros, revistas, jornais, vendo filmes, ouvindo histórias, usando computadores e a Internet. Recorre-se a truques para fazer esse lugar e por ele se compete, sejam escassos os suportes ou o espaço subjetivo: criam-se lugares, onde não havia, em pontos de observação cobiçados; ocupa-se maior área ou usa-se o áudio-móvel para ter a reserva pretendida.

No edifício aprecia-se, em particular, a integração harmoniosa no jardim, a facilidade de movimentação no seu interior, a plasticidade na apropriação individual.

A biblioteca é redoma de leitura para dentro da qual leitores e leitoras – diversos em género, idades, classes sociais – transportam os traços do espaço envolvente, físico e social, reconstruindo lugares e relações. O jardim, lá fora, deixa rastros nas suas memórias, tranquiliza, embeleza. A cidade deixa traços corporizados nas práticas de leitura, na convivialidade e nos gradientes de privacidade, nas vidas de trabalho ou da falta dele, do estudo ou da brincadeira que se quer. Mas também nesse exterior se ancoram representações sobre credenciais legítimas, sobre a inclusão daqueles que se questiona, excluídos que estão já pela cidade.

Retomo a pergunta de partida: *«há mudanças nos usos e representações da biblioteca pública que possam estar a ser propiciadas pelas apropriações que os leitores e leitoras aí fazem da Internet?»*. Lida uma biblioteca, posso agora contar:

A Internet é um recurso adicionado aos que havia já em bibliotecas, os usos são muitas vezes cumulativos. Utilizam-na frequentemente muitos deles e delas, sobretudo em aspetos decorrentes dos seus quotidianos. Tornou-se uma ferramenta de relação importante, ligando-os a amigos, familiares, colegas. A gratuitidade do uso, a navegação em ambiente convivial, reforçam intensidades e significados da navegação. O pessoal assiste na formação de quem começa a navegar, a biblioteca pode ser sítio para exercitar competências recém adquiridas, aí ou em ambiente escolar, neste apoio diferencia-se

doutros serviços, públicos ou de uso público.

Quem frequenta a biblioteca pensa-se a si mesmo, mais que tudo, como utente dum serviço público, apreciado, e motivo de preocupação para alguns – não vá sofrer limitações.

Vários deles pensam sobretudo a biblioteca como coleção de recursos diversos para diversos usos, como entretenimento, como lugar de trabalho, como cultura ou como conexão ao ciberespaço. Apenas no caso dos leitores e leitoras estudantes se nota uma associação dessa condição social a uma representação, a da biblioteca como lugar de trabalho. Outras imagens representacionais não apresentaram associações a classes, géneros, escolaridade ou perfis de uso.

Se a Internet é correntemente utilizada pela maioria dos seus leitores, esporadicamente há quem só lá vá «para fazer Internet».

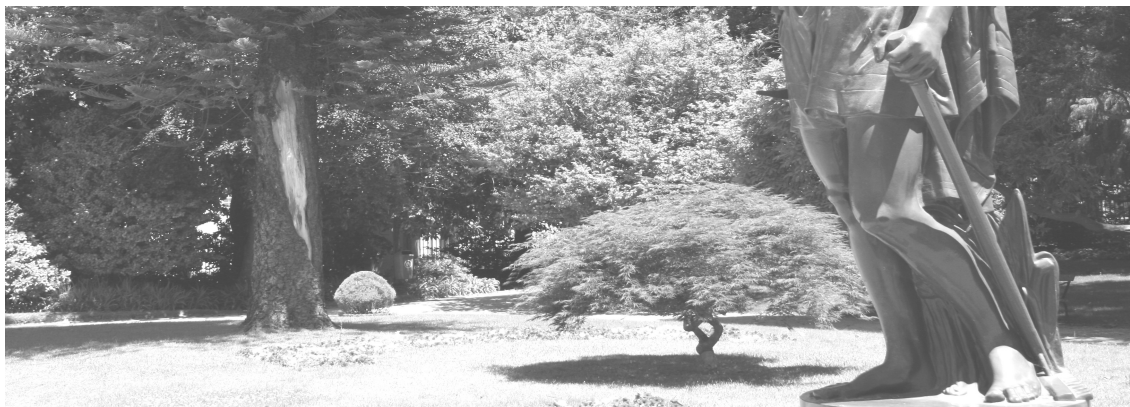
O que não é claro é que essa tecnologia tenha modificado substancialmente as imagens do que uma biblioteca é. Representada como uma panóplia de recursos disponíveis, não se modifica por mais este lhe ser adicionado, paradoxalmente poderá até ver essa imagem reforçada pela atualização do papel tradicional da biblioteca, com a vertente enciclopédica ampliada. Se representada como entretenimento, as apropriações intensivas da Internet para fins comunicacionais integram-se também numa certa imagem de biblioteca

pré-existente, agora mais de acordo com *l'air du temps* e mais popular, mais distinta da imagem erudita. Representada como lugar de trabalho, a conexão à Internet é, em simultâneo, uma apropriação instrumental - em coerência com os usos instrumentais da biblioteca - numa continuidade atualizada, e uma propiciação de novas formas de trabalho; mas é também garante da presença continuada de estudantes e leitores ocupacionais neste espaço público. Biblioteca é conexão é representação que adere totalmente às propiciações da tecnologia, pelo que será sem dúvida alguma condição de presença para esta outra tipologia de utentes. A única dissociação assinalada revela-se na representação como lugar de cultura, podendo usos e imagens deste serviço não se coadunarem facilmente com apropriações percebidas como mais populares, de produção não credenciada e dirigidas a um vasto público, por oposição aos públicos da cultura cultivada.

Os novos tipos de leitores, que hodiernamente a biblioteca atrai, inscrevem de forma mais claramente legível, através de novos usos, transformações várias na vida no interior destes espaços, refletindo-se eles próprios em algumas dessas imagens. Clara é a mudança pelo afluxo de sem-abrigo, de desempregados com escolaridade avançada ainda jovens ou de meia-idade, emigrantes, leitores a viver isolados, aposentados em visitas frequentes – grupo agora com qualificações suficientes para o tornar, pelo menos, utilizador com forte potencialidade. As próprias crianças, grupo habitualmente cobiçado

pelas bibliotecas públicas, são relativamente recentes nas bibliotecas públicas, como relativamente recentes são os espaços específicos a elas destinados. Tudo isto está em direta relação com as alterações recentes também nos modos de vida na cidade. E outras alterações a avizinham-se, se podem facilmente imaginar. Os estudantes continuarão a afastar-se à medida que as próprias escolas consigam dar resposta às suas práticas leiturais e recreativas. E se a *Sociedade do Lazer* não está aí, estarão sim com probabilidade mais pessoas profissionalmente desocupadas, com disponibilidade e qualificação suficientes para se tornarem visitantes frequentes.

Atendendo a que as representações também estruturam comportamentos e preparam respostas a realidades concretas, posso dizer, num discurso negativamente construído que a biblioteca sem Internet não seria tão pública ou não existiria de todo no panorama de alguns e, positivamente que o é, sim, e poderá continuar a ser precisamente porque providencia acessos e serviços de Internet. Se isto se alinha, em grande parte, com os conceitos tradicionais de biblioteca pública, a tecnologia Internet também de alguma forma confere a esses conceitos novos contornos, a delimitar novos usos, e empresta outras facetas através das representações que a sua apropriação renova.



Propostas de intervenção

Área Multimédia

No que toca ao espaço, a área de multimédia parece ser a que carece de algumas medidas transformadoras. Efetivamente não me parece ser aconselhável a redução do número de televisores aí instalados, tendo sobretudo em conta que se dirige a leitores específicos que desenvolvem práticas sentidas pelo pessoal, ou reportadas por outros leitores, como indesejáveis. Uma forma de evitar permanências demasiado longas à frente de cada aparelho e

apropriações demasiado individuais, seria proporcionar o visionamento de filmes de acordo com uma programação previamente preparada e divulgada, na qual os leitores poderiam também participar com sugestões. Colocando adequadamente uma dessas televisões e um número determinado de cadeiras, propiciar-se-ia uma forma coletiva de visionamento, obstando aos inconvenientes até aí registados, sem necessidade de excluir ninguém do uso destes serviços.

Fragilidade social, pessoas especiais

A situação dos sem-abrigo requer uma atenção especial. Como quaisquer outros cidadãos têm direito a usar as bibliotecas e devem ser recebidos nessa mesma qualidade. Contudo, e uma vez que este equipamento depende da Câmara Municipal, o mais sensato seria naturalmente pedir a colaboração de técnicos de serviço social para os orientar e eventualmente apoiar em questões básicas que poderão levantar problemas de convivência, como é o caos da higiene pessoal. Artigo recente da imprensa norte-americana refere precisamente algumas soluções seguidas nesse país, desde a exclusão e a aplicação de multas até à contratação de assistentes sociais para acompanhamento desses leitores (Nieves, 2010).

A biblioteca deve encontrar uma resposta certa a questões deste tipo, tendo em conta que é sua função também assegurar a diversidade social de frequentadores. Para que a convivialidade possa ser suportada por práticas culturais diversas também, recusando um espaço público que seja «um local de passagem e não de encontro; de silêncio e não de diálogo; de 'sentimentos congelados' e não de expressividade; de observação e de voyeurismo e não de participação ativa» (João Teixeira Lopes, 1999).

A secção para leitores com necessidades especiais no campo visual carece claramente de promoção. Contactos com associações nesse campo podem proporcionar novas pistas de trabalho e novos utentes.

Diversidade social

Para tanto será importante também apostar em ainda maior diversidade social, sobretudo junto de grupos populacionais (quase) ausentes: caso das mulheres idosas e dos trabalhadores manuais. Há experiências várias noutros países que poder ser muito interessante replicar aqui, como o caso de bibliotecas que organizam sessões sobre tricô ou malha ou outras atividades mais tradicionalmente conotadas como de lazer para aquele primeiro grupo. Quanto ao segundo poder-se-á pensar em aumentar o fundo documental de literatura cuja leitura que requeira menos escolarização assim como contactar

coletividades e associações populares sondando possíveis realizações conjuntas, ou temáticas particulares (por ex^o a Cidade das classes obreiras, tal como existia há algumas dezenas de anos atrás) a desenvolver em fundos ou exposições.

Espaço virtual

As responsáveis pela BMAG anseiam por ter um espaço na Internet que lhes permita estender a biblioteca.

Não posso deixar de fazer algumas sugestões, de acordo com a análise do espaço físico feita aí, sabendo que outras anteriormente feitas ainda aguardem luz verde do poder político (Vieira, 2003). Há aspetos particularmente interessantes e valorizados que poderiam ser facilmente replicados no virtual. Em primeiro lugar a inspiração no Jardim seria certamente apreciada, trazendo para o ecrã elementos gráficos e ambiências análogos aos proporcionados pelo espaço verde. A entrada no Sítio poderia de igual forma exhibir as novidades no que toca a aquisições, virtualizar exposições, para além de difundir os eventos culturais na programação da BMAG. O sentimento de união virtual poderia ser também encenado através da representação simulada de todos os leitores que estão conetados em simultâneo em cada momento.

Outras vertentes poderiam ser incorporadas no desenho do Sítio, seja a nível mais estritamente gráfico, seja ao nível da própria arquitetura informacional. A transparência e o bem-estar, logo à cabeça, no que toca à usabilidade, a organização das páginas e a sua interligação, de seguida. Mas a possibilidade de personalizar páginas, graficamente e através de dados de uso e preferências pessoais, por exemplo, também. E acima de tudo propondo atividades, Sítios a visitar, leituras digitais em torno dos dados dos perfis de leitores e leitoras – algumas dicas foram avançadas pelos próprios entrevistados, como aprendizagem de línguas estrangeiras, a navegação e exploração da própria Internet, os jogos de destreza mental.

Serviço com apoio e formação

Quem frequenta a biblioteca destaca e valoriza a ajuda que recebe sobretudo no que é novo: navegar, usar um processador de texto, o correio eletrónico, ainda têm segredos para muitos, esta vertente de apoio e de formação merece ser mantida e reforçada, sobretudo pensando nos que não tiveram acesso a esses conteúdos na escola.

Anexos

Anexo A – Grelha de observação de campo

O espaço

Como se apropriam do espaço os vários leitores de maneira diferenciada ou não (género, idade, capital escolar, familiaridade...)?

Como reagem e contornam proibições? que táticas usam?

Há zonas preferidas por determinados grupos?

Como reagem à co-presença de outros?

Como reagem a ruídos?

Quais as zonas mais procuradas em geral? e as que ficam mais tempo vazias?

Como criam o seu próprio espaço de leitura?

Usam áudio-móvel? quem usa?

Interagem com outros leitores/as?

Quais as expressões corporais, atitudes exteriorizadas?

Anexo B – Guião das entrevistas sobre Espaço

Aos utilizadores

Dados pessoais (caraterísticas sócio-demográficas)

Hábitos de frequência, horários; sós ou acompanhados/as?

Modo de deslocação habitual

Acessibilidade

atividades, finalidade

Sentimentos, sensações no uso do espaço

Auto-identificação: utentes, leitores, clientes, ...?

Tipo de documentos procurados

Facilidade de localização dos documentos

O que pensam/sentem sobre os aspetos estéticos e funcionais do edifício; Idem para a envolvente; Idem para equipamentos; o que gosta mais, o que gosta menos, impressões mais fortes?

Facilidade/dificuldade no uso

Familiaridade com o espaço

Níveis de conforto – som, temperatura, iluminação

alteram/personalizam o espaço? É-lhes permitido?

atividades permitidas/interditas?

Preferências por zonas? Usam sempre o mesmo lugar?

Privacidade/vigilância, como as sentem?

Porque usam áudio-móvel? Música, é ouvida com discos trazidos de fora? que escolhem para ouvir enquanto leem?

Razões da ida à Biblioteca, frequência das visitas

Representações de biblioteca – O que é uma biblioteca para si?
Comparação com outros lugares (preferencialmente eliciada espontaneamente; caso haja dificuldade na resposta sugerir: casa, escola, café,...); papel social da biblioteca?

Representações de leitura

Participação em atividades da biblioteca

Discute leituras ou factos da atualidade com outros leitores/pessoal?

E se a biblioteca fechasse?

Ao pessoal de atendimento/referência

Dados pessoais (caraterísticas sócio-demográficas: género, idade, profissão)

O que pensam/sentem sobre os aspetos estéticos e funcionais do edifício

Idem para a envolvente

Idem para equipamentos

Facilidade/dificuldade no uso

Níveis de conforto

Representações de biblioteca

Representações de leitura

À Direção

análogo ao dos leitores

Ao Arquiteto

Datas (projeto e obras)

projetistas e assessores

Encomenda, Programa: conceitos, regras

Normas

Princípios e valores

Fontes ou referências

Experiências de uso de bibliotecas próprias

Relação com o exterior

Mobiliário e equipamento

Margem para apropriação individual ...

Condições ambientais: iluminação, climatização, ar, ruído, cheiros

Acessibilidade

Critérios de publicidade e privacidade

Representação de biblioteca e de leitura

Papel social das bibliotecas

Anexo C – Guião das entrevistas sobre Usos de Internet

Para utilizadores da Net

Dados pessoais (caraterísticas sócio-demográficas)

* escolaridade

* frequência visitas

* local residência

tempo que passa na Net

em casa? Na escola?

Que faz na Net? O que gosta mais?

atividades permitidas/interditas?

* vem só ou acompanhado?

* e se a biblioteca deixasse de ter Internet?

Há quanto tempo usa a Net?

Que outros usos faz da biblioteca?

Razões da ida à Biblioteca, frequência das visitas

* Representações de biblioteca – O que é uma biblioteca para si?

que ideia tem duma biblioteca? A que associa?

Comparação com outros lugares (preferencialmente eliciada espontaneamente; caso haja dificuldade na resposta sugerir: casa, escola, café,...)

* E se a biblioteca deixasse de ter Internet?

Para não utilizadores da Net

As mesmas de cima, exceto as marcadas com *

Razões do não uso da Internet

Bibliografia

- Aabø, Svanhild. 2005. The role and value of public libraries in the age of digital technologies. *Journal of Librarianship and Information Science* 37(4), 205-211.
- Agger, Ben. *The decline of discourse: reading, writing, and resistance in postmodern capitalism*. [New York]: Falmer Press, 1990.
- Agosto, D. E. (2004). Design vs. content: a study of adolescent girls' Website design preferences. *International Journal of Technology and Design Education*, (14), 245-260. Também disponível em: <http://girlstech.douglass.rutgers.edu/gt_summary.html>.
- Aitchison, Cara Carmichael. 2003. *Gender and leisure: social and cultural perspectives*. London: Routledge.
- ALA. 2010. *New survey shows U.S. public libraries in financial jeopardy: cuts reduce hours, staffing at thousands of libraries as patron demand escalates* [em-linha]. Chicago: American Library Association, Jan. 14. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/newspresscenter/news/pressreleases2010/january2010/trendstudy_ors.cfm>.
- Alter, Alexandra. 2009. The next age of discovery. *The Wall Street Journal*, (May, 8). Também disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB124173896716198603.html>>
- Alterman, Eric. 2008. Out of print: the death and life of the American newspaper. *The New Yorker*, (March, 31). Também disponível

em: <http://www.newyorker.com/reporting/2008/03/31/080331fa_fact_alterman?printab>.

Arenson, Adam. 2007. Libraries in public before the age of public libraries. In Buschman, John; Leckie, Gloria J. (eds.). *The library as place: history, community, and culture*. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 41-60.

Audunson, Ragnar. 2005. The public library as a meeting-place in a multicultural and digital context: The necessity of low-intensive meeting-places. *Journal of Documentation*, 61(3), 429-441.

Bachelard, Gaston. 2004. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin.

Badkhen, Anna. 2007. Libraries move with times, discover niches. *The New York Times*, (October 22). Também disponível em: <http://www.boston.com/news/local/articles/2007/10/22/libraries_move_with_times_discover_niches/>.

Bakardjieva, M. 2004. Virtual togetherness: an everyday life perspective. In A. Feenberg Ed. & D. Barney Ed. *Community in the digital age : philosophy and practice*. Lanham: Rowman & Littlefield, 121-142. Também disponível em: <http://learningspaces.org/n/irm/Bakardjieva_Togetherness.pdf>.

Bakardjieva, Maria. 2005. *Internet society: the Internet in everyday life*. London: Sage. ISBN 076194339.

Baker, David. 2008. The new library fad: borrow a person. *Times Online* [em-linha], (April 22) [consult. 2008-04-28]. Disponível em: <http://women.timesonline.co.uk/tol/life_and_style/women/the_way_we_live/article3790377.ece>.

- Bastian, Jeannette Allis. 1997. *Filtering the Internet in American public libraries: sliding down the slippery slope*. *First Monday* [em-linha], 2(10) [consult. 2004-07-08. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue2_10/bastian/index.html>].
- Bawden, David et al. 2009. Understanding our value; assessing the nature of the impact of library services. *Library and Information Research* 33(105),62-89.
- Baym, Nancy K. 1998. The emergence of on-line community. In S. G. Jones, *Cybersociety 2.0: revisiting Computer-Mediated Communication and community*. Thousand Oaks: Sage, 35-68.
- Becker, Howard. 1996. The epistemology of qualitative research. In R. Jessor, R. A. Shweder, & A. Colby *Ethography and human development*. Chicago: University of Chicago Press, 53-71. Também disponível em: <[http://www.rnd.ncnu.edu.tw/hdcheng/research/quali/The Epistemology of Qualitative Research.htm](http://www.rnd.ncnu.edu.tw/hdcheng/research/quali/The%20Epistemology%20of%20Qualitative%20Research.htm)>].
- Berners-Lee, Tim., & Mark. Fischetti. 1999. *Weaving the Web : the original design and ultimate destiny of the World Wide Web by its inventor*. San Francisco: HarperSanFrancisco.
- Bertrand, Anne-Marie. 1994. Cris et chuchotements. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 39(6), 8-13.
- Bijker, Wiebe E.; Hughes, Thomas P.; Pinch. Trevor F. 1989. *The social construction of technological systems*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Black, Alistair. 2001. The Victorian information society: surveillance, bureaucracy, and public librarianship in 19th-century Britain. *The Information Society* 17, 63-80. Também disponível em:

<<http://www.informaworld.com/openurl?genre=article&doi=10.1080/019722401750067432&magic=crossref||D404A21C5BB053405B1A640AFFD44AE3?genre=article&doi=10.1080/019722401750067432&magic=crossref||D404A21C5BB053405B1A640AFFD44AE3>>.

Boase, Jeffrey; Horrigan, John B.; Wellman, Barry; Lee Rainie. 2006. *The strength of Internet ties*. Washington: Pew Internet & American Life projet. Também disponível em: <<http://www.pewinternet.org>>.

Boughey, Alan. 2000. Implementing the «New Library: The People's Network» and the management of change. In *Aslib Proceedings*, 52(4), 143-149.

Bourdieu, Pierre. 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bourdieu, Pierre; Darbel, Alain. 1966. *L'amour de l'art: les musées et leur public*. Paris: Éditions de Minuit.

Boyd, Clark. 2008. How the open net closed its doors. *BBC* [em-linha], 2008/03/25 [Consult. 2008/03/25]. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/technology/7312327.stm>>.

Briggs, Asa; Burke, Peter. 2005. *A social history of the media : from Gutenberg to the Internet*. Cambridge: Polity.

British Library; JISC. 2008. *Information behaviour of the researcher of the future*. London: University College London. Também disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/media/documents/programmes/reppres/gg_final_keynote_11012008.pdf>.

- Bruce, Harry. 1999. Perceptions of the Internet: what people think when they search the Internet for information. *Internet Research* 9(3), 187-199.
- Brustein, Joshua. 2009. It has computers, gives advice and is free. *The New York Times*, (March 26). Também disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/03/26/nyregion/26libraries.html>>.
- Bull, Michael. 2003. To each their own bubble: mobile spaces of sound in the city. in Nick Couldry and Anna McCarthy. *Media Space Place, Scale and Culture in a Media Age*. London: Routledge, 275-293.
- Bull, Michael. 2006. Investigating the culture of mobile listening: from Walkman to iPod. In Bull, Michael, O'Hara, Kenton & Brown, Barry. *Consuming music together: social and collaborative aspects of music consumption technologies*. Dordrecht: Springer, 131-149.
- Burawoy, Michael, et al. 1991. *Ethnography unbound: power and resistance in the modern Metropolis*. University of California Press.
- Burawoy, Michael. 1998. The extended case method. *Sociological Theory*, 16(1), 4-33. Também disponível em: <<http://cue.berkeley.edu/ecm.pdf>>.
- Burrows, Roger; Ellison, Nick. 2004. Sorting places out? Towards a social politics of neighbourhood informatization. *Information, Communication & Society*, 7(3), 321-336. Também disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspxdirect=true&AuthType=ip,cookie,url,uid&db=ufh&AN=15491282&site=ehost-live>>.
- Buschman, John; Leckie, Gloria J. 2007. Space, place and libraires. In *The library as place: history, community, and culture*. Buschman, John;

Leckie, Gloria J. (eds.). Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 3-25.

Calhoun, Craig. 2005. *Rethinking the Public Sphere*. Brooklyn: Social Science Research Council. Também disponível em: <http://www.ssrc.org/calhoun/wp-content/uploads/2008/08/rethinking_the_public_sphere_05_speech.pdf>.

Castells, Manuel, et al. 2002. Conclusión: cambio tecnológico, inercia histórica y transformación social [em linha]. In *La transición a la sociedad red en Catalunya*, 419-433. Barcelona: UOC [consult. 2005-03-22]. Disponível em: <http://www.uoc.edu/in3/pic/esp/pdf/pic1_7.pdf>.

Castillo, Ramón del. 2005. El feminismo pragmatista de Nancy Fraser: Crítica cultural y género en el capitalismo tardío. in Amorós, S.; de Miguel A. *Teoría Feminista: de la Ilustración a la Globalización*, Vol. 3 “De los debates sobre el género al multiculturalismo”, Madrid: Minerva Ediciones. Também disponível em: <http://www.ffyh.unc.edu.ar/dependencias/biblio/elma/SVR/ESTUDIOS_DE_GENERO.htm#bib>.

Cavanagh, Allison. 2007. *Sociology in the age of the Internet*. McGraw-Hill International.

Certeau, Michel de. 1990. *L'invention du quotidien: art de faire*. 2nd ed. Paris: Gallimard.

Coalter, Fred. 2001. *Realising the potential of cultural services the case for libraries: research briefing twelve point one*. London: The Local Government Association.

- Cooke, Louise. 2006a. Controlling the Net: European approaches to content and access regulation. *Journal of Information Science*, 33(3), 360-376. Também disponível em: <<https://magpie.lboro.ac.uk:8443/dspace/>>.
- Cooke, Louise. 2006b. Do we want a perfectly filtered world?. *Library Student Journal*, (Nov.). Também Disponível em: <http://informatics.buffalo.edu/org/lisj/articles/cooke_2006_11_do.php>.
- Cormode, Graham, and Balachander Krishnamurthy. 2008. Key differences between Web 1.0 and Web 2.0. *First Monday*, [em-linha] 13 (6) [consult. 2008-06-13]. Disponível em: <<http://www.uic.edu/hbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2125/1972>>.
- Curry, Ann. 2000. What are public library customers viewing on the Internet? : *an analysis of Burnaby transaction logs* [em-linha]. Vancouver: Burnaby Public Library [Consult. 2005-03-22]. Disponível em: <<http://tinyurl.com/8v7qc>>.
- Curry, Ann. 2007. A grand old sandstone lady. In Buschman, John; Leckie, Gloria J., (eds). *The library as place: history, community, and culture*, Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 61-76.
- d'Elia, George, et al. 2002. The impact of the Internet on public library use: an analysis of the current consumer market for library and Internet services. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 53(10), 802-820.
- d'Elia, George, et al. 2007. The impact of youth's use of the Internet on their use of the public library. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(14), 2180-2196.

- Darnton, Robert. 2009. Google & the Future of Books. *The New York Review of Books*, 56(2). Também disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/22281>>.
- Devault, Marjorie L. 1996. Talking back to sociology : distinctive contributions of feminist methodology. *Annual Review of Sociology*, 22, 29-50.
- Dewey, John. 1954. *The public and its problems*. Chicago: Swallow Press.
- Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. 2007. *Programa de apoio às bibliotecas municipais 2007*. Também disponível em: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Português/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Documentos/Doc01_Programa de Apoio2007.pdf>.
- Donmoyer, Robert, et al. 2002. Generalizability and the single case study. In Roger Gomm; Martyn Hammersley; Peter Foster. *Case study method: key issues, key texts*. Thousand Oaks: Sage, 45-68.
- Eder, Donna; Fingerson, Laura. 2002. Interviewing children and adolescents. In Gubrium, Jaber F.; Holstein, James A. (eds.). *Handbook of interview research: context and method*. Thousand Oaks: Sage, 181-201.
- Eigenbrodt, Olaf. 2008. Designing library facilities for everyone? Providing Space for Informational Participation. In Hauke, E. A. Petra, (ed.). *16th BOBCATSSS Symposium 2008, Providing access to information for everyone*. Zadar: Humboldt Universität zu Berlin. Disponível em: <<http://edoc.hu-berlin.de/conferences/bobcatsss2008/>>.

- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel. 1998. *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*. [Porto]: Afrontamento.
- Evans, James A. 2008. Electronic publication and the narrowing of science and scholarship. *Science*, 321(5887), 395-399. Também disponível em: <<http://www.sciencemag.org/cgi/content/abstract/sci;321/5887/395>>.
- Evers, Colin W.; Wu, Echo H. 2006. On generalising from single case studies: epistemological reflections. *Journal of Philosophy of Education* 40(4), 511-526.
- Fayet, Sylvie. 1996. Les constructions de bibliothèques municipales: tendances générales. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 41(5), 8-13.
- Feenberg, Andrew. 1992. Subversive rationalization: technology, power and democracy. *Inquiry*, 35 (3/4). Também disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/Subinq.htm>>.
- Feenberg, Andrew. 1995. *Alternative Modernity: the technical turn in philosophy and social theory*. Berkeley: University of California Press.
- Feenberg, Andrew. 2002. *Transforming technology : a Critical Theory revisited*, Oxford: Oxford University Press.
- Fernandes, António Teixeira. 1992. Espaço social e suas representações. *Sociologia*, 2, 61-99.
- Fernandes, António Teixeira. 1994. O problema da dúvida na busca do conhecimento. *Sociologia* 4, 357-392. Também disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/site/resumo.aspx?qry=id04id111id252Σ=sim&l=p&idn3=1324>>.

Fernandes, Luís. 2003. A imagem predatória da cidade. in Costa, A. Firmino da; Cordeiro, G. (ed.). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.

Finlayson, Alex. 2008. No shushing in this library. *San Diego Reader*. (June 18). Também disponível em: <<http://www.sandiegoreader.com/news/2008/jun/18/cover/>>.

Flake, Gary William, et al.. 2002. Self-Organization and Identification of Web Communities. *IEEE Computer*, 35(3), 66–71.

Fortuna, Carlos, et al. 1999. *Sobre a leitura*. Lisboa : IPLB, Observatório das atividades Culturais.

Foucault, Michel. 1984. Des espaces autres. *Architecture, Mouvement, Continuité* [em-linha], (5), 46-49 [consult. 2007-29-12]. Disponível em:
<<http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>>.

Foucault, Michel. 2008. *Les mots et les choses : une archéologie des sciences humaines*, Paris: Gallimard.

Fraser, Nancy. 1985. What's critical about Critical Theory? The case of Habermas and gender. *New German Critique*, 35 (Special Issue on Jurgen Habermas Spring – Summer), 97-131. Também disponível em: <<http://www.uta.edu/faculty/mcosio/PDFs/Fraser.pdf>>.

Fraser, Nancy. 1992. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In Calhoun, Craig.

Habermas and the public sphere. Cambridge (MA): The MIT Press, 109-142.

Freitas, Eduardo de. 2008. *As bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Freitas, Eduardo de; Casanova, José Luís; Alves, Nuno de Almeida. 1997. Hábitos de leitura: um inquérito à população portuguesa. Lisboa: Dom Quixote. Também disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292007000100007&script=sci_arttext>.

Galluzzi, Anna. 2009. New public libraries in Italy: trends and issues. *The International Information & Library Review*, 41, 52-59.

Garton, Edwin M. 1999. The effects of Internet-based instruction on student learning. *Journal for asynchronous Learning Networks*, 3(2), 98-106.

Geertz, Clifford. 1973. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gershuny, Jonathan. 2003. Web use and Net nerds : a neofunctionalist analysis of the impact of information technology in the home. *Social Forces* 82(1), 141-168.

Gibson, William. 1984. *The neuromancer*. New York: Berkley Pub. Group. Também disponível em: <<http://project.cyberpunk.ru/lib/neuromancer/>>.

Gil, Adriana, et al. 2003. *Nuevas tecnologías de la información y la comunicación o nuevas tecnologías de relación?* [em-linha]. Barcelona: UOC. Disponível em: <<http://www.uoc.edu/dt/20347/index.html>>.

- Giraldo, Yicel Nayrobis Giraldo; Betancur, Gloria Elena Román; Posada, Ruth Elena Quiroz. 2009. La biblioteca pública como ambiente educativo para el encuentro ciudadano: un estudio en la Comuna 1 de Medellín. *Revista Interamericana de Bibliotecología* 32(1), 47-84.
- Given, Lisa M., & Leckie, Gloria J. 2003. "Sweeping" the library: Mapping the social activity space of the public library 1. *Library & Information Science Research*, 25, 365 - 385.
- Godoy, Paulo. 2004. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Estudos Geográficos*, 2(1) 29-42. Também disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/289/236>>.
- Goffman, Erving. 1967. *Behavior in public places; notes on the social organization of gatherings*. New York: Free Press.
- Goffman, Erving. 1971. *Relations in public: microstudies of the public order*. New York: Harper Colophon Books.
- Goffman, Erving. 1999. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Relógio d'Água. Lisboa.
- Gomez, Ricardo; Ambikar, Rucha; Coward, Chris. 2009. Libraries, telecentres and cybercafés: an international study of public access information venues. *Performance Measurement and Metrics* 10(1), 33-48. Também disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/10.1108/14678040910949675>>.
- Goulding, Anne; Spacey, Rachel. 2002. *Women and the Information Society: barriers and participation*. Glasgow: IFLA.

- Habermas, Jurgen. 1989. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge (MA): MIT Press.
- Haraway, Donna. 1988. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599.
- Harding, Sandra G. 1986. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Hardy, Gary; Graeme, Johanson. 2003. Characteristics and choices of public access Internet users in Victorian public libraries. *Online Information Review*, 27(5), 344-358.
- Harris, Kevin. 1998. *Open to interpretation*. [London]: Community Development Foundation.
- Harris, Kevin. 2003. Your third place or mine? Public libraries and local communities. *Public library journal*, 18(2), 26-29.
- Hart, Chris; Manmohan Bains; Kathryn Jones. 1996. The myth of material knowledge: reading the image of library buildings. *New Library World*, 97(1127), 23-31.
- Harvey, David. 1973. *Social justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Harvey, David. 2000. *Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9ª ed. São Paulo: Loyola.
- Hédon, Guy. 1997. L'évolution des utilisateurs d'Internet en bibliothèque: la bibliothèque de Grand'Place à Grenoble. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 44(5), 40-45.

- Heins, Marjorie; Cho, Christina; Feldman, Ariel. 2006. *Internet filters: a public policy report*. 2nd ed. New York: Brennan Center for Justice at NYU School of Law. Também disponível em: <<http://www.fepprojet.org/policyreports/filters2.pdf>>.
- Herb, Ulrich. 2008. *Open Access – A panacea? Science, Society, Democracy, Digital Divide* [em-linha]. Social Science Research Network SSRN, [consult. 2008-11-04. Saarbruecken: Saarland University. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1294475>.
- Herring, Susan. 2004. *Gender differences in Computer Mediated Communication : bringing familiar baggage to the new frontier* [em-linha]. Palo Alto: CPSR [consult. 2007-04-22]. Disponível em: <<http://www.cpsr.org/prevsite/cpsr/gender/herring.txt>>.
- Hine, Christine. 2000. *Virtual ethnography*, London: Sage.
- Høyland, Britt. 2001. *Embodiment in Cyberspace: how we conceptualise the Internet: a cognitive linguistic approach* [em-linha]. Bergen: The University of Bergen. Disponível em: <<https://bora.uib.no/handle/1956/1733?language=no>>.
- Hutchins, Tanya. 2009. Some Say Digital Age Limiting OSU Libraries. *Daytime Columbus*, (Sunday, May 24). Também disponível em: <<http://mail.google.com/mail/source=navclient#inbox/1217171e25cf7e5d>>.
- Instituto Nacional de Estatística. *Portal do Instituto Nacional de Estatística* [em-linha]. Lisboa: INE, [consult. 2010-04-12]. Disponível em: <<http://www.ine.pt/>>.

Jacobs, Jane. 1964. *The death and life of American cities*. Harmondsworth: Penguin.

Jacobs, Jane. 1969. *The Economy of Cities*. [New York]: Random House.

Jodelet, Denise. 1984. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 357-389.

Jones, Steve. 2005. *The Internet goes to college : How students are living in the future with today's technology*. Washington: Pew Internet & American Life projet. Também disponível em: <http://www.pewinternet.org/pdfs/PIP_College_Report.pdf>.

Jordan, Peter. 1974. Behaviour in libraries. *New Library World* 75(1), 11-13.

Jordan, Peter. 1974. Behaviour in libraries - 2. *New Library World* 75(2), 36-37.

Kerslake, Evelyn; Kinnel, Margaret. 1998. Public libraries, public interest, and the information society: theoretical issues in the social impact of public libraries. *Journal of Librarianship and Information Science*, 30(3), 159-167.

Kenney, Brian. 2005. After Seattle: by discarding every preconception about a public library building, they created the first 21st-century library. *Library Journal* [online], August, 34-37 [consult. 2010-02-10]. Disponível em: <<http://www.libraryjournal.com/article/CA633326.html>>.

Kitchin, R.; Dodge, M.. 2002. Exploring the emerging geographies of cyberspace. In Johnston, P.; Taylor, P; Watts, M. *Geographies of Global Change*. 2nd ed. Oxford.: Blackwell, 340-354.

- Klainbaum, Daniel. 2006. *Place and digital media*. Atlanta: Georgia Institute of Technology.
- Klein, Naomi. 2003. Why Being a Librarian is a Radical Choice. *Dissident Voice*, (July 15) [consult. 2005-01-08]. Disponível em: <http://www.dissidentvoice.org/Articles7/Klein_Librarian.htm>.
- Koehler, Wallace. 2004. Digital libraries, digital containers, "library patrons", and visions for the future. *The electronic library*, 22(5), 401-407.
- Krugman, Paul. 2008. Bits, Bands and Books. *The New York Times*, (June, 6). Também disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/06/06/opinion/06krugman.html?_r=1>.
- Kuhn, Thomas S. 1995. *A estrutura das revoluções científicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspetiva.
- Kvale, Steinar. 1996. *Interviews: an introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks: Sage.
- Laidler, John. 2008. Library use rises as economy falls. *The Boston Globe* [em-linha], (October 16). Disponível em: <http://www.boston.com/news/local/articles/2008/10/16/library_use_rises_as_economy_falls/>.
- Lakatos, Imre; Alan Musgrave. 1970. *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lakatos, Imre. 1999. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70.
- Landow, George P. 2006. *Hypertext 3.0 : Critical Theory and new media in an era of globalization*. 3rd. ed. Baltimore: Johns Hopkins University.

- Lawson, Karen. 2004. Libraries in the USA as traditional and virtual «third places». *New Library World* , 105(1198/1199), 125-130.
- Leckie, Gloria J.; Given; Campbell, Grant. 2008. Technologies of social regulation: an examination of library OPACs and Web portals. In *Information technology in librarianship: new critical approaches*, Gloria J. Leckie and John Buschman. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 221-260 .
- Leckie, Gloria J.; Hopkins, Jeffrey. 2002. The public place of central libraries: findings from Toronto and Vancouver. *Library Quarterly* 72(3), 326-72.
- Lee, Waipeng; Kuo, Eddie C. Y. 2002. Internet and displacement effect: Children's Media Use and activities in Singapore. *Journal of Computer-Mediated Communication* [em-linha], 7(2) [consult. 2005-03-25]. Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol7/issue2/singapore.html>>.
- Lees, Loretta. 1997. Ageographia, heterotopia, and Vancouver's new public library. *Environment and Planning D: Society and Space*, 15(3), 321-347.
- Lefèbvre, Henri. 2000. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Leiner, Barry M., et al. 2003. *A Brief History of the Internet* [em-linha]. Reston, VA: Internet Society [consult. 2009-06-15]. Disponível em: <<http://www.isoc.org/internet/history/brief.shtml>>.
- Lenhart, Amanda; Rainie, Lee; Lewis, Oliver. *Teenage life online : the rise of the instant-message generation and the Internet's impact on friendships and family relationships*. Washington: Pew Internet &

American Life projet. Também disponível em: <http://www.pewinternet.org/pdfs/PIP_Teens_Report.pdf>.

Levy, David M. 2000. Digital libraries and the problem of purpose. *Bulletin of The American Society for Information Science* [em-linha], 26(6) [consult. 2006-05-11]. Disponível em: <<http://www.asis.org/Bulletin/Aug-00/levy.html>>.

Lewis, Angela. 2002. Hoax E-mails and Bonsai Kittens: Are You E-literate in the Docuverse? *First Monday* [em-linha], 7(8 (August) [consult. 2006-05-20]. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue7_8/lewis/index.html>.

Liff, Sonia; Steward, Fred; Watts, Peter, 2002. New public places for Internet access: networks for practice-based learning and social inclusion. In Woolgar, S. *Virtual Society? Technology, cyberbole, reality*. Oxford: Oxford University Press, 78-99.

Lizdas, William J. 2009. Libraries' many benefits rediscovered in hard economic times. *JSOnline* [em-linha], (Jan. 21) [consult. 2009-01-25]. Disponível em: <<http://www.jsonline.com/news/38082709.html>>.

Lopes, João Teixeira; Antunes, Lina. 2000. *Sobre a leitura : vol. V. Bibliotecas e hábitos de leitura : instituições e agentes - relatório síntese*, Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas; Observatório das Actividades Culturais.

Lopes, Teixeira João. 1998. Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural. *Sociologia*, (08), 179-188.

Lopes, João Teixeira. 1999. O estranho próximo de nós : comentário ao painel "os novos espaços públicos". *Revista crítica de ciências sociais*, (54), 155-163.

- Lopes, João Teixeira. 2001. Leitura e comunicação digital: o papel das bibliotecas públicas. *OBS: Observatório das Actividades Culturais*, 10 (Dezembro), 40-45.
- Lopes, João Teixeira. 2007. *Da democratização à democracia cultural - uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*, Porto: Profedições.
- Lyman, Frank. 2010. E-textbooks: the new best-sellers. Knowledge@Wharton [em-linha]. Philadelphia: The Wharton School, University of Pennsylvania [consult. 2010-03-10]. Disponível em: <<http://knowledge.wharton.upenn.edu/article.cfm?articleid=2437E-textbooks>>.
- Marmelo, Manuel Jorge de. 2000. *Palácio de Cristal Jardim-Paraíso*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Maron, Nancy L.; Smith, K. Kirby. 2008. *Current Models of Digital Scholarly Communication* [em-linha]. Washington: Association of Research Libraries [consult. 2009-04-11]. Disponível em: <<http://www.arl.org/bm~doc/current-models-report.pdf>>.
- Mattern, Shannon. 2007. Resonant texts: sounds of the contemporary American public library. *The Senses & Society*, 2(3), 277–302.
- McKechnie, Lynne, et al. 2006. Rules of (Mis)Conduct: User Behaviour in Public Libraries [em-linha]. In *Canadian Association for Information Science (CAIS/ACSI)*, [Toronto]: CAIS/ACSI [consult. 2009-11-14]. Disponível em: <http://www.caisacsi.ca/proceedings/2006/mckechnie_2006.pdf>.
- Mendes, José Manuel Oliveira. 2003. *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Oficina do

CES, 194. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Também disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf>.

Mesch, Gustavo S. 2001. Social relationships and Internet use among adolescents in Israel. *Social Science Quarterly*, 82(2), 329-340.

Mesch, Gustavo S. 2002. *The Internet and the family: a study in Israel*, Haifa: Department of Sociology and Anthropology, The Minerva Center of Youth Studies, University of Haifa. Também disponível em: <<http://soc.haifa.ac.il/~gustavo/familynet.html>>.

Mesch, Gustavo S.; Ilan, Talmud. 2003. *The nature of computer-mediated social networks among Israeli youth*. Haifa: University of Haifa. Também disponível em: <http://hevra.haifa.ac.il/~soc/events/cn/abstracts/mesch_talmud_4.htm>.

Miribel, Marielle de. 2007. «Chut! Vous faites trop de bruit!»: quel silence en bibliothèque aujourd'hui? *Bulletin des Bibliothèques de France*, 52(4), 76-83.

Moje, Elizabeth Birr, et al. 2004. Working Toward Third Space in Content Area Literacy: An Examination of Everyday Funds of Knowledge and Discourse. *Funds of Knowledge and Discourse. Reading Research Quarterly*, 39(1), 38–70.

Morahan-Martin, Janet. 1998. Women and girls last: females and the Internet [em-linha]. *IRISS '98*, Bristol [consult. 2005-04-21]. Disponível em: <<http://www.sosig.ac.uk/iriss/papers/paper55.htm>>.

Morgan, John. 2008. Critical Pedagogy: the spaces that make the difference. *Pedagogy, Culture & Society*, 8(3), 273-289.

Mosco, Vincent. 2004. *The digital sublime: myth, power, and cyberspace*, Cambridge, MA: MIT Press.

Moura, Ana Mocuixe. 2001. *Práticas de leitura, jovens e novas tecnologias: a Biblioteca Municipal de Oeiras*. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Moura, Maria José, coord. 1996. *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. [Lisboa], Ministério da Cultura. Também disponível em: <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/DocTec/Documents/16_RelatorioRNB96.pdf>.

Muddiman, Dave. 2000. *Images of exclusion: user and community perceptions of the public library*. London: Resource. Também disponível em: http://www.seapn.org.uk/content_files/files/vol3wp9.pdf.

Neves, José Soares; Lima, Maria João. 2008. A leitura em Portugal: perfis e tipos de leitores. *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Nicolaci-da-Costa, Ana Maria. 2002a. Internet: a negatividade do discurso da mídia versus a positividade da experiência pessoal. À qual dar crédito? *Psicologia : Ciência e Profissão*, 22(2), 25-36.

Nicolaci-da-Costa, Ana Maria. 2002b. Quem disse que é proibido ter prazer online? Identificando o positivo no quadro de mudanças atual. *Psicologia : Ciência e Profissão*, 22(2), 12-21.

Nieves, Evelyn. 2010. Libraries dealing with homeless try new approaches; San Francisco hires a social worker. *Los Angeles Times*. Também disponível em: <<http://209.85.229.132/search?q=cache:http://www.latimes.com/sns-ap-us-homeless-library-patrons,0,4825867.story>>.

- Niiniluoto, Ilkka. 1999. Defending abduction. In *Philosophy of Science*, Vol. 66, Supple, S436-S451.
- Nilsson, Monnie. 2009. *Libraries thinking outside the book: from digital media to job tips, libraries expand offerings*. The Denver Post, 07/07/2009, Também disponível em: <http://www.denverpost.com/lifestyles/ci_12764208>.
- Nunes, João Arriscado. 2003. Um discurso sobre as ciências 16 anos depois. In Santos, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. Porto: Afrontamento, 57-80.
- Oldenburg, Ray. 1989. *The great good place: cafés, coffee shops, community centers, beauty parlors, general stores, bars, hangouts, and how they get you through the day*, New York: Paragon House.
- Pateman, John. 2000. Public libraries and social class. In Muddiman (ed.), Dave. *Open to All? : the Public Library and Social Exclusion* [em-linha]. London: Resource, The Council for Museums, Archives and Libraries, 26-42. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00003776/01/vol3wp3.pdf>>.
- Patton, Michael Quinn. 1990. *Qualitative evaluation and research methods*. 2nd ed. Newbury Park (CA): Sage.
- Pereira, Virgílio Borges. 2005. *Classes e cultura de classes: classes sociais e modalidades de "estilização da vida" na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento.
- Perec, Georges. 1997. *Species of Spaces and Other Pieces*. London: Penguin Books.

- Petit, Michèle. 2001. *Lecturas : del espacio íntimo al espacio público*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Pew Research Center. 2008. *Internet overtakes newspapers as news outlet* [em-linha]. [Consult. 2009-05-07]. Washington: Pew Research Center. Disponível em: <<http://people-press.org/report/479/internet-overtakes-newspapers-as-news-source>>.
- Pirodi, Elio. 2002. Uso sociale dello spazio publico nella città contemporanea. In Claudia Mattogno. *Idee si spazio, lo spazio nelle idee*. Milano: Franco Angeli, 201- 215.
- Pomerantz, Jeffrey; Marchionini, Gary. 2007. The digital library as place. *Journal of Documentation*, (63) 505-533.
- Popper, Karl Raimund. 2003. *Conjecturas e refutações: o desenvolvimento do conhecimento científico*. Coimbra: Almedina.
- Putnam, Robert D. 2000. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*, New York: Simon & Schuster.
- Reid, Elizabeth. 1994. *Cultural formations in text-based virtual realities*. A thesis submitted in fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts, Cultural Studies Program, Department of English University of Melbourne. Também disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.52.6072&rep=rep1&type=pdf>>.
- Rheingold, Howard. 1993. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*, Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.

- Roberts, Peter. 1999. Scholarly publishing, peer review and the Internet. *First Monday* [em-linha], 4(4) [consult. 2009-11-10]. Disponível em: <http://131.193.153.231/www/issues/issue4_4/proberts/index.html>.
- Robins, Kevin. 1995. Cyberspace and the world we live in. In *Cyberpunk/Cyberspace/Cyberbodies*. London, Sage, 135-156.
- Rodrigues, Catarina. 2006. *Blogs e a fragmentação do espaço público*. Universidade da Beira Interior. Também disponível em <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/rodrigues-catarina-blogs-fragmentacao-espaco-publico.pdf>>.
- Rodrigues, Eduardo Alexandre. 2007. A biblioteca e os seus públicos: uma proposta interpretativa. *Sociologia, problemas e práticas*, (53) 135-157. Também disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n53/n53a07.pdf>
- Ross, Catherine Sheldrick; McKechnie, Lynne; Rothbauer, Paulette M. 2006. *Reading matters: what the research reveals about reading, libraries, and community*. Westport: Libraries Unlimited.
- Rossetto, Marietta. 2006. Heterotopia and its role in the lived experiences of resettlement. *International Education*, 7(4), 446-454.
- Rothbauer, Paulette. 2007. Locating the library as place among lesbian, gay, bisexual and queer patrons. In Buschman, John; Leckie, Gloria J. (eds.). *The library as place: history, community, and culture*. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 101-115.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). 2002. *Públicos do Porto 2001*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

- Savolainen, Reijo; Kari, Jarkko. 2004. Conceptions of the Internet in everyday life information seeking. *Journal of Information Science*, 30(3), 219-226.
- Scroggum, Ron E. 2006. The American public library and its fragile future. *New Library World*, 107(1220/1221), 7-15.
- Seale, Clive. 2004. *Researching Society and Culture* 2nd ed., London: Sage.
- Sennett, Richard. 1977. *The fall of public man*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sennett, Richard. 2001. La civilisation urbaine remodelée par la flexibilité. *Le Monde Diplomatique*, (février), 24-25. Também disponível em: <<http://www.spiked-online.com/Printable/0000000CAD79.htm>>.
- Sequeiros, Paula. 2004. *Pasando el tiempo en la Net: apropiaciones juveniles de la Red en el espacio de una biblioteca pública*. Tesis de Máster en Sociedad de la Información y del Conocimiento. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya.
- Sequeiros, Paula. 2007a. *Ler as bibliotecas públicas portuguesas e os leitores adolescentes da Internet: contributos informados pelas Ciências Sociais e pelas Humanidades para o seu conhecimento e compreensão*. 9º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Ponta Delgada: BAD, 2007. Também disponível em: <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM32.pdf>>.
- Sequeiros, Paula. 2007b. Filtros na Internet e conteúdos disponíveis nas bibliotecas públicas: entre a abertura e a censura. [Porto]: Sete Pés, 16-26. Também disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00008941/>>.

- Shoham, Snunith; Yablonka, Israela. 2008. Monumental library buildings in the Internet era: the future of public libraries. *IFLA Journal* 34(3), 266-279.
- Silva, Terezinha Elisabeth da. 2006. Bibliotecas: metáforas da memória. In *Encontros Bibli.* [Florianópolis]: Univ. Federal de Santa Catarina, 85-94.
- Simmel, Georg. 1997. Bridge and Door. In D. Frisby & M. Featherstone *Simmel on Culture*. London: Sage.
- Simmel, Georg. 2001. A metrópole e a vida do espírito. In C. Fortuna *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 88-103.
- Soja, Edward W. 1989. *Postmodern geographies : the reassertion of space in critical social theory*. London; New York: Verso.
- Soja, Edward W. 1996. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*, Cambridge, MA: Blackwell.
- Soja, Edward W. 2003. Writing the city spatially. *City*, (7), 269-281.
- Stafford, James Francis. 2006. *Homily* [Saint Peter's Basilica Holy Tuesday, 11 April]. The Vatican: The Holy See. Também disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20020228_ethics-internet_po.html>.
- Taipale, Kaarin. 2006. From Piazza Navona to Google or from local public place to global public sphere. In Public spheres and their boundaries. Tampere: University of Tampere, 25-27 May. Também disponível em: <www.uta.fi/laitokset/tacs/papers0506/Paper_PUBLIC_SPACE_UTA_conference_May06_taipale.pdf>.

- Tavares, Gonçalo M. 2004. *Biblioteca*, de Gonçalo M. Tavares. Porto: Campo das Letras.
- Taylor, S. J.; Bodgan, R. 1984. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación. La búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Thomas, Graham; Wyatt, Sally. 1999. Shaping Cyberspace - interpreting and transforming the Internet. *Research Policy*, (28), 681-698.
- Tonkiss, Fran. 2003. The Ethics of Indifference: Community and Solitude in the City. *International Journal of Cultural Studies*, 6(3), 297-311.
- Tonkiss, Fran. 2005. *Space, the city and social theory: social relations and urban forms*. Cambridge, MA: Polity.
- Tuhus-Dubrow, Rebecca. 2008. The turn to online research is narrowing the range of modern scholarship, a new study suggests. *The Boston GLobe*, (November 23). Também disponível em: <http://www.boston.com/bostonglobe/ideas/articles/2008/11/23/group_think/>.
- Turkle, Sherry. 1997. *Life on the screen: identity in the age of the Internet*. Touchstone Books.
- Vala, Jorge. 1993. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, xxviii(4-5), 887-919.
- Ventura, João J. B. 2002. *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta.
- Victorica Reyes, G. et al., 2004. Existe relación significativa entre el grado de exposición a Internet y las actitudes a socializar con amigos entre los adolescentes? [em-linha] In *International Communication Association ICA 03, AMIC 03 y CONEIC 03*. Monterrey.

Disponível em: <[http://www.sociedaddelainformacionycibercultura.org.mx/congreso/AMIC04PonenciaCompletaG\[1\].Victorica.doc](http://www.sociedaddelainformacionycibercultura.org.mx/congreso/AMIC04PonenciaCompletaG[1].Victorica.doc)>.

Vieira, João Luciano Rodrigues Mota. 2003. *O desenvolvimento de novos serviços de informação em Bibliotecas Públicas*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

Weber, Max. 1965. *Essais sur la théorie de la science*, Paris: Plon.

Wellman, Barry. 2001. *Living networked in a wired world: the persistence and transformation of community: report to the Law Commission of Canada*, [S.l.]: Wellman Associates.

Wellman, Barry, et al. 2003. The social affordances of the Internet for networked individualism. *Journal of Computer Mediated Communication* [em-linha], 8(3) [consult. 2003-07-03]. Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol8/issue3/wellman.html>>.

Wellman, Barry; Milena, Gulia. 1999. *Net surfers don't ride alone : virtual communities as communities* [em-linha]. Toronto: University of Toronto [consult. 2003-07-03]. Disponível em: www.chass.utoronto.ca/wellman/publications/netsurfers/netsurfers.pdf.

White, Andy. 2007. Understanding hypertext cognition: Developing mental models to aid users' comprehension. *First Monday* [em-linha] (12). Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1425/1343>>.

Wirth, Louis. 1928. *The ghetto*, Chicago: University of Chicago Press.

Wirth, Louis. 1997. Urbanism as a way of life. *The American Journal of Sociology*, 44(1), 1-24.

- Wolak, Janis; Mitchell, Kimberly J.; Finkelhor, David. 2002. Close online relationships in a national sample of adolescents. *Adolescence* 37(147), 441-455.
- Wolak, Janis; Mitchell, Kimberly J.; Finkelhor, David. 2003. Escaping or connecting? Characteristics of youth who form close online relationships. *Journal of Adolescence*, (26), 105-119.
- Yahoo executives defend company's role in arrest of Chinese journalist. 2007. *International Herald Tribune*, (Nov. 5). Também disponível em: <<http://www.iht.com/bin/printfriendly.php?id=8207082>>.
- Young, Iris Marion. 1990. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Young, Jeffrey R. 2008. Blog comments and peer review go head to head to see which makes a book better. *The Chronicle of Higher Education* [em-linha], Jan. 22, [consult. 2008-01-23]. Disponível em: <<http://chronicle.com/article/Blog-Comments-vs-Peer-Review/425/>>.
- Yu, Liangzhi. 2006. Understanding information inequality: making sense of the literature of the information and digital divides. *Journal of Librarianship and Information Science*, 38(4), 229-252.